

Comunicação: Veredas

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNIMAR

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

Reitor

Dr. Márcio Mesquita Serva

Vice-reitora

Profa. Regina Lúcia Ottaiano Losasso Serva

Pró-Reitora de Pós Graduação

Profa. Dra. Suely Fadul Villibor Flory

Pró-reitora de Ação Comunitária

Profa. Maria Beatriz de Barros Moraes Trazzi

Pró-reitor de Graduação

Prof. José Roberto Marques de Castro

Comunicação: Veredas / Revista do Programa de Pós-graduação em
Comunicação da Universidade de Marília, SP: Ed. Unimar, 2009.

V.8, n.9, 2009-2

ISSN 1678-753

1. Comunicação Social: Periódicos 2. Jornalismo 3. Publicidade 4. Letras
5. Artes 6. História I. Universidade de Marília II. Revista da Pós-graduação
em Comunicação da UNIMAR.

CDD- 302.2305

CDU- 659.3 (05)

Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica,
fotocópia, gravação ou qualquer meio de reprodução, sem permissão expressa do editor.

Todos os direitos desta edição, reservados à Editora Arte & Ciência.

As opiniões aqui emitidas são de responsabilidade dos respectivos autores.

Comunicação:Veredas

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNIMAR

Ano VIII - Nº 09 - 2009-2

DIRETORA RESPONSÁVEL

Suely Fadul Villibor Flory

EDITORA

Linda Bulik

COMISSÃO EDITORIAL

Suely Fadul Villibor Flory – Presidente; Linda Bulik – Editora; Antonio Manoel dos Santos Silva, Maria Cecília (Ciça) Guirado e Rosângela Marçolla – membros.

COMITÊ ASSESSOR

Ana Maria Gottardi, Andréia Cristina Fregate Baraldi Labegalini, Eleusis Mirian Camocardi, Roberto Reis de Oliveira e Romildo Sant'Anna.

CONSELHO EDITORIAL

Anamaria Fadul (-SP), Antonio Fausto Neto (UNISINOS), Antonio Hohlfeldt (PUC-RS), Edgar Rebouças (UFES), Eugênio Trivinho (PUC-SP), Fabíola Imaculada de Oliveira (UNIVALE), Jean Mouchon (UNIVERSITÉ DE PARIS X), Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa – Porto – Portugal), José Marques de Mello (METODISTA-SP), Marcius Freire (UNICAMP), Maria Helena Weber (UFRS), Michel Maffesoli (SORBONNE), Sandra Lúcia Amaral de Assis Reimão (METODISTA-SP), Sérgio Dayrell Porto (UnB), Volnei Edson dos Santos (UEL), Wilson Gomes (UFBA).

ASSISTENTES DE EDIÇÃO

Letizia Zini Antunes (Português), Maria do Rosário Gomes Lima da Silva (Inglês), Brigitte Monique Hervot (Francês) e Benedita Aparecia Camargo e Rodrigo Rojas (Normas e editoração eletrônica).

PROJETO GRÁFICO

Aroldo José Abreu Pinto

CAPA

Antonielson Reis Rodrigues

Comunicação:Veredas é uma revista acadêmica do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Marília (UNIMAR). Está aberta a colaborações científicas de pesquisadores e professores doutores voltadas aos temas da informação e comunicação. Os artigos recebidos são encaminhados ao Conselho Editorial, para avaliação do mérito científico. Os textos devem seguir as normas editoriais previstas e são de responsabilidade dos autores, tanto na forma quanto no conteúdo.

Comunicação: Veredas

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNIMAR

ENDEREÇOS PARA CORRESPONDÊNCIA:

Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação, Educação e Turismo
Av. Higyno Muzzi Filho, 1001 - Campus Universitário - CEP 17525-902 - Marília - SP
Telefones (014) 2105-4075 e 2105-4100 - Fax: (043) 3336-3321 - E-mail: bulik@sercomtel.com.br
Universidade de Marília
Av. Higyno Muzzi Filho, 1001 - Campus Universitário - CEP 17525-902 - Marília - SP
Telefone: (014) 3402-4000 - site: www.unimar.br

Sumário/Contents

Editorial	07
------------------------	----

Mondialisation, Francophonie et Latinophonie: Rémanences et dynamiques communicationnelles de la diversité culturelle. L'exemple du Québec

Mundialização, Francofonia e Latinoфонia: Remanências e dinâmicas comunicacionais da diversidade cultural. O exemplo do Quebec Aurélien YANNIC	09
---	----

Articulações entre Comunicação e Cultura a partir das matrizes teóricas francesa e latino-americana

Articulations entre Communication et Culture à partir des matrices théoriques française et latino-américaine Laan Mendes de BARROS	25
---	----

Formalisation technique et sociale en Afrique et place des technologies de l'information

Formalização técnica e social na África e lugar das tecnologias da informação Michel DURAMPART	45
---	----

La peur de la haine des noirs: La rémanence médiatique de l'image des émeutes des années 60

O medo do ódio dos negros: A remanência midiática da imagem dos motins dos anos 60 Christine LARRAZET	61
--	----

A pesquisa em comunicação na Amazônia brasileira e a “Escola Francesa”

La recherche en communication dans l'Amazonie brésilienne et l'« École Française » Edileuson ALMEIDA	77
---	----

Pensar o Jornalismo enquanto prática sócio-discursiva: uma revisão das perspectivas francófonas

Penser le Journalisme en tant que pratique sócio-discursive: une révision des perspectives francophones Fábio Henrique PEREIRA	97
---	----

Imagens do risco: técnicas jornalísticas e psicanalíticas nas favelas do Rio

Risk Images: journalistic and psychoanalytic techniques in Rio slums Felipe PENA	117
---	-----

Communication, risque et mondialisation

La controverse du risque OGM/PGM, entre cohabitation et incommunication

Comunicação, risco e mundialização

A controvérsia do risco OGM/PGM, entre coabitação e incomunicação

Stéphanie PROUTHEAU.....137

O outro é o meu espelho: análise das esferas pública e privada, na sociedade informatizada, a partir de um estudo de caso

The other is my mirror: Analysis of public and private areas in information society from a case study

Marta Helena Dornelles TEJERA.....167

Congruência entre estratégia competitiva e de comunicação: compreendendo o processo de constituição e projeção da identidade corporativa da *Natura Cosméticos* no Brasil e na França

Congruence entre stratégie competitive et de communication: comprenant le processus de constitution et projection de

l'identité corporative de la Natura Cosmetique au Brésil et en France

Ana Luisa Castro ALMEIDA, Alexandre de Pádua CARRIERI, José Coelho

de Andrade ALBINO e Rodrigo César Severino NEIVA185

As contribuições da abordagem ergológica para o binômio

Comunicação e Trabalho

The contributions of ergological approach for the binomial

Communication and Work

Roseli A. FÍGARO PAULINO203

A TV digital e o apagão tecnológico no Brasil e na França

Digital TV and the technological black out in Brazil and France

Adriana Cristina Omena dos SANTOS; Diélen dos Reis Borges ALMEIDA;

Laís C. P. Ortiz de OLIVEIRA; Clara Ribeiro SACCO; Raíssa Fernanda CAIXETA . 217

A contribuição das teorias críticas do “Laço Social” à “Tripla função da televisão” de Dominique Wolton para os estudos da mídia televisiva na Europa e no Brasil

La contribution des théories critiques du “lien social” au “triple rôle de la télévision”

de Dominique Wolton aux études de la télévision en Europe et au Brésil

Adriana Tigre Lacerda NILO.....235

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS 253

ÍNDICE DE AUTORES / AUTHOR INDEX..... 257

Editorial

Com a presente edição, o leitor tem agora em mãos o segundo volume da edição comemorativa do Ano da França no Brasil e segundo número de 2009 da revista *Comunicação: Veredas*, que este ano passou a ser semestral.

Com esta publicação, o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cultura da UNIMAR estima que a diversidade cultural, com a problemática da permanência e da renovação das identidades, do ponto de vista das áreas culturais e da comunicação, permanece um campo aberto às pesquisas da área.

“A convergência das áreas lusófonas, hispanófonas e francófonas aparece como o ponto de partida de uma possível latinofonia contemporânea multilíngüe, com a audiência e a incidência mundial por caução de alteridade e, pois, de diversidade cultural” – constata o pesquisador francês Aurélien Yannic, do Instituto de Ciências da Comunicação, do Conselho Nacional de Pesquisa Científica/CNRS, o CNPq da França.

Já o pesquisador brasileiro, Laan Mendes de Barros, da Cátedra UNESCO Metodista e da Faculdade Cásper Líbero, considera que, em um mundo globalizado e interligado por tecnologias de informação cada vez mais sofisticadas, a reflexão sobre Comunicação e Cultura passa por questões de identidade cultural em um tempo-espaço híbrido e marcado pela desterritorialização, pelos processos de conflitos e miscigenação étnica e por novas perspectivas poéticas e estéticas na produção e recepção de mídias.

Michel Durampart, professor da Universidade de Paris VIII e também pesquisador do CNRS, parece trilhar o mesmo caminho ao analisar o lugar das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na África e apontar as dificuldades em observar práticas que cruzam culturas e modalidades com utilizações das tecnologias que não se expressariam somente em uma semelhança com modelos e procedimentos prescritos por concepções ocidentais.

A pesquisadora Christine Larrazet, ela também pesquisadora do CNRS, além de professora da Universidade de Bordeaux, tem como ponto de partida a remanência midiática da imagem dos motins dos anos 60 e procura, como ponto de conclusão, abrir a via para possíveis estudos cooperativos e comparativos sobre o tratamento midiático dos cidadãos negros nos Estados Unidos, na França e no Brasil, e sobre a racialização das crises sociais.

Neste volume 9, 2009-2, em que é contemplada a reflexão sobre Comunicação e Cultura, encontram-se, ainda, preocupações voltadas para a pesquisa em Comunicação na Amazônia brasileira e sua relação com a “Esco-

la Francesa”, de Edileuson Almeida, da Universidade Federal de Roraima: “O estudo do jornalismo enquanto prática sócio-discursiva: uma revisão das perspectivas francófonas”, de autoria de Fábio Henrique Pereira, da Universidade de Brasília, e “Imagens do risco: técnicas jornalísticas e psicanalíticas nas favelas do Rio”, de Felipe Pena, da Universidade Federal Fluminense. O risco e a incomunicação são também preocupações de Sthéphanie Proutheau, do Instituto de Ciências da Comunicação, do Conselho Nacional de Pesquisa Científica francês, em seu artigo “Comunicação, risco e mundialização: a controvérsia do risco OGM/PGM, entre coabitação e incomunicação”. Marta Helena Dornelles Tejera analisa o blog francês Désordre, tecendo um diálogo entre vários autores que estudam os fenômenos da atualidade, com a intenção de apontar novas indagações e alguns caminhos a respeito das esferas pública e privada.

“Congruência entre estratégia competitiva e de comunicação: compreendendo o processo de constituição e projeção da identidade corporativa da Natura Cosméticos no Brasil e na França” é contribuição dos pesquisadores mineiros Ana Luisa Castro Almeida (PUC Minas), Alexandre de Pádua Carriero (CEPEAD/UFMG), José Coelho de Andrade Albino (CEPEAD/UFMG -PUC Minas) e Rodrigo César Severino Neiva (PUC Minas).

Roseli A. Fígaro Paulino, professora da ECA/USP, apresenta uma proposta de abordagem teórico-metodológica para os estudos de comunicação a partir do binômio comunicação e trabalho.

Em a “A TV digital e o apagão tecnológico no Brasil e na França”, Adriana Cristina Omena dos Santos e seu grupo de pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia apresentam resultados parciais de pesquisa descritiva e documental sobre a tevê digital e discutem o blackout tecnológico previsto para acontecer em ambos os países.

Encerra esta edição comemorativa do Ano da França no Brasil o artigo da jornalista e professora da Universidade Federal do Tocantins, Adriana Tigre Lacerda Nilo, “A contribuição das teorias críticas do ‘Lazo Social’ à ‘Tripla função da televisão’ de Dominique Wolton para os estudos da mídia televisiva na Europa e no Brasil”, que se propõe pensar a comunicação, sobretudo a tevê, cujo papel é o de “significativo agente cultural na construção da identidade nacional em realidades sociais onde é presença viva”.

A revista mais uma vez agradece aos cientistas da comunicação franceses e brasileiros que tornaram possível a edição comemorativa, em dois volumes (2009-1 e 2009-2), do Ano da França no Brasil, e, antes de tudo, IX Colóquio Bi-Nacional de Ciências da Comunicação Brasil-França, da INTERCOM, autêntica ágora dos debates franco-brasileiros contemporâneos da comunicação

Linda BULIK

Mondialisation, Francophonie et Latinophonie: Rémanences et dynamiques communicationnelles de la diversité culturelle. L'exemple du Québec

Mundialização, Francofonia e Latinofonia: Remanências e dinâmicas comunicacionais da diversidade cultural. O exemplo do Quebec

Aurélien YANNIC

Docteur en histoire de l'Université Toulouse Le Mirail (UTM). Ph.d en histoire de l'Université du Québec à Montréal (UQAM). Chercheur associé, Chaire Hector Fabre de l'Université du Québec à Montréal, UQAM, (section histoire science politique). Membre du groupe de Recherche d'études canadiennes (UTM). Chargé de cours au Cétia (UTM) Master 1 et 2. Consultant auprès de la Cellule de réflexion stratégique CRSF de l'Organisation internationale de la Francophonie (OIF). Chercheur associé, Chaire Hector Fabre de l'Université du Québec à Montréal, UQAM, (section histoire science politique). Chercheur à l'Institut des Sciences de la Communication du Conseil National de la Recherche Scientifique - ISCC/ CNRS - Paris – France.
E-mail: aurelienyannic@aol.com

RÉSUMÉ

La problématique de la permanence et du renouvellement des identités du point de vue des aires culturelles et de la communication demeure un champ de recherche exagérément vierge. Dans son ouvrage *Demain la Francophonie* Dominique Wolton écrivait : “ Avec la mondialisation et l’émergence de la diversité culturelle comme enjeu politique du XXIe les aires culturelles [...] deviennent des acteurs de cette troisième mondialisation à construire”. Si la francophonie, l’hispanophonie, la lusophonie que l’on désigne parfois sous l’appellation des trois espaces sont des habitus culturels anciens ce sont aussi des concepts communicationnels polysémiques et récents qui reposent sur des réalités englobantes à la fois pérennes (langue, culture, identité) et évolutives (représentations, organisation, diffusion, rayonnement). A travers ces trois Espaces on peut non seulement dégager une lecture du monde francophone, hispanophone ou bien lusophone en tant qu’aire géoculturelle du continent américain, mais aussi obtenir une vision transversale des mentalités, des représentations, du schéma et du rapport communicationnel entre Etats et sociétés de langues latines. On propose ici, à travers l’exemple du Québec, d’intégrer et de confronter ces différentes notions dans un contexte américain. La convergence des aires lusophones, hispanophones et francophones, apparaît comme le point de départ d’une possible latinophonie contemporaine multilingue à l’audience et à l’incidence mondiale gage d’altérité et donc de diversité culturelle. Aux antipodes d’une globalisation synonyme d’“acivilisation” mondiale faisant de l’incommunication, de l’inégalité et du seul marché économique ses possibles valeurs.

MOTS CLEFS : mondialisation – rémanences – communication – aires linguistiques (franco-phonie, lusophonie, hispanophonie, anglophonie) – Amérique – Québec.

RESUMO

A problemática da permanência e da renovação das identidades, do ponto de vista das áreas culturais e da comunicação, permanece um campo de pesquisa virgem. Na sua obra *Demain la Francophonie*, Dominique Wolton escrevia : “Com a mundialização e a emergência da diversidade cultural como cartada política do século XXI, as áreas culturais [...] tornam-se atores desta terceira mundialização a construir”. Se a francofonia, a hispanofonia, a lusofonia - designadas por vezes como três espaços - são hábitos culturais antigos, elas também são conceitos comunicacionais polissêmicos e recentes que repousam sobre realidades englobantes ao mesmo tempo perenes (língua, cultura, identidade) e evolutivas (representações, organização, difusão, propagação). Por meio desses espaços pode-se não apenas extrair uma leitura do mundo francófono, hispanófono ou lusófono enquanto área geocultural do continente americano, mas também obter uma visão transversal das mentalidades, das representações, do esquema e da relação comunicacional entre Estados e sociedades de línguas latinas. Propõe-se aqui, através do exemplo do Quebec, integrar e confrontar essas diferentes noções num contexto americano. A convergência das áreas lusófonas, hispanófonas e francófonas aparece como o ponto de partida de uma possível latinofonia contemporânea multilíngue com a audiência e a incidência mundial por caução de alteridade e, pois, de diversidade cultural. Nos antípodas de uma globalização sinônima de acivilização mundial fazendo da incomunicação, da desigualdade e só do mercado econômico seus possíveis valores

PALAVRAS-CHAVE: mundialização – remanências – comunicação – áreas lingüísticas (francofonia, lusofonia, hispanofonia, anglofonia) – América – Quebec.

*Si nous ne sommes pas vigilants, nos langues et nos civilisations
seront absorbées par une civilisation unique, totalitaire sur le mode nazi*¹

Léopold Sédar Senghor

La culture réinvente les formes plurielles de la vie en communauté à partir de la mémoire collective. Loin d'être secondaire ou "molle" la culture, comme le soulignait Michel de Certeau², "devient" ou redevient de façon flagrante un enjeu majeur pour les peuples. Car comme le rappelait le philosophe tchèque Karel Kosik la dialectique du maître et de l'esclave s'applique dans le domaine de la politique et du culturel, de telle sorte que le vainqueur contraint le vaincu non seulement à accepter sa vision du monde, mais aussi à faire siennes les formules par lesquelles il doit accepter sa capitulation. Autrement dit, dans le jeu politique et communicationnel le vaincu est celui qui se laisse imposer l'attitude d'autrui et qui juge ses propres actions avec les yeux de l'adversaire.

La mondialisation et la prise en considération de la *rémanence culturelle* induisent une redéfinition du cadre d'analyse épistémologique en sciences humaines ainsi que l'énonciation et l'utilisation de nouveaux concepts relatifs aux aires culturelles, la lusophonie, l'hispanophonie, la latinophonie ou bien encore *l'américanité intégrale* ne se limitant pas aux seuls Etats-Unis d'Amérique.

La francophonie *concept* polysémique s'il en est, se définit tout autant comme une notion et une réalité englobante, tant à la fois pérenne (langue, culture,³ identité) qu'évolutive (représentations, diffusion, communication, rayonnement). Certains ont voulu voir dans la Francophonie la manifestation d'un néo-colonialisme déguisé. C'est peu connaître la réalité francophone, née et voulue hors de France, essentiellement sur le continent africain. C'est peu connaître aussi, la géographie de l'espace francophone qui s'est ouvert aux pays de l'Europe centrale et orientale de l'Asie et du Pacifique. C'est

peu connaître surtout, l'idéal francophone placé sous le signe du respect de la diversité culturelle et linguistique.

A cette fin dès ses débuts la francophonie défendit officiellement le principe qu'il y a des frontières que la globalisation n'avait pas le droit d'abolir, car elles permettent de passer d'une culture à une autre ; l'universalité de l'homme ne pouvant s'incarner que dans le particulier.

De l'Epistémologie au Cadre d'analyse

Au-delà du cadre étatique ou sub-étatique, la francophonie et en grande partie la lusophonie et l'hispanophonie en tant qu'espace géo-linguistique et culturel peuvent permettre une lecture renouvelée des acteurs, des espaces publics mais aussi replacer l'objet d'histoire dans un processus de modernité, à savoir une mondialisation des langues, de la communication et des cultures.

La question de la permanence, de la *rémanence civilisationnelle* et du renouvellement des identités du point de vue des aires culturelles est un champ de recherche exagérément vierge. Alors qu'il s'agit d'un champ de recherche interdisciplinaire, éminemment riche, pour ce qui a trait à l'histoire contemporaine et aux sciences de la communication. La *rémanence latine* des aires culturelles peut redonner une historicité globale aux histoires en miettes des peuples et nations des Amériques, tout en dotant l'objet communication de sa pleine mesure pour les opinions publiques; tout en tentant de sortir de l'ombre cette permanence et cette force civilisationnelle occultée jusqu'à présent compte tenu de la focalisation abusive sur les Etats nations, le fait communautaire ou les médias. Loin de se révéler suffisantes, ces notions normatives et formatives mènent à une compréhension tronquée du fait culturel et communicationnel, notamment sur la longue durée, et si les historiens et les chercheurs en sciences humaines n'y prennent garde ils devront, sans doute, créer une paléo-histoire ou une archéo-histoire du fait culturel pour comprendre les origines et le cheminement des cultures et des langues.

De plus, les démarches de l'hispanophonie et de la lusophonie calquées sur le modèle de la francophonie, tendent à valider la construction et le fonctionnement *francophonistes* et initient une réelle convergence des aires lusophones,

hispanophones et francophones, point de départ d'une possible latinophonie contemporaine multilingue, à l'audience et à l'incidence mondiale, au sein de laquelle le Québec trouverait naturellement sa place. En me gardant d'un manichéisme excessif, je pense néanmoins, que nous sommes à l'aube d'un probable choix entre une option civilisationnelle multipolaire, redonnant à l'humanisme et aux civilisations leur pleine signification comme Onésime Reclus et Léopold Sédar Senghor nous invitaient à le faire, ou bien qui donnera naissance à la première "*acivilisation*" mondiale faisant de l'oubli, de l'incommunication, de l'inégalité et du seul marché économique ses possibles valeurs.

1. Onésime Reclus : le théoricien de la francophonie et des aires culturelles.

Si la vision d'Onésime Reclus à propos de la francophonie est une notion englobante et mondiale, elle n'est en rien une entité pan-française sur le mode du pan-germanisme ou d'un pan-slavisme. Dès sa conception, Reclus la conçoit comme une nouvelle échelle spatiale et humaine, capable de relier la *francité* à l'ensemble des variables civilisationnelles. Onésime Reclus dans ses écrits dessinait à la fin du XIX^e siècle les contours de l'espace francophone international contemporain, tout en abordant la question de la néo-latinité en Amérique et plus largement les liens qui unissent les langues latines au français. Il les qualifia à maintes reprises dans ses écrits de langues sœurs.

Toujours avec lucidité, conscient des limites de l'espace francophone mondial, il n'oubliait pas d'ajouter à propos des francophones et du potentiel des locuteurs de langue française et de la latinophonie:

Dans l'état présent, il faut au moins dix ans aux francophones pour augmenter de 2 millions. Comme la France est inféconde, que la Belgique et la Suisse n'ont plus de place pour les nouveaux venus, nous ne pouvons attendre un rang d'accroissement meilleur que de deux pays plus jeunes que le nôtre, l'Afrique du Nord ; et le Canada, [...]. Les mêmes dix années donnent à la langue anglaise déjà deux fois plus parlée que la notre, au moins quinze millions d'anglophones ; à la langue russe, dix millions de russophones. Aux deux langues sœurs de l'Ibérie, huit à dix millions de castillanophones ou de lusitanophones.⁴

Il pressentit aussi l'extinction des langues indigènes et la disparition programmée à plus ou moins long terme des langues minoritaires à l'échelle mondiale et plus spécifiquement en Amérique.

Comme le seul anglais prend la place des idiomes indiens de l'Amérique du Nord terre franco-canadienne à part, comme l'espagnol et le portugais dévorent chaque année quelques vocabulaires de l'Amérique du Sud, les langues des peuples colonisant finiront en tous pays par étouffer les autres.

2. La Francophonie et l'Alliance des aires culturelles romanes un contre-projet civilisationnel ou comment éviter de passer du rêve du village global, au cauchemar de la Tour de Babel.

Depuis plusieurs décennies, la francophonie se construit, évolue et s'articule autour de valeurs et d'expériences diverses, frôlant parfois l'antagonisme, mais parvient cependant à accroître sa lisibilité sur la scène internationale. Cet exercice difficile, loin d'être seulement une contrainte est aussi l'une des forces de cette utopie en mouvement.

La Francophonie et la francosphère, que l'on présente souvent comme des enclaves submergées par un œkoumène anglo-saxon, vivent une situation paradoxale qu'il est indispensable de rappeler et de contextualiser, sous peine de s'enfermer dans un discours qui fleure bon la nostalgie pour une culture française de la Cour de Louis XIV ou d'une postmodernité à tout craindre pour qui tout n'est qu'osmose et intussusception et qui n'en finit plus d'errer. Tout aussi délétères l'une que l'autre, elles font abstraction de deux éléments majeurs, à savoir, l'état avancé de la mondialisation en ce début de XXI^e siècle et le fait que jamais autant de francophones n'ont été dénombrés à travers le monde et sur les cinq continents. Ne nous trompons plus de cible, la francophonie n'est pas le calque de la francité, ni surtout pas son combat, le rayonnement du français comme langue de partage de la francophonie n'est pas à opposer à la langue anglaise de façon systémique, bien au contraire si celle-ci est remplacée dans une perspective réelle de plurilinguisme planétaire.

La matrice historique et communicationnelle de la Francophonie n'est pas celle du Commonwealth. Les bâtisseurs de la Francophonie, à savoir les pères de l'indépendance, que furent Léopold Sédar Senghor au Sénégal, Habib Bourguiba en Tunisie, Norodom Sihanouk au Cambodge, Hamani Diori au Niger, la conçurent avant tout comme un nouveau vivre ensemble francophone, transcendant le joug de la colonisation en instaurant une équité de tous les protagonistes qu'ils soient du Nord ou du Sud. Par définition et par essence, la francophonie est donc une utopie culturelle, humaine et communicationnelle en construction dont les actes doivent être à la hauteur de sa propre histoire et des enjeux contemporains. Les enjeux actuels quels sont-ils ? Prioritairement, il faut faire de la diversité culturelle un nouvel objet de régulation internationale permettant au patrimoine culturel de l'humanité et à ses 6000 langues de continuer d'exister et de retranscrire les identités de chacun.

Les francophones doivent collectivement penser le monde contemporain et incarner les possibles alternatives de la mondialisation issue du monde anglo-américain. La Francophonie l'a fait avec la Convention sur la diversité culturelle, elle doit désormais œuvrer à son application mais aussi à la défense de la diversité linguistique qui passe par la promotion des langues maternelles. Non en raison du fait que la modélisation anglo-américaine est ontologiquement négative, certains éléments sont éminemment positifs, mais bien parce que la mondialisation nécessite l'altérité et que le monde actuel repose toujours sur les décombres de la Seconde Guerre mondiale et de la chute du mur de Berlin. Il est temps que ce hiatus historique cesse et que les espaces linguistiques et les civilisations deviennent à côté des Etats, des Nations et des Organisations internationales des acteurs de régulation de la mondialisation afin que s'éloigne le spectre d'une globalisation synonyme d'ethnocide et de nivellement par le bas. Pour échapper à ce choc artificiel des civilisations que nous promet Samuel Huntington il faut que la francophonie et les espaces linguistiques issus des langues romanes intensifient leurs dialogues. Une latinophonie innovante et porteuse de projets, vécue comme un espace romanophone plurilingue ouvert sur toutes les aires linguistiques, constituerait un pôle communicationnel structurant capable de redistribuer à l'échelle mondiale les rapports de forces culturels et donc politiques et économiques.

Le développement du plurilinguisme suppose entre autres choses, le développement entre locuteurs de langues typologiquement proches, de compétences d'intercompréhension réciproques. Dans cette perspective, l'ensemble constitué par les langues romanes et latines constitue un terrain d'action tout indiqué, qui permet de surcroît, en raison de la diffusion de ces langues à l'échelle mondiale une extension quasi universelle. Prendre appui sur la parenté des langues romanes pour en favoriser l'apprentissage et l'utilisation, voilà un projet porteur d'avenir, facteur de cohérence tant pour la francophonie que l'hispanophonie, la lusophonie ou les autres langues romanes dont chaque année l'audience tend à diminuer, à l'inverse de l'espagnol, du portugais et du français. S'il est possible de placer la francophonie au cœur de ce dispositif, dont l'embryon existe déjà, à savoir les trois aires linguistiques de diversité et de paix favorables à l'instauration d'une société de l'information et de la connaissance mondiale, la francophonie malgré son potentiel et certaines de ses qualités ne peut seule faire face à tous les défis issus de la mondialisation. Si en ce début de troisième millénaire le français demeure toujours la deuxième langue internationale et dispose du deuxième réseau diplomatique et culturel au monde grâce à la France, nous aurions tort de penser que cet état de fait est immuable alors que 50% des langues du monde sont aujourd'hui en danger de disparition⁵ il est urgent tout en consolidant les assises des francophonies⁶ de valoriser les racines culturelles mondiales des civilisations et des peuples de langues romanes. Car comme le déclarait François Mitterrand lors du Sommet de Dakar en 1989, ce n'est pas la seulement la langue française qui fait la francophonie mais bien *sa coexistence avec les 2000 langues de l'espace francophone*. En participant à la création de cette entité plurilingue d'expression romane et latine, la Francophonie loin d'opérer un repli partiel en direction d'un composante civilisationnelle européenne ou méditerranéenne, assurerait à la langue française non seulement sa pérennité sur le très long terme mais également la diffusion des autres langues néo-latines dont les locuteurs dépassent le milliard et dont l'assise principale se situe en Amérique et plus particulièrement dans sa partie méridionale.

En prenant la tête de ce mouvement encourageant le multilinguisme, la Francophonie en accord avec sa propre histoire et les intérêts de ses

membres, ferait œuvre utile pour l'ensemble des aires culturelles y compris l'anglophonie. En effet, le rayonnement de la langue anglaise dont le corollaire est son hétérogénéité grandissante fait de celle-ci un objet d'attraction et de répulsion pour la plupart des langues et des cultures. Sans contrepoids, l'anglo-américain au fur et à mesure du XXI^e siècle risque d'apparaître à tort, non plus comme la nouvelle lingua franca de communication, mais avant tout comme le rouleau compresseur des identités minoritaires, et de cristalliser les rancœurs et l'animosité envers son principal locuteur à savoir les Etats-Unis d'Amérique. L'autre écueil étant que l'anglo-américain ne soit plus paradoxalement considéré comme une langue unie mais en tant que vulgate communicationnelle à minima, glissant vers le pidgins alors qu'elle est comme toutes les langues, une part de l'imaginaire collectif de l'humanité et une richesse culturelle éminemment précieuse.

A travers la francophonie, on peut non seulement dégager une lecture du monde francophone en tant qu'aire géopolitique, mais aussi obtenir une vision transversale des mentalités, des identités, des espaces publics, des rapports entre Etats et sociétés. Ce dernier point est probablement le plus utile pour déchiffrer la mondialisation et les nouveaux enjeux politiques induits par celle-ci.

Depuis trente ans, la Francophonie en tant que *noosphère* et grâce à son caractère utopique se trouve en phase avec tous les enjeux politiques de la mondialisation⁷. La meilleure illustration de ceci est l'adoption de la Convention sur la diversité culturelle signée à l'UNESCO, à Paris, le 21 octobre 2005 qui reconnaît solennellement l'importance du respect de la diversité et de la cohabitation culturelle comme nouvelle norme internationale. Cela prouve que les questions identitaires, culturelles et d'habitus considérées encore abusivement comme secondaires en Occident, avec l'intensification des effets de la globalisation et l'hypertrophie de la sphère économique dans le champ social sont d'une actualité bien contemporaine. Dans la mesure où le français n'est plus hégémonique ou langue première, en dehors de la France, défendre le français c'est d'abord défendre les langues maternelles. Défendre le français et la diffusion des langues romanes c'est donc défendre le pluralisme linguistique indispensable pour demain. La Francophonie est une chance pour la

mondialisation, car elle lui octroie au travers d'une langue toujours porteuse de valeurs universelles un moyen ajustable pour aider à construire la cohabitation culturelle de demain, sans laquelle il n'y aura pas de paix durable.

La francophonie peut permettre une lecture renouvelée des acteurs, mais aussi replacer l'objet d'histoire dans un processus de modernité, à savoir une mondialisation des langues et des cultures. Alors que trop souvent, la conscience historique et civilisationnelle s'est dissoute dans un même "empirisme du vide" comme le soulignait Gilles Lipovetsky: *La société post-moderne est celle où règne l'indifférence de masse, où le sentiment de ressassement et de piétinement domine*⁷. Ceci expliquant alors l'impression d'ovni que peut dégager la francophonie, et la somme de critiques dont elle est la cible, alors qu'elle agit avant tout dans le domaine de la coopération et du dialogue des cultures. Demain, la Francophonie et toutes les autres aires culturelles peuvent être des garde-fous contre les violences politiques et culturelles d'une post-modernité dont le seul visage serait la globalisation. Or, la légitimité de la Francophonie, comme celle de toutes les autres aires culturelles résulte de sa capacité à ne pas perdre le contact avec la société civile.

3. L'apport de la Francophonie et du monde francophone dans la Déclaration universelle sur la Diversité Culturelle de ONUESC/UNESCO

L'adoption finale de la Convention⁸ en octobre 2005 fut, comme je l'ai déjà évoqué, une victoire collective de la francophonie où le Québec et la France furent des acteurs prépondérants. L'hispanophonie et la lusophonie durant la décennie des années 1990 choisirent ouvertement le mode de développement francophoniste, ce qui accentua d'autant le sentiment que la Francophonie à tord ou à raison tendait à devenir une "ONU francophone" ou "une ONUESC latine et de la francité", partageant avec la Société des nations des ambitions et des buts louables, mais sans disposer pleinement des moyens financiers et techniques pour les réaliser.

Bien que déterminante, cette nouvelle mission dont la Francophonie s'était investie apporta de nouveaux arguments à ses "détracteurs", qui lui reprochaient déjà un manque de lisibilité dans son action, un goût prononcé pour les éléphants blancs, une communication atone et mièvre sur les nobles et grandes causes. Néanmoins, la Francophonie sut rallier autour de son argumentaire, la plupart des pays des aires culturelles latines et des entités telles l'Union Européenne, la Communauté économique des Etats de l'Afrique de l'Ouest, l'Association des nations de l'Asie du Sud-Est coordonnant l'action régionale et continentale à l'action nationale et internationale.

La Francophonie en dépit de son poids relatif sut prendre la tête des aires culturelles sans pour autant susciter de contestation réelle, de la part de ses interlocuteurs qui la jugèrent collectivement comme l'outil de structuration à suivre et à relayer.

La Convention sur la diversité culturelle rentra officiellement en application le 18 mars 2007, cette victoire des langues et du respect de la diversité culturelle doit maintenant se matérialiser pour donner naissance à un nouvel instrument de gouvernance mondiale vecteur de régulation et d'enrichissement humain.

4. Francophonie et américanité: rôle et finalité pour le Québec

Le Québec foyer majeur de rayonnement de la francophonie nord-américaine aurait tout à gagner à une américanité intégrale ne se résumant pas seulement aux Etats-Unis, mais intégrant aussi les aires hispanophones, lusophones, créolophones et les langues amérindiennes et autochtones.

En proposant cette nouvelle américanité où la francophonie aurait une place à jouer, le Québec pourrait sortir de plusieurs solitudes et accroître sa lisibilité internationale, sans nécessairement devoir se confronter à ses vieux démons constitutionnels. Si la francophonie internationale n'est pleinement concevable qu'avec le Québec et le Canada, celle-ci est devenue tant à Ottawa qu'à Québec un facteur de renforcement et de rayonnement.

Si *l'américanité* renvoie bien à un concept de continentalisation et non pas à celui d'une "étatsunisation", une américanité intégrale et non plus seulement de l'Amérique du nord permettrait le dégagement d'une identité positive pour l'ensemble des acteurs du continent et redonnerait au Québec et aux francophones du continent, confronté en dehors de l'espace laurentien à l'archipelisation, un statut et une liberté identitaire avantageux à plus d'un titre, pouvant enfin s'appeler américanité. Le Canada s'en trouverait également consolidé. Sur le modèle de la francophonie intégrale qui sert de modèle à la construction du projet francophoniste dans les années 80-90, cette nouvelle et réelle américanité enrichie de l'hispanophonie, de la lusophonie, de la francophonie et des cultures et des langues des Amériques pourrait prémunir le continent d'un appauvrissement culturel généralisé et donc faire reculer les tensions communautaires. Les démarches de l'hispanophonie et de la lusophonie largement calquées sur le modèle de la francophonie tendent à valider la construction et le fonctionnement de la francosphère. La réelle convergence des aires lusophones, hispanophones et francophones, peut s'affirmer comme le point de départ d'une possible latinophonie contemporaine multilingue à l'audience et à l'incidence mondiale.

En abordant la question de la francophonie et du Québec dans le cadre de ma thèse j'ai été amené nécessairement à réfléchir sur la question de sa latinité, de ses traces et de ses différentes rémanences dans l'identité québécoise. S'il peut paraître de prime abord étrange de parler de latinité pour le Québec, celui-ci est bien membre de la latinité par sa langue, sa morale, sa sensibilité confessionnelle et morale chrétienne et un nombre incalculable d'éléments de la vie quotidienne que l'on réduit seulement à un certain art de vivre... A travers la francophonie c'est aussi un sentiment d'appartenance à la *latinosphère* que le Québec investit de façon plus ou moins consciente et qui lui permet malgré son isolement géographique et linguistique d'accéder à un espace, à un imaginaire. Si la société québécoise subit des fois plus qu'elle ne le souhaite ou affirme ne le souhaiter, le poids de son voisin du Sud, la latinité du Québec lui permet d'endiguer partiellement ses assauts, mais aussi de tisser des liens avec l'Amérique du Sud et d'accueillir sur son sol nombre d'hispanophones et dans une moindre mesure de lusophones. Il en découle

une possible union latine qui prendrait tout son sens si une pleine américanité creuset des langues et des cultures des Amériques voyait le jour, ou si l'Union latine dont le siège est à Paris s'affirme sur la scène internationale d'une façon pleine et entière, alors que l'hispanophonie et la lusophonie sont en train d'émerger comme des entités internationales et que le Brésil et le Mexique sont sans doute les nouveaux géants économiques des Amériques.

Cette possible *latinophonie* qui n'a pas encore conscience d'elle-même, est un colosse démographique et économique dépassant le milliard d'individus et qui pèse du moins potentiellement autant, voire plus que le monde anglo-saxon. Si l'on délaisse un instant la grille d'analyse des Etats en investissant une problématique géolinguistique des relations internationales, comme le faisait Reclus à la fin du XIX^e siècle, on constate que dans ces deux foyers de rayonnement internationaux que sont les Amériques et l'Europe, les latins sont loin d'être en position de défense mais bien de reconquête, notamment en Amérique⁹. Le symbole le plus évident en est que les Etats-Unis qui fustigèrent en leur temps la loi 101 comme une dérive ethnique ont adopté dans la plupart des Etats des dispositions consacrant l'anglo-américain comme la langue officielle. Les assiégés de demain ne sont peut-être pas ou ne sont peut-être plus les francophones, les hispanophones et les lusophones¹⁰ d'Amérique mais bien les Anglo-américains. Leur empire et leur imaginaire marquent les premiers signes de faiblesse évidents, effondrement du dollar, remise en cause du mode de vie américain, crise de la guerre en Irak, renfermement migratoire, relatif désenchantement des classes moyennes états-uniennes avec la crise des surprimes et cela alors que les 8 objectifs du millénaire¹¹ adoptés par les 191 Etats membres de l'ONU semblent ne pas pouvoir être atteints. La francophonie et les langues romanes peuvent participer à un rééquilibrage du monde en plaçant la diversité culturelle au cœur des enjeux économiques, politiques et humains de la mondialisation. Dans le cas contraire l'analyse présentée par Reclus il y a plus d'un siècle sur l'émergence d'un monde standardisé risque de se révéler exacte :

Dans quelques siècles on ne parlera sans doute que l'anglais, le russe, l'espagnol, le portugais, le français, l'hindoustani, le chinois, [...]. Pourvu qu'au lieu de

toutes ces langues, dont chacune a sa beauté ne se forme un jour un sédiment [...] un patois sans harmonie, sans poésie, sans noblesse, sans flexibilité, [...] une langue franque, un sabir, un papamiento né du concours de tous les commerçants du Globe!¹²

Conclusion

Le Québec aurait tout à gagner à une américanité intégrale ne se résumant pas seulement aux Etats-Unis, mais intégrant aussi les aires hispanophones, lusophones, créolophones et les langues amérindiennes et autochtones. En proposant cette nouvelle américanité où la francophonie aurait une place à jouer, le Québec pourrait sortir de plusieurs solitudes et accroître sa lisibilité internationale, sans nécessairement devoir se confronter à ses vieux maux constitutionnels et référendaires. Si la francophonie ne peut toujours pas et ne veut pas se priver du soutien du Québec, le référendum de 1995 a démontré combien l'Etat fleurdelisé aurait intérêt à cultiver sa francophonie et à trouver un point d'équilibre identitaire entre Amérique, Europe, multiculturalisme et globalisation, pour éviter de voir resurgir les vieux démons du premier nationalisme.

En reprenant l'initiative dans la francosphère en dehors d'un calendrier purement référendaire, le Québec sortirait renforcé dans sa cohérence identitaire et tendrait la main aux francophones hors Québec qui se sentent, à tort ou à raison, abandonnés de la vieille capitale et déploierait une américanité constructive et ouverte sur l'Amérique du Sud. En outre, la démarche de l'hispanophonie et de la lusophonie calquée sur le modèle de la francophonie tend à valider la construction et le fonctionnement francophonistes et initie une réelle convergence des aires lusophone, hispanophone et francophone point de départ d'une possible latinophonie contemporaine multilingue à l'audience et à l'incidence mondiale. Au sein de celle-ci, l'Union latine pourrait enfin endosser un rôle moteur et d'initiative ce qu'elle n'a toujours pas, bien qu'elle possède un demi-siècle d'existence légale, ce qui n'est pas le cas de la Francophonie.

NOTES

¹ Propos rapportés par Stélio Farandjis lors du colloque *L.S. Senghor: Africanité-Universalité*, du 29 au 30 mai 2000, organisé par l'Université Paris XIII.

² De Certeau, Michel. Des espaces et des pratiques », in *Pratiques culturelles des Français*, Paris, Ministère des Affaires culturelles, Services des études et de recherche (SER), 1974, p. 169.

³ Bernier, Ivan. *Mondialisation de l'économie et diversité culturelle : Les arguments en faveur de la préservation de la diversité culturelle*, en collaboration avec Dave Atkinson, document de réflexion préparé pour la 2^e concertation intergouvernementale de la Francophonie

⁴ Reclus, Onésime. *France, Algérie et Colonies*, p. 423-424.

⁵ Cf. Atlas mondial des langues en péril de l'UNESCO, Paris, 2002.

⁶ Cf. Aurélien, Yannic, *Le Québec en Francophonie, les relations particulières de la francophonie et du Québec (1962-1995) Perceptions, Représentations et Enjeux*. (Cotutelle de thèse entre l'université Toulouse II le Mirail et l'Université du Québec à Montréal), Toulouse 2007, 751 p.

⁷ En phase avec les enjeux de la cohabitation culturelle liés à la mondialisation la Francophonie institutionnelle (OIF) est considérable, elle réunit aujourd'hui 70 Etats et gouvernements et presque tous les espaces francophones à l'exception dommageable de l'Algérie et d'Israël.

⁸ Gilles, LIPOVETSKY, *L'ère du vide*, Paris, Gallimard, 1983. p. 11.

⁹ Cf. La Revue *Hérodote* et son numéro spécial intitulé *géopolitique de l'anglais* n° 115, 2004.

¹⁰ Cf. Léonard, Yves. *La Lusophonie dans la monde*, Paris, DF, coll. « Problèmes politiques et sociaux », n° 803, 1998, 89 p.

¹¹ A savoir 1. Faire disparaître l'extrême pauvreté et la faim 2. Garantir à tous une éducation primaire en donnant à tous les enfants, garçons et filles, les moyens d'achever un cycle complet d'études primaires. 3. Promouvoir l'égalité des sexes et l'autonomisation des femmes. 4. Réduire la mortalité infantile en réduisant des 2/3 le taux de mortalité des enfants de moins de cinq ans. 5. Améliorer la santé maternelle en réduisant des 3/4 le taux de mortalité maternelle. 6. Combattre le VIH/SIDA, le paludisme et autres maladies, en enrayant leur propagation. 7. Assurer la durabilité des ressources environnementales, en intégrant les principes du développement durable dans les politiques nationales et inverser la tendance actuelle à la déperdition des ressources environnementales. 8. Mettre en place un partenariat mondial pour le développement.

¹² O. Reclus. *France, Algérie et colonies*. p. 439-440.

REFERENCES

ATLAS MONDIAL DES LANGUES *en péril de l'UNESCO*, Paris, 2002.

BOUTROS-GHALI, Boutros, *Emanciper la Francophonie*, Paris, L'Harmattan, 2002.

- CHAUPRADE, Aymeric, *L'espace économique francophone*, Paris, Ellipses, 1996.
- HERMES, *Francophonie et mondialisation*, n°40, Paris, Cnrs éditions, 2004.
- LONARD, Yves. *La Lusophonie dans la monde*, Paris, DF, “Problèmes politiques et sociaux”, n° 803, 1998, 89 p.
- RECLUS, Onésime. *France, Algérie et Colonies*, Paris, Hachette, 1890, p. 423-424.
- YANNIC, Aurélien *Le Québec en Francophonie, les relations particulières de la francophonie et du Québec (1962-1995) Perceptions, Représentations et Enjeux*. (Cotutelle de thèse entre l'université Toulouse II le Mirail et l'Université du Québec à Montréal), Toulouse 2007, 751 p.
- YANNIC, A., *La francophonie et l'alliance des aires culturelles romanes* in Louise Beaudoin, Stéphane Paquin (Dir.), *Pourquoi la Francophonie*, Montréal, VLB éditeur, 2008,
- WOLTON, Dominique, *Demain la francophonie*, Paris, Flammarion, 2006.

Articulações entre Comunicação
e Cultura a partir das matrizes
teóricas francesa e latino-americana¹

Articulations entre Communication
et Culture à partir des matrices
théoriques française et
latino-américaine

Laan Mendes de BARROS

Pós-Doutor pela Université Stendhal (Grenoble 3) Grenoble – França. Pesquisador Associado da Cátedra UNESCO-Metodista de Comunicação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo - UMESP - São Bernardo do Campo / SP – Brasil.

E-mail: laan.mb@uol.com.br

RESUMO

Abordam-se a dimensão cultural dos produtos midiáticos e a dimensão comunicacional dos fenômenos culturais, em uma discussão sobre o objeto de estudo das Ciências da Comunicação, a partir de um exame da mútua influência entre os pensamentos comunicacionais francês e latino-americano. No contexto de um mundo globalizado e interligado por tecnologias de informação cada vez mais sofisticadas, a reflexão sobre Comunicação e Cultura passa pelas questões de identidade cultural em um tempo-espaço híbrido e marcado pela desterritorialização, pelos processos de conflitos e miscigenação étnica e por novas perspectivas poéticas e estéticas na produção e fruição dos discursos da mídia e das manifestações culturais contemporâneas. O deslocamento teórico-epistemológico “dos meios às mediações”, proposto por Martín-Barbero, encontra pontos de articulação com os estudos de hermenêutica formulados por Paul Ricœur e com as reflexões sobre estética da comunicação desenvolvidas por Jean Caune.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação e cultura – meios e mediações – teoria e epistemologia da comunicação - França e América Latina.

RÉSUMÉ

La dimension culturelle des produits médiatiques et la dimension communicationnelle des phénomènes culturels, dans une discussion sur l'objet d'étude des Sciences de la Communication, à partir d'un examen de l'influence mutuelle entre les pensées communicationnelles française et latino-américaine. Dans le contexte d'un monde globalisé et relié par les technologies de l'information de plus en plus sophistiquées, la réflexion sur la Communication et la Culture passe par les questions d'identité culturelle dans un temps-espace hybride et marqué par la déterritorialisation, par les processus de conflits et métissage ethnique et par des nouvelles perspectives poétiques et esthétiques de la production et la jouissance des discours des médias et des manifestations culturelles contemporaines. Le déplacement théorique-épistémologique “des moyens aux médiations”, proposé par Martín-Barbero, trouve des points d'articulation avec les études d'herméneutique formulées par Paul Ricœur et avec les réflexions sur l'esthétique de la communication développées par Jean Caune.

MOTS-CLEFS : communication et culture – moyens et médiations – théorie et épistémologie de la communication - France et Amérique Latine.

Esta reflexão sobre a mútua influência entre os pensamentos francês e latino-americano no estudo da cultura das mídias e das mediações culturais é parte de pesquisa realizada durante estágio pós-doutoral na Université Stendhal – Grenoble 3, desenvolvido entre novembro de 2007 e julho de 2008, sob a supervisão do professor Jean Caune, com apoio da FAPESP.

As relações entre cultura e comunicação marcam o pensamento comunicacional³ contemporâneo, especialmente no interior de algumas correntes teóricas que tomam tais articulações como fundamento da estrutura e identidade do campo de estudo da comunicação. Por certo, a discussão epistemológica sobre o campo comunicacional é bastante complexa e se configura em tarefa coletiva, que já se desenvolve, no caso do Brasil, no interior dos programas de pós-graduação em Comunicação e nos grupos de pesquisa organizados em associações como a Intercom e a Compós.

Pretendemos contribuir para o avanço dessa discussão, focando, em particular, as abordagens francesa e latino-americana da dimensão cultural dos produtos midiáticos e da dimensão comunicacional dos fenômenos culturais. Procuramos, assim, identificar os pontos de convergência, fluxos de influência e as inter-relações entre essas duas escolas. Para tanto, analisamos dois segmentos teóricos representativos dessas grandes matrizes. De um lado, as elaborações do grupo de pesquisa sediado em Grenoble, que tem em Bernard Miège seu principal líder e em Jean Caune o mais expressivo articulador do binômio “comunicação” e “cultura”. De outro lado, o paradigma das mediações, já identificado anteriormente, difundido por Martín-Barbero e outros autores da escola latino-americana.

É inegável a influência do pensamento francês na composição do repertório teórico da área da comunicação na América Latina e, em particular, no Brasil. Em trabalho publicado na revista *Líbero*, Zélia Leal Adghirni (2006, p. 52) afirma que essa influência se deu “principalmente a partir dos anos 1970, quando começaram a ser criados os programas de pós-graduação em

comunicação nas principais universidades brasileiras”. Ela recupera as origens desse movimento de brasileiros que buscaram na França os subsídios para o desenvolvimento da área da comunicação em nosso país, lembrando que “foi em Paris que nossos primeiros teóricos beberam nas fontes do conhecimento de uma área emergente que ainda não tinha nome, mas que atraía filósofos, sociólogos, historiadores e autodidatas curiosos”.

Assim como em outras áreas das ciências humanas e sociais, que foram desenvolvidas no Brasil tomando como base, em grande medida, as teses de pensadores franceses, na comunicação essa influência também se deu de forma marcante. Isso se explica, especialmente, pelo fato de que, na constituição da disciplina, foram muitos os pesquisadores que migraram de outras áreas já consolidadas, acentuando ainda mais a dimensão interdisciplinar do campo da comunicação. Reforçando esta constatação, a pesquisadora da UnB dialoga com as pesquisas de Eduardo Meditsch, da UFSC, para chamar a atenção ao fato de que

[...] é muito comum encontrar referências francesas em textos apresentados em congressos, publicações científicas e teses de pós-graduação nas universidades brasileiras. Uma rápida consulta às obras dos principais autores na área de comunicação, realizada de maneira empírica, sem o rigor metodológico que esta reflexão exigiria, mas, limitada pelas condições de produção, encontramos em primeiro lugar, os seguintes nomes: Michel Foucault, Edgar Morin e Pierre Bourdieu. Somam-se a estes nomes, outros pesquisadores de referência, não necessariamente na ordem aqui apresentada: Jean Baudrillard, Roland Barthes, Armand Mattelard, Bernard Miège, Jacques Derrida, Michel Maffesoli, Régis Debray, Guy Debord, Paul Virilio, Jean François Lyotard, Louis Queré, Daniel Bounoux, Jean Caune, Dominique Wolton, Lucien Sfez, Maurice Mouillaud, Pierre Lévy, e Patrick Champagne, sem nomear a lista de uma nova geração de autores que despontam num horizonte de publicações recentes. (ADGHIRNI, 2006, p. 53)

De fato, a bibliografia da área da comunicação no Brasil está fortemente marcada pela tradição francesa. No entanto, essa origem teórica pouco se traduz na prática; parece ficar limitada ao universo da pesquisa, que permanece divorciada da área do ensino, da formação universitária de nossos comunicadores. O ensino da comunicação no Brasil, desde suas origens nos anos 40 e 50 do século XX, obedece a uma orientação mais pragmática e instrumental,

que reflete a lógica funcionalista da matriz norte-americana. Isso fica evidente na estruturação dos cursos de graduação, voltados prioritariamente à formação profissional nas habilitações de jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, radialismo etc.

Venício A. de Lima fala dessa influência na institucionalização dos estudos de comunicação no Brasil, atribuindo às próprias instâncias governamentais a adoção do modelo desenvolvido nos Estados Unidos. Segundo ele, em 1969, na implantação dos cursos de comunicação social no Brasil, em substituição aos poucos cursos de jornalismo existentes, “o Conselho Federal de Educação adotou exatamente o modelo de ensino de comunicações já consagrado nos Estados Unidos” (LIMA, 2001, p. 33). Essa visão utilitária do conhecimento e os apelos do mercado acabam fragilizando o campo e retardando a sua consolidação. Neste sentido, Venício A. de Lima aprofunda sua crítica:

Ao se implantar no Brasil o modelo de ensino de jornalismo consolidado nos Estados Unidos, herdamos os mesmos problemas e ainda pagamos o preço de agregar aos cursos de Comunicação Social outras habilitações profissionais sem tradição acadêmica anterior. E essa profunda identificação entre o ensino de graduação em comunicações e as práticas profissionais de jornalista, primeiro, e publicitário e relações públicas, posteriormente, é, sem dúvida, mais um fator que contribui para a existência de um universo teórico desarticulado e conflituoso no campo de estudo das comunicações. (LIMA, 2001, p. 35)

Essa primazia da visão instrumental e profissionalizante no ensino da comunicação no Brasil e a aplicação de formulações técnicas e modelos de inspiração norte-americana contrastam com as matrizes teóricas estampadas nas dissertações e teses e nas bibliografias dos pesquisadores brasileiros e latino-americanos da área, que trazem autores franceses em grande quantidade e em lugar de destaque. Cabe, portanto, investir na pesquisa dessas matrizes, para que se possa compreender melhor a evolução do estudo da comunicação no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral.

Por outro lado, há de se reconhecer que o pensamento comunicacional latino-americano experimentou um forte desenvolvimento nas três últimas dé-

cadadas. Dentre várias iniciativas que impulsionaram tal movimento, destacam-se os debates promovidos pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina – CIESPAL(4)4 – a partir de 1973. De uma primeira etapa de natureza mais crítica, inspirada no pensamento frankfurtiano, novas perspectivas teóricas foram surgindo, especialmente na articulação entre comunicação e cultura. Concepções teóricas que, em grande parte, resgatam a figura do receptor, como agente do processo comunicativo e inserem a produção de sentidos no contexto temporal e espacial no qual está presente o fruidor.

Dentre as principais formulações, destacou-se neste período o *paradigma das mediações*, defendido por vários autores, que tem em Jesús Martín-Barbero seu principal articulador. Ele opta pelas mediações em contraposição aos meios, como centro de atenção da pesquisa em comunicação. Trata-se, portanto, de um deslocamento metodológico – ou epistemológico, poderíamos dizer –, como ele próprio explicita já na introdução de sua reconhecida obra *Dos meios às mediações*:

A comunicação se tornou para nós questão de *mediações* mais do que meios, questão de *cultura* e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi de início, operação de deslocamento metodológico para re-ver o processo inteiro da comunicação a partir de seu *outro* lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos. Porém num segundo momento, tal reconhecimento está se transformando, justamente para que aquele deslocamento não fique em mera reação ou passageira mudança teórica, em reconhecimento da história: reapropriação histórica do tempo da modernidade latino-americana e seu descompasso encontrando uma brecha no embuste lógico com que a homogeneização capitalista parece esgotar a realidade do atual. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 16)

Esse deslocamento se configura no grande diferencial do pensamento de Martín-Barbero e se desdobra, como se pode ver no texto acima citado, em um movimento de “reapropriação histórica do tempo da modernidade latino-americana”, em uma leitura crítica da sociedade capitalista e dos fenômenos

mediáticos. Tal crítica não se perde, no entanto, na supervalorização da mídia e na simplificação linear do processo comunicacional.

O protagonismo de Martín-Barbero no cenário comunicacional latino-americano fica evidente na recorrência de citações de seus livros por parte de diversos pesquisadores. A pesquisadora Maria Cristina Gobbi, ao analisar as bibliografias de 1.576 pesquisas apresentadas ao longo dos 30 anos da Associação Latino-americana de Pesquisadores em Comunicação – ALAIC –, constatou que Martín-Barbero ocupa o primeiro lugar entre os autores mais citados, com 395 referências, enquanto que o segundo mais citado não alcança 250 indicações.

Também na França ele merece atenção por parte da academia. A revista *Hermès*, em sua 28ª. edição, de 2000, dedicada à América Latina, coloca em evidência o nome de Martín-Barbero entre os autores de referência no pensamento comunicacional latino-americano. No entanto, suas ideias ainda são pouco difundidas naquele cenário acadêmico. Exemplo disso é que no último congresso da Sociedade Francesa de Ciências da Informação e da Comunicação-SFSIC, o nome do autor mais citado no contexto latino-americano aparece apenas em uma pesquisa, dentre 98 apresentadas; sem contar o trabalho que apresentamos no evento, intitulado *Médias et Médiations: les influences entre les pensées française et latino-américaine*, que, como não poderia deixar de ser, dá grande atenção às suas ideias. Outros autores latino-americanos também pouco aparecem nas bibliografias.

No caso da principal obra de Martín-Barbero *De los medios a las mediaciones*, somente 15 anos depois de sua primeira edição em espanhol é que foi publicada em francês. No prefácio da edição francesa, seus tradutores, Guy Lochard e Bruno Ollivier, lembram que o intelectual espanhol-colombiano estudou em Louvain e em Paris e, posteriormente, se converteu em figura de referência no continente latino-americano. Eles sinalizam com a possibilidade de um intercâmbio cultural:

Cet ouvrage permet donc enfin à un public francophone de comprendre, en retour, comment des écrits et des théoriciens européens – et particulièrement français – ont été compris, adaptés, transformés en Amérique Latine, et quel

écho ils ont pu avoir dans le développement des études de communication latino-américaines. (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 9)

O que podemos observar, durante nossa estadia na França, é que existe certa abertura para o pensamento latino-americano junto àquele contingente de pesquisadores. No entanto, essa disposição para o diálogo ainda é frágil e incipiente. A curiosidade de alguns se mescla com a resistência um tanto desconfiada de outros. Ainda são raras as possibilidades de intercâmbio de mão dupla, até mesmo pela limitação da língua, uma vez que poucos franceses leem espanhol ou português. Uma desejável influência mútua entre os dois segmentos do pensamento comunicacional ainda se mostra desbalanceada. De qualquer forma, as ideias em si desenvolvidas em um e outro lado do Atlântico encontram vários pontos de convergência e merecem ser articuladas. Faz-se necessária a superação de eventuais barreiras.

Nessa perspectiva, dentre a ampla variedade de subtemas e problemas do campo comunicacional, nossa pesquisa se voltou ao confronto e busca de nexos entre as Teorias da Informação e da Comunicação⁵, de origem francesa, e as Teorias das Mediações, difundidas na América Latina. Os dois eixos teóricos foram trabalhados a partir das coletividades científicas já identificadas. De um lado, predominam os estudos midiáticos e uma grande atenção nos avanços das tecnologias da informação e da comunicação; o foco está na mídia, nos meios de comunicação. De outro, a atenção se volta ao contexto no qual se dá a produção de sentidos, às mediações culturais.

O pensamento comunicacional latino-americano

Pensar a comunicação a partir do tempo-espço latino-americano é um desafio que tem motivado vários pesquisadores de nosso subcontinente. Por certo, essa valorização de uma identidade própria não pode confundir-se com xenofobismo, que a caracterizaria como uma postura provinciana e incompatível com o pensamento científico. Trata-se, apenas, de se valorizar o que tem sido desenvolvido no campo comunicacional nestes contornos do planeta, de

maneira que se possam mapear as linhas mestras de uma identidade latino-americana.

São marcas comuns nas trajetórias de nossos países: uma longa história de colonização de exploração; o subdesenvolvimento econômico, político e social; a fragilidade dos regimes democráticos, com históricos frequentes de ditadura; a dependência cultural em relação aos países mais ricos; a supervalorização do aparato comunicacional em relação a outras áreas da vida em sociedade, como a educação e a saúde etc. Também são características de nossa gênese: a miscigenação étnica e cultural; a riqueza e diversidade dos movimentos populares; a sensibilidade e a criatividade, que afloram em um contexto de superação de dificuldades e limitações; a abertura ao diálogo e o espírito colaborativo.

No campo específico da comunicação, apesar da concepção instrumental na estruturação do ensino e das organizações de mídia, atrelados à lógica do mercado, as articulações com o universo da educação e da cultura formam um combinação favorável ao desenvolvimento de um repertório teórico particular. Ele combina um olhar crítico em relação aos processos e produtos midiáticos, de origem marxista, e uma aposta nas possibilidades de diálogo como algo essencial dos processos comunicacionais, na linha do compartilhamento, ideia presente nas origens etimológicas do verbo *communicare*, do latim, que traz o sentido de “tornar comum” à ação comunicativa. Predomina nesta concepção uma perspectiva dialética de se pensar e se fazer comunicação.

Nas últimas décadas a pesquisa em comunicação na América Latina ganhou autonomia e, gradativamente, uma identidade própria. Observou-se, então, uma expansão da produção bibliográfica de autores latino-americanos, mesmo em um “ambiente pouco propício”, como recorda Gobbi (MELO e GOBBI, 2004, p. 22). O fortalecimento dessas relações de intercâmbio, com a circulação mais intensa de ideias, em congressos e publicações, fomentou a constituição de um repertório teórico latino-americano.

Na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP – a professora Cremilda Medina organizou, ainda nos anos 80, um curso chamado *Hemisfério Sol*, que se voltava a autores latino-americanos. Na mesma escola, a professora Maria Immacolata Vassalo de Lopes também

abria espaço para o estudo de teóricos de nosso subcontinente, articulando autores hispano-americanos, como Eliseo Verón, Nestor García Canclini e Jesús Martín-Barbero, e brasileiros, como Octavio Ianni, Renato Ortiz e Muniz Sodré. As pontes entre nossos países passam pela articulação da comunicação com o universo da cultura e da educação e pela sociologia aplicada à comunicação. O próprio Martín-Barbero – em entrevista a nós concedida em abril de 2008 – destaca a influência de brasileiros como Florestan Fernandes, Milton Santos e Paulo Freire na formação de uma matriz comunicacional latino-americana.

Na leitura desses autores fica evidente a inserção da comunicação no campo da cultura e da política, como gênese do pensamento comunicacional latino-americano, que se formou no contexto das lutas contra as ditaduras, na “reconquista dos espaços públicos” e na valorização dos movimentos populares. Mais do que uma discussão técnica e instrumental que trata os meios de comunicação como aparatos técnicos que dão suporte à transmissão de conteúdos, os estudos de comunicação aqui desenvolvidos se preocupam com as relações sociais e optam pela centralidade do ser humano, como sujeito político e cultural. Hoje essas ênfases se renovam com o advento de novas tecnologias digitais, que se configuram mais abertas, interativas e colaborativas que os clássicos meios de comunicação de massas. A esse respeito Martín-Barbero (2004, p. 125-126) nos lembra que:

A entrada no mercado das novas tecnologias de comunicação e a tomada de consciência das peculiaridades do processo de transnacionalização coincidem na América Latina com um desenho radical do campo de investigação na comunicação. Nesse novo desenho intervém o debate teórico-político já comentado, mas intervém, sobretudo e decisivamente uma única experiência compartilhada por um grande número de pesquisadores da região. Essa experiência, que ainda comporta não pouco de opacidade, aponta para o seguinte: *o campo dos problemas de comunicação não pode ser delimitado desde a teoria, isto é, não pode sê-lo mais que a partir das práticas sociais de comunicação*, e essas práticas na América Latina ultrapassam o que acontece nas mídias e se articulam a espaços e processos políticos, religiosos, artísticos etc.

mediante os quais as classes populares exercem uma atividade de resistência e réplica.

Nessa compreensão de que a problemática da comunicação transcende os limites da mídia, o lugar social e o tempo histórico nos quais estão inseridos aqueles que produzem e consomem informação e entretenimento se configuram em um cenário repleto de mediações. Seu estudo implica na articulação da comunicação com outras disciplinas, como é o caso da educação, em que, mais do que instrumento para as práticas educacionais, a comunicação precisa ser vista em sua dimensão pedagógica, como sistema de formação (ou deformação) de conhecimentos e valores. Essa dimensão se dá para além da educação formal, ou mesmo não formal. Ela pode ser observada no campo da educação informal, que ocorre nas dinâmicas culturais da vida em sociedade. O pensamento e a construção do conhecimento ocorrem na comunicação, quando o indivíduo interage com seus pares. Paulo Freire, autor que muito influenciou Martín-Barbero, adota uma visão dialógica e dialética quando fala da Comunicação.

O sujeito pensante não pode pensar sozinho. Não pode pensar a cerca dos objetos sem a co-participação de outro Sujeito. Não existe um “eu penso”, mas sim um “nós pensamos!” É o “nós pensamos” que estabelece o “eu penso” e não o oposto. Esta co-participação dos Sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. [...] A comunicação implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. Portanto, não é possível compreender o pensamento sem referência à sua dupla função: cognitiva e comunicativa. [...] O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE apud LIMA, 1981, p. 64)

E por acreditar no diálogo entre sujeitos envolvidos nos processos da comunicação na sociedade, Paulo Freire aponta para a necessidade de se desmistificar a mídia. Ao falar da televisão, ele sustenta que “a questão fundamental que se coloca a nós, qualquer que seja a inteligência da frase *alfabetização em televisa*, não é lutar contra a televisão, uma luta sem sentido, mas como estimular o desenvolvimento e o pensar críticos” (FREIRE, 2000, p. 109).

Para pensar a cultura na América Latina é preciso reconhecer a complexidade de nossa formação antropológica e a especificidade histórica do popular neste subcontinente. Um “espaço denso de interações, intercâmbios e reapropriações, o movimento da mestiçagem”, segundo Martín-Barbero (2004, p.139). Nessa valorização da cultura popular convém superar as simplificações de uma visão romântica e reacionária, que projeta o popular nos limites do folclórico, da vulgaridade e da ignorância. No contexto da hibridização cultural que marca a contemporaneidade, já não cabe o isolamento da cultura popular, como campo de preservação da autenticidade e de resistência contra o massivo e de oposição à cultura erudita. Como já se enfatizava nos “estudos culturais” desenvolvidos no contexto da *New Left* inglesa, na década de 1960, a compreensão da cultura precisa passar pela valorização do tempo histórico no qual estão inseridos os cidadãos, que não vivem isolados, mas em diferentes grupos de relacionamento. Esses grupos e outros fatores que compõem o campo de representações que se abre nos processos de produção de sentidos podem ser entendidos como mediações culturais.

Os estudos culturais dialogam bastante bem com o pensamento comunicacional latino-americano e estão entre as matrizes dos estudos de comunicação e educação que aqui se desenvolveram. Em ambas as correntes teóricas o resgate do receptor e a inserção da comunicação no âmbito da cultura são opções teórico-metodológicas que permitem a superação da visão instrumental e do midiacentrismo predominantes em nossa disciplina. Elas oferecem novas lentes para o estudo da cultura das mídias. No entanto, quando se toma o paradigma das mediações e, em particular, as formulações de Martín-Barbero, é preciso estabelecer relações também com outras escolas europeias, em especial com o pensamento francês.

Jean Caune concentra sua produção no estudo das convergências teóricas entre Comunicação e Cultura e discute as mediações culturais na perspectiva da estética e da política. Ao afirmar que “a cultura é comunicação”, ele pensa o ser humano em seu meio social, como parte de um grupo e sustenta que:

Tous les phénomènes de relation et de transmission qui permettent la perpétuation de la culture du groupe sont considérés comme phénomènes de com-

munication. L'adaptation de l'homme au milieu, les grandes unités signifiantes du discours et des faits humains entrent alors dans la catégorie des faits de communication. (CAUNE, 2006, p. 57)

A partir de uma primeira leitura, o que se pode depreender do pensamento de Jean Caune é que ele guarda laços de diálogo com as ideias de Martín-Barbero. Ao formular uma ética da mediação, ele recorre à antropologia e observa que as mediações culturais estão presentes no campo do imaginário popular e do grupo de convivência, etc.; mas adverte para o fato de que na sociedade contemporânea os adventos tecnológicos se constituem cada vez mais em fatores de mediação:

Du point de vue anthropologique, la médiation culturelle se manifeste dans les processus rituels, comportementaux, techniques, etc. par lesquels les individus donnent un sens à leur condition humaine. Ce point de vue extensif fait de toute acquisition technique transmise, de tout comportement imposé par la norme commune, de toute manifestation symbolique par laquelle l'homme entre en relation avec ce qu'il dépasse une forme de la médiation culturelle. Les nouvelles réalités nées avec la modernité ont remplacé l'opposition homme/nature par les interfaces homme/ technique; dès lors, l'expérience humaine est confrontée aux médiations techniques qui transforment les appropriations culturelles. (CAUNE, 1999, p. 121-122)

Diálogos com autores franceses

Algo que marca a obra de Martín-Barbero é a centralidade do ser humano – inserido em seu lugar social e marcado por vivências e mediações – nos estudos da comunicação. Essa herança humanística vem de sua formação na área da Filosofia e de seus vínculos intelectuais com pensadores europeus. Nessa perspectiva, os estudos de comunicação se articulam com o universo da cultura e da política, com fortes laços com o campo da antropologia.

Como argumenta Dominique Wolton, “a comunicação é antes de tudo uma *experiência antropológica* fundamental. Intuitivamente, comunicar consiste em um intercâmbio com o outro”. Por outro lado, ele lembra, também, que a comunicação é *o conjunto de técnicas* que, no período de um século, rompeu as condições tradicionais da comunicação direta, para substituí-la pelo

reinado da comunicação à distância”. E, por fim, que *a comunicação se converteu em uma necessidade social funcional* para economias interdependentes (Wolton, 1997, p. 14-16). Por certo, essas três dimensões da comunicação encontram-se articuladas entre si e são interdependentes. A comunicação não é isso *ou* aquilo, mas isso *e* aquilo. Ela é, ao mesmo tempo, uma “experiência antropológica”, um “conjunto de técnicas” e uma “necessidade social”.

E, neste sentido, nosso estudo se distancia de um exercício sintático-semântico do composto meio-mensagem para uma análise semântico-pragmática, na qual o texto faz parte de um contexto e a mídia faz parte das mediações sócio-culturais.

Abre-se assim ao debate um novo horizonte de problemas, no qual estão redefinidos os sentidos tanto da cultura quanto da política, e do qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo – os enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação –, mas também qualitativo: na redefinição da cultura, é fundamental a *compreensão de sua natureza comunicativa*. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é simples decodificador daquilo qual o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 228)

Esse resgate da figura do receptor como sujeito do processo comunicacional *Ř* e não mero objeto que sofre as ações da mídia *Ř* leva nossa reflexão ao campo da hermenêutica, disciplina bem presente na gênese do pensamento de Martín-Barbero. Sem pretender alcançar maior profundidade nessa linha de raciocínio, destaco duas ou três ideias de Paul Ricœur e Mikel Dufrenne que podem servir de pistas para a maior compreensão do paradigma das mediações, em suas articulações com os estudos hermenêuticos. Mais do que um esforço de exegese da mensagem, eles investem na hermenêutica, valorizando a experiência estética do receptor. Ricœur confronta os conceitos de explicação e interpretação, para chegar à ideia de compreensão. Ao analisar a leitura de textos literários, ele sustenta que

Deux manières de lire, disons-nous, s'offrent à nous. Nous pouvons, par la lecture prolonger et renforcer le suspens qui affecte la référence du texte, ambiance d'un monde et à l'audience des sujets parlants, attitude explicative.

Mais nous pouvons aussi lever ce suspens et achever le texte en parole actuelle. C'est cette seconde attitude qui est la véritable destination de la lecture. [...] L'autre lecture ne serait même pas possible, si d'abord il n'apparaissait pas que le texte, en tant qu'écriture, attend et appelle une lecture ; si la lecture est possible, c'est bien parce que le texte n'est pas fermé sur lui-même, mais ouvert sur autre chose ; lire, c'est, en toute hypothèse, enchaîner un discours nouveau au discours du texte. Cet enchaînement concret d'un discours à un discours dénonce, dans la constitution même du texte, une capacité originelle de reprise qui est son caractère ouvert. L'interprétation est l'aboutissement concret de cet enchaînement et de cette reprise. (RICCEUR, 1998, p. 170)

Como se pode notar, as formulações sobre hermenêutica de Ricœur se reproduzem na concepção de mediações de autoria de Martín-Barbero, que foi seu aluno. No caso da comunicação, mais do que a atitude explicativa – ou descritiva – dos fenômenos midiáticos, é preciso enxergar a dimensão interpretativa que se dá no contexto das leituras, marcadas por um diversificado leque de mediações. Fazendo um paralelo, poderíamos dizer que os estudos de comunicação devem ultrapassar a “exegese” dos meios a fim de alcançar uma “hermenêutica” das mediações. Não se trata, por certo, de desprezar a mídia como objeto de estudo, mas de encadear a análise de seus discursos com os discursos recriados no tempo-espço da recepção. Assim como o texto não está fechado nele mesmo, a mídia não se limita aos seus aspectos técnicos ou tecnológicos e, para ser compreendida em sua integralidade, demanda um olhar que se desloque “dos meios às mediações”. Assim como ocorre com as manifestações artísticas, os produtos midiáticos – que também são permeados de elementos estéticos – estão abertos a múltiplas leituras; esperam e pedem o olhar do receptor. Pensar a estética implica em valorizar as possibilidades de interpretação, na busca de um melhor entendimento das impressões provocadas pelas expressões artísticas. Segundo Dufrenne,

Mais le plus important ici est que l'objet esthétique gagne en être à cette pluralité d'interprétations qui s'attachent à lui: il s'enrichit à mesure que l'œuvre trouve un public plus vaste et une signification plus nombreuse. Tout se passe comme si l'objet esthétique se métamorphosait [...]. (DUFRENNE, 1992, p. 103)

Também, mensagens veiculadas na mídia transformam-se quando os receptores se apropriam delas. E são diversificados os sentidos que elas ganham decorrentes das diferentes mediações com as quais os receptores vivenciam. E na medida em que ganham novos significados, elas se desdobram em novas práticas, em ações. De certa forma, essa é a aposta de Martín-Barbero e de outros autores latino-americanos que apostam nas possibilidades de reelaboração dos discursos da mídia por parte das pessoas. E se isso se faz, é possível desmitificar o poder onipresente da mídia e investir nas possibilidades de ação – e não apenas reação – dos receptores e na construção de um saber coletivo. Na obra *Du texte à l'action: essais d'herméneutique II*, Ricœur nos ensina que entre a teoria do texto e a teoria da ação existe uma relação de interdependência, lembrando que o texto é um bom *paradigma* para a ação humana e a ação, um bom *referente* para toda a classe de textos.

Telle est l'extraordinaire convergence qui apparaît entre la théorie du texte et la théorie de l'action. Les mêmes apories et les mêmes nécessités d'une solution dialectique ont surgi dans deux champs où peu d'influences se sont exercées d'un champ sur l'autre. J'aimerais suggérer l'idée que cette convergence n'est pas fortuite. Des raisons profondes justifient les transferts de la théorie du texte à la théorie de l'action et vice versa. [...] Je dirai en bref que d'un côté la notion de texte est un bon paradigme pour l'action humaine, de l'autre l'action est un bon référent pour toute une catégorie de textes. (RICŒUR, 1998, p.194-195)

Essas formulações hermenêuticas podem ser úteis para as nossas reflexões epistemológicas a respeito do objeto de estudo da comunicação. Podem nos ajudar a superar uma visão fragmentada entre meios e mediações. Assim como entre texto e ação existe uma relação de interdependência, entre meios e mediações podemos encontrar nexos que nos permitam vencer a polêmica que se arrasta ao longo dos anos. Nosso objeto de estudos não pode ficar restrito à dimensão técnica dos meios; os processos midiáticos precisam ser vistos desde a perspectiva das mediações sócio-culturais que envolvem a comunicação na contemporaneidade. Para entender a teoria das mediações é preciso revisar um de seus fundamentos, presentes na hermenêutica de Paul Ricœur.

Martín-Barbero destaca em seus textos a influência de Paulo Freire, estabelecendo vários elos de ligação com as ideias de Paul Ricœur, confirmando nossa perspectiva de que as relações entre os pensamentos francês e latino-americano são fundamentais para entender o autor colombiano e, por consequência, parte das raízes do pensamento comunicacional de nosso subcontinente. Em texto a nós apresentado durante a referida entrevista, antes ainda de ser publicado pela revista *Anthropos*, Martín-Barbero fala de suas raízes e das matrizes de seu pensamento.

Rastreando unas referencias bibliográficas en mi tesis doctorado, presentada en Lovaina a fines del 1972, encontré escrito en la página 160: “Pensar el acontecimiento como praxis exige ir más allá de las formas para entrever las mediaciones que religan la palabra a la acción y constituyen las claves del proceso de liberación”. Ahí se hallan los orígenes del concepto de mediación que ha marcado mi reflexión e investigación desde mediados de los años setentas. Siendo alumno de Paul Ricœur, en un curso que dictó en Lovaina en 1970, mi trabajo final fueron unos apuntes acerca del modo en que la pedagogía de Paulo Freire había sabido transformar la mirada fenomenológica en una pragmática que, asumiendo la capacidad performativa del lenguaje – en el sentido en que la entienden Austin y Searle – incorporaba el análisis de la “acción del lenguaje” a un programa de acción: la alfabetización de adultos, el aprendizaje de la lectura y la escritura, transformado en proceso de liberación de la palabra propia. (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 23)

Ao observar-se esse reconhecimento dado a Paul Ricœur, fica evidente a presença da matriz francesa no pensamento de Martín-Barbero. Isso sem citar outros nomes frequentes em seus relatos, como os de Merleau-Ponty, Michel De Certeau e Pierre Bourdieu. Partimos, portanto, da ideia de que, para conhecer as matrizes do principal eixo do pensamento comunicacional latino-americano representado pelas formulações de Martín-Barbero, a bibliografia francesa é passagem obrigatória.

Resta, porém, verificar se a influência francesa no pensamento latino-americano, identificada nas leituras realizadas, ocorre de maneira mútua, com a presença de teorias e autores latino-americanos nos referenciais das pesquisas desenvolvidas na França. Não há como negar que esse movimento de troca é ainda muito desigual. Predomina, ainda, a relação entre colonizador e colonizado. Assim, cabe aos pesquisadores latino-americanos uma postura de

persistência, na busca constante de diálogo e de difusão no velho continente das teorias desenvolvidas aqui nos trópicos.

NOTAS

1 Trabalho apresentado no IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Adota-se neste trabalho a expressão “pensamento comunicacional” difundida por Bernard Miège; *la pensée communicationnelle*, em sua formulação original.

3 A Unesco, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, que havia promovido a criação daquele organismo, sediado em Quito, posteriormente criou Cátedras de Comunicação. No Brasil ela está sediada na Universidade Metodista de São Paulo e leva o nome de *Cátedra Unesco de comunicação para o desenvolvimento regional*, constituindo-se no principal centro de documentação e pesquisa sobre o pensamento comunicacional latino-americano instalado no Brasil.

4 O binômio informação e comunicação é amplamente utilizado no vocabulário francês. A própria área é denominada de *Sciences de l’information et de la communication – SIC*. Obras de referência, com as de Daniel Bougnoux e de Stéphane Olivesi, adotam tal denominação.

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zélia Leal. O lugar do jornalismo na comunicação. *Libero*, Ano IX, n. 17. São Paulo: FCL, 2006.

BARROS, Laan Mendes de. Comunicador e comunicólogo, *Communicare*, Vol 4, n. 1. São Paulo: FCL, 2004.

BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da informação e da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CAUNE, Jean. *Esthétique de la communication*. Paris : PUF, 1997.

_____. *Pour une éthique de la médiation: le sens des pratiques culturelles*, Grenoble (França): PUG, 1999.

_____. *Culture et communication: convergences théoriques et liex de médiation*, 2. ed. Grenoble (França): PUG, 2006.

DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.

DUFRENNE, Mikel. *Phénoménologie de l’expérience esthétique – Tome I – L’objet esthétique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

_____. *Phénoménologie de l’expérience esthétique – Tome II – La perception esthétique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

- GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- _____. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- HERMÈS 28: cognition, communication, politique. Amérique Latine: cultures et communication. Paris: CNRS, 2000.
- LIMA, Venício A. de. *Comunicação e cultura: as idéias de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo (org). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- MARQUES DE MELO, José; DIAS, Paulo da Rocha (Orgs). *Comunicação, cultura, mediações*. São Bernardo do Campo, Umesp / Cátedra Unesco, 1999.
- MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina (Orgs). *Pensamento comunicacional latino-americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*. São Bernardo do Campo: Umesp / Cátedra Unesco, 2004.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- _____. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *Des médias aux médiations*. Paris: CNRS, 2002.
- _____. *De la experiencia al relato: cartografías culturales y comunicativas de Latinoamérica (autobiografía)*. Barcelona: *Revista Anthropolos*, n. 219, 2008.
- MIÈGE, Bernard. *O pensamento comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- OLIVESI, Stéphane (org). *Sciences de l'information et de la communication: objets, savoirs, discipline*. Grenoble (França): PUG, 2006.
- RICCEUR, Paul. *Du texte à l'action: essais d'herméneutique II*. Paris: Ed du Seuil, 1998.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- WOLTON, Dominique. *Penser la communication*. Paris: Flammarion, 1997.

Formalisation technique et sociale
en Afrique et place des technologies
de l'information¹

Formalização técnica e social na
África e lugar das tecnologias
da informação

Michel DURAMPART

Professeur à l'Université de Paris XIII e membro do ISCC-CNRS. Paris - France.

E-mail: michel.durampart@iscc.cnrs.fr.

RÉSUMÉ

Cette présentation d'un programme de recherche TPS (TIC et PME au Sud) est mise en perspective du point de vue d'une construction méthodologique qui cherche à s'articuler avec un contexte local en voulant rendre compte d'une appropriation des technologies dans des finalités économiques. Il est question de formalisation au sens où les enquêtes cherchent à révéler le lien existant entre l'équipement informatique et les usages des TIC dans une rationalisation et une normalisation des activités. Il est question aussi des difficultés pour étudier et observer des pratiques hybridant des cultures et des modalités avec des utilisations des technologies qui ne s'exprimeraient pas seulement dans un apparentement avec des modèles et procédures prescrites par des conceptions occidentales. En définitive, l'enquête établit une confirmation d'un certain degré de corrélation entre formalisation et insertion des TIC et des pistes et indications afin d'étudier les spécificités d'une adaptation des technologies dans des situations localisées en Afrique.

MOTS CLEFS: Afrique – appropriation des technologies – hybridation – normalization – proximité – TIC et formalization – sociabilité.

RESUMO

Essa apresentação de um programa de pesquisa TPS (TIC e PME no Sul) é realizada do ponto de vista de uma construção metodológica que procura se articular com um contexto local, ao querer analisar uma apropriação das tecnologias com finalidades econômicas. Trata-se de formalização no sentido em que as pesquisas buscam revelar a ligação que existe entre o equipamento informático e os usos das TIC em uma racionalização e normalização das atividades. Trata-se, também, das dificuldades para estudar e observar práticas que cruzam culturas e modalidades com utilizações das tecnologias que não se expressariam somente em uma semelhança com modelos e procedimentos prescritos por concepções ocidentais. Em conclusão, a pesquisa estabelece uma confirmação de um certo grau de correlação entre formalização e inserção das TIC e das pistas e indicações a fim de estudar as especificidades de uma adaptação das tecnologias em situações localizadas na África.

PALAVRAS-CHAVE: África – apropriação das tecnologias – hibridação – normalização – proximidade – TIC e formalização – sociabilidade.

Formalisation technique et sociale en Afrique liée aux TIC

L'enquête étudie, dans les petites entreprises africaines, la place que jouent les TIC (informatique, Internet, téléphone mobile) dans les transformations de leurs relations économiques et sociales ainsi que dans leur propre mode d'organisation. Il s'agissait aussi d'analyser en quoi les TIC peuvent être considérés comme des outils organisationnels porteurs de modernisation ainsi que d'une forte composante sociale, et, à l'inverse, en quoi celle-ci peut favoriser leur utilisation. L'étude s'est focalisée sur le Burkina Faso et plus particulièrement à Ouagadougou. Les objectifs de cette étude s'attachaient à mesurer et de qualifier le degré d'équipement informatique et d'utilisation d'Internet en fixant leur attention sur les modes d'appropriation, l'émergence de nouvelles pratiques, voire des formes émergentes de sociabilité liées aux usages des réseaux de communication. Les chercheurs voulaient aussi prendre en compte des complémentarités d'accès entre lieux et espaces de travail en postulant aussi sur des formes de nomadisme, d'hybridation, de proximité, que les enquêtes, à ce stade, n'ont pas vraiment permis d'établir nettement. L'étude implique une hypothèse: l'ouverture de nouveaux espaces de sociabilité électroniques pouvant rencontrer un cadre réglementaire semble influencer le mode d'insertion d'une PME/TPE, voire son développement.

Une approche communicationnelle qui articule le contexte économique et les pratiques sociales et culturelles

L'étude articule plusieurs problématiques:

Comment s'effectue l'appropriation des dispositifs: *c'est le versant organisationnel*. L'étude se propose de comprendre comment s'effectue

l'appropriation des dispositifs (d'écriture, d'échanges, de recherche d'information, de gestion interne) dans l'organisation même du travail et dans la façon de s'informer. *Le versant communication /sociabilités* cherche à comprendre quel rôle jouent les outils dans la création de nouvelles relations commerciales ou administratives, dans la transformation ou la pérennisation des modes de communication antérieurs. Concernant le versant diffusion de l'innovation, *tant technique que normalisatrice*, il est question d'une problématique d'innovation, d'essaimage tant technique que normatif. Le poids des relais dans la diffusion de ces nouvelles normes se manifeste chez les distributeurs de matériels, les cybercentres, les organismes consulaires ou ministères qui définissent eux aussi de nouveaux usages, des modes de communication et d'accès aux informations publiques. Enfin, on ne peut ignorer le versant *multi-culturel* qui porte sur les références et habitudes propres à un pays, à un métier ou encore au fonctionnement d'un secteur d'activité et constituent des facteurs d'influence sur ces réorganisations.

L'imbrication des notions économiques, sociales, et culturelles

L'approche communicationnelle s'attache à prendre en compte plusieurs focales qui renvoient à la position des utilisateurs en situation (mixité des lieux, relations espace/temps, environnement de travail, médiations). Nous allons spécifier quelques unes. Si l'on interroge certains présupposés qui peuvent définir des modes de fonctionnement de l'organisation, par delà la forme organisationnelle (la structure) et l'ensemble des processus (un mode d'organisation équivaut à l'action organisée (Crozier, Mintzberg)); la question est ici de travailler sur les deux aspects, et de voir en quoi il y a diffusion d'une norme rationalisante de l'action organisée proprement occidentale qui se propage sur le plan international. Cette rationalisation suppose que les choses soient faites selon des règles compréhensibles par tous et partagées (uniformisation): Les comptes, le budget, les relations; les modes d'échanges laissent des traces. De même, la relation au client: qui peut être exclusive ou non exclusive du fait d'une stratégie commerciale offensive ou d'une position

attentiste, s'inscrit dans un environnement hostile ou apaisé, de débouchés importants ou d'une pression de la concurrence, de la recherche plus ou moins accentuée de marge

Au sujet d'un prisme interculturel qui s'inscrit dans une culture et une identité nationale (cf D'Iribarne Philippe) il est judicieux d'interroger en quoi les modes traditionnels d'échanges perdurent dans cette mondialisation organisationnelle, d'autant que les PME (cf rapport Mildière) se construisent de façon relativement lâche et spontanée (structures familiales, alliances entre amis, etc) ou par conformité à des standards internationaux (manières de se conduire, de faire du business). Les observations relèvent souvent le contraste entre le caractère très dynamique de l'économie populaire africaine, ou du moins de certains entrepreneurs individuels, créatifs et débrouillards, et la difficulté à construire collectivement un vrai développement économique. L'importance accordée en Afrique au lien social semble constituer un obstacle au développement, alors qu'au Japon, par exemple, tout le monde s'accorde à reconnaître le caractère extrêmement positif, pour le développement des entreprises, de la force du sentiment communautaire.

Pourquoi ce qui fonctionne au Japon ne fonctionne-t-il pas en Afrique? Dans les cultures de ces pays, le sens du devoir n'est pas fondé sur des règles impersonnelles, mais sur les relations personnelles que l'on entretient avec les membres de sa famille, avec ses amis, son environnement ; si les procédures mises en oeuvre au sein de l'entreprise ne s'appuient que sur des règles impersonnelles, il y a fort à parier que les salariés de l'entreprise feront passer ce qu'ils doivent à leur environnement personnel avant ce qu'ils doivent à l'entreprise.

Sur les “fractures numériques”

Un point marquant dans la formation du concept (de le ou plutôt des fractures numériques) en question est apparu dans le cadre du Sommet Mondial de la Société de l'Information, tenu à Genève en 2003, qui portait précisément sur la réduction de la fracture numérique, objectif que, supposait-on, l'accès aux TIC et la création d'opportunités numériques devaient permettre d'atteindre. De nombreux auteurs s'intéressant au cas de l'Afrique (Massit Foléa, Perriault) ont bien montré que des modalités propres aux conditions

socio-économiques, culturelles, contingences géographiques, sociétales, propres aux sociétés africaines étaient souvent ignorées ou mésestimées par les concepteurs d'offres (TICE, e-learning, logiciels). Michel Arnaud a établi que la nécessaire protection de la rétribution des auteurs, des brevets, soumis à la nouvelle disponibilité des savoirs en ligne peuvent à contrario contribuer à accentuer les inégalités selon la solvabilité des populations concernées. Par ailleurs, des formes de ressources disponibles existent pour les pays africains tels que l'open archive et des lieux tels que les cybercafés ou établissement d'enseignement qui nécessite de prendre en compte, par exemple, les médiateurs d'un nouveau genre ("infomédiaires"). Cette situation exigerait un compromis régulé au cœur du développement du capitalisme cognitif, moteur de croissance des pays développés, qui ne cesse de se garantir sans se soucier vraiment que cette protection calée sur un modèle de profit et de rendement propre au Nord risque d'handicaper encore plus les pays en développement en ne leur donnant que le recours d'avoir à se battre contre des barrières érigées au nom de la protection des droits.

Le contexte économique au Burkina Faso

L'activité économique au Burkina Faso, schématiquement, se structure autour de 3 grandes catégories (déterminées ici par simplification à partir d'un modèle occidental qui ne reflète pas une réalité diverse et multiple). Les données concernant la richesse nationale en 2008 indiquent que: 50% de la population vivrait avec moins de 82 000 FCFA par adulte et par an, plus de 20% avec moins de 50 000 FCFA, moins de 20% de la population aurait un revenu permanent et une partie importante de la population n'est pas monétarisée.

Il y a une forte prégnance du secteur primaire qui jusqu'à la fin des années 80 n'avait pas encore opéré de transition vers le secondaire (retraitement, transformation). Un rapport édité en 2007 par la Maison de l'Entreprise du Burkina Faso pointe 15 secteurs porteurs d'activité dont l'agriculture (en pointe le coton et le tissage), l'élevage et la pêche (avec des activités de transformation et de commercialisation des produits qu'il faut encore beaucoup

développer), des commercialisation à intensifier r liées au maïs ou au mébé et un ensemble d'activités prometteuses liées aux oléagineux: etc.

Dans le tertiaire les activités financières sont très faiblement représentées, L'exportation ne représente que 10% du PIB. Les privations se sont accélérées depuis 10 ans: Electricité, hydrocarbures, activités aéroportuaires, les centres de contrôle de validation des automobiles, l'office national de l'eau et de son assainissement, la privatisation des télécommunications est en cours. C'est un aspect majeur à la fois de dynamisations et de déséquilibre. En effet, cette campagne de privatisation à grande échelle se fait alors que les organisations du secteur privé (industrielles et financières) ne sont pas encore a même (ou en situation de fragilité) de prendre en charge le transfert de telles opérations. Par ailleurs, cette réalité a entraîné ces dernières années la création intensive d'activités de bureau d'études, agences de conseil, etc. qui n'ont pas fréquemment, elles mêmes, suffisamment les compétences requises au niveau de tels enjeux. Une action de consolidation est menée en ce sens par le gouvernement relayé par des institutions, des agences, et dans laquelle les organismes d'aides internationaux, de financement ou de coopération jouent également un rôle de soutien ou de prescripteur.

Ce qui est appelé "secteur informel représenterait 90 000 structures (en marge des textes et statuts réglementaires), 32% du PIB et 70% de l'emploi non agricole. Au Burkina, 75 % des entreprises sont des entreprises individuelles, et parmi elles 75 % sont un statut de SARL (source CCI, 2007)". Une faiblesse majeure réside dans la faible intensité du capital disponible pour le l'investissement économique alors qu'un des modes opératoires majeurs de l'activité repose sur une forte densité de main d'œuvre. Encore une fois, il faut se méfier des critères utilisés, ainsi le recours permanent à la notion de secteur informel (c'est à dire des organisations qui ne relèvent pas de critères officiels de définition d'une activité d'entreprise) cachent en fait de multiples situations: Ainsi l'activité artisanale est souvent abusivement classée comme activité entrant dans le mode informel. Dans les représentations courantes, chez un grand nombre d'acteurs économiques, le marché est encore un lieu physique (ou se rencontrent des acheteurs et vendeurs) et non une dynamique d'offre et de demande. L'entreprise familiale se caractérise par une crois-

sance rapide, elle est connue, voire répertoriée, notamment par les services municipaux. En effet, les entrepreneurs louent un emplacement (kiosque) mensuellement mis à disposition par la mairie ou sont propriétaires d'un emplacement mais louent un droit d'occupation de la voirie, toujours à la Mairie. De l'avis du directeur du CEFORÉ (organisme consulaire d'affiliation des entreprises), c'est le manque d'argent qui les retient de se déclarer alors que les entreprises établies sont amenées à payer de fait une "contribution au secteur informel". Le secteur de la nouvelle économie est en émergence. Il représente un enjeu de dynamisation et de soutien de l'activité économique. Le gouvernement a d'ailleurs lancé un programme qui inclut les NTIC dans le cadre d'une rationalisation de la gestion du développement traduite par une stratégie d'opérationnalité. Le secteur des communications repose sur 65 261 abonnés au téléphone fixe (source 2004), avec 391 941 abonnés au réseau de téléphones mobiles (abonnés référencés à partir d'un abonnement officiel chez un opérateur, de fait il y aurait 1 111 000 utilisateurs de téléphonie mobile). La vulgarisation des TIC est donc considérée comme un créneau porteur [Allouche 1999].

Un dilemme méthodologique entre découverte du contexte et nécessité de quantifier les ressources et pratiques

Il nous paraît important de soumettre la pertinence et les difficultés de la méthodologie suivie. Elle soulève la complexité d'une approche communicationnelle qui cherche à s'immerger dans un contexte non occidental tout en voulant rendre compte d'observation in situ, en suivant le fil d'usages en cours de constitution, afin d'en dégager à la fois la diversité et la spécificité. La démarche exploratoire menée en février 2008 est empirique et de type compréhensif. Elle est conduite "à la maraude" sur des quartiers commerciaux afin d'étudier un terrain où les usages des technologies sont adjutants, balbutiants ou restreints face à quelques entreprises repérées comme étant déjà équipée de façon avancée. Cette première phase a permis de mettre au point les questionnaires et a mis en évidence plusieurs facteurs: l'importance

des réseaux sociaux dans le fonctionnement de ces PME (groupe familial, entraide) ainsi que l'appropriation de l'informatique ou de l'usage d'Internet dans une dynamique de proximité géographique ou sociale. Elle a montré aussi une cohabitation de moyens utilisés selon la situation et permis de découvrir quelques particularités locales.

Dans un deuxième temps, le questionnaire très complet et sérié comporte des questions ouvertes. Il a été administré par un groupe local d'enquêteurs entre juillet et septembre 2008 (étudiants de niveau Master en sociologie) sous l'égide d'un professeur correspondant qui a mené une démarche d'enquête auprès de 117 structures réparties entre moins de 5 et 5 salariés pour 49 d'entre elles, de 5 à 10 salariés pour 46, et de 50 à 100 salariés pour 7 structures. Les secteurs sont aussi divers que l'hôtellerie-restauration, les bureaux d'étude, la production et transformation bois métaux, le commerce et détails.

L'étude comporte 2 volets

Le premier se focalise sur l'activité pour étudier la place que tiennent les TIC dans l'organisation du travail de chacun: en quoi, par exemple, l'informatique simplifie certaines tâches, oblige la personne à avoir une vision surplombante, comment elle mobilise tel ou tel outil pour avancer dans son travail et vendre, acheter, gérer les stocks, facturer, informer ses clients etc. Le second s'intéresse à l'évolution du cadre réglementaire et à la production/accessibilité d'une information publique pour centrer le rôle qui est attribué à Internet. Les questions ont suivi une chronologie inspirée par l'étude exploratoire, depuis l'identification de la structure jusqu'aux types de logiciels (par rapport aux livres): Pour les entreprises non équipées, les freins sont explorés.

Une informatisation vectrice de normalisation

Les résultats font apparaître une présence de l'informatique à des fins professionnelles chez 53% des structures. 47% déclarent ne pas avoir d'informatique alors que, parmi les non équipées, 23% déclarent utiliser

l'informatique sans en faire un usage interne, 2 structures déclarent faire usage des cyber-centres. L'étude des motivations pour s'être équipé fait apparaître, avant tout, la facilitation (25%), (c'est la motivation la plus marquée, celle qui revient le plus). Le gain de temps revient très souvent (25%) et les facilités et la praticité de gestion (16%) suivies par le gain d'efficacité (8,5%), les facilités de gestion des comptes, la formation interne, le professionnalisme. Une dizaine d'interviewés évoquent la réduction des coûts, un accroissement de la compétitivité, la gestion plus sûre et garantie du traitement des informations et des documents administratifs en interne (8%). Dans un grand nombre de cas, l'indépendance vis-à-vis des prestataires externes, l'autonomie, le meilleur contrôle en interne, reviennent comme une motivation sous-jacente liée à la facilitation, au gain de temps et d'économie. On ne peut négliger quelques motivations dans les entreprises qui se sont équipées depuis plus de 3 ans (au moins une dizaine) qui expriment le gain de transparence (vis-à-vis des salariés et du contrôle de leur activités), la confidentialité et la sécurisation des données (entre 3 et 5) et un accroissement de la qualité du travail dans le traitement des informations plus spécialisées (gestion, relations administrations, documents comptables et financiers). Les motivations pour ne pas s'équiper font référence au coût, au manque de personnel qualifié, à l'inutilité ressentie vis-à-vis du mode de fonctionnement de l'entreprise. Antérieurement, les ressources internes pour traiter manuellement les informations étaient dominantes, et dans quelques cas où l'activité était plus spécialisée on avait recours à des prestataires extérieurs. On ne peut pas dire que l'usage des cybers-centres soit préexistant à l'usage de l'informatique, en tout cas c'est loin d'être un chemin de passage et de maturation vers l'équipement déterminant. C'est donc bien une normalisation de la documentation de contrôle et de suivi de l'activité qui se manifeste. Par contre, les aspects relationnels, communicationnels avec les partenaires, fournisseurs, administrations, prestataires ou clients sont encore faibles : Il est notable de constater que la formalisation repose aussi sur des motifs de : sécurité, de protection, de maintenance, qui les poussent à contractualiser avec des prestataires

Une communication en réseau adjacente mais non révélatrice d'une sociabilité transformée

Concernant Internet, Le taux de pénétration est encore faible (34%) et donc le lien équipement informatique/connexion réseau n'est pas systématique. Par contre, l'accès Internet a remplacé le déplacement en cyber centre. Si la coexistence des lieux existe encore c'est uniquement pour des raisons de pannes ou de déficience du réseau. Les déclarations administratives par le web sont très faibles et on ne voit que très peu de modalités relationnelles et communicationnelles établies avec les clients ou partenaires, (très peu de sites d'information et de communication, d'établissements de liens dynamiques avec les clientèles, de démarches commerciales ou de prestations dématérialisées). Les gains constatés ou exprimés s'expriment essentiellement, en majorité, par l'accès et la recherche d'information avec des coûts plus réduits et une plus grande facilitation pour joindre des partenaires. Quelques uns évoquent une réduction de coût à ce niveau et une amélioration du CA. Le gain de temps vient dans un second temps. Le constat des gains économiques se fait surtout par rapport aux coûts de fréquentation des cyber-centres. Enfin, de façon marginale, une amélioration de la formalisation des relations avec les administrations est évoquée.

Les coûts d'accès se concentrent pour une moyenne autour de 19900 CFA (coût d'accès public offert par une campagne gouvernementale récente). On constate que l'Internet est plus utilisé pour les courriers internes et clients ou fournisseurs, administratifs (peu). Il est moins utilisé pour communiquer sur l'entreprise et les produits. La recherche d'information pour les appels d'offre commence à prendre une place qui n'est pas négligeable, la web ne suscite que peu d'espaces d'échanges plus direct avec les clients (peu de sites web encore présents). Quelques utilisations sont à relever, il s'agit de contacts administratifs ou de propositions spécifiques vers une clientèle, une forme de veille sur les sites gouvernementaux ou sur la concurrence, une consultation de cours en ligne, de documentation technique ou juridique. Lorsqu'on fait encore usage d'un cyber-centre, c'est pour un dépannage ou une suppléance et, souvent, en cas de perturbations de la connexion voire un manque de crédit

électronique. Le non équipement est lié essentiellement à des questions de coût, de maîtrise de méconnaissance, mais un grand nombre d'interviewés considèrent que cela ne leur est d'aucune utilité directe pour leurs activités même si certains reconnaissent que cela à un sens et qu'il faudra peut être y venir.

De la formalisation à l'indication de pratiques revisitées

L'analyse conduite après l'exploitation des résultats ne peut encore à ce stade mettre en valeur des formes d'appropriation spécifiques issues des cultures et pratique sociales. Elle montre bien que l'informatisation et l'accès réseau se font par appui sur les réseaux sociaux de proximité, sur un ressenti mobilisé autour d'une nécessité ou d'un facteur d'opportunité (un forfait mensuel proposé par le gouvernement et relayé par les opérateurs pour un accès ADSL a suscité une envie d'équipement). La formalisation se réalise du côté d'une standardisation, homogénéisation, des documents de gestion, de contrôle, d'administration mais la propagation vers des formes relationnelles directes en ligne, ou des modes communicationnels en réseau ne se met que peu en place en direction des clients, des fournisseurs ou des partenaires commerciaux. Le nomadisme, l'hybridation des lieux, des espaces de travail, ne sont pas nettement révélés. Il y a encore des formes de coexistence, telles que la présence d'Internet au domicile du patron, la mixité lieu de l'entreprise/cyber centre pour des raisons ponctuelles liées à des pannes. On ne peut pas dire pour autant qu'il s'agit uniquement d'un transfert des modes d'appropriation constatée au Nord. L'informatisation et l'accès au web se font progressivement au rythme de l'économie locale, par opportunités, par nécessité, quand on grandit ou se localise, par des conductions entre le recours à la téléphonie portable et l'Internet ou l'informatique au sein d'une prescription en réseau social de proximité (famille au sens large, proximité sociale, ou locale). Dans le cas du Burkina Faso (au contraire de l'Algérie par exemple) les cybers centres (ce sont plutôt des télé centres à Ouagadougou) n'ont pas joué un rôle de précurseur et d'incitateur, mais ils ont joué un rôle dans la formation et la familiarisation. Cette question de la formation est cruciale et nécessiterait d'être plus approfondie. On constate que des prestataires à ce niveau se sont

établis et officialisés, qu'ils ont joué un rôle aussi important que les écoles, universités, publiques, qu'ils ont agit avec plus de présence que ces structures dans la proximité et l'implication localisées en dehors de l'auto formation fréquente ou assistée par des ressources amicales et familiales.

Autrement dit, la diffusion des technologies dans le contexte entrepreneurial ou l'activité montre effectivement une accentuation de la formalisation notamment au niveau de l'informatisation. Les utilisations confirment une certaine cohérence des usages tournée essentiellement vers des opérations de gestion, traitement des opérations financières en interne, comptabilité, c'est un premier niveau de formalisation et de rationalisation. Concernant un usage plus dynamique et réactif de l'informatique, (fichiers, normalisation documentaire, formes de coopération en interne), les pratiques sont encore balbutiantes. Quand des microstructures s'équipent, elles normalisent effectivement, leurs relations avec leur environnement proche (fournisseurs, institutions). Une corrélation à ce niveau est indéniable. Par contre, le déplacement, le téléphone, le courrier, restent encore privilégiées. On ne peut constater nettement une dématérialisation des relations et de la communication.

Les limites de l'étude apparaissent sur le versant des présupposés axés vers la sociabilité et surtout l'hybridation des lieux et le métissage des pratiques (influencées par des modèles du Nord et retraduites dans la culture locale). Ce manque dans l'analyse supposerait un retour vers le terrain et les acteurs qui doit encore s'accomplir mais certains aspects ont pu se manifester. La sociabilité s'exprime dans le contexte de l'apprentissage plus que par des réseaux constitués se superposant aux liens sociaux et familiaux (au sens large du terme). Ce versant de l'apprentissage plutôt formé de proximités d'intérêt, de coopération tacite, dans une géographie économique et un tissu de proximités physiques et de convergence de motivations, soulignerait une forme de contamination par propagation (familiale, amicale, relationnelle, ou dans un tissu informel de proximité économique). Des structures spécialisées s'établissent et remplissent un rôle plus dynamique que les centres de formation institués, en répondant à la fois à des opportunités économiques ou à des attentes émergentes. Sur le plan de l'hybridation des lieux, des techniques et des cultures locales, on ne peut pas dire que l'étude ait

révélé des pratiques déterminantes. Pourtant, le rôle de la téléphonie portable qui suppose de l'entraide, une débrouillardise permanente, une adaptation aux offres évoluant au fil des jours, un nomadisme constant en dehors des opérateurs ou fournisseurs de services, peut être un indicateur sérieux. On constate un cheminement du recours aux accessoires, cartes, rechargement, qui conduit progressivement vers un apprentissage de l'informatique et encore plus spécifiquement vers Internet. On pourrait donc inférer que cette relation à la technique s'inscrit dans un nomadisme local, une recherche de liens luttant contre les contraintes de distance et le manque de ressources économiques, qui serait une voie vers l'apprentissage des technologies et inscrit l'objet dans une réalité sociale et culturelle. Bien plus que le rôle d'immersion technique socialisée des cybercentres et cybercafés, c'est donc bien la convivialité en télécentres qui peut, par propagation familiale, locale, amicale, provoquer un passage vers des niveaux plus poussés de familiarisation avec les technologies. Sur ces thèmes de la sociabilité et de l'hybridation, c'est donc bien du côté de l'apprentissage et de la familiarisation (dans des réseaux constitués ou plus informels) qu'il faudrait mettre en œuvre une observation plus progressive, plus immergée, moins formalisée (dans un dispositif qui aurait plus à voir avec une enquête renvoyant à une anthropologie sociale des techniques). L'exploration déambulante, dans des quartiers où se croisent économie formelle ou informelle, voire en voie de formalisation, étudiant des réseaux sociaux et familiaux, avait donné à ce niveau quelques observations éclairantes. Elle avait permis de remonter des structures vers leur constitution en creusant l'identification des réseaux culturels et sociaux qui les tissent. Ceci devrait faire l'objet d'un appareillage méthodologique et d'une pratique d'observation, relevant pleinement d'une approche communicationnelle, qui restent encore à accomplir et que les chercheurs mobilisés dans ce programme se proposent d'établir par la suite à une autre échelle.

NOTE

1 Communication présentée au XI^e Colloque franco brésilien, 4-7 septembre 2009, Curitiba (Brésil).

REFERENCES

- SALL, Alioune; DEBRAT, Jean-Michel; IRIBARNE, Philippe d'. *AFRIQUE 202: un espoir de décollage?*, Ecole de Paris du Management, Séance du 29 mars 2004.
- ALLOUCHE J, Amann B. L'entreprise familiale: un état de l'art, revue finance, contrôle, stratégie, *Finance Contrôle Stratégie*, vol. 3, n 1.2000.
- ARNAUD, M. Propriété intellectuelle et accès public au savoir en ligne, revue *Hermès*, CNRS Editions, n. 45, Fractures dans la société de la connaissance, p.61-69, 2006.
- CORNU, B., THIBAUT, F., FULSACK, J.-L., KIYINDOU, A., MATHIEN, M., PERRIAULT, J. *La société de l'information, glossaire critique*, Paris: La documentation française, 2005.
- DURAMPART, M. Les TICE dans une perspective comparative Nord-Sud, Une mise à l'épreuve des modalités communicationnelles et de l'apprentissage dans la formation à distance, revue *Hermès-CNRS*, n. 49, Traduction et mondialisation, p 221-229, décembre 2005.
- IRIBARNE, Philippe d'. Culture et développement, les questions de management logique de l'honneur, *Afrique contemporaine*, n° 1/2008, 226
- IRIBARNE, Philippe d'.; GADILLE M. La diffusion d'Internet dans les PME. Motifs d'adoption dans les réseaux et ressources mobilisées, *Réseaux. Communication – Technologie – Société*, Vol.18, n.104, p. 59 – 92, 2000.
- LES TIC comme instrument d'intégration et de développement: une analyse à la lumière de l'expérience de l'IAI-Cameroun: Armand-Claude Abanda, Représentant Résident/IAI-Cameroun. <http://www.revue-tice.info/document.php?id=560> Date de publication: 9 nov. 2005.
- MADANMOHAN RAO, Forum du commerce international, n.3/2003, http://www.forumducommerce.org/news/fullstory.php/aid/541/La_préparation_électronique_de_votre_pays.html
- MASSIT FOLEA F., DELMAS R. La gouvernance d'Internet, *Les Cahiers du Numérique*, vol. 3-n°2, Lavoisier, 2002.
- MILDIERE, O. Objectif économie numérique, rapport Mission TIC et TPE, *Documentation Française*, février, 2006. <http://lesrapports.ladocumentationfrancaise.fr/BRP/064000244/0000.pdf>
- POLGE M. Les stratégies entrepreneuriales de développement. Le cas de l'entreprise artisanale, *Revue Française De Gestion*, n. 185, p. 125-140, 2008/5.
- SOURCES DOCUMENTAIRES, RAPPORTS BURKINABES : Source NERE, répertoire des entreprises, CCI, rapport 2007 du CEFORÉ sur l'équipement informatique et TIC des entreprises de Ouagadougou, (organisme consulaire d'affiliation des entreprises), rapport d'identification des activités établi par la Maison des entreprises en 2007.

La peur de la haine des noirs: La
rémanence médiatique de l'image
des émeutes des années 60

O medo do ódio dos negros:
A remanência midiática da
imagem dos motins dos anos 60

Christine LARRAZET

Membre de l'Institut des sciences de la communication du CNRS (ISCC).
Lauréate de la bourse Arthur Sachs, Université de Harvard ; Fellow du W.E.B
DuBois Institute of African and African American research, dirigé par Henry
Louis Gates, Université de Harvard (2004-2006). Docteur, Langues et litté-
ratures anglophones, Université de Bordeaux – BORDEAUX 3 – Bordeaux
– France.

E-mail: christine.larrazet@iscc.cnrs.fr

RÉSUMÉ

La peur ancestrale d'une révolte noire, présente aux fondements des Etats-Unis, a survécu à l'esclavage et marque de son empreinte la couverture de nombres d'informations relatives à la communauté noire américaine. Les résultats d'une étude de cas, ici présentée, sur l'évolution de la visibilité des citoyens noirs dans un grand média de masse, Time Magazine, mise en relation avec l'embauche de journalistes noirs montre que cette peur est, tout au long du 20^e siècle, le prisme au travers duquel ont été lues et données à lire les émeutes urbaines par l'organe d'information le plus lu aux Etats-Unis. L'image partielle et la lecture instinctive des émeutes des années 1960, causes et contexte d'une hyper visibilité des citoyens noirs, subsiste hors actualité et ressurgit dans le traitement des émeutes suivantes, interprétées et communiquées, en premier lieu, comme un assaut de la population noire sur la population blanche. Cette communication cherche à montrer que "la peur de la haine des noirs" a longtemps gouverné le traitement de situations de crise impliquant la communauté noire, résistant à l'évolution de la compréhension du "problème noir" et à l'intégration de journalistes dits de couleur dans les salles de rédaction. Elle cherche, en point de conclusion, à ouvrir la voie à de possibles études coopératives et comparatives sur le traitement médiatique des citoyens noirs aux Etats-Unis, en France et au Brésil et la racialisation des crises sociales.

MOTS-CLEFS: visibilité – noir – émeutes – peur – relations raciales – media.

RESUMO

O medo ancestral de uma revolta negra, presente nos fundamentos dos Estados-Unidos, sobreviveu à escravidão e marca com seu selo a cobertura de inúmeras informações relativas à comunidade negra americana. Os resultados de um estudo de caso, aqui apresentado, sobre a evolução da visibilidade dos cidadãos negros em um meio importante da mídia de massa, Time Magazine, relacionada com a contratação de jornalistas negros, mostra que esse medo é, no decorrer de todo o século XX, o prisma por meio do qual foram lidas e dadas a ler as insurreições urbanas pelo órgão de informação mais lido nos Estados-Unidos. A imagem parcial e a leitura instintiva das insurreições dos anos 60, causas e contexto de uma hipervisibilidade dos cidadãos negros, subsiste, fora da atualidade, e ressurge no tratamento das insurreições posteriores, interpretadas e comunicadas, em primeiro lugar, como um ataque da população negra contra a população branca. Esta comunicação procura mostrar que, durante muito tempo, "o medo do ódio dos negros" influenciou o tratamento de situações de crise relativas à comunidade negra, resistindo à evolução da compreensão do "problema negro" e à integração de jornalistas chamados "de cor" nas salas de redação. Procura, como ponto de conclusão, abrir a via para possíveis estudos cooperativos e comparativos sobre o tratamento midiático dos cidadãos negros nos Estados-Unidos, na França e no Brasil, e sobre a racialização das crises sociais.

PALVRAS-CHAVE: visibilidade – negro – motins – medo – relações raciais – mídia.

Depuis ses premiers jours, l'Amérique craint l'affrontement racial. Dès l'instauration de l'esclavage, la présence d'une population noire sur le sol américain est considérée par la population blanche comme une menace. Si les esclaves se révoltent, c'est à la fois un système économique lucratif et la sécurité de la communauté blanche qui sont menacés (BLASSIN-GAME, 1982). Le danger d'un conflit entre les habitants blancs et noirs du pays hante continuellement l'imagination des Amériques comme un rêve douloureux, commente l'historien Tocqueville au 19^e siècle (ZUNZ et KAHAN, 2002). La crainte de voir se constituer de "grandes foules au visage noir" – expression de la journaliste militante noire Ida Wells – survit à l'abolition de l'esclavage et le "rêve douloureux" de l'Amérique persiste au 20^e siècle (GLASSNER, 1999). Quand surviennent les émeutes urbaines au milieu des années 1960, prend soudain corps cette peur ancestrale au travers de laquelle les médias d'information dominants, dirigés par des citoyens blancs, lisent et donnent à lire les soulèvements dans les ghettos noirs (GOOD, 1975). L'étude de cas, dont suivent les résultats, centrée sur la visibilité de la minorité noire dans un des plus influents organe de presse de l'espace médiatique américain, *Time Magazine*, atteste que la "peur de la haine des Noirs"¹ constitue le prisme rémanent au travers duquel les émeutes dans les quartiers ségrégués ont été lues et médiatisées tout au long du 20^e siècle.

Avec l'ambition première d'étudier l'évolution de la visibilité des citoyens noirs mise en relation avec l'embauche de journalistes noirs j'ai conduit une analyse de contenu quantitative et qualitative de *Time* – abordé comme un représentant type de ce qui est identifié dans les études de presse américaines comme un "média blanc" dominant – des premières émeutes urbaines, en 1965, jusqu'au procès de O. J. Simpson, en 1995, qui a propulsé *Time* au cœur d'un débat public sur le racisme et les médias². Ont été extraits de façon systématique de 1 numéro sur 5 tous les articles dans lesquels les citoyens noirs apparaissaient dans les rubriques de politique et société, selon des critères

fixes et définis. A la question “qui est noir ?”, question majeure et récurrente présidant à la sélection des articles – qui renvoie à la définition d’une identité noire américaine qui se pose aujourd’hui avec de plus en plus d’intensité – il a été répondu : est noir celui qui est défini comme noir ou donné à voir comme noir. Ont ainsi été sélectionnés les articles consacrés à une personne ou des personnes *montrées* comme étant noires, par la photographie, ou *désignées* comme étant noires, par le texte, et dont il n’était pas spécifié qu’elles étaient d’une autre nationalité qu’américaine. Des 324 numéros étudiés, ont été relevés près de 600 articles et 700 photos, analysés dans une base de données spécifiquement créée pour cette étude. Sur la base des chiffres obtenus, une analyse des articles – dans et hors sélection – a été conduite dans un second temps afin d’extraire les impressions et les positions véhiculées par le magazine. Enfin, les deux analyses – quantitatives et qualitatives – ont été mises en relation avec près d’une quinzaine d’interviews de responsables et reporters de *Time* afin d’atteindre, au final, le contexte de production de l’information. De cette analyse de contenu détaillée, reposant sur la notion essentielle en presse écrite d’espace, il ressort de nombreux traits d’évolution de la visibilité noire – ou de non évolution – parmi lesquels émerge un traitement instinctif, partiel et partial, des émeutes, lues par les journalistes majoritairement blancs du magazine au travers de la “peur de la haine des noirs” présente aux fondements du pays.

Les émeutes des années 1960 ou l’Amérique blanche en danger

En 1965, les émeutes du quartier ségrégué de Watts à Los Angeles, déclenchées par une altercation entre des habitants du ghetto et la police, inaugure une longue série de soulèvements urbains de plus ou moins grande ampleur. On en dénombre une dizaine en 1965, une trentaine en 1966, et plus d’une centaine en 1967 et 1968. Leur rythme et leur intensité atteignent un pic en 1967, une année marquée, à une semaine d’intervalle, par l’embrasement des ghettos de Newark et de Detroit qui comptent parmi les plus meurtriers et les plus destructeurs. A ces rébellions spontanées et désordonnées, sont

accordés les plus grands espaces rédactionnels qui font d’elles le premier contexte de visibilité des citoyens noirs en termes d’espace³. Le moindre mouvement de foule de citoyens noirs, organisé ou impulsif, fait l’objet d’un article et chaque émeute d’envergure propulse la visibilité noire à des seuils peu ou jamais atteints.

Cette mise en visibilité importante ne favorise pas la compréhension des populations noires défavorisées. Loin s’en faut. La première émotion qui prime avant tout raisonnement, est l’effroi de voir soudain prendre forme dans la ville, à quelques rues des quartiers blancs, une foule noire incontrôlable (COHEN et MURPHY, 1966). “Des bandes menaçantes de Nègres ont traîné aussi loin vers l’Ouest que La Brea Avenue, à peine plus d’un kilomètre des collines de Beverly Hills”, auront ainsi pu lire plus de 4 millions de lecteurs de *Time*⁴. Les émeutes sont présentées comme un “holocauste”⁵ – un terme ambigu, pouvant à la fois définir dans le vocabulaire américain une destruction totale par le feu ou un assassinat massif – ou comme des “émeutes raciales”⁶, un terme précédemment utilisé pour qualifier les assauts meurtriers menés par des foules de citoyens blancs contre les quartiers noirs, du temps de l’émancipation des esclaves jusqu’au milieu du 20^e siècle. Certes, les émeutes se caractérisent par l’incendie de nombreux bâtiments mais les Noirs américains n’entreprennent pas de s’en prendre à grande échelle à la communauté blanche. La violence reste contenue dans le ghetto, elle est en quelque sorte “auto-mutilante” (KASPI, 1986, p.496). Alors que les “émeutes raciales” étaient des assauts menés par un groupe racial contre un autre, les émeutes des années 1960 ne le sont pas. Contrairement à ce que craint l’Amérique blanche, ce ne sont pas des émeutes *inversées* dont les Blancs seraient, ce coup-ci, les agressés et non les agresseurs.

Les journalistes de *Time*, parmi lesquels ne compte alors qu’un seul journaliste noir, ne communiquent pas ce que sont véritablement ces soulèvements: une ultime réaction à l’oppression. “Les émeutes comme celles de Watts n’ont aucun objet réel”⁷, est-il écrit en conclusion du compte rendu des émeutes de Watts. Sinon l’anarchie. Il semble à lire les pages du magazine que des milliers de vandales se rassemblent dans un délire de foule de façon presque jouissive. Dans une “atmosphère perverse de gaieté et d’abandon lé-

ger”⁸, les émeutiers paraissent s’opposer à la loi avec désinvolture plus qu’ils n’expriment la colère et le désarroi d’une génération frustrée. Une impression appuyée par les photographies.

Les causes qui sous-tendent les émeutes sont négligées. La discrimination et la ségrégation maintiennent les habitants des ghettos dans la pauvreté et la frustration et le facteur le plus important qui nourrit alors la colère des Noirs américains est le racisme déclare en 1968 le rapport gouvernemental Kerner, commandé par le président Johnson pour explorer les causes des émeutes. Mais dans les comptes rendus du magazine d’information alors le plus lu par la population américaine, seules quelques phrases courtes et isolées pointent du doigt la pauvreté et le racisme qui ne font pas l’objet d’un développement que ce soit dans un article ou même dans quelques paragraphes⁹. On pourrait penser que les journalistes des médias dominants n’ont pas alors connaissance des causes à l’origine des émeutes. Or plusieurs ouvrages et documents ont déjà donné aux commentateurs de la société américaine les moyens d’établir une corrélation entre les conditions de vie dans les ghettos et une soudaine rébellion¹⁰.

Pour les journalistes de *Time*, à l’époque, ce ne sont pas les causes qui priment mais les conséquences: la violence, la destruction, la loi bafouée et l’ordre rompu. Les autorités doivent restaurer l’ordre le plus vite et le plus efficacement possible, au prix de quelques décès s’il le faut. Commentant la décision prise par le responsable de la police de Detroit de donner l’ordre à ses hommes de ne pas tirer, un rédacteur écrit: “ça a peut-être été une erreur”¹¹.

L’angle mis en avant par les responsables du magazine est celui de la menace, de l’opposition entre blancs et noirs. La peur d’un conflit racial, profondément ancrée dans la société américaine, “colore et intensifie” la réaction aux nouvelles de troubles raciaux, commentera a posteriori la commission Kerner (The Kerner report, 1968, p. 365).

La remanence médiatique de l’image des noirs en colère

La forte intensité des émeutes a placé les citoyens noirs dans une exposition médiatique forte et prolongée et il en demeure imprimée une trace som-

bre. De la même façon qu’il a été observé la rémanence rétinienne – ou persistance des images visuelles – phénomène par lequel une sensation visuelle subsiste après la disparition de l’excitation objective, on observe, comme l’a observé Heiderich dans d’autres situations sociales de crise, une “rémanence médiatique” de l’image des Noirs en colère (HEIDERICH, 2007). Après les émeutes, causes et contextes d’une hyper visibilité des citoyens noirs, plusieurs articles continuent de paraître sur les émeutes alors qu’il ne s’en produit plus.

Les dernières émeutes ont suivi l’assassinat de Martin Luther King, en avril 1968, mais le magazine poursuit le traitement du sujet. C’est même, en 1969, le sujet dans lequel les Noirs américains apparaissent auquel il revient le plus d’espace¹². Trois années d’affilée, le sujet fait l’objet de reportages. Il est traité en deux temps. Un article est publié vers le mois de juin pour éprouver l’éventualité qu’une ou des émeutes surviennent dans l’été, suivi d’un autre article, publié au mois de septembre, explorant les raisons pour lesquelles aucune émeute n’a eu lieu. En septembre 1969, les responsables de *Time* vont jusqu’à dédier 3 pages pour traiter de l’été calme qui vient de se dérouler.

Paradoxalement, c’est dans ces articles couvrant l’absence d’émeutes que les journalistes de *Time* montrent une meilleure compréhension des soulèvements urbains. Alors que jusque-là l’accent était mis sur la menace pesant sur la communauté blanche et sur l’anarchie, les rédacteurs se penchent sur les conditions de vie engendrées par la ségrégation et les présentent comme des éléments majeurs ayant encouragé les troubles, “conditions qui favorisent l’instabilité” peut-on lire en 1969¹³. Autre sujet abordé, qui ne l’était pas auparavant: la responsabilité de la police. Est critiqué a posteriori son rôle dans le déclenchement des révoltes puis dans l’aggravation du climat de violence¹⁴. Un rédacteur dénonce la présence de racistes dans les rangs des forces de l’ordre (*South’s old-style red-necks*), se réjouissant qu’ils aient été déplacés ou mis à la retraite, et que des programmes de “relations communautaires”, recommandés par le rapport Kerner, aient été mis en place¹⁵. Ces progrès dans la compréhension et la communication des troubles coïncident avec l’embauche de trois nouveaux reporters noirs dans l’équipe éditoriale de *Time*. Cependant demeure ce fait majeur: subsiste l’image des citoyens noirs

des quartiers pauvres dans un contexte de rébellion, en situation de révolte, alors qu'il n'y a plus d'émeutes. L'image des noirs en colère persiste dans l'actualité alors qu'elle ne la fait plus.

L'analyse de contenu de *Time* révèle une chute brutale de la visibilité noire en 1972. La présence des citoyens noirs dans les informations politique et société tombe brutalement cette année considérée par les historiens comme la fin de la Seconde Reconstruction, pour rester jusqu'à la fin des années 1980 bien en deçà de ce qu'elle avait atteint dans les années 1960. Dans cette période de reflux de la visibilité noire, de nouveaux visages noirs entrent dans le contenu de l'information – élus, enseignants, ingénieurs, etc. – mais le “chaos racial”¹⁶, quel que soit son degré, demeure un élément pour lequel les responsables du magazine restent prompts à dégager les plus grands espaces. Les citoyens noirs redeviennent ponctuellement et brusquement très visibles dès que surgit un conflit racial ou une situation perçue comme telle. Cela se produit en 1980 avec les émeutes de Miami, contexte dans lequel les citoyens noirs apparaissent le plus, en termes d'espace, durant cette année-là¹⁷.

En mai 1980, les habitants du quartier de *Liberty City* entrent dans un mouvement de violence spontanée suite à la relaxe de quatre policiers ayant battu à mort un citoyen noir. Douze ans se sont écoulés depuis les dernières émeutes. Des progrès ont été accomplis dans la compréhension du “problème noir” et dans la nature de la visibilité des citoyens noirs, visibles non plus seulement comme un groupe homogène en position de contestation mais comme de simples citoyens. Plusieurs journalistes dits de couleur ont été embauchés par les médias dominants, dont *Time*. Mais ressurgit la même lecture des émeutes que celle faite dans les années 1960. La première vision de l'événement est celle persistante de l'image des Noirs en colère menaçant la communauté blanche.

Le titre oriente immédiatement l'interprétation de l'événement vers une agression aveugle d'individus blancs par une foule noire vengeresse: “*To Strike at Anything White*”. Les photographies qui habillent le texte ne donnent à voir que la violence et la fureur des Noirs. Un policier blanc fait, seul, face à un groupe de personnes noires dont un homme qui lève les bras au ciel en hurlant et une femme qui brandit une pancarte accusant les policiers d'être

des assassins. Dessous, cette légende: “un policier tente de calmer des Noirs hystériques”. Une autre photographie montre un homme blanc recouvert de sang et la tête bandée. Dans le corps du reportage, se retrouvent des expressions *réflexes*, systématiquement utilisées dans les comptes rendus des émeutes des années 1960 – “une foule de noirs en colère” ou “la violence s’étend” – qui viennent renforcer la lecture préconçue de l’événement. Quelques faits choisis viennent alimenter l’effroi des lecteurs. Ainsi est-il écrit qu’un homme a été retrouvé par la police, une oreille et la langue coupées, une rose rouge dans la bouche, et qu’une voiture a roulé à répétition sur le corps de deux hommes blancs précédemment battus et abandonnés au sol. Ce n’est que dans les 4 derniers paragraphes, que sont abordées superficiellement les raisons se trouvant à l’origine des émeutes. Les habitants noirs de Miami sont “négligés”. Cela ne prend pas plus d’une phrase et, de la même façon expéditive, sont exposées les grandes lignes du procès des policiers.

Il faut attendre la semaine suivante pour que cette vision faite à chaud soit corrigée et complétée par la publication d’un deuxième reportage. Le choix des titres, des photographies et de leurs légendes annonce de façon évidente, dès la première page (comme le titre de couverture: “Derrière les émeutes”) un nouvel angle d’approche: la recherche des causes à l’origine des émeutes. Les émeutes ne sont plus présentées comme un mouvement de violence impulsif s’emparant d’êtres irraisonnés mais comme la conséquence d’une violence exercée par des citoyens blancs qui a été laissée impunie par une justice à double vitesse.

La couverture en deux temps des émeutes de Miami atteste de la vision préconçue, unidimensionnelle, qui l’emporte à chaud et préside au traitement de ce type d’événement appréhendé instinctivement et en premier lieu comme l’assaut d’une population noire sur la population blanche.

L’image résiduelle des émeutes des années 1960

En 1989, la visibilité noire remonte dans les informations politiques et société de *Time* sous l’influence d’une prise de conscience de l’ampleur du racisme et de la persistance des inégalités provoquée par un fait divers et

la publication d'une enquête sur l'écart qui sépare encore les Noirs et les Blancs¹⁸. Dans une brève période d'appel à la reprise de l'effort national pour vaincre l'inégalité raciale survient, en 1992, une nouvelle émeute. Quatre policiers blancs poursuivis pour avoir passé à tabac un automobiliste noir, Rodney King, sont disculpés par un tribunal de la banlieue blanche de Los Angeles, en dépit d'un document d'un vidéaste amateur attestant des faits; document qui a été diffusé à répétition sur les écrans nationaux et internationaux. S'ensuivent 5 jours d'émeutes dans le ghetto de South Central qui tombent comme un couperet surprenant la majorité tranquillisée qui supposait que le rêve américain était à la portée de tout Américain travailleur et volontaire comme le laissaient penser – remarquent plusieurs critiques – les fictions télévisées telles que le *Cosby Show* (CAMPBELL, 1995).

Sylvester Monroe, journaliste noir en poste à la rédaction de *Time* de Los Angeles, tente, tout au long du procès des policiers qu'il couvre, de publier un reportage sur le sentiment des Noirs américains qui répètent que "rien n'a changé" depuis 1965. Mais la rédaction en chef à New York ne lui accorde que quelques brèves. Pour le reporter noir américain, la frustration est grande.

C'est exactement ce que les personnes noires ont toujours dit. Les Américains blancs ne font pas attention à nous jusqu'à ce que nous fassions une émeute, nous nous battons, nous brûlions ou nous détruisions quelque chose. Là, ils font attention. Le magazine n'est pas différent. Il a agi exactement comme la société blanche¹⁹.

Au lendemain des émeutes, les responsables de *Time* ouvrent, là, une importante place; plus de deux fois supérieure à celle accordée aux émeutes de Watts en 1965. L'angle de vision mis en couverture est le même que celui des émeutes de Watts avec la photographie d'un groupe d'hommes casqués, vus de dos, dont les silhouettes se découpent sur un incendie. En 1965, la couverture était occupée par trois photographies en noir et blanc dont deux avaient un lien direct avec le feu. A 27 ans d'intervalle, les responsables du magazine orientent la mise en valeur de l'information dans la même voie: le feu. Le feu de la colère des Noirs qui s'abat sur les Blancs. Aux cotés du titre, inspiré de James Baldwin, "*The Fire this Time*" est publiée la photographie

d'un jeune homme noir qui brandit une pancarte sur laquelle est écrit qu'ils (les émeutiers ou les Noirs) ne s'arrêteront pas là: "*We will not rest*"²⁰. Une autre photographie, qui occupe plus d'une page, montre Reginald Denny, un camionneur blanc qui a été extirpé de son camion et frappé par des émeutiers, gisant au sol, le visage recouvert de sang. Deux hommes noirs brandissent le poing en direction de la caméra qui filme la scène. En couverture, en titre et en photographie, se retrouve l'image résiduelle des émeutes des années 1960 dont la réactivation se combine très probablement à l'intérêt, tout à fait économique, de la profession pour les situations conflictuelles et violentes – "*When it bleeds, it leads*".

L'opposition entre Noirs et Blancs l'emporte au détriment du caractère multiethnique des émeutes. La tension connue entre les Asiatiques et les Noirs à Los Angeles – qui remonte à l'assassinat en 1991 d'une jeune noire américaine, d'une balle dans le dos, par un commerçant coréen qui pensait qu'elle avait volé un jus d'orange – est évoquée dans seulement 3 paragraphes sur 21 pages. Les Hispaniques n'apparaissent pas sinon dans une photographie et dans une ligne de texte. *Time* axe son compte rendu sur la "division raciale", "l'abîme" et le "gouffre" qui séparent les citoyens noirs et blancs. Pourtant des conflits ont opposé les émeutiers à des Asiatiques et 52% des personnes arrêtées étaient Latinos (RIVERS, 1996). Plusieurs médias *mainstream* ont de la même façon dépeint la situation comme une situation d'affrontement entre citoyens noirs et blancs. Une analyse de contenu de journaux télévisés montre que dans les ¾ de l'information diffusée l'angle était noir et blanc (SMITH, 1994).

A changé, en revanche, le contenu des nombreux textes qui rendent compte de l'événement, révélant un décalage considérable entre la mise en valeur de l'information et le travail de reportage. Au lieu d'exprimer la crainte ou de susciter la peur, les rédacteurs tentent d'expliquer pour faire comprendre, accordant la priorité à l'événement déclencheur des émeutes: la relaxe des quatre policiers par un jury majoritairement blanc. Les émeutes sont, certes, décrites mais de façon factuelle et moins d'importance est accordée au déchaînement de violence qu'aux causes l'ayant provoqué. Il n'y a plus dans les textes l'insistance, présente dans les années 1960 et en 1980, à décrire les

scènes de pillages et/ou les violences commises sur les Blancs. L'équipe de reporters, parmi laquelle comptent deux journalistes noirs, place l'accent sur le rôle joué par la police, notamment dans l'aggravation de la situation – les services de police sont éreintés pour être intervenus trop tard – et la violence policière qui frappe en particulier la communauté noire est abordée frontalement. Plus encore que de la violence policière, est-il souligné, les Noirs américains souffrent du chômage, de la pauvreté, d'un enseignement de mauvaise qualité, de la drogue et de la criminalité.

En dépit de l'application montrée à exposer le lourd passif qui a déclenché les émeutes, il demeure là encore que la lecture dominante, ou première, donnée de l'événement par la couverture, les titres et les photographies est le *péril noir*, le danger que représente la population noire pour la population blanche quand elle se révolte. Des progrès ont été accomplis dans les reportages mais le décalage entre la mise en valeur – ou la mise en scène – de l'information et le contenu des articles est décisif dans la mesure où il est peu probable que la lecture des textes corrigent ou compensent la première impression véhiculée par les titres et les photographies qui conduisent à la représentation et à la mémorisation d'un "modèle d'événement" par les lecteurs (VAN DIJK, 1991, p.51).

L'intégration de journalistes noirs a entraîné des progrès dans la couverture des émeutes mais compte tenu de leur absence des cercles de décision de haut lieu et de dernier lieu – notamment pour les choix de couverture, de titre et de photographies – ils n'ont pu agir sur la mise en valeur de l'information. Là précisément où l'image rémanente d'une foule de Noirs en colère et la peur ancestrale de la haine des Noirs continue d'opérer.

Les émeutes de 1992 ont été les dernières émeutes américaines et, avant même l'élection de Barack Obama, le nouveau siècle s'est ouvert sur une nouvelle distribution des cartes. Des citoyens noirs ont été nommés à des postes de décision dans de grands médias dominants; Mark Whitaker rédacteur en chef de *Newsweek*, Janice Simpson rédactrice en chef adjointe de *Time*. Mais l'image médiatique des Noirs pauvres, des "parias urbains", n'est pas pour autant débarrassée des images résiduelles pré-décrites (WACQUANT, 2007). Elles ont notamment refait surface en 2005 dans la couverture de la crise

provoquée par l'ouragan Katrina. Le révérend Jesse Jackson a alors interpellé les médias qui selon lui, en dépeignant les Noirs américains de Nouvelle Orléans comme des voyous, avaient une responsabilité dans la lenteur de l'aide apportée aux victimes. Il donnait pour preuve la diffusion de deux photographies par l'Associated Press et l'Agence France Presse. L'une d'elle montre un jeune noir, de l'eau jusqu'aux aisselles, qui emporte de la nourriture. Il est dit en légende qu'il "pille". Une autre photographie montre un jeune couple de citoyens blancs qui, également dans l'eau, traînent de la nourriture. Il est écrit en légende qu'ils "trouvent" de la nourriture²¹. Cette inégalité de traitement met alors en exergue l'image des Noirs comme pilliers, profitant de l'anarchie pour voler; une image résiduelle du temps des émeutes.

L'histoire de la civilisation américaine, traversée par le dilemme du conflit de ses idéaux démocratiques avec l'inégalité raciale, diffère en plusieurs points de l'histoire de la France, attachée jusqu'il y a peu à un républicanisme basé sur l'indifférence aux différences, et du Brésil qui s'est tôt conçu en "démocratie raciale" acceptant la *maurenidade* mais qui a entrepris dans les années 1990 de lutter contre les inégalités raciales via une politique d'*affirmative action*. En dépit de ces différences, peut-on trouver un écho de cette étude dans les sociétés brésiliennes et françaises? La "peur de la haine des Noirs" se retrouve-t-elle en France et au Brésil? Marque-t-elle de son empreinte la couverture des événements de crise impliquant les citoyens noirs? Plus largement et une fois posées les spécificités historiques et politiques, le traitement médiatique du soulèvement des lieux de relégation – "banlieues" françaises et "favelas" brésiliennes qui englobent d'autres minorités que la minorité noire – se fait-il en premier lieu au travers du prisme de la peur et du péril pour la communauté ethnoraciale dominante?

En guise d'éclairage, je relèverai brièvement que pour la France, les émeutes de 2005 ont été dénoncées par le ministre de l'intérieur, aujourd'hui président, comme l'expression violente de *délinquants non-blancs* (MACÉ, 2007). Et avant même cet événement, qui a fait rupture dans la politique française, la couverture médiatique des émeutes des "jeunes des banlieues" – catégorie de représentation qui inclue plus que les citoyens noirs – tirait du

côté d'une "interprétation en termes de *conflit*" (PERALVA et MACÉ, 2002, p.32).

Une étude collaborative et comparative entre ces trois pays me semble riche et pertinente. La question que je proposerais pour la présider serait celle-ci: au Brésil et en France, comme aux Etats-Unis, la peur d'un conflit racial héritée de l'esclavage, ou de la colonisation, racialise-t-elle la couverture des crises sociales?

NOTES

¹ Expression de l'écrivaine noire Thulani Davis, citée dans *Time*, 28 février 1994.

² Après son arrestation, a été publiée en couverture de *Time* une photographie d'O.J. Simpson retraitée informatiquement, le faisant paraître plus noir qu'il ne l'était.

³ On relève 972cm/col consacré aux émeutes de 1965 à 1968. Pour comparaison 433 cm/col sont consacrés à la campagne des droits civiques

⁴ *Time*, 20 août 1965.

⁵ *Time*, 17 décembre 1965, 26 janvier 1968 et 12 septembre 1969.

⁶ *Time*, 21 juillet 1967.

⁷ *Time*, 20 août 1965.

⁸ *Time*, 4 août 1967.

⁹ Les conditions de vie des habitants des ghettos occupent moins d'espace que le retour à l'ordre dans le compte rendu des émeutes de Watts (8% du compte rendu) et sont quasiment ignorées dans le compte rendu de Detroit (1%).

¹⁰ Un rapport de la commission d'enquête sur une émeute survenue à Harlem en 1935, dirigée par Franklin Frazier, responsable du département de sociologie de l'université de Howard, a clairement établi cette corrélation, évidente dans le seul titre du rapport : "Les Nègres à Harlem: un rapport sur les conditions économiques et sociales responsables des désordres du 19 mars 1935".

¹¹ *Time*, 4 août 1967.

¹² On relève 312 cm/col consacré aux émeutes en 1969 comparé à 117 cm/col pour l'enseignement, deuxième contexte dans lequel les Noirs apparaissent le plus cette année-là.

¹³ *Time*, 30 mai 1969.

¹⁴ *Time*, 20 septembre 1971.

¹⁵ *Time*, 12 septembre 1969.

¹⁶ *Time*, 12 septembre 1969.

¹⁷ A été relevé 546 cm/col revenant aux émeutes en 1980. Le deuxième sujet dans lequel les Noirs occupent le plus d'espace est celui de la criminalité avec 52cm/col.

¹⁸ En 1989 une grande manifestation contre le racisme fait suite au décès d'un jeune noir américain après une attaque raciste à Howard Beach et en 1991 est publiée l'étude intitulée "A Common Destiny".

¹⁹ Interview de Sylvester Monroe, 24 juin 1998, Atlanta.

²⁰ *Time*, 11 mai 1992.

²¹ Tania Ralli, "Who's a looter? In Storm's Aftermath, Pictures Kick Up a Different Kind of Tempest", *The New York Times*, 5 sept. 2005.

REFERENCES

- BLASSINGAME J. et M., 1982. *Long Memory: the Black Experience in America*. New York: Oxford University Press.
- CAMPBELL C., 1995. *Myth and the News*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- COHEN J.; MURPHY W., 1966. *Burn, Baby, Burn! The Los Angeles race riot*. New York: E.P. Dutton & Co.
- GLASSNER B., 1999. *The Culture of Fear: Why Americans are Afraid of the Wrong Things*. New York: Basic Books.
- GOOD P., 1975. *The Trouble I've Seen; White Journalist/Black Movement*. Washington: Howard University Press.
- HEIDERICH D., 2007. "Persistance rétinienne et rémanence Sociale", *Magazine de la communication de crise et sensible*, vol.15.
- KASPI A., 1986. *Les Etats-Unis de 1945 à nos jours*. Paris, Seuil.
- THE KERNER REPORT, *The 1968 Report of the National Advisory Commission on Civil Disorders*. 1988. New York: Pantheon Books.
- MACE E., 2007. "Des 'minorités visibles' aux néo-stéréotypes: Les enjeux des régimes de monstration télévisuelle des différences ethnoraciales". *Le Journal des anthropologues*, Hors série "Identités nationales d'Etat".
- PERALVA A.; MACE E., 2002. *Médias et violences urbaines. Débats politiques et construction journalistique*. Paris: La Documentation française.
- RIVERS C., 1996. *Slick Spins and Fractured Facts, How Cultural Myths Distort the News*. New York: Columbia University Press.
- SMITH E., mai 1994. "Transmitting Race: The Los Angeles Riots in Television News", Research Paper R-11, Joan Shorenstein Center on the Press, Politics and Public Policy, Harvard University.
- TIME Magazine, 1965, 1967, 1969, 1971, 1992, 1994.
- VAN DIJK T.A., 1991. *Racism and the Press*. Londres, Routledge.
- WELLS-BARNETT I.B., 1991. *Selected Works of Ida B. Wells-Barnett*. New York: Oxford University Press.
- ZUNZ O, Kahan A. (Eds.), 2002. *The Tocqueville Reader: A Life in Letters and Politics*. Oxford: Blackwell.

A pesquisa em comunicação na Amazônia brasileira e a “Escola Francesa”¹

La recherche en communication dans l’Amazonie brésilienne et l’ “École Française”

Edileuson ALMEIDA

Jornalista (UFRR), especialista em Docência no Ensino Superior (FAA), mestre em Ciências da Comunicação (USP), Professor do Curso de Comunicação Social da FAA/RR, analista de Comunicação Social do Governo de Roraima, professor-assistente do Curso de Comunicação Social (Hab. Jornalismo) da Universidade Federal de Roraima – UFRR - Boa Vista/RR – Brasil.

E-mail: edileusonalmeida@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo trata de um breve estudo exploratório cujo objetivo é sistematizar e relatar a presença do ensino em comunicação na Amazônia brasileira (mais especificamente nos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), a partir da criação do primeiro curso da área na região. A ênfase recai os cursos de graduação em Comunicação e suas diversas habilitações (só há um Programa de mestrado em Comunicação na região delimitada). Num segundo momento trata sobre a produção científica. Quanto ao desenvolvimento da pesquisa, o foco recairá sobre os artigos científicos publicados, para identificar a presença do “pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação” nos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores em comunicação da Amazônia brasileira.

PALAVRAS-CHAVES: França/Brasil – “Escola Francesa” – Comunicação – Ensino e Pesquisa - Amazônia Brasileira.

RÉSUMÉ

Cet article s’agit-il d’abord d’une brève étude d’exploitation dont le but est celui de systématiser et d’exposer la présence des cours de Communication dans l’Amazonie Brésilienne (plus précisément dans les états de l’Acre, de l’Amapá, de l’Amazonie, du Pará, de Rondônia et de Roraima), à partir de l’implantation du premier cours de Communication dans la région. Nos regards sont tournés surtout vers les cours de graduation en Communication et ses habilitations diverses. Il n’y a qu’un programme de maîtrise en Communication dans la région en question. Deuxièmement on prétend faire un bilan concernant la production scientifique des chercheurs brésilien dans le domaine de la Communication avec le but d’identifier la présence de la pensée française contemporaine concernant l’étude de Communication dans les études développées par les chercheurs de Communication dans l’Amazonie Brésilienne.

MOTS-CLEFS: France/Brésil – “École Française” – Communication – Enseignement et Recherche – Amazonie Brésilienne.

A opção do autor pelo uso do termo Amazônia brasileira justifica-se por assim ser tratada a parte da Amazônia³ que é de domínio pátrio brasileiro, cujo território estende-se por nove Estados, sendo seis deles integralmente localizados na Amazônia (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima) e outros três apenas parcialmente (Mato Grosso, Tocantins e Maranhão). Porém, neste estudo, optou-se pela inclusão apenas dos Estados brasileiros integralmente localizados na maior floresta do planeta (na geografia e na biodiversidade)⁴. Portanto, ao longo deste artigo, quando tratamos dos Estados abordados no estudo, em conjunto, a expressão “Amazônia brasileira” é entendida como equivalente.

A pesquisa relatada refere-se a uma região que ocupa uma área de aproximadamente 3,6 milhões de Km², correspondente a quase 2/3 da área total da Amazônia⁵. Quando comparada com o tamanho do território nacional, a Amazônia brasileira ocupa algo em torno de 40% da área total do Brasil⁶. É onde vivem quase 12 milhões de pessoas.⁷

É uma região onde a comunicação mediática é concentrada nas capitais (emissores e boa parte dos receptores) e tecnicamente quase sempre retardatária, em comparação com as demais regiões do Brasil, em especial com o sudeste. Em tempo: a diferença é de 43 anos entre a circulação do primeiro jornal brasileiro e o primeiro o primeiro jornal da região. A televisão levou 15 anos e o Rádio quase uma década:

[...] o mais antigo veículo de comunicação da Amazônia [brasileira] é de 1851: o periódico *Cinco de Setembro* [sediado em Belém-PA e ainda em circulação]. Em 1927, foi a vez do rádio. Naquele ano, a capital amazonense recepcionaria pela primeira vez o sinal de um programa radiofônico produzido localmente: a *Voz de Manaus*. A televisão chegou em 1965, os pioneiros foram novamente os amazonenses, com a *TV a cabo Manauara*. (ALMEIDA, 2008, p. 343)

No tocante aos jornais⁸, são de baixa circulação, reduzida distribuição, enorme concentração e, ainda, são poucos (não passam de duas dezenas de

periódicos em cinco Estados) e isolados⁹. As emissoras de rádio não chegam a três dezenas. No caso da televisão o quadro é diferente: são mais de 40 emissoras de televisão, todas elas ligadas a uma cabeça de rede (canal nacional), Roraima lidera com 12 canais VHF/UHF.

Também é recente a presença do ensino superior em Comunicação Social. O primeiro curso da área instalado na região foi o de jornalismo, em 1969, na Universidade Federal do Amazonas¹⁰. Nos seis Estados, atualmente 26 Instituições de Ensino Superior (quatro públicas e 22 privadas) oferecem cursos de Graduação em Comunicação Social, com seis habilitações (mais detalhes, ver adiante no item: A comunicação na Amazônia brasileira: ensino – dados preliminares).

Quanto à pesquisa, é fragmentada e esporádica. Para se ter uma ideia, nenhuma das instituições dispõe de uma revista científica ou qualquer outro veículo com o propósito de socializar possíveis resultados de pesquisas em comunicação social.

Nos últimos três anos, a consolidação dos Congressos Regionais de Ciências da Comunicação, promovidos pela Intercom¹¹, anualmente, em todas as cinco regiões do país – iniciados no Sudeste há quase três décadas, cuja oitava versão, ocorreu na Região Norte, em 2009, na Cidade de Porto Velho-RO – tem estimulado a participação de estudantes de graduação (iniciação científica e trabalhos experimentais) e professores, pós-graduados e pesquisadores (comunicações científicas) na publicação de artigos científicos e apresentação de trabalhos experimentais da graduação (processo ou produto).

Nessas comunicações científicas buscaremos a presença do pensamento contemporâneo em comunicação da *Escola Francesa*, que é o que nos interesse na fase final deste trabalho, ou seja, tomaremos como objeto de análise os artigos científicos apresentados e publicados nos *Anais* dos últimos três congressos regionais de Ciências da Comunicação na Região Norte, promovidos pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

Objeto e método – a coleta e a análise dos dados (para artigo esse título não é adequado)

A realização periódica dos congressos regionais em Ciências da Comunicação na Amazônia Brasileira, em sistema de rodízio (V Intercom Norte¹² 2006 – Manaus/AM; VI Intercom Norte 2007 – Belém/PA; VII Intercom Norte 2008 – Boa Vista/RR; VIII Intercom Norte 2009 – Porto Velho/RO; IX Intercom Norte 2010 – Rio Branco/AC¹³) tem estimulado a produção científica em Comunicação na região e ensejado uma regularidade na apresentação e publicação de artigos científicos da graduação à pós-graduação e também de organismos externos à academia.

A professora e pesquisadora Margarida Maria Krohling Kunsch observa que “levantar, verificar, analisar e avaliar a produção científica de uma área de conhecimento não é tarefa fácil”, e justifica como barreiras: “Dificuldade de acesso, e critérios para definir o que é de fato ‘produção científica’” (2003, p. 93). No nosso caso se não há a primeira situação, a segunda é realmente um grande desafio.

Para Geraldina Porto Witter, produção científica “é a forma pela qual a universidade ou a instituição de pesquisa se faz presente no saber-fazer-poder ciência” (apud KUNSCH, 2003, p. 95-96). Lopes, por outro via, entra no mérito da questão e reforça que “o crescimento de um campo científico só se dá mediante o permanente confronto da teoria com os fatos, fatos esses que devem ser criteriosamente colhidos e transformados em objetos científicos por meio da manipulação e elaboração intelectuais” (2005, p. 141).

O propósito desse estudo é, portanto, contribuir para a compreensão da produção científica em comunicação e, numa tentativa de dar um passo adiante, comentar a influência da *Escola Francesa* nas pesquisas amazônicas sobre o tema. A amostra delimitada para a pesquisa concentra-se no universo da produção acadêmica apresentada em evento técnico-científico que conste dos *Anais* do evento. Decidiu-se pela delimitação que leva em consideração os congressos regionais da Intercom por várias razões, entre elas: a regularidade (anual), a pluralidade (abarca todas as habilitações e valoriza a interdisciplinaridade), a circularidade (o sistema de rodízio nas sedes, o que é importante

em uma região tão extensa e com limitações na circulação) e a diversidade (o formato dos congressos inclui conferências, comunicações científicas, exposições de projetos e trabalhos, oficinas, mesas-redondas e, ainda, variedade nas temáticas abordadas).¹⁴

Serão sistematizadas e analisadas as produções de estudantes de graduação (Intercom Júnior) e de profissionais, professores, pós-graduando, pós-graduados e pesquisadores (comunicações científicas) em Comunicação, publicadas nos *Anais* dos Congressos Regionais em Ciências da Comunicação de 2007 (Belém), de 2008 (Boa Vista) e de 2009 (Porto Velho).

Para melhor organização, análise e compressão dos dados obtidos, os eles serão agrupados em duas categorias: Intercom Júnior (graduação) e Comunicação Científica (profissionais, professores, pós-graduando, pós-graduados e pesquisadores) e, posteriormente, sistematizados levando-se em consideração informações como: Título do Trabalho, Autor(es), Instituição, Estado, Palavras-chave e Divisão Temática (linha de pesquisa ao qual está relacionado o estudo, conforme classificação proposta pela Intercom) e corrente de fundamentação teórica predominante.

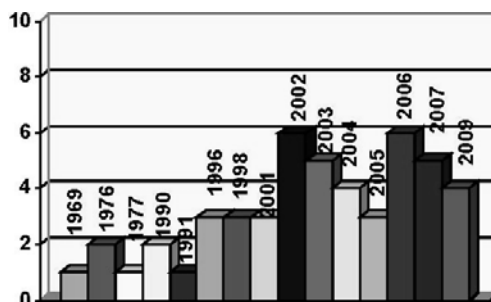
Para facilitar a compreensão da distribuição dessa produção acadêmica, é bom dispor também de dados sobre os cursos na área de Comunicação Social¹⁵ nos Estados delimitados, sobre os tipos e a organização das IES que oferecem os cursos, sobre as habilitações disponíveis e as vagas oferecidas anualmente, o que vai nos permitir conhecer a localização e a distribuição dos cursos instalados na região nos últimos 40 anos (1969-2009).

A fase final será, então, relatar o que é possível inferir a partir dos dados coletados, ou seja, após apresentar dados preliminares sobre o ensino e a pesquisa em comunicação na Amazônia brasileira e após um breve relato sobre a *Escola Francesa* e suas diversidades de pensamento contemporâneo sobre a comunicação, abordaremos dados que concretizam a presença da *Escola Francesa* na pesquisa em Comunicação na Amazônia brasileira.

A comunicação na Amazônia brasileira: ensino – dados preliminares

O primeiro curso de Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) foi criado em Manaus (AM), na Universidade Federal do Amazonas, em 1969. Nos anos seguintes, foi essa a evolução dos cursos de comunicação na Amazônia brasileira foi a seguinte: 1969 – 1; 1976 – 2; 1977– 1; 1990 –2; 1991 – 1; 1996 –3; 1998 – 3; 2001– 3; 2002 – 6; 2003– 5; 2004 –4; 2005– 3; 2006 – 6; 2007 – 5; 2009 – 4 (ver Gráfico 1). Quanto ao ensino de pós-graduação (*stricto sensu*), dos 36 programas de pós-graduação (23 mestrado e 13 mestrado/doutorado) oferecidos atualmente no Brasil, apenas um funciona na região: o programa de pós-graduação (mestrado) em Ciências da Comunicação, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Gráfico 1 - Cursos de Comunicação Social (por habilitação) criados em 40 anos (1969-2009)



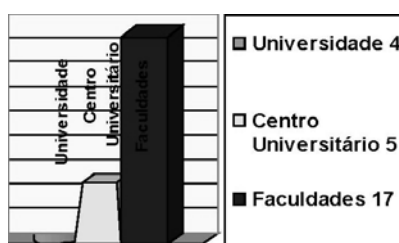
Fonte: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/> (visitado em 16.jun.2009)

Atualmente são 26 as Instituições de Ensino Superior (IES) autorizadas a oferecer cursos nas habilitações de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Produção Editorial, Multimídia, Radialismo, sendo que dez IES funcionam no Pará (municípios de Ananindeua, Belém [capital], Parauapebas e Santarém), seis no Amazonas (Manaus [capital] e Parintins), três no Acre (Rio Branco), três no Amapá (Macapá), três em Rondônia (Ji-Paraná e Porto Velho [capital]) e duas em Roraima (Boa Vista).

No levantamento realizado, um dado que chama a atenção é a concentração de cursos de comunicação em instituições de ensino superior privadas: das

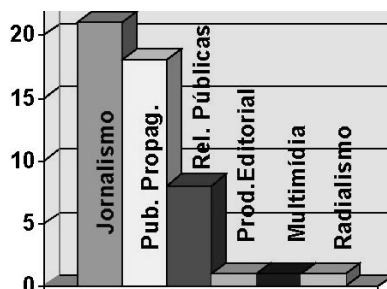
26 IES pesquisadas, apenas quatro são públicas (Universidades Federais)¹⁶, outras 22 são privadas, sendo cinco Centros Universitários¹⁷ e 17 Faculdades¹⁸. O Gráfico 2 (Tipos de IES com curso de Comunicação Social) ajuda a explicitar o cenário. Quanto à organização, estas instituições se distribuem em Pública Federal (4), Privada – Particular em Sentido Estrito (20), Privada – Comunitária (1), Privada – Confessional Filantrópica (1).

Gráfico 2 Tipos de IES com curso de Comunicação Social



Fonte: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/> (visitado em 16.jun.2009)

Nestas 26 IES são oferecidas vagas em diversas habilitações da Comunicação Social. O Gráfico 3 (Habilitações oferecidas nas IES) faz um comparativo, com destaque especial aos cursos de Jornalismo (oferecido em 21 IES) e de Publicidade e Propaganda (oferecido em 17 IES), disponíveis em todos os seis Estados; quanto ao curso de Relações Públicas (oferecido em oito IES), está presente em quatro Estados (AM, AP, PA, RO); no caso das habilitações Produção Editorial (oferecido em 1 IES) e Radialismo (oferecido em 1 IES) ambas só são encontradas em Manaus (AM). Já a habilitação Multimídia (oferecido em 1 IES) só está disponível no Pará.

Gráfico 3 - Habilitações oferecidas nas IES

Fonte: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/> (visitado em 16.jun.2009)

O MEC autoriza para essas IES mais de 5 mil vagas por ano nas diversas habilitações dos cursos de Comunicação Social, com especial destaque para a Publicidade e o Jornalismo, com mais de 4 mil vagas/ano. Por habilitação, são autorizadas 2.230 vagas/ano em Publicidade e Propaganda, 2.160 vagas/ano em Jornalismo, 538 vagas/ano em Relações Públicas, 40 vagas/ano em Produção Editorial, 150 vagas/ano em Multimídia, 100 vagas/ano em Radialismo.

A Escola Francesa – um caminho de diversidades

Tentar compreender um pensamento francês sobre comunicação é trilhar um caminho com vários vieses, com várias entradas e passagens. O nó começa com uma consulta ao texto de Juremir Machado da Silva (apud HOHLFELDT et al., 2001):

Por mais que se fale de uma *Escola Francesa*, quase sempre com intenção pejorativa, a expressão é um paradoxo [...]. Sem nenhuma dúvida, pode-se afirmar desde o princípio que nunca houve uma escola francesa de reflexão sobre a comunicação. [...] Para não se perder tempo com um falso dilema, basta tomar a atualidade e perguntar: como agregar numa escola francesa Pierre Bourdieu, Edgar Morin, Paul Virilio, Michel Maffesoli, Jean Braudillard, Lucien Sfez, Jacques Derrida, Dominique Wolton, Pierre Lévy e Régis Debray? (p. 172).

Para os Mattelart (2001), a criação do Centro de Estudos das comunicações de Massa (CECMAS), no interior da Escola de Prática de Altos Estudos, fundado por iniciativa do sociólogo Georges Friedmann, “representa a

primeira tentativa séria de constituir na França um círculo e uma problemática de pesquisa em comunicação”. Afirmam que o programa do CECMAS consiste na análise das “relações entre a sociedade global e as comunicações de massa, que se integram funcionamento a ela” (p. 90). Seu objetivo “é remediar o atraso da pesquisa francesa em uma área em grande parte dominada pela análise funcional americana e a carência de uma perspectiva transdisciplinar” (2001, p. 90).

Para Wolf (2005), não foi diretamente nos meios de comunicação de massa nem nos seus efeitos sobre o destinatário que os pesquisadores do CECMAS se detiveram.

À medida que a teoria crítica tornava-se o polo de referência para os estudos que não se identificavam com a elaboração da pesquisa administrativa, outra área de interesses e de reflexão, também oposta à *communication research*, começou a ser preparada, sobretudo na cultura francesa. Trata-se da chamada ‘Teoria Culturológica’: sua característica fundamental é estudar a cultura de massa, determinando seus elementos antropológicos mais relevantes e a relação que nela se instaura entre o consumidor e o objeto de consumo. [...] o objeto de análise programaticamente perseguido é a definição da nova forma de cultura da sociedade contemporânea. (WOLF, 2005, p. 93-94)

Enquanto os Mattelart apontam Georges Friedmann, em torno de quem se reúnem Edgar Morin e Roland Barthes, como o precursor da corrente, Barthes persegue seu projeto de desenvolver “uma verdadeira ciência da cultura de inspiração semiológica” (CECMAS). Os estudos de Friedmann “sobre o trabalho e a técnica levaram-no a se dedicar aos problemas da civilização tecnicista, a seus ‘fenômenos de massa’; produção e consumo de massa; audiência de massa; surgimento do tempo do não trabalhado; generalização do lazer”.

Quanto a Edgar Morin, foi um dos “primeiros a refletir sobre a importância que assume a mídia e questionar os valores dessa nova cultura” (p. 92).

Wolf aponta Edgar Morin e seu trabalho *L’esprit du temps* (1962) como a obra e o autor que “inauguram” o que ele chama de “corrente culturológica”. Morin, nessa obra¹⁹ de fato só fala sobre as *mass media*, ao abordar a

presença do imaginário nas mensagens mediatizadas, um fator cada vez mais intenso desde o início do século XX.

Forma-se então um duplo setor no seio das *massa media*: existe em todo espetáculo de cinema, ao lado do grande filme romanesco, uma parte de atualidades, até mesmo do documentário; os programas de televisão são distribuídos segundo uma alternância do informativo e do imaginário, do documentário e do espetáculo; a mesma dualidade se dá, do modo diverso, na imprensa (o romanesco é minoritário na imprensa quotidiana, preponderante na imprensa amorosa). (MORIN, 2005, p. 98)

Para Silva (2001), a verdade é que “nem todos os intelectuais apresentados até agora se dedicaram de forma continuada e profícua aos estudos da comunicação”, pois, de certo modo, “os franceses nunca chegaram a fechar questão sobre o ‘campo’ da comunicação” (p. 172).

O CECMAS, segundo os Mattelart, mudou duas vezes de denominação: “em 1974, torna-se o Centro de Estudos Transdisciplinares, Sociologia, Antropologia, Semiologia (CETSAS); em 1979, é rebatizado como CETSAP, a semiologia suprimida em benefício da política” (MATTELART e MATTELART, 2001, p. 92).

A pesquisa em Comunicação na Amazônia brasileira e a *Escola Francesa*

A pesquisa em comunicação, na América Latina, revela marcos históricos do século passado e principalmente deste (século XXI). Mas na realidade a sua institucionalização como campo científico somente ocorreu a partir de 1960 (MARQUES DE MELO, 1985). O CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina), uma iniciativa da UNESCO, instalado em Quito (Equador), “é a primeira agência de fomento e de formação cultural [...] irradiando uma certa mística da pesquisa em comunicação” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 29), institucionalizando o que até então era apenas atividade episódica e ocasional.²⁰

Ao fazer um panorama sobre a pesquisa em comunicação no Brasil, o professor José Marques de Melo observa que somente nas últimas décadas do

século passado é que “as agências nacionais de fomento à produção científica e cultural reformularam seus esquemas de classificação do Conhecimento para incluir a subárea ‘Comunicação’” (BARBOSA, 2007, p. 25).

Melo observa que os maiores centros dedicados a essa pesquisa são as universidades, especificamente as escolas de comunicação.

Se bem que em tais instituições a pesquisa não assuma, ainda hoje, o caráter de ação prioritária. Elas continuam a se dedicar preferentemente ao ensino, vale dizer, à transmissão de conhecimentos em sala de aula, relegando a pesquisa a uma posição secundária [...]. (MARQUES DE MELO, 1985, p.26)

Porém, ainda de acordo Marques de Melo (1985, p. 26), o maior volume de produção acha-se concentrado nas escolas que mantêm programas avançados, ao nível de pós-graduação, figurando a grande maioria, que se dedica apenas ao ensino de natureza profissionalizante (graduação).

Ao descrever as “Fases da pesquisa em Comunicação” no Brasil, Marques de Melo aponta seis momentos:

I) Os “Estudos históricos e jurídicos” desenvolvidos no fim do século XIX até a década de 1930 tiveram bastante influência europeia, principalmente de países como França, Itália e Espanha. No referido período havia uma preocupação dos “historiadores tradicionais em registrar memórias da imprensa e dos jornalistas [...]”, enquanto que a preocupação dos juristas era “em realizar a exegese dos estudos legais que regulamentam a liberdade de expressão, os crimes de imprensa, controle sobre os meios de difusão cultural”.

II) A “pesquisa mercadológica” foi hegemônica nas décadas de 40 e 50 do século XX e “reflete nitidamente a transformação da estrutura produtiva brasileira”. [...] Trata-se de um período em que a pesquisa sobre os processos de comunicação de massa é feita segundo os parâmetros da sociologia e da economia.

III) O “Comparativismo e difusionismo” foram observados na primeira metade da década de 1960. O período “caracteriza-se pelo surgimento de dois novos polos onde os fenômenos de comunicação são pesquisados. Primeiro: [...] cursos de jornalismo, sob a influência da CIESPAL; Segundo: Os organismos dedicados à assistência técnica e creditícia na área rural [...]. A pesquisa realizada nas escolas de jornalismo segue padrões universitários importados da Europa e dos Estados Unidos, via Quito”.

IV) O “Deslumbramento e apocalipse” – O golpe militar de 1964 interrompe a pesquisa na universidade. “Os meios de comunicação crescem e adotam tecnologias recente [...] contando com subsídios do próprio estado e das empresas

estrangeiras. A segunda metade da década de 1960 e a primeira da década de 1970 marcam o surgimento de uma indústria da cultura no país (revistas, fascículos, livros, discos, cinema, televisão etc.). [...] As mutações ocorridas nos meios de comunicação e seu impacto junto à sociedade despertam o interesse de pesquisadores. [...] Tanto aquelas atuantes nas escolas de comunicação, quanto [...] nos institutos de ciências sociais. Os primeiros motivados pela compreensão do crescimento da indústria da comunicação de massa [...]. Os segundos, atraídos pelas inovações socioculturais [...] e seus reflexos nas mudanças de comportamento da nossa população. Os estudos [...] oscilam entre o deslumbramento em faces dos novos fenômenos [...] e o receio apocalíptico diante de sua expansão vertiginosa [...]. É um período rico, que se orienta por modelos absorvidos dos

CECMAS (Paris), da Escola de Frankfurt, do Núcleo de Pesquisa de Milão (ECO)”.

V) A “Legitimação acadêmica” – Na segunda metade da década de 1970 “observa-se uma descompressão também na vida universitária e a pesquisa científica retoma a sua trajetória peculiar [...]”. São apresentados os primeiros trabalhos de mestrado em Comunicação no Brasil.

VI) A “Politização dos estudos de comunicação” – Os anos de 1980 observam-se dois fatos ligados à pesquisa em comunicação:

a) O rompimento da barreira do funcionalismo norte-americano e da teoria crítica.

b) A articulação entre os próprios pesquisadores e cria-se a Intercom com papel de exercer aglutinação acadêmica (ciclo de estudos e publicações periódicas) e política (conquista de espaço junto às agências de fomento à pesquisa científica) (MARQUES DE MELO, 1985, p. 27-31).

Na Amazônia brasileira, atualmente, só há um programa de pós-graduação (*stricto sensu*) em funcionamento desde a última década do século passado. O mestrado em Ciências da Comunicação é oferecido pela Universidade Federal do Amazonas. Levando só isso em consideração e se tomando a classificação proposta por Marques de Melo, nos incluiremos na última fase, mais especificamente no segundo momento. Uma das fragilidades da pesquisa em comunicação na Amazônia é o isolamento provocado pela imensidão geográfica do país. O aparecimento da Intercom produz uma alteração no panorama “porque se organiza uma sociedade científica de novo tipo: pluralista, [...] democrática, [...] e, sobretudo, ativa” (MARQUES DE MELO, 1985, p.33). Levando em consideração estes dois pressupostos, nossa análise recai sobre os artigos científicos apresentados e publicados nos dos congressos regionais da Intercom na Região Norte (VI Intercom Norte 2007 – Belém/PA;

VII Intercom Norte 2008 – Boa Vista/RR; VIII Intercom Norte 2009 – Porto Velho/RO).

Nos últimos três congressos regionais, que reuniram mais de dois mil congressistas (80% deles alunos da graduação), foram apresentados no Intercom Júnior ²¹ 49 artigos científicos, sendo que no VI Intercom Norte 2007 (Belém-PA) foram apresentados 27 trabalhos; no VII Intercom Norte 2008 (Boa Vista-RR) foram sete trabalhos publicados nos anais; e no VIII Intercom Norte 2009 (Porto Velho – RO) foram apresentados 16 trabalhos de iniciação científica. Se detalharmos os trabalhos apresentados por instituição teríamos: UFPA – 27; UNAMA/PA – 6; UFAM/AM – 4; IESAM/PA – 2; UFRR/RR – 2; CEFET/AM – 1; Uninorte/AM – 1; UNIR/RO – 1; UFSE/SE – 1; UEAM/AM – 1; FBN/AM – 1; Universidade Tiradentes/SE – 1; UNIRON/RO – 1. Por Estado, teríamos a seguinte composição: PA – 35; AM – 8; RO – 2; SE – 2; RR – 2. Classificados a partir de temáticas, foram apresentados 16 trabalhos em Jornalismo; nove em Audiovisual; seis em Multimídia; três em Comunicação Aplicada ou segmentada; três sobre Comunicação, Espaço e Cidadania; três sobre Práticas sociais de comunicação; dois sobre Relações Públicas; dois sobre Comunicação Organizacional, Relações Públicas e Propaganda; dois sobre Teorias da Comunicação; um sobre Estudos Interdisciplinares de Comunicação; um sobre Interfaces Comunicacionais; um sobre Publicidade e propaganda.

Quanto à produção científica apresentada por profissionais, professores e pesquisadores, mestres e doutores nos últimos três anos, foram publicadas 36 comunicações científicas, sendo que, no VI Intercom Norte 2007 (Belém-PA), foram apresentados 16 trabalhos em sete Divisões Temáticas; no VII Intercom Norte 2008 (Boa Vista-RR), foram oito trabalhos distribuídos em cinco Divisões Temáticas; e, no VIII Intercom Norte 2009 (Porto Velho – RO), foram apresentados 12 trabalhos em seis divisões temáticas.

Também nessa categoria a Universidade Federal do Pará (UFPA) foi a instituição que mais apresentou trabalhos, oito nos 3 anos, seguida por UNIRON/RO – 4; UFRR/RR – 3; Uninorte/AM – 3; UNIR/RO – 3; UFAM/AM – 2; UNAMA/PA – 2; Embrapa/RO – 1; Iesacre/AC – 1; IESAM/PA – 1; Faculdades Seama/AP – 1; Museu Emilio Goeldi/PA – 1; PASCOM/PA – 1;

UFBA/BA – 1; UFMT – 1; UFRJ – 1; UNISINOS/RS – 1; Universidad de Málaga (Espanha) – 1. Numa divisão por Estado temos a seguinte composição: Pará – 13; Rondônia – 8; Amazonas – 5; Roraima – 3; Acre – 1; Amapá – 1; Bahia – 1; Mato Grosso – 1; Rio de Janeiro – 1; Rio Grande do Sul – 1; Espanha – 1.

Numa leitura a partir das divisões temáticas, eis o quadro que se apresenta: Jornalismo – 7; Audiovisual – 6; Mediações e Interfaces Comunicacionais – 4; Publicidade e Propaganda – 4; Práticas sociais de comunicação – 4; Relações Públicas e Comunicação Organizacional – 3; Estudos interdisciplinares da comunicação – 2; Teorias da Comunicação – 2; Comunicação Aplicada ou segmentada – 1; Comunicação, Espaço e Cidadania – 1; Cibercultura e tecnologia da comunicação – 1; Multimídia – 1.

Quanto aos trabalhos que se originam com base no pensamento francês, são destaques os artigos produzidos pelos acadêmicos e recém-graduados nas escolas de comunicação da Amazônia brasileira. Do total de 49 artigos apresentados nas seções do Intercom Júnior, 18 deles citam em suas referências contribuições da *Escola Francesa*. Porém, somam 14 os artigos que recorrem diretamente ao pensamento francês: Linguística (Saussure); Análise do Discurso (Foucault); Corrente Culturoológica (Morin); Cibercultura (Lévy).

Nas divisões temáticas, em que se apresentam os profissionais, professores, pesquisadores e pós-graduados (mestrado e doutorado) foram identificados 15 artigos científicos (do total de 36 artigos apresentados nos três anos) que citam obras de autores franceses. Porém, menos da metade (somente sete) recorrem ao pensamento francês: Corrente culturoológica (Morin); Análise do discurso (Saussure); Cibercultura (Lévy); Semiologia (Barthes).

Por ordem, os autores mais citados são Michel Foucault (18 trabalhos), Pierre Bourdieu (9 trabalhos), Pierre Lévy (8 trabalhos), Edgar Morin (5 trabalhos) e Jean Baudrillard (4 trabalhos); há menção ainda a Lyotard, Barthes, Kristeva, Breton, Deleuze e Ramonet.

Quanto aos autores franceses mais citados, Barthes é mencionado com as obras: *Imagem e moda* e *A câmara clara*; Baudrillard é referência com as obras: *Para uma crítica da economia política do signo*, *A sociedade de consumo*, *Simulacros e Simulação*; Bourdieu com as obras: *O poder simbólico*, *A*

economia das trocas simbólicas; Foucault com as obras: *Microfísica do poder*, *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, *L'ordre du discours*, *Arqueologia do saber*, *A ordem do discurso*, *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*; Lévy ganha destaque com as obras: *Cibercultura*, *As tecnologias da inteligência*, *O que é virtual?*; Morin é bastante citado com a obra *Cultura de massas no século XX – Neurose* (versão brasileira de *Espírito do Tempo*).

Notas conclusivas: um porvir

Este artigo é apenas uma abordagem exploratória em busca de identificar a presença do pensamento francês na pesquisa em comunicação na Amazônia brasileira. Um próximo passo precisa ser dado a caminho de uma melhor compreensão das contribuições da *Escola Francesa* para a consolidação da pesquisa e também do ensino em comunicação nesta vasta região brasileira, que timidamente começa a desejar um modelo próprio de análise das *mass media*, e o papel que desenvolve nos espaços acadêmicos e extra-acadêmicos.

Ainda é pequena a produção científica das escolas de comunicação da Amazônia brasileira, mas com grande possibilidade de ampliação, haja vista que os estudantes e pesquisadores dos fenômenos comunicacionais reconhecem o papel que precisam assumir diante de tal desafio, diante da possibilidade de desenvolver mecanismos próprios de abordagem e análise dos fenômenos mediatizados.

Se, na fase preliminar, a contribuição ainda é tímida,

é possível que, sem os vícios acadêmicos e sem as deformações políticas de que não conseguiram se libertar os pesquisadores da atual geração, esse grupo de novíssimos pesquisadores possam fazer avançar a pesquisa, empurrando-a da pesquisa participativa e da pesquisa-denúncia para a pesquisa-ação” (MARQUES DE MELO, apud BARBOSA, 2007, p. 39),

O pensamento de José Marques de Melo expressa os desejos da atual geração e também comunga com a proposta da Intercom ao mostrar-nos que é “urgente a busca de novos parâmetros que fertilizem a sistematização da pesquisa empírica com o germe criticizante da reflexão dialética” (Idem, p. 39).

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, Paraná Brasil, 4 a 7 de setembro de 2009.

³ O território amazônico, também chamado de Pan-Amazônia, expande-se por oito países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela) e ocupa uma área superior a seis milhões de quilômetros quadrados.

⁴ Para uma imersão intensa e muito interessante sobre o assunto a sugestão é a obra coordenada por João Paulo Ribeiro CAPOBIANCO (1998): *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*: avaliações e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição (São Paulo, Estação Liberdade, Instituto Socioambiental).

⁵ Há divergência de número entre vários autores (Giansatti, 1998; Mendes, 2001; Capobianco, 2001) quanto a área total da Amazônia: “A Amazônia [...] são cerca de 5,5 milhões de Km²” (GIANSANTI, 1998, p.77); “A Amazônia Continental ou Pan-Amazônia [...] alcança 7,8 milhões de Km²” (Mendes, 2001, p. 25); “Pouco mais de seis milhões de quilômetros quadrados [...] se estima a área total da Amazônia” (CAPOBIANCO, 2001, p. 13). Optou-se por Capobianco.

⁶ Área do Brasil 5.514.204,8 Km², segundo o IBGE.

⁷ Censo 2000, IBGE.

⁸ Muito já estão on-line e a barreira começa a ruir, porém há uma volatilidade muito grande no surgimento e desaparecimento de jornais impressos na região, e muitos sequer chegam a ganhar uma versão on-line.

⁹ Um estudo detalhado sobre a presença da mídia na região é apresentado na dissertação de mestrado *Imagens da selva*: Telejornalismo e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. São Paulo: ECA/USP, 2003.

¹⁰ Disponível em: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/educacao_superior.stm <Acesso em: 19.jun.2009

¹¹ A Intercom é uma entidade civil pública, criada em 1977 e que promove seis congressos anuais (cinco regionais e um nacional) sobre Ciências da Comunicação. Tem o importante papel de arregimentar e consolidar a comunidade nacional acadêmica das Ciências da Comunicação. [...] desde a sua fundação, sempre assumiu o compromisso explícito com o pluralismo teórico, diversidade metodológica e liberdade de expressão.

¹² Apesar de fazer parte da Região Norte, o Estado de Tocantins, por questão geográfica, se integra ao Intercom Centro-Oeste.

¹³ Previsto para ocorrer no mês de junho de 2010, sob a coordenação regional do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Acre (UFAC).

¹⁴ Em 2007 o eixo-central foi “Mercado, região e comunicação na sociedade digital” (“Comunicação na Amazônia: do oral ao digital”, foi o eixo-regional); em 2008 foi “Mídia, Ecologia e Sociedade” (não houve eixo-regional); em 2009 foi “Comunicação, Educação e Cultura na era digital”.

¹⁵ É intenção de o autor desenvolver posteriormente pesquisa sobre a presença da *Escola Francesa* no Ensino da Comunicação (nível graduação) na Amazônia brasileira.

¹⁶ São instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão. Fonte disponível em: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/educacao_superior.stm. Acesso em: 19.jun.2009>

¹⁷ São instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar. Fonte: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/educacao_superior.stm <Acesso em: 19.jun.2009>

¹⁸ São instituições de educação superior públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podendo ministrar cursos nos vários níveis (sequenciais, de graduação, , de pós-graduação e de extensão) e modalidades do ensino. Disponível em: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/educacao_superior.stm. Acesso em: 19 jun. 2009.

¹⁹ No Brasil, traduzida por Maura Ribeiro Sardinha e publicada pela editora Forense Universitária sob o título de *Culturas de massa no século XX: neurose*, chegou em 2005, a sua nona edição.

²⁰ “Dois modelos de pesquisa, disseminados pelo CIESPAL, ganham amplitude: os estudos de morfologia e conteúdo da imprensa (metodologicamente orientados pelo francês Jacques Kayser) e os estudos sobre o comportamento do público consumidor dos meios de comunicação (metodologicamente inspirados nas técnicas norte-americanas de leiturabilidade e de análise de audiência)” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 29).

²¹ Espaço para apresentação de artigos científicos de estudantes de graduação e recém-egressos dos cursos de Comunicação Social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edileuson. *Imagens da selva: Telejornalismo, desenvolvimento sustentável e Amazônia brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) ECA /USP) São Paulo, 2004.

CAPOBIANCO, Paulo Ribeiro et al.. *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliações e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição*. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, 1998.

GIANSATTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atual, 1998. http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/educacao_superior.stm <Acesso em: 19 jun.2009.

INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, volume XXI, nº 2, jul/dez. 1998.

INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, volume 30, nº 2, jul/dez. 2007.

INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, volume 31, nº 2, jul/dez. 2008.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Tendências da produção científica em relações públicas e comunicação organizacional no Brasil. In: Comunicação e Sociedade. PÓSCOM-UMESP, São Bernardo do Campos, ano 24, nº 39, p. 93-125, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vasallo de. Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Loyola, 2005. PÓSCOM-UMESP, ano 24, nº 39, p. 93-125, 2003.

MARQUES DE MELO, José. *Comunicação: teoria e Política*. São Paulo: Summus, 1985

MATTELART, Armand e MATTELART, Michele. *História das teorias da comunicação*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. Panorama Brasileiro da Pesquisa em Comunicação. In: BARBOSA, Marialva (Org.). *Vanguarda do pensamento comunicacional brasileiro: as contribuições da Intercom (1977-2007)*. Coleção Verde-Amarela volume I – O Sonho Intenso. São Paulo: Intercom, 2007.

MENDES, Armando Dias. *Amazônia: modos de (o) usar*. Manaus: Editora Valer, 2001

MORIN, Edgar. *Culturas de massa no século XX: neurose*. 9. ed. Tradução Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

SILVA, Juremir Machado da. O pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. São Paulo: Vozes, 2001.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Pensar o Jornalismo enquanto
prática sócio-discursiva: uma
revisão das perspectivas francófonas¹

Penser le Journalisme en tant que
pratique sócio-discursive: une
révision des perspectives
francophones

Fábio Henrique PEREIRA

Doutor em Comunicação / Jornalismo e Sociedade pela Universidade de Brasília

– UnB – Brasília/DF - Brasil

E-mail: fabiop@gmail.com

RESUMO

O artigo faz uma revisão de algumas abordagens teóricas nascidas ou apropriadas por autores países de língua francesa, aplicadas à compreensão do jornalismo e de suas transformações. Serão expostos os conceitos de *campo*, *paradigma*, *formação discursiva* e *fronteira profissional*. Em comum, as perspectivas apresentadas destacam a necessidade de pensar o jornalismo sem cair numa visão essencialista, situando-o como uma prática social e discursiva, como resultado de uma realidade socialmente construída. Com isso, pretende-se abrir espaço para discussão e produção, no meio acadêmico brasileiro e francês, de pesquisas empíricas que levem em conta essas perspectivas.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo – campo – paradigma – formação discursiva – fronteira profissional.

RÉSUMÉ

Cette communication fait une révision de quelques ancrages théoriques originaires ou appropriés par les auteurs de pays francophones et qui sont appliqués à la compréhension du journalisme et de ses transformations. Ils seront exposés les concepts de champ; paradigme; formation discursive; frontière professionnelle. En commun, les perspectives présentées mettent en évidence la besoin de penser le journalisme sans tomber dans une vision essentialiste en le lui définissant comme une pratique sociale et discursive, comme le résultat d'une réalité socialement construite. Dans ce cas, c'est possible d'insister les chercheurs, dans le milieu universitaire brésilien et français, à produire des discussions théoriques et des recherches empiriques qui prennent en compte ces perspectives.

MOTS-CLEFS: journalisme – champ – paradigme – formation discursive – frontière professionnelle.

Como qualquer fenômeno da sociedade, o jornalismo deve ser entendido como uma prática sócio-discursiva, resultado da processualidade história e das dinâmicas que envolvem os atores vinculados direta ou indiretamente na sua produção. Esse pressuposto, que busca justamente superar pretensões em torno de uma suposta essência ou natureza da atividade jornalística, embora pareça já incorporado a praticamente todas as abordagens das Ciências Sociais, ainda encontra dificuldades em ser aplicado nos estudos sobre o espaço jornalístico.

Nesse sentido, parece importante um esforço de discussão e sistematização de alguns pressupostos que nos ajudem a compreender um pouco mais sobre as dinâmicas de funcionamento e transformação do jornalismo nas sociedades. Tais dinâmicas permitem, justamente, entender em que sentido, atores e práticas emergem, se consolidam, se transformam e ocasionalmente desaparecem do jornalismo. E também o modo como eles são sucessivamente considerados como dominantes, marginais ou desviantes, do ponto de vista do universo jornalístico e da sociedade.

É esse o objetivo deste breve ensaio. Nele, faremos uma revisão de algumas abordagens teóricas nascidas ou apropriadas por países de língua francesa e aplicadas à compreensão do jornalismo e de suas transformações. Serão expostos aqui os conceitos de *campo*, *paradigma*, *formação discursiva* e *fronteira profissional*.

Nossas discussões se situam no quadro do *Réseaux d'études sur le journalisme* (REJ), um grupo internacional de pesquisa, composto por brasileiros, franceses, canadenses e mexicanos, cujas discussões sobre o “jornalismo em invenção” subsidiam o texto. Com ele, queremos estender o debate iniciado no âmbito do REJ para os pesquisadores brasileiros no campo da Comunicação e Jornalismo.

O conceito de campo

Conceito já consagrado pelos sociólogos, a noção de campo abriu, a partir da década de 90, uma fecunda perspectiva de análise sobre o jornalismo. O criador dessa teoria, Pierre Bourdieu (1966; 1983; 1984; 1989; 1993; 1997; 2001; 2002), não se engajou diretamente em análises empíricas sobre este objeto, sendo que o único trabalho específico sobre o campo jornalístico foi um pequeno livro-manifesto chamado *Sobre a televisão* (BOURDIEU, 1997). Contudo, o poder explicativo dessa abordagem possibilitou apropriações por um número expressivo de autores que se empenharam em descrever e analisar aspectos ligados aos mecanismos de funcionamento do campo jornalístico, dos quais destacamos: Berguer (1998); Champagne (1993; 2004); Chupin & Nollet (2006); Marchetti (2002); Rieffel, (1984); Lettieri & Saitta, (2006); Santos-Saniz, (2006), entre outros.

Campos, na teoria de Bourdieu (1997; 2002), são espaços sociais definidos por relações de desigualdade e por dinâmicas permanentes de disputa entre agentes. Estes se afrontam em estratégias de acumulação ou monopólio de um tipo específico de capital, destinadas a conservar ou transformar a estrutura do campo. Ao definirem leis próprias de funcionamento, os campos se apresentam como espaços relativamente autônomos, embora sua lógica também seja definida pela posição que ocupam numa estrutura maior de relações de dominação que estabelecem com os outros espaços.

De acordo com essa perspectiva, é impossível analisar o espaço jornalístico sem situá-lo numa rede de dependências com os campos político, econômico e intelectual, cujas lógicas determinam as modalidades de funcionamento dessa atividade. O fato de o jornalismo atual reiterar valores ligados ao profissionalismo, à concorrência e à luta pela audiência evidencia, na concepção bourdieusiana, um progressivo distanciamento dos mecanismos de dominação do campo político e intelectual em direção à submissão dessa atividade aos constrangimentos econômicos.

As relações de dominação se refletem nas hierarquias verificadas no interior do campo jornalístico, ou melhor, nos seus “subcampos” (MARCHETTI, 2002). De fato, o jornalismo apresenta uma diversidade de mídias (TV,

jornal, rádio e Internet), formas de produção (generalista ou especializado) e especialidades (jornalismo científico, econômico, literário), etc. O funcionamento desses segmentos reproduz a estrutura das relações de dominação estabelecidas no âmbito maior do campo. Um jornal sensacionalista, por exemplo, se aproxima dos critérios impostos pelo polo econômico do jornalismo, enquanto uma revista de cultura oscila em direção ao polo intelectual.

As dinâmicas que estruturam o campo são reproduzidas, no âmbito microsociológico, pelos agentes. É possível compreender as possibilidades e as impossibilidades de um jornalista por meio da posição que ele ocupa dentro do campo e do subcampo no qual ele está imerso. Cada jornalista interioriza as lógicas de funcionamento da sua atividade e orienta as estratégias de manutenção e subversão das suas posições pelo acúmulo de um tipo específico de capital (econômico, político, cultural, social, simbólico, entre outros).

Esse mecanismo explica a diversidade de posturas e trajetórias observadas no jornalismo (*habitus*), sem que isso resulte necessariamente na perda de identidade ou em uma subversão na estrutura do campo. Mesmo a adoção de uma posição marginal é geralmente prevista pelas leis que regem o campo e apenas reifica suas dinâmicas de funcionamento. Os jornalistas podem, é claro, rejeitar essas imposições ou negociarem suas margens de manobra e/ou autonomia individual, no interior do campo. Nesse ponto, é possível visualizar algum espaço de mudança social a partir dos agentes, embora a teoria dos campos tenda a enfatizar o peso das estruturas sociais como fator determinante para essas transformações.

Visto dessa forma, o arcabouço teórico bourdieusiano se propõe a estabelecer uma proposta de investigação que pode ser aplicada a instâncias distintas de uma atividade, das transformações macrosociológicas às práticas individuais. Suas premissas reiteram uma correspondência entre as estruturas mentais e sociais, reproduzida nos diferentes níveis do campo, a partir de relações de dominação. Além disso, o conceito de campo resolve a aparente contradição entre a representação social do espaço jornalístico, que tende a ser considerado como microcosmo autônomo e o modo como as diferentes interações entre agentes se materializam em uma diversidade de práticas e carreiras profissionais.

O grande problema desse conceito é o fato de a noção de dominação ser colocada como um *a priori* subjacente a todas as relações analisadas por meio do conceito de campo (DOSSE, 2003). Ao cair nesse reducionismo, mesmo que sob uma alegação de operacionalização sociológica, a perspectiva bourdieusiana acaba cometendo simplificações. Vista de cima, a sociedade até pode ser definida por essas diferentes relações de força entre agentes e campos. Da mesma forma, a profissionalização do jornalismo, sem dúvidas, reflete um processo de dominação dessa atividade pelos valores do mercado, como já explicitado por uma vasta literatura (Marcondes Filho, 2000; Marshall, 2003; Moretzsohn, 2002; Ribeiro, 1994). Por outro lado, quando se analisa numa escala menor, percebe-se como o agente orienta sua trajetória a partir de uma série de motivações que não estão necessariamente associadas à conflitualidade social e à busca por uma posição dominante. Nesse sentido, o conceito parece encontrar um limite, sobretudo quando o olhar do pesquisador se dirige a fenômenos microssociológicos.

As mudanças paradigmáticas no jornalismo

O esforço de elaboração de uma teoria específica sobre as mudanças no jornalismo, traduzível em conceitos operacionais, resultou na análise dos *paradigmas*, desenvolvida pelos pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean de Bonville (2004). Sua construção teórica se baseia no método do *tipo ideal* da sociologia weberiana (WEBER, 1964). Ele consiste em uma descrição abstrata da realidade, no qual se retêm alguns traços julgados típicos ou característicos definidos pelo pesquisador. Ao se concentrarem nos elementos discursivos da prática jornalística, os autores estabelecem uma relação funcional entre a organização social e quatro tipos de jornalismo historicamente adaptados às circunstâncias sociais, a saber:

1. *Jornalismo de transmissão*. Aparece no século XVII. Sua função era transmitir informações das fontes diretamente ao seu público.
2. *Jornalismo de opinião*. Surge no início do século XIX e se coloca a serviço das lutas políticas.

3. *Jornalismo de informação*. Emerge no fim do século XIX e segue o modelo de coleta de notícias sobre a atualidade.
4. *Jornalismo de comunicação*. Aparece nas décadas de 1970/1980 e se caracteriza pela diversificação e pela subordinação da oferta a partir das preferências do público alvo.

Um paradigma possui um caráter organizado e organizador. Ao mesmo tempo em que se constitui em um sistema de regras coerentes, com alto grau de compatibilidade, permite que as mesmas sejam consensualmente utilizadas por todos os participantes. Parte dessas regras é explicitada, por exemplo, em códigos deontológicos e manuais de redação. O essencial, no entanto, é interiorizado durante o cotidiano da prática profissional, a partir dos processos de socialização nas redações e das interações com os outros praticantes. Por isso, o conceito de paradigma comporta não apenas um conteúdo específico, comum a uma coletividade e que engendra um conjunto de crenças, valores e regras, mas também um conteúdo particular aos jornalistas, que se manifesta nas instâncias discursivas e cognitivas.

Charron & Bonville distinguem dois tipos de transformações no jornalismo. A primeira compreende uma miríade de microinovações discursivas, que acontecem de forma constante no âmbito da atividade. A partir desse processo de pequenas mudanças, o paradigma evolui lentamente e conserva uma coerência que o torna compreensível para os praticantes. Este tipo de alteração apresentaria certa dificuldade de análise, pois parece imperceptível aos olhos do pesquisador:

O processo poderia ser resumido assim: o uso repetido de uma fórmula implica na imitação, a imitação implica em multiplicação das práticas, a multiplicação das práticas implica em densificação das práticas, a densificação das práticas implica em banalização das práticas. A banalização, por outro lado, provoca a busca por distinção, à qual implica em outras maneiras de cobrir o mesmo domínio. E o ciclo recomeça. (CHARRON & BONVILLE, 2004, p.67-68)

Além desse processo “normal” de transformação, o paradigma está também sujeito a metamorfoses mais profundas nos elementos considerados importantes ou essenciais de cada modelo. Elas seriam verdadeiras mutações ou

revoluções paradigmáticas⁴ e viriam acompanhadas de um processo de crise, em que se constata nível elevado de incongruência entre diferentes categorias de objetivos e de regras pertinentes a um modelo. Ao mesmo tempo, verifica-se uma forte tensão cognitiva de um grupo considerável de jornalistas em torno dos elementos que estão em via de se transformarem. Assim, os processos de mutação envolvem alterações de tal amplitude que as regras do discurso jornalístico e o discurso em si não são reconhecíveis quando comparados ao paradigma anterior.

Os autores também situam o jornalismo como uma “prática contingente”. As transformações do paradigma seriam consequências de mudanças nas estruturas sociais com as quais a imprensa se relaciona. Vistas dessa forma, as alterações do paradigma jornalístico teriam a mesma amplitude daquelas que afetam as estruturas nas quais ele está imerso.

Para os autores, essa inscrição histórica da prática jornalística não deve ser reduzida a um isomorfismo. No lugar do determinismo haveria, na verdade, uma congruência entre o jornalismo e as estruturas sociais em que variáveis intermediárias contaminariam práticas vizinhas situadas em um mesmo contexto espaço-temporal. Existiria uma série de parâmetros constitutivos do paradigma que vão do texto jornalístico à estrutura econômica, passando pela ação dos profissionais, das organizações midiáticas, das fontes de informação, das práticas culturais e valores, elementos que interagem entre si num contexto de transformação. Dessa forma, as hipóteses que relacionam estrutura social e prática específica são complexificadas por essas diferentes instâncias intermediárias.

Diferentemente da análise bourdieusiana em que os fundamentos conceituais buscam situar e explicar toda a diversidade de práticas e carreiras que marcam um campo social, a noção de paradigmas prefere centrar-se nas características hegemônicas que o definem. Se, por um lado, o conceito é bastante eficiente para desconstruir o que os autores chamam de “quintessência do jornalismo”, existem limites associados à ancoragem teórica adotada, claramente identificada com os estudos funcionalistas.

Ao explicitarem seu posicionamento, Charron e Bonville não ignoram a existência de práticas desviantes do paradigma, dado que o conceito do tipo

ideal dedica-se a estabelecer uma abstração que nunca corresponde exatamente à descrição empírica de um fenômeno social. Pelo contrário, os autores tendem a enfatizar que sua hipótese explicativa é válida justamente porque resiste, *apesar* das variações encontradas nos diferentes contextos. Mas, se o paradigma é incapaz (ou não tem interesse) de analisar os desvios, torna-se um conceito não extensível a objetos marginais que também tangenciam a atividade jornalística. É o caso, por exemplo, dos estudos sobre o jornalismo literário ou sobre os jornalistas militantes.

Jornalismo, formação discursiva e dispersão

Mais recentemente, no âmbito do REJ, os semiólogos Roselyne Ringoot & Jean-Michel Utard (2005) propuseram uma interpretação sobre as transformações no jornalismo a partir das definições de “formação discursiva” e “dispersão”, desenvolvidas por Michel Foucault (1969) em sua *Arqueologia do saber*⁵. Sem necessariamente operacionalizar tais conceitos, os autores propuseram algumas considerações sobre a heterogeneidade como um elemento constitutivo do espaço jornalístico.

A proposta arqueológica de Foucault busca desconstruir as relações “obscuras” que formam os grandes grupamentos discursivos de fronteiras “indecisas” e que manifestam uma “incessante vontade de verdade”, como as ciências, literatura, religião, história e ficção. Foucault deixa de lado o jogo de influências que formam esses saberes e a pretensão de recuperá-las historicamente (porque todos os discursos remetem, em última instância, a uma espécie de “meio silêncio”, a uma origem secreta, irrecuperável) para empreender um trabalho de descrição dos elementos que marcam essas “formações discursivas”. A proposta se estabelece em torno de quatro hipóteses – posteriormente retrabalhadas e aprimoradas – em que o autor inicialmente postula a ideia de uma unicidade entre objetos, enunciações, conceitos e estratégias que integram um domínio discursivo. Contudo, a heterogeneidade encontrada na análise de Foucault sugere que o estudo das formações discursivas se dirija para a análise das “regras de dispersão” que definem as relações que esses elementos podem estabelecer entre si, análise que “abre um campo de opções

possíveis e permite arquiteturas diversas e exclusivas umas das outras ao aparecerem lado a lado ou uma depois da outra” (FOUCAULT, 1969, p. 88).⁶

Aplicando as noções de formação discursiva e dispersão ao jornalismo, Ringoot & Utard (2005) mostram que o objeto jornalístico, a informação, aparece naturalmente disperso. Ela faz referência a uma infinidade de assuntos (política, esporte, economia). Também, os próprios discursos que buscam delimitar esse objeto – os “valores-notícia” da sociologia anglo-saxã ou as noções de informação veiculada pelos manuais de redação – são incapazes de construir uma definição precisa sobre ele. Tais critérios são, portanto, instáveis, pois evocam um fenômeno em constante mutação. Eles ainda possuem um poder normativo limitado, pois “a noção de informação se transforma ao mesmo tempo em que os discursos que a objetivam e as práticas que a produzem [...] A produção da informação remete a um conjunto de decisões editoriais e organizacionais atravessadas por discursos heterogêneos e por diferentes objetivos” (RINGOOT e UTARD, 2005, p. 42).⁷

A dispersão aparece ainda na multiplicidade dos atos enunciativos, que variam conforme o tipo de veículo (imprensa escrita, TV, rádio, Internet). No interior do texto jornalístico é possível encontrar ainda uma grande variedade de enunciações (mostrar, contar, explicar, testemunhar, comentar), estabelecidos de acordo com a segmentação profissional (repórter, editorialista, colunista), além das relações com as fontes, com o público e com os valores sociais. “A elasticidade entre o sistema codificado e normativo da enunciação e a apropriação, sempre localizada nos projetos editoriais, fazem da enunciação jornalística um processo de permanente movimento” (RINGOOT & UTARD, 2005, p. 42).⁸

Ringoot & Utard mostram como a dispersão jornalística se materializa ainda num conjunto de conceitos (objetividade, sensacionalismo, utilitarismo) e estratégias e como essa heterogeneidade constitutiva, ao ser analisada a partir da sua organização (nas regras de dispersão), permite distinguir o jornalismo de outros discursos próximos:

Define-se, portanto, a formação discursiva jornalística como um centro de tensão entre ordem e dispersão. Ordem e dispersão das informações, das enunciações, das estratégias. Essa noção de dispersão permite pensar a heterogeneidade do jornalismo como constitutiva e intrínseca [...]. Nesta apropriação

conceitual, trata-se de considerá-lo como um discurso identificado e identificável, constituído sob a ação de fatores e de atores heterogêneos. (RINGOOT e UTARD, 2005, p. 42-43)

Se o jornalismo não pode ser identificado por um elemento específico, Ringoot & Utard chegam à conclusão de que é preciso escapar à visão essencialista, emitida de dentro do meio socioprofissional, para situar essa formação dentro de um interdiscurso. Para os autores, objetos, enunciações, conceitos e estratégias jornalísticas podem (e são) partilhados por outros grupamentos discursivos que também participam e estruturam esse espaço. Logo, nossa compreensão sobre essa análise aponta para uma concepção do jornalismo a partir de duas dimensões. Primeiro, pela disposição dos elementos no interior da formação, a partir das regras de dispersão. Segundo, pela maneira como as relações que outros espaços estabelecem com esses elementos atribuem, por oposição, analogia ou complementariedade, uma especificidade ao jornalismo.

A análise proposta por Ringoot & Utard pretende dar uma explicação teórica a um conjunto de constatações sobre as formas de conceber e praticar o jornalismo nos diferentes contextos sociais e históricos. Suas conclusões reiteram, por exemplo, os estudos empíricos feitos por Ruellan (1993) sobre o grupo profissional dos jornalistas. Existe, contudo, certa dificuldade em operacionalizar metodologicamente esses conceitos. Além disso, a apropriação das teorias de Michel Foucault parece apontar mais para a necessidade de se recuperar arqueologicamente a formação do jornalismo do que construir um programa de pesquisa empírica para a área.

As análises da sociologia profissional: o conceito de fronteira

A última abordagem exposta neste artigo considera a questão do processo de construção identitária e de gestão do espaço profissional pelo grupo de jornalistas. Nossa revisão tratará do modelo analítico desenvolvido pelo professor francês Denis Ruellan (1992; 1993; 1994; 1997; 2004; 2006), fundamentado e adaptado à perspectiva do interacionismo simbólico norte-americano.

As análises de Ruellan partem de uma crítica aos estudos funcionalistas sobre a sociologia profissional. O funcionalismo postula a existência de um tipo ideal de profissão fundamentado por um conjunto de valores partilhados pela comunidade de trabalho. Por isso, a identidade do jornalista se construiria pelo desempenho de uma função no corpo social, o que se reflete nos discursos de legitimação de uma atividade veiculados pelo grupo profissional (RUELLAN, 1993; 1997). Ao se colocarem como representantes do “Quarto Poder” ou mesmo do interesse público, os jornalistas acreditam na ideia de que a sua atividade existe pelo bem da sociedade, que sua extinção causaria um desequilíbrio na ordem social. Essa perspectiva suprime o conflito social e reduz as práticas e a identidade do jornalista à defesa da coletividade e da estrutura social.

Ao mesmo tempo em que se prendem ao discurso de legitimação profissional, esses estudos tendem a analisar a emergência das profissões como resultado de uma trajetória linear e universal¹⁰. Aplicado ao jornalismo, esse tipo de posicionamento possui duas implicações. Pode-se partilhar da ideia de que a relativa abertura desse espaço e a multiplicidade de estatutos que ele engendra remetem a um processo de profissionalização incompleto. Nesse caso, o jornalismo não poderia ser considerado plenamente uma profissão¹¹. Ou ainda seria possível se prender a um grupo restrito de práticas discursivas, sobretudo associadas à produção de noticiário e, assim, excluir grupos e competências tachadas como desviantes ou amadores.

O problema, segundo o autor, é que as profissões não resultam de um processo universal de constituição dos seus territórios profissionais a partir de uma definição rigorosa das formas de acesso, formação e regulação. Na verdade, um estatuto profissional como o do jornalista pode constituir-se de forma imperfeita, a identidade social pode parecer imprecisa, sem nitidez¹² e, mesmo assim, o grupo pode existir ser reconhecido, respeitado ou mesmo invejado (RUELLAN, 1992).

A identidade jornalística, nesse caso, não se limita a uma categoria simbólica, derivada de representações dominantes (RUELLAN, 1997) ou de uma unidade idêntica, inteiriça e “sem-costuras” (HALL, 2001). Ela é marcada por heterogeneidades estruturais – o jornalismo nunca foi composto por um

grupo homogêneo – e conjunturais, relativas às constantes transformações na identidade (RUELLAN, 2006).

Para Ruellan, as profissões se definem a partir de um processo de conquista e de adaptação de um território por um grupo. “As concorrências estruturam os argumentos de exclusão, de marginalização, de alienação: uma parte dos membros do grupo inicial, considerando-se ‘profissionais’, pretende organizar diferentemente o espaço laboral, em seu benefício” (RUELLAN, 1997, p.18)¹³. Nesse processo, o profissionalismo se constrói em função de imperativos de gestão dos seus interesses e não apenas sobre bases deontológicas, como acontece na visão funcionalista. “A percepção da ação desses grupos e de sua contribuição ao espaço social passa, portanto, pelo estudo desses processos de diferenciação e de seus efeitos. A natureza dos grupos é assim ligada aos seus esforços de distinção” (RUELLAN, 1997, p.11).¹⁴

No caso do jornalismo, essa imprecisão serve aos interesses do grupo. Ela oferece capacidades de amálgama, de flexibilidade e de redução dos antagonismos evidentemente eficazes (Ruellan, 1997). As mudanças na profissão e a criação de novas práticas (por exemplo, com a entrada do rádio, da TV e da Internet) estão ligadas a uma negociação permanente que permite redefinir a competência, manter o território e garantir a reprodução social do grupo:

A aura do jornalismo se encontra reforçada pela largura do espectro de suas competências possíveis, o entendimento do seu perfil facilita sua adaptação às evoluções tecnológicas e econômicas, a envergadura do seu território de geometria variável permite gerir os antagonismos nascidos das mudanças. (RUELLAN, 1997, p. 153)

Para entender o processo de gestão do espaço profissional, Ruellan (1993) empresta da geografia o conceito de *fronteira*. Ela permite entender como a construção do estatuto profissional passa pelo fechamento do território jornalístico, pela exclusão dos amadores, de forma a reservá-lo a uma categoria especial de membros. No caso, pode-se recorrer ao discurso deontológico e de mitificação profissional, de forma a dar uma unicidade à identidade. Isso ajuda a reduzir as incertezas em torno da representação do grupo e possibilita que o jornalista desfrute de um conjunto de garantias institucionais para o exercício da profissão.

A noção de fronteira remete ao fechamento das formas de acesso profissional. Mas ela é também um espaço aberto, a ser permanentemente conquistado, como no processo de ocupação da fronteira agrícola na Amazônia. Aplicada ao jornalismo, ela explica a apropriação de novas atividades decorrentes das inovações tecnológicas e das relações que se estabelecem junto a territórios profissionais e sociodiscursivos vizinhos:

O jornalista não é uma profissão fechada, de fronteiras estabelecidas, pelo contrário, ele se move dentro de um espaço de limites fluidos, de práticas mestiças, nas margens de domínios vizinhos que lhe transferem práticas e concepções, e recebem dele em troca: a arte (que se pense na literatura e na fotografia), a pesquisa (em história, em antropologia, domínios por vezes muito próximos do jornalismo por suas práticas e mesmo seus objetivos), a política (através da função editorial da imprensa), a educação (que todo o tempo a imprensa, à sua maneira, assume e reivindica), o saber especializado (a mídia sendo um local privilegiado de afrontamento de *experts*), a publicidade (a função de apresentação de novos produtos de consumo sempre fez parte do jornalismo. (RUELLAN, 1994, p.124)

Essa base conceitual ajuda, portanto, a desconstruir uma hipótese corrente no meio profissional e acadêmico. Esta descreve a emergência do jornalismo como o desenvolvimento linear de uma atividade que antigamente se confundia com o engajamento político e com a produção literária, mas que buscou se profissionalizar construindo uma competência técnica (a reportagem, o *lead* e a pirâmide invertida). Ruellan (1994) explica que esse discurso, mais do que a reafirmação de uma suposta evolução da prática jornalística, remete às estratégias do grupo para fechar o mercado de trabalho aos demais atores sociais. Ou seja, o discurso tecnicista tende a legitimar uma maneira única de fazer, impondo a ideia de que existe apenas uma maneira de produzir a informação e que, logicamente, os profissionais são seus únicos depositários. O grupo, no entanto, também possui interesse em evocar sua filiação intelectual, a dupla herança – política e literária – que marca a atividade jornalística desde suas origens. Esse duplo pertencimento se materializa em um discurso ambivalente da profissão, que parece oscilar entre o informador-objetivo e o intelectual (ELLIOT, 1977; RIBEIRO, 1994; RUELLAN, 1993). Ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade para que sejam reconhecidos atores e práticas

anteriormente considerados como desviantes da visão funcional pelo fato de partilharem e disputarem atribuições com domínios vizinhos, como a literatura, a política, as ciências sociais, a arte, entre outros.

Considerações finais

Neste texto, revisamos quatro abordagens teóricas que buscam explicar as dinâmicas de transformação e funcionamento do espaço jornalístico. Com essa breve apresentação procuramos incitar pesquisadores das áreas de Comunicação e Jornalismo a refletir sobre a necessidade de incorporar essa perspectiva aos seus estudos e a trabalharem no sentido de desenvolver metodologias e estudos empíricos nessa direção.

Em comum, as perspectivas apresentadas destacam a necessidade de pensar o jornalismo sem cair numa visão essencialista, situando-o como uma prática social e discursiva, como resultado de uma realidade socialmente construída. Partindo de diferentes pontos de vista, esses estudos se propõem a estudar as tensões subjacentes à atividade jornalística construída a partir de diferentes dialéticas: as relações entre indivíduo e sociedade, entre estrutura e história, entre homogeneidade e heterogeneidade, entre o plano simbólico (das ‘palavras’) e o plano concreto da vida social (das ‘coisas’).

Isso não significa colocar tais estudos num mesmo patamar. Existem assimetrias, divergências e mesmo conflitos entre as perspectivas analisadas em torno do que deve ser observado ou privilegiado no momento em que se decide analisar um fenômeno social. Se a noção de dominação é essencial na sociologia bourdieusiana, porque estrutura todo o funcionamento do campo; para a sociologia funcionalista, a conflitualidade social e as divisões observadas no interior do jornalismo tendem desaparecer ou a ser marginalizadas enquanto objetos disfuncionais. Essa heterogeneidade, por outro lado, é fundamental para as análises ligadas à noção de formação discursiva e fronteira, embora utilizem perspectivas distintas: enquanto a primeira se centra no discurso, a segunda privilegia as interações entre os atores sociais.

Ora, a diversidade de abordagens, longe de ser prejudicial ao desenvolvimento dessa disciplina, nos parece bastante profícua, na medida em que per-

mite escolher e adaptar as diferentes teorias aos objetos de estudo nos campos de Comunicação e Jornalismo. Trata-se, portanto, de um desafio que pode ser enfrentado de forma conjunto por pesquisadores brasileiros e franceses do campo da Comunicação

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação. Curitiba-PR, 04 a 07 de set. 2009.

³ Tradução do autor de: “*Le processus pourrait être résumé ainsi: l’usage répété d’une formule implique imitation, l’imitation implique multiplication des pratiques, la multiplication des pratiques implique densification des pratiques, la densification des pratiques implique banalisation des pratiques. La banalisation, en revanche, entraîne la recherche de distinction, laquelle implique d’autres manières de couvrir le même domaine. Et le cycle recommence*”.

⁴ A explicação faz referência explícita ao uso do termo de paradigma definido por Thomas Kuhn em KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

⁵ Sobre o assunto, ver ainda. FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966; BARONAS, R. R. L. ‘Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade’. SARGENTINI, V.; NAVARROBARBOSA, P (Orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 45-62.

⁶ Tradução do autor de: *ouvre un champ d’options possibles et permet à des architectures diverses et exclusives les unes et les autres d’apparaître côte à côté ou à tour de rôle*.

⁷ Tradução do autor de: *la notion d’information se transforme en même temps que les discours qui l’objectivent et les pratiques qui la produisent. [...] La production d’information renvoie à un ensemble de décisions éditoriales et organisationnelles traversées par des discours hétérogènes et des objectifs différents*.

⁸ Tradução do autor de: *L’élasticité entre le système codifié et normatif de l’énonciation, et l’appropriation toujours localisée dans des projets éditoriaux, font de l’énonciation journalistique un processus en mouvement permanent*.

⁹ Tradução do autor de: *On définira donc la formation discursive journalistique comme un foyer de tension entre ordre et dispersion. Ordre et dispersion des informations, des énonciations, des stratégies. Cette notion de dispersion permet de penser l’hétérogénéité du journalisme comme constitutive et intrinsèque [...] Dans cette appropriation conceptuelle, il s’agit de considérer comment un discours identifié et identifiable est constitué sous l’action des facteurs et d’acteurs hétérogènes*.

¹⁰ Segundo Wilensky (1964 *apud* Kunczik, 1997), todo processo de profissionalização obedeceria a cinco etapas: I) A transformação de uma atividade em ocupação de tempo integral, em que se começa a definir um campo típico de trabalho; II) Os primeiros indivíduos a possuírem a nova técnica (ou a pertencerem ao movimento que promove essa ocupação) começam

a buscar sucessores e a estabelecerem instituições de capacitação profissional (geralmente dentro das universidades); III) Os professores dessa escola e outros ativistas da ocupação se organizam, primeiro em associações locais, depois, nacionais, transformando as ocupações existentes e lançando novas ocupações; IV) Somente assim conseguiriam autorização estatal para estabelecerem um monopólio; V) Ao longo desse processo, formulam e sintetizam novos regulamentos e uma “ética formal”.

¹¹ Ruelllan faz referência ao processo de profissionalização na França, onde o estatuto de jornalista é atribuído por formas de ingresso ‘frouxas’: a carteira profissional é expedida por uma comissão paritária com representantes dos jornalistas e dos patrões. Os critérios de atribuição dessa carteira são extremamente vagos e sujeitos a mudanças de interpretação no decorrer do tempo.

¹² Ruelllan utiliza para descrever essa situação a palavra *flou*, sem tradução direta para o português, que em fotografia e remete à ideia de ausência de nitidez.

¹³ Tradução do autor de: *Les concurrences structurent des arguments d'exclusion, de marginalisation, d'aliénation, une partie des membres du groupe initial, se pensant 'professionnels', prétend organiser différemment l'espace laborieux, à son profit.*

¹⁴ Tradução do autor de: *La perception de l'action de ces groupes et de leur contribution à l'espace social passe donc par l'étude de ces processus de différenciation et de leurs effets. La nature des groups est ainsi liée à leur effort de distinction.*

REFERÊNCIAS

- BARONAS, R. R. L. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P (Orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 45-62.
- BERGUER, C. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.
- BOURDIEU, P. Champ intellectuel et projet créateur. *Les temps modernes*, n. 246, 1966, p. 865-906.
- _____. O campo científico. In: ORTIS, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.
- _____. *Homo academicus*. Paris: Éditions de Minuit, 1984.
- _____. *La noblesse d'État*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- _____. *Les règles de l'art*. Genèse et structure du champ littéraire. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- _____. À propos de la famille comme catégorie réalisée. *ARSS*, número: 100, Déc. 1993.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.
- _____. *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Quéstions de sociologie*. Paris: Les Editions de Minuit, 2002.

- CHAMPAGNE, P. La vision médiatique. In: BOURDIEU, P. (Org). *La misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil, 1993, p. 95-123.
- _____. Sur la télévision. In: CHAMPAGNE P. CHARTIER, R. *Pierre Bourdieu et les médias*. Rencontres Ina/Sorbonne. Paris: L'Harmattan: 2004, p. 43-51.
- CHARRON, J.; BONVILLE, J. Typologie historique des pratiques journalistiques. In: BRIN, C.; CHARRON, J.; BONVILLE, J. (Orgs.). *Nature et transformation du journalisme*. Théories et recherches empiriques. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2004, p.141-217 .
- CHUPIN, I.; NOLLET, J. Jalons pour une sociologie historique des interdependences du journalisme a d'autres univers sociaux. In: CHUPIN, I.; NOLLET, J. (Orgs.) *Journalisme et dépendances*. Paris: Harmattan, 2006, p. 15-36.
- DOSSE, F. *La marche des idées*. Histoire des intellectuels. Paris: La Découverte, 2003.
- ELLIOTT, P. Media Organizations and Occupations: an overview. In: CURRAN, James; GUREVITCH, M.; WOOLLACOTT J. *Mass Communication and Society*. Londres: Edward Arnold, 1977, p. 142-173.
- FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.
- HALLIN, D. Comercialidad y profesionalismo en los medios periodísticos estadounidenses. *Cuadernos de Información y Comunicación (CIC Digital)* Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ar13.htm>>. Acesso em: 11 jul.2003.
- JANOWITZ, M., The journalistic profession and the mass media. In: BEM-DAVID, J.; CLARK, T. (Orgs.). *Culture and its Creators*. Chicago: University of Chicago Press, 1977, p. 72-96.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- KUNCSIK, M.. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LETTIERI, C.; SAITTA, E. Identité journalistiques à l'intersection des champs politique et intellectuel. Une comparaison France/Italie. In: CHUPIN, I.; NOLLET, J. (Orgs.) *Journalisme et dépendances*. Paris: Ed. 'Harmattan, 2006, p. 61-83.
- MARCHETTI, D. Les sous-champs spécialisés du journalime. *Réseaux*, 111, Paris: Hermès-Lavoisier, 2002, pp. 21-56.
- MARCONDES FILHO, C. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MARSHALL, L. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.
- MORETSZHON, S. *Jornalismo em "tempo real": o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- RIBEIRO, J. C. *Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIEFFEL, R. *L'élite des journalistes*. Paris: PUF, 1984.

- RINGOOT, R.; UTARD, J.-M. Genres journalistiques et “dispersion” du journalisme. In: RINGOOT, R. ; UTARD, J.-M. (Orgs.). *Le journalisme en invention: nouvelles pratiques, nouveaux acteurs*. Rennes : PUF, 2005 p. 21-47.
- RUELLAN, D. Le professionnalisme du flou. *Reseaux* , 51. Paris: Cnet, 1992, p. 25-37.
- _____. Le Professionnalisme du Flou. Identité et savoir-faire des journalistes français. In: LACAN J-F.; PALMER M.; RUELLAN, D. ‘Las fronteras d’une vocation’. Grenoble: PUG, 1993.
- RUELLAN, D. *Les journalistes: Stars, scribes et scribouillards* . Paris: Syros, 1994.
- _____. *Les pro du journalisme*. De l’état au statut, la construction d’un espace professionnel. Rennes: PUR, 1997.
- _____. A roupa justa do jornalista: O estatuto profissional à prova da jurisprudência. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (Compós). São Bernardo, 2004.
- _____. A pesquisa em jornalismo e o interesse público: pensar o corte e a costura. *IV Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo*. Porto Alegre, 2006.
- SANTOS-SANIZ, M. L’élite journalistique et son pouvoir. Paris: Editions Apogée, 2006.
- WEBER, M. *Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1964.

Imagens do risco: técnicas jornalísticas e psicanalíticas nas favelas do Rio¹

Risk Images: journalistic and psychoanalytic techniques in Rio slums

Felipe PENA

Jornalista, psicólogo, coordenador do GP de Teoria do Jornalismo da INTERCOM. Doutor em Literatura pela PUC-Rio, Pós-doutor pela Université de Paris/Sorbonne III, autor de oito livros na área de comunicação, entre eles *Teoria do Jornalismo*. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Comunicação da Universidade Federal Fluminense - UFF – Niterói/RJ – Brasil

E-mail: felipepena@globo.com

RESUMO

O presente artigo analisa as imagens do risco que são veiculadas pelos meios de comunicação, tendo como protagonistas os próprios jornalistas que as veiculam. Tentamos entender por que essas imagens do risco exercem tanto fascínio nos telespectadores e por que os jornalistas continuam a veiculá-las, apesar do contexto perigoso. Para isso, enveredamos por um estudo de caso sobre a profissão de jornalista nas favelas do Rio de Janeiro, que vivem em guerra permanente, tomando como parâmetro o assassinato do repórter Tim Lopes, da Rede Globo de Televisão, principal emissora do país. Como base teórica, fazemos uma aproximação entre a técnica psicanalítica e a técnica jornalística, principalmente no que concerne ao entendimento dos conceitos de objetividade e neutralidade, que, segundo nossa hipótese, são mal-interpretados em ambas as profissões.

PALAVRAS-CHAVE: técnica psicanalítica – teoria do jornalismo – neutralidade – objetividade – Sigmund Freud.

ABSTRACT

This article analyzes the risk images that are published on communication means whose protagonists are the journalists themselves. We tried to understand why these risk images fascinate the viewers so much and why journalists still publish them despite the risky context. Thus we took a study case about a journalist profession in Rio de Janeiro slums that are in permanent war having as parameter the murder of Tim Lopes, a reporter from the main TV cast in Brazil, Rede Globo. As for theoretical basis, we approximate psychoanalytic and journalistic techniques mainly on understanding objectivity and neutrality concepts that according to my hypothesis are misunderstood in both professions.

KEY WORDS: psychoanalytic techniques – journalistic theory – neutrality – objectivity – Sigmund Freud.

No Rio de Janeiro, o jornalismo é uma profissão de risco, principalmente para os profissionais que fazem a cobertura jornalística da polícia, cuja atividade envolve confrontos quase diários com traficantes de drogas que controlam determinadas áreas pobres da cidade, as chamadas favelas. Nos últimos dez anos, dezoito repórteres foram feridos nesses confrontos e um deles, o companheiro Tim Lopes (que usarei como estudo de caso), da Rede Globo de Televisão, foi torturado e morto pelos bandidos após realizar uma reportagem sobre a relação entre prostituição e entorpecentes.

O presente artigo, no entanto, não é propriamente sobre o risco dos jornalistas, mas sobre as imagens do risco produzidas por esses profissionais e o fascínio que elas exercem nos consumidores de notícias. Assim, vou direcionar minha análise para um duplo movimento no interior desta realidade: de um lado, a lógica do telespectador, que acompanha o noticiário como um filme de ação; de outro, a lógica do próprio jornalista, mais preocupado com a narrativa do que com a informação. Para tanto, é preciso, inicialmente, examinar tanto a técnica, como a ontologia do jornalismo, em que, *en passant*, percebemos semelhanças relativas a problemas levantados pela técnica psicanalítica.

Técnica e ontologia jornalística: objetividade, medo e oralidade

Entre 1911 e 1915, Freud publicou seis trabalhos³ com o objetivo fundamental de discutir a técnica psicanalítica. A estes, juntaram-se posteriormente textos como “Conferências de introdução à psicanálise” (1917), “Análise terminável e interminável” (1937), “Construções em análise” (1937) e “Esboço de psicanálise” (1938), as três últimas já muito próximas da morte do autor.

Ao analisar estes textos, o professor brasileiro Luis Cláudio Figueiredo chama a atenção para a natureza negativa dos trabalhos, citando uma carta

datada de 1928, em que Freud se dirige a Ferenczi: “Recomendações sobre a técnica era essencialmente negativa, meu caro Sándor”.⁴

Mas o que significa esta natureza negativa? O próprio Freud trata de esclarecer: seu principal objetivo era impedir a banalização tecnicista das questões técnicas, o que significava “interditar” ou “dissuadir” certos experimentos entre analistas afoitos e inexperientes⁵. Além disso, ele também temia pelo uso da técnica como um livro de receitas por leigos que tivessem acesso a tais escritos. Era preciso, fundamentalmente, evitar erros que colocavam em risco a essência da psicanálise, como, por exemplo, o abuso da sugestão, o furor pesquisante, a falta de neutralidade, o furor interpretativo, a falta da atenção flutuante, a pretensão pedagógica e o furor curativo.

Tal raciocínio, no entanto, leva a outro, também expresso em uma carta a Ferenczi: “os analistas obedientes não perceberam a elasticidade das regras que propus e se submeteram a elas como se fossem tabus”⁶. Ou seja, Freud não deseja formular uma cartilha ortodoxa, embora, em muitos casos, ela acabasse sendo seguida como tal, principalmente em países como os Estados Unidos.

Não vou entrar no mérito se tais observações servem ou não a uma técnica mais ferencziana, pois meu objetivo é comparar tais observações com a formulação da moderna técnica jornalística, principalmente no que concerne ao conceito de objetividade.

Ao usar as metáforas do transmissor e do cirurgião, Freud chama a atenção para a necessidade de ser objetivo e neutro no trabalho clínico, mas estas observações devem estar no interior de uma conduta e não na letra ortodoxa de uma suposta cartilha. Em outras palavras, a técnica não se sustenta no código, mas sim na ética, ou, conforme a análise de Thomas Ogden, na manutenção de uma posição por parte do analista.⁷

No jornalismo contemporâneo, há uma questão técnica análoga, principalmente na discussão do conceito de objetividade. O ex-editor da CNN, David Mindich, autor do livro *Just the facts: how objectivity came to define american journalism*, localiza o início da discussão no século XIX: “Minha pesquisa sugere que a objetividade como envolvimento ético nasceu em 1830 e atingiu grande sucesso em 1890” (1998, p.10). O próprio Mindich, no entan-

to, deixa claro que o conceito só foi realmente aplicado no começo do século 20, opinião compartilhada pela maioria dos teóricos do jornalismo.

Entretanto, o problema do conceito não está no tempo, mas na interpretação. A objetividade é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer a sua inevitabilidade. Seu verdadeiro significado está ligado à ideia de que os fatos são construídos de forma tão complexa que não se pode cultuá-los como a expressão absoluta da realidade. Pelo contrário, é preciso desconfiar destes fatos e criar um método que assegure algum rigor narrativo ao reportá-los. Isso não significa seguir uma cartilha, mas balizar condutas.

O professor Michael Schudson, no livro *Discovering the News: a social history of american newspapers*, de 1978, já fala sobre a inevitabilidade da subjetividade como característica e não como negação da objetividade. Segundo Schudson, o conceito se desenvolve por três motivos principais:

- 1- a partir do ceticismo da sociedade americana no começo do século XX, influenciada pelo crescimento da psicanálise, que faz duras críticas à razão;
- 2- pelo nascimento da profissão de relações públicas, capaz de produzir fatos para beneficiar determinadas empresas; e
- 3- principalmente, pela influência da propaganda, cuja eficácia ficou provada ao levar a opinião pública americana a ficar a favor da entrada dos Estados Unidos na primeira grande guerra. Já Nelson Traquina, em sua obra sobre a teoria do jornalismo publicada em 2004, cita a tese de doutorado do português Adriano Rodrigues, que também critica “a insustentável dicotomia simplificadora entre objetividade e subjetividade” (TRAQUINA, 1993, p.135).

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias. E como elas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho.

Quando o público e os jornalistas percebem que os textos são influenciados pela subjetividade e podem distorcer a suposta realidade – até mesmo por força do inconsciente, como demonstrou Freud – o mundo está em plena crise do sistema democrático. O totalitarismo está em ascensão, amparado pelo controle dos meios de comunicação e pela propaganda de massa. Mas é nos Estados Unidos que o poder desta propaganda mostra sua cara. Segundo Schudson, citado por Traquina, a Comissão de Informação Pública criada pelo presidente Wilson em 1917 “produziu mais de 6000 comunicados, contratou mais de 75.000 pessoas para fazer pequenos discursos nos cinemas e outros lugares públicos e mobilizou os escudeiros para distribuir nos domicílios discursos do presidente a favor da guerra” (p.136). E havia muitos jornalistas engajados neste tema. Então, como confiar nos fatos?

Da mesma forma, as idiossincrasias dos profissionais podiam ser percebidas em coberturas específicas como a que o *New York Times* fez sobre a Revolução Russa. Conforme a descrição de Walter Lippmann “no geral, as notícias sobre a Rússia se convertiam num caso de ver as coisas não como eram, mas como os homens queriam ver” (KOVACH e ROSENSTIEL, p.114). Para ele, era preciso que os jornalistas evitassem os próprios preconceitos e a única maneira de fazer isso era adquirir um pouco de espírito científico. Mas não havia ilusões sobre a eficácia da ciência, pois ele conhecia a complexidade da produção de notícias. Daí a sua conclusão de que o método é que deveria ser objetivo, não o jornalista.

Entretanto, tal método, volto a afirmar, não pode ser seguido como cartilha, mas como balizador, talvez até negativo, conforme as intenções de Freud em seus textos técnicos sobre a psicanálise. O importante é interpretar a objetividade não a partir da moral, mas a partir da conduta. A técnica, como muito bem nos ensinou Heidegger, não é uma questão técnica, mas, fundamentalmente, ética.

O jornalismo se funda no desejo fantasioso de possuir o dom da ubiquidade. Imagine poder estar presente em vários lugares ao mesmo tempo e saber de tudo que se passa nos mais diversos contextos! Como no poema de e.e.cummings (a grafia é minúscula mesmo), estar instantaneamente em “algum lugar onde nunca estive e ver coisas que não pode tocar com muita proximidade”.

dade”. Ou, nas palavras do poeta Robert Frost, “não ver profundezas nem distâncias, muito menos aceitar os limites do olhar”. O que acharíamos disso?

A resposta parece óbvia, mas desnuda o mais perene dos desejos humanos. A busca da onipresença triunfante só tem um objetivo: a onisciência. O homem tem medo do desconhecido e luta desesperadamente contra ele. Um medo tão antigo que, na Bíblia, está registrado na primeira frase do primeiro livro, o Gênesis: “No princípio, era o caos. Havia trevas sobre a face do abismo”. As palavras caos e abismo transitam pelo mesmo campo semântico. Caos vem do grego *khínein*, que significa exatamente abismo. Os próprios gregos tratavam de relacionar a palavra com desordem e confusão, opondo-a radicalmente à ideia de organização e estabilidade. O abismo representava o desconhecimento, a incapacidade em ordenar o mundo e domar os seus fenômenos naturais.

De fato, a obsessão em dominar a natureza esconde a verdadeira obsessão do homem: dominar o caos, ou, em outras palavras, ter previsões seguras que evitem a queda no abismo, ou seja, o desconhecido. Para isso, ele inventou a ciência e tratou logo de criar leis deterministas que dessem estabilidade aos tais fenômenos naturais. A física de Aristóteles, a mecânica de Newton ou a abóbada de Ptolomeu tinham a função primordial de ordenar os acontecimentos da natureza, explicando suas origens para tentar prever seus movimentos.

O medo do desconhecido não vem só da natureza, mas também da geografia. Longas e intransponíveis distâncias potencializam o desconhecimento e, conseqüentemente, o medo e a imaginação. Se, até hoje, indagamos se estamos sozinhos ou não no Universo, por que seria diferente com os habitantes deste planeta, por exemplo, durante a Era dos descobrimentos? Essa própria Era só foi possível porque o homem quis conhecer o que estava além dos seus limites físicos e, por isso, construiu caravelas e encorajou as navegações. Mas não custa perguntar: o que leva algumas dezenas de navegantes a abandonar suas famílias e se meter durante meses em um barquinho de madeira vagabunda com alguns metros de comprimento em um oceano revolto? A resposta me parece clara: o medo de não conhecer o que está além-mar é muito maior do que o medo do próprio mar.

É o mesmo motivo que ainda nos faz mandar foguetes a Marte, Saturno e outros planetas. Tentamos ter o dom da ubiquidade através da alteridade, pois a ilusão da onipresença é construída pelas informações produzidas pelo outro. Já que não podemos estar em vários lugares ao mesmo tempo, queremos, pelo menos, acreditar que sabemos o que acontece pelos mais longínquos rincões do universo e, para isso, mandamos correspondentes, relatores ou alguma tecnologia que possa substituir o relato do homem. Pois a simples perspectiva de não ter a menor ideia do que se passa ao nosso redor, seja qual for o perímetro, nos dá um frio na barriga e aterroriza nosso imaginário. O sucesso dos filmes de ficção científica está aí para comprovar esta tese. Temos pesadelos com invasões de marcianos e discos voadores com laser coloridos.

Em suma, a natureza do jornalismo está no medo. O medo do desconhecido, que leva o homem a querer exatamente o contrário, ou seja, conhecer. E, assim, ele acredita que pode administrar sua vida de forma mais estável e coerente, sentindo-se um pouco mais seguro para enfrentar o cotidiano aterradorizante de seu meio ambiente. Mas, para isso, é preciso transpor limites, superar barreiras, ousar. Entretanto, não basta produzir cientistas e filósofos, ou incentivar navegadores, astronautas e outros viajantes. Também é preciso que eles façam os tais relatos e reportem suas informações a outros membros da comunidade que buscam a segurança e a estabilidade do “conhecimento”. A isso, sob certas circunstâncias éticas e estéticas, posso chamar jornalismo.

Só que uma história do jornalismo dificilmente poderia estar excluída de uma história da comunicação. Na verdade, como nos conta César Aguillera Castilho, ela é até menos inteligível fora deste contexto. Castilho escreveu o primeiro capítulo do livro *História da Imprensa*, um compêndio de 700 páginas organizado pelo professor espanhol Alejandro Pizarroso Quintero. O título do capítulo é “Comunicação e informação antes da impressão”. Em seu texto, Castilho faz a seguinte ponderação: “se a primeira grande aquisição comunicativa do *Homo Sapiens* é a fala, isso não exclui que tenha havido comunicação antes de sua aquisição” (CASTANHO, p.17). Ele se baseia em estudos do pesquisador Carleton S. Coon para traçar um panorama darwinista do homem, em que relaciona a origem da fala humana à sua própria evolução física e mental. Assim, o ser humano, muito lentamente, passaria de uma fase

pré-lógica para um pensamento lógico e libertador. Entretanto, essa passagem não significa a perda do mundo de significações primordiais expressas na diversidade gestual do homem primitivo.

A linguagem não verbal é essencial para o advento da verbalização, que, segundo Castilho, acontece durante a revolução neolítica, quando se verifica um aumento de novas tarefas e novos utensílios. “Por essa altura, parece que o homem conseguiu um idioma verbal, se bem que este, só por si, nunca tenha existido: fala-se com os olhos, com os gestos, com o corpo, com as posturas e, principalmente, com o tom e a emoção” (p.14).

Quando o homem fala, há um componente sinestésico tanto na emissão quanto na recepção. Ao ouvir alguém em uma praça pública, por exemplo, não estamos só usando a audição. Estamos vendo seus gestos, usando o tato para nos apoiar em algum banco ou ficar de pé, sentindo o cheiro no ar e o paladar de nossa última refeição ou da fome que se aproxima. Todos estes componentes influenciam a mensagem. São parte dela.

Segundo Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003), autores do livro *Os elementos do jornalismo*, os relatos orais podem ser considerados uma espécie de pré-jornalismo. Para eles, quanto mais democrática uma sociedade, maior é a tendência para dispor de mais notícias e informações. O que pode ser comprovado pela democracia ateniense, que se apoiava em um jornalismo oral, no mercado de Atenas, onde tudo que era importante para o interesse público ficava ao ar livre, como concluem Kovach e Rosentiel, citando o professor de jornalismo John Hohenberg (p.36).

O fato é que os relatos orais são a primeira grande mídia da humanidade. O historiador Peter Burke classifica-os como um meio de comunicação específico e importante, mas que tem recebido pouca atenção da historiografia oficial, apesar da vasta literatura sobre a oralidade. Mesmo muito tempo após a invenção da escrita, a comunicação oral continuou (e continua) poderosa. Segundo Burke, no livro *Uma história social da mídia*, “as possibilidades do meio oral eram conscientemente exploradas pelos mestres do que era conhecido, no século XVI, como a retórica eclesiástica” (BURKE, 2003, p. 38).

Os púlpitos da Igreja Católica e Protestante influenciavam reis e rainhas. Para Burke, os governos tinham plena consciência do poder que a tal

retórica tinha sobre a população, principalmente nas áreas rurais, onde havia obediência cega aos seus ensinamentos. “A rainha Elizabeth I falou da necessidade de ‘sintonizar os púlpitos’, e Carlos I concordou declarando que ‘em tempos de paz as pessoas são mais governadas pelo púlpito do que pela espada’, uma clássica e primeira declaração da ideia de hegemonia cultural.” (2003, p.39). Burke ainda destaca outros importantes tipos de comunicação oral, como a acadêmica, o canto, o boato e a informação de tabernas, banhos públicos, clubes, bares e cafés.

E é exatamente nos cafés de Londres, no começo do século XVII, que Bill Kovach e Tom Rosenstiel situam um possível início do que eles chamam de moderno jornalismo. Lá, os donos dos *pubs* (casas públicas) estimulavam as conversas com viajantes, pedindo que eles contassem o que tinham visto pelo caminho. “Na Inglaterra, havia cafés especializados em informações específicas. Os primeiros jornais saíram desses cafés por volta de 1609, quando tipógrafos mais atrevidos começaram a recolher informações, fofocas e discussões políticas nos próprios cafés, depois imprimindo tudo” (2003, p. 37). Ou seja, além da passagem de uma cultura oral para a escrita, é a invenção dos tipos impressos que vai possibilitar o advento do jornalismo moderno. Entretanto, a oralidade continuará sendo protagonista do processo jornalístico, não só na relação com as fontes como na configuração de novas tecnologias midiáticas, como o rádio e a televisão, mídia que serve para o caso abordado a seguir.

O caso Tim Lopes

Em setembro de 1992, eu era um jornalista em início de carreira no jornal carioca *O Dia* quando conheci o experiente repórter Tim Lopes, um especialista em reportagens policiais e coberturas de carnaval.

Tim era conhecido por seu temperamento alegre e pelos conhecimentos profundos dos códigos sociais das favelas cariocas. Além disso, tinha a generosidade dos grandes mestres, sempre disposto a ensinar aos jovens repórteres, chamados de focas no jargão jornalístico. Lembro com saudades de seus conselhos e dos almoços na Casa da Feijoadá, em Ipanema, ao lado de sua

casa e, não coincidentemente, perto da entrada de uma importante favela do Rio de Janeiro.

A estratégia jornalística de Tim Lopes se caracterizava pela escuta atenta da parcela humilde da população. Como tinha fontes em diversas comunidades, sempre conseguia trazer para as reportagens uma narrativa genuína, sem os preconceitos habituais, tão enraizados na sociedade carioca. Talvez por isso tenha sido convidado para trabalhar na Rede Globo de Televisão, onde exerceu a função de repórter produtor. Ou seja, ele preparava as reportagens para os jornalistas de vídeo, aqueles que são conhecidos do grande público. Na verdade, Tim se especializou em operar uma câmera escondida e, com isso, chegou a ganhar o mais importante prêmio de jornalismo do Brasil. Em outras palavras, ele percebeu que, na televisão, não adiantava apenas dar os fatos. Era preciso mostrá-los. E se as imagens fossem sensacionais, melhor ainda.

Não há repórter de TV que nunca tenha ouvido a velha máxima: “uma imagem vale mais que mil palavras”. Da mesma forma, não há professor de telejornalismo que não tenha utilizado o velho recurso de passar o telejornal sem som para refutar esta afirmação. Mas, afinal, quem reina soberano no império das informações televisivas?

Neste caso, há vários reis. Para Michel Chion, a audição e a visão suscitam percepções específicas, o que impediria afirmar que um sentido é mais importante que o outro. Desta forma, Chion substitui a concepção de hierarquia pela de intercomplementação dos sentidos.⁸

Para Umberto Eco, a linguagem televisiva é uma combinação de três códigos: o icônico, o linguístico e o sonoro.⁹ O primeiro reporta-se à percepção visual. O segundo refere-se à língua e está dividido em dois subcódigos: o dos “jargões especializados”, que são vocábulos próprios de uma linguagem técnica, e o dos sintagmas “estilísticos”, que se expressam por meio de figuras retóricas correspondentes às imagens estéticas dos códigos icônicos. Já o código sonoro é relativo à música (uma vinheta, por exemplo) e aos efeitos sonoros (disparo de uma arma) e divide-se em três subcódigos: o emotivo, o estilístico e o convencional.

Não parece difícil concluir que a televisão utiliza signos pertencentes a diversas linguagens, realocando-os em sistemas que adquirem sentido nas relações entre si. No caso do telejornal, estas relações põem em xeque a suposta soberania do código icônico, já que, a despeito da já mencionada intercomplementação de sentidos, a linguagem verbal parece ser a única realmente imprescindível para a compreensão da mensagem. Dificilmente, veremos imagens sem um enunciado verbal durante o telejornal. Entretanto, basta colocar uma foto de um repórter e um mapa da Europa na tela, por exemplo, para que ele fale de um acontecimento no sul da França, mesmo que não haja imagens disponíveis sobre o local. E se elas existirem, ainda assim o texto do repórter será imprescindível para a compreensão dos fatos. Como conclui Célia Mota, “não basta ver, é preciso que alguém veja por nós”¹⁰. E nos conte, é claro.

O telejornal é uma polifonia de vozes. Uma apresentação de corpos que reportam imagens. E para reportá-las eles (os corpos) utilizam o código verbal. Só que este código verbal é híbrido, pois é escrito para ser lido. Ou seja, não é uma linguagem oral autêntica, mas um oral produzido, uma escrita oralizada, que leva em conta a fugacidade do texto televisivo. Como a notícia só passa uma vez, é preciso ser direto e simplificar a linguagem.

Ao contrário do jornal, que oferece um cardápio de notícias ao leitor, na TV a refeição é escolhida pelo *maître*. A notícia televisiva é produzida para ser consumida na sua totalidade, como um grande “lidão”. E como o telespectador não pode voltar a fita, os manuais de redação pregam a simplicidade e a objetividade como norma número um. É ela que vai possibilitar a discussão dos fatos por um maior número de pessoas e influenciar na sociabilidade.

Entretanto, apesar de nossa conclusão de que o verbal é mais importante que o visual, o senso comum das redações ainda identifica a imagem como o caminho mais fácil para a tal objetividade, principalmente, como já disse, se ela tiver a roupagem do sensacionalismo. E foi exatamente a busca de uma imagem sensacional que levou à morte de Tim Lopes.

Em junho de 2002, Tim estava fazendo uma reportagem a sobre prostituição em bailes funk no Complexo do Alemão, uma favela da zona norte do Rio de Janeiro. Anos antes, na mesma comunidade, o repórter produzira uma matéria sobre o tráfico de drogas com uma câmera escondida, o que dera a ele

o Prêmio Esso de Jornalismo. As imagens mostravam os traficantes vendendo maconha e cocaína livremente, no meio da rua, como se fosse uma feira livre. Chegavam a fazer promoções e gritar os preços em voz alta:

“– Pó de quinze!”

“– Preto de Cinco!”

Tudo devidamente documentado pelas lentes indiscretas de Tim, que, por não aparecer no vídeo, conseguia manter seu disfarce. O prêmio, portanto, não era relativo apenas ao conteúdo da reportagem, mas também ao risco corrido pelo repórter para registrar aquelas imagens. O que fascinava o telespectador – e também o júri do prêmio – era perceber as imagens do risco pela câmera subjetiva do repórter, que dava a sensação de ele próprio, telespectador, estar no meio daquela situação. Ou seja, a informação nem era tão importante, já que o tráfico de drogas na favela não é novidade, mas a narrativa, esta sim, possuía o fascínio da catarse coletiva.

O problema é que Tim não conseguiria manter seu anonimato na reportagem seguinte, sobre a prostituição em bailes funk. Ele chegou a ter todas as informações necessárias: sabia os nomes dos cafetões, as rotinas das prostitutas, os preços e a dinâmica da distribuição de lucros. Mas faltava aquilo que seus editores (e ele próprio), como profissionais de TV, consideravam o principal: a imagem sensacional.

Disfarçado, ele voltou à favela com uma câmera escondida para tentar registrar a negociação entre clientes, prostitutas e cafetões-traficantes. Mas não sabia que as seguidas andanças pela favela já tinham chamado a atenção dos bandidos, que o desmascararam. Levado para o alto do morro foi julgado por um tribunal composto por traficantes e condenado à tortura e à morte. Seu corpo foi incinerado, após sofrer dilacerações e queimaduras. O reconhecimento só foi possível através de um exame de DNA.

Após seu desaparecimento, houve grande pressão da imprensa e a polícia carioca intensificou as investigações, mas as primeiras conclusões foram surpreendentes. Os policiais colocaram a culpa no próprio Tim, que teria sido descuidado. Para alguns colegas da imprensa, o relatório de investigação do

inspetor Daniel Gomes de Lima Freire sobre o assassinato do jornalista foi a prova de que se pode matar alguém mais de uma vez. Segundo essa versão, quando o inspetor disse que Tim “se colocou muito perto do perigo, não vislumbrando a diferença da emoção para a razão, fato que ocasionou sua detenção e morte”, ele quis matar a reputação profissional do repórter e torturar sua família e amigos. Mas eu estou longe de acreditar que Daniel Freire seja o verdadeiro (ou, pelo menos, o único) culpado nessa estória.

O governo do Estado afastou o inspetor e exonerou o delegado, mas não deu satisfações sobre os recursos que foram fornecidos para a investigação do caso. Muito menos sobre a orientação dada à polícia. O relatório do inspetor deixou claro que a polícia do Rio de Janeiro parte do pressuposto equivocado de que o cidadão deve evitar locais perigosos, em vez de garantir para ele, cidadão, a segurança necessária para exercer seu direito constitucional de ir e vir. Uma total inversão de valores.

Dias depois, a polícia protegeu a fuga de uma família acuada por traficantes de uma determinada comunidade ao invés de garantir que ela pudesse permanecer em seu domicílio, confirmando a inversão de valores. Mas, infelizmente, esse é o pensamento dos policiais da cidade. O inspetor Daniel só confirmou a regra. Uma regra que, aliás, ele não criou. Os profissionais da segurança pública sabem que levam desvantagem na guerra contra os soldados do tráfico, armados de fuzis automáticos, granadas e até lança-mísseis. Eles próprios têm suas limitações e o Estado não trata de saná-las. Por isso, antes de mais nada, eles procuram proteger a si próprios. Uma triste realidade.

Em seu relatório, o inspetor Daniel disse que Tim se colocou muito perto do perigo “no afã de efetuar melhores imagens dos traficantes”. Sem absolver o relatório do inspetor, vale a pergunta: havia outro motivo para o repórter voltar à favela? Tim era um jornalista experiente, com muitas fontes. Será que as anteriores incursões à favela não foram suficientes para ele apurar a matéria? E, como já mencionei, se a reportagem fosse para um jornal, já não haveria imagens suficientes para ilustrá-la? E mesmo que não houvesse imagens, as informações apuradas já não teriam cumprido o objetivo de denunciar a exploração sexual nos bailes funk?

As respostas são complexas, mas passam pela conclusão inevitável de que a imagem espetacular vale mais do que a informação. E não adianta culpar apenas a televisão, pois somos nós, telespectadores, que estamos ávidos por consumir imagens sensacionais. Somos nós que não exercemos a cidadania, não fiscalizamos o veículo, não exigimos qualidade na programação. Somos nós que damos audiência a programas escatológicos e privilegiamos o sensacionalismo em detrimento da informação. Como diz o poeta Affonso Romano de Sant'anna, fomos nós que matamos Tim Lopes.

O caso mostra que não é a informação o principal valor-notícia do telejornalismo. Em seu lugar, encontramos o fascínio pela imagem do risco corrido pelo repórter. Nesse caso, então, não seria exagerado dizer que, apesar do livre-arbítrio e da experiência do jornalista, nós, telespectadores, também matamos Tim Lopes. E continuamos a matar, cada vez que entramos nessa lógica de consumo das imagens de risco. Mas fica a pergunta: por que nos fascinamos tanto por essas imagens?

Um esboço de resposta é tentado a seguir.

Valores-notícia, consumo audiovisual e relatos do estrangeiro

Se partirmos do pressuposto de que a notícia não se reduz a uma mera técnica de captação de informações, nem, muito menos, é o espelho da realidade, nossa opção epistemológica deixa claro que o trabalho jornalístico tem dimensão simbólica, ao encarar a notícia como construção social de uma suposta realidade. Nesse sentido, é preciso abordar seu processo de produção.

Na fortuna crítica sobre jornalismo de TV, o paradigma da manipulação da notícia sempre é muito lembrado. E não é para menos. Em uma sociedade cuja mídia se desenvolveu nas barbas do poder econômico e político, a lembrança é mais do que pertinente. Entretanto, este enfoque moral-psicológico não leva em conta que nem sempre há uma intenção manipuladora, ¹¹ já que as distorções podem estar ligadas ao próprio processo de produção da notícia, vinculado a fatores como rotinização do trabalho, constrangimentos organizacionais, noticiabilidade e cultura profissional.¹²

A sistematização do *newsmaking* feita por Traquina e Wolf leva em consideração que as normas ocupacionais parecem mais fortes do que as preferências pessoais na seleção e filtragem das notícias. No caso da TV, o tempo é o eixo central do processo. O jornalista está sempre submetido à pressão do *deadline*, o fechamento da matéria. Os fatos podem surgir em qualquer lugar, a qualquer hora, mas, por mais paradoxal que pareça, é preciso colocar ordem na imprevisibilidade. Os critérios de noticiabilidade, usados como um conjunto de instrumentos e operações que possibilitam ao jornalista escolher que fatos irão se transformar em notícias, evidenciam-se nos chamados valores-notícias.

Para Wolf¹³, os valores-notícia estão divididos em cinco categorias:

- 1) os substantivos, que são relativos ao conteúdo e classificam-se de acordo com o grau de importância dos envolvidos e o grau de interesse do público;
- 2) os relativos ao produto, que estão divididos pro critérios de brevidade, atualidade, qualidade e equilíbrio;
- 3) os relativos ao meio de informação, que estão divididos em graus de acessibilidade às fontes/locais e em possibilidades/limites de formatação;
- 4) os relativos ao público, que abordam critérios como serviço e protetividade;
- 5) os relativos à concorrência, cujo acesso exclusivo, conhecido como furo, parece ser o valor supremo.

É importante ressaltar que a noticiabilidade é negociada, o que faz com que todos estes critérios sejam variáveis. E eles estão inseridos na rotina jornalística, ou melhor, acabam tornando possível essa rotina, pois são contextualizados no processo produtivo, onde adquirem significado, desempenham função e tornam-se elementos dados como certos, o chamado senso comum da redação.¹⁴

Portanto, o fascínio pelas imagens de risco não é um elemento isolado. Ele está inserido na lógica da noticiabilidade evidenciada pelos valores-notícia. Da mesma forma, posso concluir que o Rio de Janeiro também não é um

exemplo único. Zonas de risco em todo mundo exercem fascínio nos consumidores de notícias, o que tornou muito popular o trabalho dos correspondentes de guerra, por exemplo, cujo ofício é sinônimo de risco.

A função de correspondente de guerra sempre foi encarada com uma alta dose de romantismo. Os riscos inerentes a ela são dimensionados por suas representações midiáticas, que são glamourizadas e estereotipadas. A imagem que o grande público tem de Jonhn Reed, por exemplo, não é a do livro *Dez dias que abalaram o mundo*, o mais célebre relato jornalístico de uma revolução. Ela corresponde ao ator e diretor Warren Beatty, que interpretou o jornalista no filme *Reds*, um dos maiores sucessos de Hollywood. Da mesma forma, apesar de não ficcional, o Peter Arnett que conhecemos refere-se à tela da CNN durante a Guerra do Golfo, o que é muito distante do repórter que cruzou a nado o rio Mekong, no Vietnã, após um naufrágio.

Vale relembrar os dados do CPJ, o Conselho para Proteção dos Jornalistas: de 1993 a 2002, 366 jornalistas foram assassinados durante o exercício da profissão. Desse total, 60 foram mortos em zonas de guerra e 277 em represália às suas reportagens. Destes 277, 50 foram torturados antes de morrer e apenas 21 tiveram seus assassinos presos e processados. O que significa que 94% dos casos ficaram impunes. O CPJ inclui nesses números os casos dos repórteres Daniel Pearl e Tim Lopes. Aliás, o principal alerta do guia profissional da entidade diz que os jornalistas submetidos ao maior risco não são os estrangeiros, mas os locais, porque as empresas não fornecem equipamento de segurança ou treinamento de guerra. Estes profissionais acabam tornando-se os verdadeiros estrangeiros, pois não têm nenhum tipo de garantia. Como moro no Rio de Janeiro, não posso deixar de concordar com o alerta. Por isso, uso o termo “correspondentes em guerra”, já que os repórteres cariocas parecem estrangeiros nas zonas de conflito entre a polícia e os traficantes. De fato, os morros da cidade configuram-se como um Estado autônomo, com leis próprias e poder estabelecido. Então, os jornalistas saem da redação, localizada na República Federativa do Brasil, e cruzam a fronteira de outros países, as favelas controladas pelo tráfico. São, portanto, correspondentes internacionais. E como a guerra é permanente, viram, de fato, correspondentes em guerra. Além disso, também estão, literalmente, em guerra, pois, na maioria

das vezes, são considerados inimigos por ambas as partes do conflito. Tanto a polícia como os bandidos detestam a imprensa. O caso Tim Lopes confirma esta tese.

Como conclusão, volto ao início deste texto, quando disse que a origem do jornalismo está no medo, mais precisamente, no medo do desconhecido. Se, no Rio de Janeiro, os jornalistas que cobrem favelas são correspondentes de/em guerra, então eles nos trazem informações sobre uma terra desconhecida, o que é confirmado pelo famoso epíteto de cidade partida, onde favelados e não favelados vivem em mundos completamente diferentes. Ao consumir as imagens desses territórios dominados pelo tráfico, em que a cidadania é substituída pelo poder aterrorizante de um estado paralelo e armado, os “cidadãos do asfalto” purgam seus medos de estarem submetidos a essa lógica.

E, através das imagens produzidas por jornalistas, elegem o risco como elemento catalisador da dinâmica purgatória de seus mais baixos instintos.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

³ Obras completas, vol. XII.

⁴ Figueiredo, p. 16.

⁵ Idem, p. 18.

⁶ Idem, p. 19.

⁷ Ogden, p. 61

⁸ Chion apud Rezende, p. 40.

⁹ Eco apud Rezende, p. 38.

¹⁰ Mota apud Sá Rego, p. 301

¹¹ Albuquerque apud Vizeu.

¹² Wolf, M. *Teorias da Comunicação*: 2002.

¹³ Idem.

¹⁴ Vizeu, 2000, p. 83.

¹³ Idem.

¹⁴ Vizeu, 2000, p. 83

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTILHO, César
- FIGUEIREDO, Luis Carlos. *Ética e técnica em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2008.
- FREUD, Sigmund. Obras completas. Vol XII. São Paulo: Imago. 1982.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração editorial, 2003.
- MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MINDICH, David. *Just the facts: how objectivity came to define american journalism*. New York: University Press. 1998.
- OGDEN, Thomas. Reconsiderando três aspectos da técnica psicanalítica. In: *Pulsional Revista de Psicanálise*. São Paulo, n.109, 1996.
- PARKS, Michael. In the danger zone: weighing risks. New York, *Columbia Journalism Review*. Maio/junho. 2002.
- PENA, Felipe. *Televisão e sociedade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002.
- _____. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *A perna coxa da tecnologia: fantasias totalitárias dos naufragos da polissemia na cibercultura*. Belo Horizonte. CD-ROM da Intercom, 2003.
- REZENDE, Guilherme. *Telejornalismo no Brasil*. São Paulo: Summus, 2000.
- SCHUDSON, Michael.
- TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e histórias*. Lisboa: Veja, 1993.
- TURKLE, Sherry. *La vida em la pantalla: la construcción de la identidad em la era de Internet*. Barcelona: Paidós. 1997.
- VIRILIO, Paul *A máquina de visão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- VIZEU, Alfredo. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2000.
- WERTHEIM, Margaret. *Uma história do espaço: de Dante à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2003.

Communication, risque et
mondialisation

La controverse du risque OGM/PGM,
entre cohabitation et incommunication

Comunicação, risco e mundialização
A controvérsia do risco OGM/PGM,
entre coabitação e incomunicação

Stéphanie PROUTHEAU

Institut des Sciences de la communication du CNRS/Sorbonne/Celsa/GRI-
PIC - Paris – França.

E-mail: stephanie.proutheau@iscc.cnrs.fr

RÉSUMÉ

La dialectique cohabitation–incommunication postule un projet culturel pour l’actuelle mondialisation, qui serve d’appui à son projet politique et borde l’économique. A ce cadre d’analyse nous intégrons celui des controverses nées des tentatives échouées de dialogue entre cultures du risque. L’objectif de ce paper consiste à présenter un modèle de communication du risque qui s’attache à prendre en charge trois phénomènes communicationnels et langagiers: l’investissement politique du discours scientifique, les modalités de construction d’une situation de cohabitation-incommunication culturelle lorsqu’il s’agit de risque majeur, la contrainte qu’exerce les registres et régimes de la science et de la mondialisation sur le discours du risque.

MOTS-CLEFS : controverse du risque – communication – incommunication – OGM/PGM – communication du risque

RESUMO

A dialética cohabitação-incomunicação postula um projeto cultural para a atual globalização, que serve de apoio a seu projeto político e econômico. A este quadro de análise integramos aquele das controvérsias nascidas das tentativas fracassadas de diálogo entre culturas do risco. O objetivo deste paper consiste em apresentar um modelo de comunicação do risco que leva em conta três fenômenos comunicacionais e lingüísticos: o investimento político do discurso científico, as modalidades de construção de uma situação de cohabitação-incomunicação cultural quando se trata de risco maior, a coerção que exercem os registros e regimes da ciência e da mundialização sobre o discurso do risco.

PALAVRAS-CHAVE: controvérsia do risco – comunicação – incomunicação – OGM/PGM – comunicação do risco

La dialectique cohabitation-incommunication postule un projet culturel pour l'actuelle mondialisation, qui serve d'appui à son projet politique et borde l'économique"¹. A ce cadre d'analyse nous intégrons celui des controverses nées des tentatives échouées de dialogue entre cultures du risque², quand le risque est un risque dit majeur³. Ceci nous permet d'envisager la manière dont les controverses du risque contraignent l'expression des identités nationales et culturelles, ainsi que leur mode de confrontation, au sein des espaces publics mondialisés desquels elles participent, notamment ceux des sciences et du risque, et de l'environnement et du développement durable.

La controverse sur le risque que comporte la culture et la consommation d'organismes et de plantes génétiquement modifiés (OGM/PGM) a connu un point d'orgue en 1999, lorsque l'Organisation Mondiale du Commerce fut saisie pour statuer sur la légalité de l'embargo européen des importations d'OGM/PGM en provenance des Etats-Unis et que des militants d'organisations non-gouvernementales (ONG) manifestèrent dans trente pays pour faire échouer sa conférence interministérielle de 1999, réclamant un *autre* mondialisation : l'altermondialisme naquit à Pôrto Alegre quelques semaines plus tard.

"Enfin un débat, enfin un début", s'enthousiasmait aussi Edgar Morin dans l'article précité, car à partir de Seattle le débat peut enfin échapper au duel mortifère entre mercantilistes et souverainistes: et les manifestants répétaient de concert "ça c'est la démocratie!"⁴

Ainsi, avec le progrès de la science et des techniques, on voit les controverses du risque investir les épisodes de la critique sociale. Une forme de syndicalisme mondialisé, à la fois émanant de et mobilisant une société civile à l'affut des excès de zèle technologique d'un libéralisme désormais qualifié d'*ultra*. Les organisateurs et leaders d'opinion de ses manifestations sont

d'un nouveau genre: ils sont des militant professionnels et financés par des fonds privés, dont le travail consiste à révéler l'inacceptable.⁵

Les controverses qui prennent corps le plus souvent dans le cadre de la définition et gestion collective d'un risque sont en retour créatrices de mondialisation: avec l'apparition des risques majeurs, les choix sociétaux de technologies sont de plus en plus nombreux à être pris dans le cadre d'organisations internationales. Créatrice de normes juridiques et techniques, les controverses correspondent à des étapes de l'institution de nouvelles valeurs dites de la survivance et d'un nouvel art de gouverner.⁶

L'ONU et l'OMC ont été mise en place pour pacifier le monde d'Après-guerre, mais la situation d'incommunication, dont leurs dialogues sur des questions de science et d'environnement participent, induit un nouveau risque de conflits identitaires. Le danger a muté dans ses modalités d'expression et le fonctionnement des institutions en place ne permet pas facilement sa prise en charge.

Jusqu'au lendemain de la Seconde Guerre mondiale, la cause d'insécurité et d'incertitude principale pour le monde était la guerre. En 1945, l'Organisation des Nations Unies est créée, et sa Charte, signée par 51 pays, 192 aujourd'hui, fait de la guerre un acte illégal (article 2, paragraphes 3 et 4). Les guerres persistent sous forme de foyers circonscrits et, à l'échelle mondiale, la dernière incarnation est restée à l'état de risque; c'était la Guerre froide. De la même manière que le traité de Westphalie (octobre 1648) fut la consécration de la forme politique de l'État-nation et de sa souveraineté, la charte de l'ONU fut celle de la mondialisation politique dont la démocratisation, bien qu'absente des textes, devait émerger grâce au développement d'une conscience terrestre; cinquante ans plus tard à Seattle, en réaction au projet économique de la mondialisation, cette conscience s'éveilla et s'exprima.

Avec ces nouvelles questions – celles de la science et du risque, de l'environnement et du développement durable – interviennent de nouveaux acteurs qui modifient le jeu politique des relations internationales: les militants professionnels d'ONG puissantes et organisées, financées par des fonds privés, et les scientifiques.

Avec les militants, “on voit advenir des formes d’action qui privilégient le lobbyisme et la pression médiatique au détriment des pratiques classiques de la diplomatie axées sur le respect de certains équilibres, avec en arrière-fond le bon vieil argument du rapport de force”.⁷

Quant aux scientifiques, très nombreux, même si familiers avec la vulgarisation, à être restés anonyme derrière les représentations sociales dominantes de la science en tant qu’institution de la rationalité surplombante⁸, ils manquent d’outils symboliques et langagiers par lesquels ils pourraient participer à l’appropriation sociale de la science. Bien-sûr, “le mythe du scientifique isolé dans sa tour d’ivoire, et se refusant à voir les enjeux économiques et politiques de son activité est aujourd’hui inadmissible et tout simplement devenu impossible”⁹. Pour autant, la science, dans les modalités actuelles de sa publicisation, aggrave les controverses:

Au sein des controverses du risques, la science tient typiquement une place centrale et ceux qui défendent un plan d’action tendent à justifier leur position par des évidences scientifiques, alors que ceux qui s’opposent à ce même plan d’action vont invoquer soit l’incertitude scientifique soit des résultats scientifiques divergents pour justifier leur position.¹⁰

Mais, on l’aura compris, notre intérêt pour les discours de l’incertain – incertitude social révélée par les ONG ou incertitude scientifique publicisée par les scientifiques – n’est pas dissociable de la contrainte que font peser les régimes imaginaires et discursifs de la mondialisation. En effet, l’anthropologie culturelle du risque et la théorie politique du risque, impulsée par Mary Douglas et Aaron Wildavsky et prolongée par Steve Rayner et Michael Thompson, nous renseigne sur la fonction du “global” dans la capacité d’influence sociale des imaginaires égalitaires desquels l’altermondialisme participe. Leurs analyses de la fonction socio-politique des risques, qui ont débuté avec la thèse de Mary Douglas dans les années 1940, sur les tabous alimentaire de la tribu Lélé, et qui ont porté ces dernières années sur les accords internationaux du réchauffement climatique, leur ont permis d’identifier quatre cultures du risque qui chacune s’arcboute sur une analogie entre une représentation de la nature et une représentation de la nature de la socialité

humaine. Quatre cultures du risque composent le fond théorique de ces approches: la culture égalitaire (ou séculaire), la culture individualiste, la culture bureaucratique (ou hiérarchiste), et la culture fataliste.

S'agissant de la culture égalitaire, "[Environmental organizations are] using nature in the old way: impurities in the physical world or chemical carcinogens in the body are directly traced to immoral forms of economic and political power. It is not the natural environment that is polluted"¹¹. Ainsi, pour la culture égalitaire, "environmental degradation is a symptom of social imbalance and the way we treat the environment reflects the failing of our industrialized societies"¹². De plus, étant donné que l'adhésion au groupe égalitaire est volontaire, et en cela fragile, cette culture est particulièrement vulnérable à la rivalité des autres est s'en prémunit en sélectionnant des dangers qui sont en mesure de maintenir l'adhésion au groupe; selon cette logique, plus le danger est grand, plus le lien qui unit les membres est robuste. Ceci explique également la tendance de ces groupes à sélectionner des catastrophes de faible probabilité de manifestation, mais de magnitude très élevée. Ainsi, "global issues, not local ones, will serve their purpose best"¹³.

L'objectif de cette communication consiste à présenter un modèle de communication du risque qui s'attache à prendre en charge trois phénomènes communicationnels et langagiers: l'investissement politique du discours scientifique, les modalités de construction d'une situation de cohabitation-incommunication culturelle lorsqu'il s'agit de risque majeur, la contrainte qu'exerce les registres et régimes de la science et de la mondialisation sur le discours du risque.

Le phénomène politique et économique de mondialisation contraint la relation entre sciences et sociétés à de profonds changements. En effet, à la période actuelle de la mondialisation, construit d'interdépendances encore relative mais en constante intensification¹⁴, correspond l'émergence de conflits culturels et identitaires dont les modalités d'énonciation prennent appui sur des épistémologies scientifiques pour s'élaborer et s'exprimer¹⁵. Ainsi la science n'est pas seulement le sujet de polémiques particulières, fondées sur des enjeux de connaissance, elle en investit la configuration sociale, mais aussi les registres et régimes discursifs.

Obsessions sécuritaires, conflits identitaires et mondialisation: une perspective communicationnelle sur l'incertain

Au commencement des Sciences de la communication était l'entropie¹⁶. Mais son renouvellement théorique se heurte à la difficulté de se saisir du modèle mathématique à partir duquel cette acception de l'incertain est formulée. Nous nous tournons donc vers l'approfondissement des notions de milieu désorganisé¹⁷ et d'interdits.¹⁸

Si l'on entend ce qui est incertain comme ce qui relève du tabou, de l'interdit, de ce qu'auparavant "contenaient" en creux, "verrouillaient" en abîme de leurs récits les religions¹⁹ et les replis de l'intimité dans les espaces privés, alors la prégnance de ce thème de l'incertain dans les espaces publics occidentaux, via les médias et les forums hybrides qui abritent les moments de la démocratie à l'ère de la société de la connaissance, pose aux Sciences de l'information et de la communication un certain nombre de questions. Si l'incertain relève de ce qui est difficilement pensable, dicible et partageable, ce qui est proprement inédit aujourd'hui c'est la mesure dans laquelle nous avons à convenir collectivement, entre individus et communautés que l'expérience du monde sépare, de la qualification des phénomènes sociaux ou physiques (tels que par exemple la crise économique, la crise climatique ou la contamination de la biodiversité par des espèces génétiquement modifiées) dont nous ne pouvons évaluer les causes et conséquences qu'avec une relative incertitude.

L'incertain est le lieu, flou, de la distinction: sa positivité sont les principes qui consacrent les classifications (les rôles, les fonctions, etc.). Il est à ce titre tout autant l'absence de relation entre des événements que de faire silence sur une relation tout en la sous-entendant; en aucun cas donc l'incertain ne correspond à un défaut de sens, mais notre hypothèse est qu'il contraint les productions signifiantes d'une manière particulière: les situations perçues et construites comme incertaines sont l'occasion de clivages, de productions qui induisent la fusion ou l'exclusion. Est-ce qu'à situations complexes correspond la recherche sociale du binaire?

On l'aura compris, questionner l'incertain en termes communicationnels est un travail à deux niveaux: sur le plan de la situation de communication du risque retenue (en l'occurrence celle de la gestion internationale du risque OGM/PGM), mais aussi sur un plan épistémologique.

Ce qui nous paraît en tout cas intéressant à décrire et analyser dans ce phénomène se trouve dans ce que l'évocation de l'incertain agit comme ce que nous proposons d'appeler un "performatif d'incommunication". Ce que l'on qualifie d'incertain à partir d'une communauté de rationalité et d'imaginaire donnée est un propos transgressif pour les récepteurs appartenant à d'autres communautés. Or, dans la gestion collective des risques, dans les choix de technologie que font les sociétés, la qualification de l'incertain revêt l'enjeu politique de l'influence sociale. Ces considérations sont du moins l'éclairage de l'anthropologie culturelle du risque pour qui la sélection d'une activité ou d'un produit pour qu'il reçoive la qualification de "risque" fonctionne pour assurer le renouvellement de l'ordre social en place ou pour le contester. Ainsi l'on passe, avec la Théorie culturelle, d'une attention prioritaire à la dimension experte du risque, faite de mesures, d'indicateurs et d'évaluation, à celle d'une critique sociale exprimée par les interstices laissés par l'incertain dans les représentations du monde. Dans les deux cas, il s'agit d'une nouvelle forme d'investissement social et politique de la parole scientifique. Nous situons à l'endroit de la vérité, de la construction d'une certitude le passage possible de l'énoncé scientifique à l'énoncé politique: en effet, le propre du discours politique est de chercher "à ériger en norme universelle relevant de la connaissance ce qui n'est que norme morale relevant de la croyance: il cherche à faire se confondre une vérité de croyance avec une vérité de connaissance".²⁰

Bien qu'il convienne d'être prudent en se livrant à des allusions métaphoriques sur la science en tant que religion de la modernité, force est de constater que nos scientifiques contemporains semblent souvent occuper une place privilégiée au sein des institutions gouvernantes et commerciales qui est analogue à celle dont bénéficiait la prêtrise par le passé. Les gouvernements et les décideurs se fient aux scientifiques et aux techniciens pour interpréter le monde, ceux-ci y procédant grâce à un éventail toujours plus large de procédures d'évaluations scientifiques et aussi diverses que la protection de l'environnement, la santé publique et les politiques économiques... La science n'est pas seulement une

activité ou un aspect de la société; elle est devenue la culture primordiale dans la légitimation de la société moderne.²¹

Ces antagonismes dans les productions de sens constitutives des “mises en risque” d’un produit, d’un phénomène ou d’une activité, nous invite à interroger la manière dont la vraisemblance des discours sur l’incertain s’élabore. Un autre objet de cette communication se trouve dans le processus de construction sociale concomitante de ces vraisemblances, en ce que celles-ci parviennent rapidement à s’exclure mutuellement, à être dans l’impossibilité de cohabiter. Si l’on relit l’équation générale, socialement construite, du risque OGM/PGM, elle semble se formuler de telle sorte à ce que l’on se sente, devant le choix d’utiliser ou non les OGM/PGM, comme si nous avions à choisir entre empoisonner nos descendants et leur environnement, ou les laisser mourir de faim. Les représentations alternatives se laissant neutralisées sous la force du langage des antagonismes, constitutif de l’incommunication.

L’incommunication a été explorée sous plusieurs jours, notamment par des entrées ayant trait aux formes contemporaines de la rhétorique. Pour Roland Barthes, “il y a une division des langages, qu’aucune science simple de la communication ne peut prendre en charge; la société, avec ses structures socio-économiques et névrotiques intervient, qui construit le langage comme un espace de guerre”²². En effet, pour l’auteur, tout sociolecte (ou langage social), “fruit de la division sociale, témoin de la guerre du sens, [...] vise à empêcher l’autre de parler”²³. Notre intérêt pour le concept de sociolecte va plus loin, en ce que “la rentabilité principale d’un sociolecte (hors les avantages que la possession d’un langage donne à tout pouvoir que l’on cherche à conserver ou à conquérir) est évidemment la sécurité qu’il procure: comme toute clôture, celle d’un langage exalte, assure tous les sujets qui sont *dedans*, rejette et offense ceux qui sont *dehors*”²⁴. Ainsi, si pour Roland Barthes le langage abrite la guerre, irons-nous jusqu’à dire que parler d’incertain la déclare?

Une autre perspective sur l’antagonisation à l’œuvre dans le langage s’intéresse aux mécanismes de la nomination du bouc émissaire: avec le récit en tant qu’argument, la force antagonisante – toute autant aliénante que falla-

cieuse – est apparentée au principe d’entéléchie identifiée par Aristote dans le fonctionnement de la nature en ce qu’elle tend à la perfection à chaque étape de sa progression, et que Kenneth Burke reprend pour le compte de sa théorie du langage comme fondamentalement gâté, corrompu, par un excès de perfection (*rotten with perfection* dans le texte)²⁵: ainsi, lorsque la persuasion (selon lui réductible à l’identification) s’organise par le récit, alors le début, le milieu et la fin de l’histoire agissent pour tautologiser une représentation du monde, la verrouiller aux autres.

Le point commun entre ces perspectives est leur intérêt pour la manière dont un langage construit l’exclusion de ses adversaires et enclos sa vérité propre. Roland Barthes parle des figures de système²⁶, Kenneth Burke de perfection, Michel Foucauld de régime discursif²⁷.

Ainsi, si “la vulnérabilité et l’incertitude humaines sont les fondements de tout pouvoir”²⁸, le nouveau paradigme introduit par les risques majeurs est profondément agissant en ce que les prémices (l’inacceptable, auparavant tut, révélé par les ONG) sont désormais explicites et fondent le registre des discours instituant.

Notons enfin que si nous évoquons une telle prégnance du registre de l’incertain dans les espaces publics contemporains, c’est qu’ils sont également constitutifs de ceux de l’insécurité civile, du marché de l’emploi, de la santé publique, des marchés financiers, etc. Mais les contraintes que l’incertain exerce sur une définition universalisée et universalisante du vivre ensemble nous paraissent dignes d’intérêt.

Si notre intérêt pour l’incommunication est si élevé, c’est qu’il l’est encore davantage pour le régime symbolique et langagier de la cohabitation. Pour Roland Barthes, l’écriture dépasse l’écueil de la domination propre au langage en ce qu’il permet des mélanges de sociolectes, rend possible l’expression de sa dimension carnavalesque. Kenneth Burke quant à lui conçoit la possibilité de faire coexister des contraires par des modalités narratives particulières qu’il explicite grâce à un recours à la métaphore musicale: ainsi, conçoit-il, l’arpège (métaphore du récit) est supérieur à l’accord (métaphore du concept, du mot qui classifie) en ce que ce dernier ne tolère aucune fausse note et que le premier peut intégrer de manière créative une note qui n’appartient pas à

sa tonalité, c'est-à-dire hors de la rationalité et de l'imaginaire qui préside à la construction du récit. L'intégration d'un contraire au fil d'un récit peu aisément être reçu comme "une simple note en passant" (*a mere passing note* dans le texte), mais elle fait son œuvre de rapprochement des contraires. Ainsi, reprenant l'idée de configuration narrative centrale à la perspective de Paul Ricoeur, nous nous intéressons à qualifier et repérer ces récits qui permettent la cohabitation entre des vraisemblances contradictoires.

Comment les organisations internationales et leurs parties prenantes civiles investissent ses fonctions du langage lorsqu'il s'agit de définir collectivement la gestion d'un risque majeur? Sont-elles en mesure de contribuer à la refonte d'un universalisme fait de la cohabitation de logiques contradictoires?

Modernité, rémanence et communication: les institutions de l'incertain

Lorsque quelqu'un marche dans la rue en pleine nuit sans danger, il ne lui vient pas à l'esprit qu'il pourrait en être autrement; car l'habitude d'être en sécurité est devenue pour nous une seconde nature et l'on ne se rend pas compte que cette sécurité est uniquement le résultat d'institutions particulières²⁹.

Le projet politique de l'actuelle mondialisation est celui de la sécurité internationale tel qu'il est apparu prioritaire après la Première guerre mondiale et finalement mis en place institutionnellement en 1945. Vivre au quotidien dans des pays stabilisés par la paix militaire est une habitude également.

Mais la rémanence des imaginaires de l'incertain (de l'interdit, du tabou) jette un doute sur la capacité des institutions qui s'en trouvent investies à les prendre en charge, au risque de les laisser se développer comme des expressions de nouveaux conflits identitaires; en effet, les institutions prennent difficilement en charge les questions de sciences et technologies (le registre du risque) et d'environnement (le registre du développement durable) en ce qu'elles ne sont traitables, dans l'état actuel de la répartition actuelle des compétences, que de manière transversale à plusieurs.

Les sciences et les techniques ne sont plus gérables par les institutions politiques dont nous disposons. Pas question évidemment de les démanteler. Elles ont amplement prouvé leur efficacité ! Mais leurs limites ne sont pas moins évidentes. Il faut donc les enrichir, les prolonger, les étendre, les amender pour faire advenir ce que certains appellent la démocratie technique.³⁰

Le principe dit de spécialité régit le découpage des domaines de compétence de chacune des organisations internationales (social pour l'ONU, commercial pour l'OMC, financier au sens large pour le Fond monétaire international et la Banque mondiale). Le problème est que comme pour toute autre institution, leur fonctionnement les handicape dans la prise en charge des questions de sciences et d'environnement parce qu'il repose sur une sociologie qui ne correspond plus à la réalité de la formation des grandes questions de société.³¹ D'autre part, s'agissant notamment de l'OMC, il ne laisse pas aisément émerger les pratiques participatives désormais exigées par la société civile³².

Ainsi, confrontées aux questions de sciences et d'environnement, les organisations internationales deviennent un carrefour des cultures du risque. A l'idée de dimension "carnavalesque" du langage qui peut mélanger des sociolectes développée par Barthes fait écho celle de "*clumsiness*", forgée par le politiste co-fondateur de la Théorie culturelle, Michael Thompson³³. *Clumsy institutions* (institutions maladroites, bancales ou inélégantes) sont des institutions qui ont pour fonction principale d'instituer ce que Mireille Delmas-Marty a nommé le "pluralisme ordonné", mais s'agissant des questions de gestion des risques majeurs.

Les organisations internationales deviennent aussi les institutions de l'*agora* d'une société de la connaissance qui ne se laisse plus expliquée sur la base de distinctions public/privé, marché/politique, et où la connaissance scientifique, à l'occasion des espaces publics qui en participent, ne surplombe plus les autres, mais cohabite avec elles: selon cette sociologie, les connaissances produites et circulantes dans les sociétés transgressives doivent s'appuyer à la fois sur un noyau épistémologique et d'imaginaires sociaux : elles sont dites "connaissances socialement robustes". A défaut, l'appropriation sociale des connaissances se fera sans le concours de la science, comme dans le cas des OGM/PGM.

L'incertitude scientifique n'est pas force de clivage à elle seule. La controverse sur les OGM/PGM, en cours depuis 1999 et dont les rebondissements satureront périodiquement les espaces publics occidentaux, n'était pas une fatalité en ce sens que les scientifiques ont certainement été pris de cours par une nouvelle réalité de l'appropriation sociale de leur discours. En effet, la publicisation de la science peut se faire selon deux régimes distincts: celui de l'éducation et de la vulgarisation, que le scientifique maîtrise dans une large mesure, et celui de la controverse, qui lui échappe largement. Quels sont ces moments de société, ces configurations d'acteurs dans un contexte sociétal particulier, où la connaissance scientifique devient enjeu de civilisation et de pouvoir?

La science prise à partie: l'expression du besoin de connaissances qui soient "socialement robustes"

Parmi les espaces publics contemporains qui émergent de la mise en discussion de phénomènes incertains, ceux qui nous occupent dans le cadre de cette communication sont ceux où sont discutés la science et ses applications, d'une part, et l'environnement d'autre part. Les espaces publics de discussion sur la culture et la consommation des plantes et organismes génétiquement modifiés (OGM/PGM) sont intéressants en ce qu'ils sont identifiables à deux régimes distincts du discours scientifique: celui du risque et celui de la conservation de la biodiversité, telle que discutée dans le cadre du développement durable, dont les modalités divergent considérablement:

The debates provide two different views on popular representations of science and technology. Biodiversity conservation is represented as a common goal of humankind, whereas modern biotechnology divides people into various camps of supporters and opponents. Modern biotechnology is often covered in terms of sudden techno-scientific breakthroughs, biodiversity loss is discussed in the context of earlier environmental problems. Furthermore, modern biotechnology is represented as the discovery of genes and the development of genetically modified organisms, whereas biodiversity conservation aims to calculate the loss of species and ecosystems and to suggest ways in which the environment could be conserved. The debates provide mirror images of public representations of science: that of conquering new areas in nature (modern biotechnolo-

*gy) in contrast of that of protecting and conserving (wild) nature (biodiversity conservation).*³⁴

Ces considérations viennent éclairer deux points importants. D'une part, elles renforcent l'idée que l'appropriation sociale de la science se fait selon des investissements politiques et non scientifiques. D'autre part elles suscite l'idée que les discours et espaces publics du risque et du développement durable se font écho, s'emparent des mêmes réalité sociale selon deux régimes contradictoires. Le développement durable est un régime de discussion et de gestion qui permet de dépasser la confrontation constitutive de celui du risqué.³⁵

Dans une mondialisation entendu comme reparamétrage des échelles de l'expérience humaine, temporelles³⁶ d'abord, mais aussi d'ordre de grandeur entre la culture égalitaire qui construit un niveau méta d'expérience (la conscience terrestre), et la science qui avec les bio et nanotechnologie, construit des expériences sociales de l'infiniment petit.

La démocratie technique, un cadre pour réfléchir à la cohabitation des cultures du risque

Les enjeux de la gestion des risques technologiques sont à ce point prégnants dans la vie publique contemporaine qu'ils en forcent la réorganisation; un consensus émerge parmi ceux qui travaillent à l'interface de la science et de la société et pour qui il s'agit désormais de comprendre la controverse du risque comme un appel à réinventer la démocratie.³⁷

L'incontestée célébration des avancées technologiques issues de la première révolution industrielle laisse progressivement place depuis la seconde guerre mondiale, puis beaucoup plus intensément depuis les années 1970, à un climat de suspicion systématique et de revendication citoyenne; les controverses du risque en sont la matérialisation publique et la "réalité scientifique" du risque n'a en leur sein plus primauté sur les perceptions profanes.

L'inquiétude publique sur le risque s'exprime par les fréquentes controverses sur les décisions technologiques [et] pèse sur les efforts de règlement de contentieux, de législation et de réglementation.³⁸

La décision du risque pose dorénavant un défi de taille étant donné que le processus de délibération sur les choix techniques ne peut plus se dérouler à huis clos entre experts et représentants politiques; la pensée qui s'organise sous "le nouveau paradigme délibératif" tente de proposer des réponses³⁹. Dans cet axe de recherche, la sociologie de la controverse scientifique issue des travaux de Michel Callon et Bruno Latour a fourni le concept de forum hybride qui permet la mise en modèle des nouvelles formes émergentes de démocratie participative concomitantes à la prise de conscience sociétale des dangers des nouvelles technologies. En ébauchant une définition des exigences communicationnelles du bon fonctionnement des forums hybrides, ce projet de recherche veut apporter sa contribution à la démocratie technique.⁴⁰

Dans son approche traditionnelle, la communication du risque, telle qu'elle est pratiquée dans le cadre des débats publics à propos de l'évaluation et des options de réglementation des risques techniques, procède de l'approche scientifique de l'analyse du risque et repose sur la distinction fondamentale entre spécialistes et profanes⁴¹; en effet, ce modèle de la communication du risque s'est initialement imposé de fait lorsque il est apparu nécessaire de trouver des moyens d'apaiser les controverses technologiques publiques en impliquant les citoyens inquiets ou indignés. Cependant, étant donné que, dans ce cadre, la communication du risque s'attache principalement à éduquer le public sur les connaissances scientifiques nécessaires à l'évaluation adéquate du risque que comporte l'activité ou le produit en question, elle s'est finalement retrouvé lui-même la cible des controverses⁴². Il est donc progressivement apparu, au fur et à mesure des échecs des dialogues sur le risque, que la dichotomie spécialiste-profane aggrave les situations de controverse.⁴³

Les controverses socio-techniques: des défis et des opportunités

Les forums hybrides s'organisent sur la transgression de deux monopoles: celui de la production du savoir scientifique et celui du modèle de la démocratie représentative⁴⁴. Désormais, une multitude de publics profanes s'emparent des questions techniques. De plus, ces publics s'organisent, forment, défont

et recomposent des alliances, et sont ainsi poussés à contourner les modalités traditionnelles de représentation pour faire entendre leur voix. Dans un cadre délibératif soustrait aux limites autrefois imposées par ces deux monopoles, les forums hybrides peuvent ainsi être pensés comme moteurs d'opportunités pour la formulation des décisions publiques:

Parce qu'elles mettent en forme un triple inventaire, celui des acteurs, des problèmes et des solutions, les controverses constituent un très efficace dispositif d'exploration des états du monde possibles lorsque, du fait des incertitudes, ceux-ci ne sont pas connus.⁴⁵

Un autre apport essentiel des forums hybrides se trouve dans l'acceptation de la participation de considérations non techniques au débat; ainsi la délibération hybride ne se déroule pas en des termes techniques essentiellement et sociaux accessoirement, mais selon des développements d'arguments dits socio-techniques⁴⁶. Dans toutes les controverses techniques sans exception, la question de l'acceptabilité du risque en question fait surgir des problèmes politiques, économiques et éthiques. L'erreur auparavant commise était de considérer ces problèmes "comme secondaires ou comme dissociables des questions scientifiques et techniques".⁴⁷

En miroir des opportunités créées par les forum hybrides, il n'est pas rare en effet que la difficulté que constitue la gestion du pluralisme des arguments sociotechniques – aussi bien dans les thèmes qu'ils soulèvent que dans les sensibilités politiques et morales qu'ils expriment – fasse des forums hybrides des infrastructures communicationnelles largement dysfonctionnelles, particulièrement sujettes à des antagonismes statiques qui altèrent l'équité des processus engagés et la robustesse des décisions formulées, ou qui tout simplement bloquent la prise de décision. Dans un tel climat, il n'est donc pas rare que les parties prenantes se blâment mutuellement, ou forment des alliances sur la base de la création d'un bouc émissaire commun. En effet, la question implicite à toutes les autres qui se posent au cours du processus de décision publique du risque technologique est de savoir comment garantir que les exigences du progrès ne mettent pas en péril la société et l'environnement, mais aussi que, inversement, les limites revendiquées par certains groupes

sociaux ne viennent pas entraver les avancées bénéfiques des sciences et des techniques. Au détriment de la qualité des délibérations hybrides, les discours dits “catastrophistes” et “cornucopiens”⁴⁸ (l’image est celle de la technologie-corne d’abondance) qui correspondent aux deux extrêmes du continuum des postures tenables dans une controverse, résultent de la progressive construction en antagonisme de la rationalité technico-industrielle avec celle de la protection de l’environnement depuis les années 1970, alors qu’ils étaient cependant encore représentés comme compatibles dans les années 1950 ; ainsi, les discours du risque semblent être soumis “à une processus dialectique par lequel une différence est convertie en antagonisme”.⁴⁹

Controverse OGM/PGM et mondialisation: regard communicationnel sur le développement des politiques publiques

Deux institutions internationales coexistent dans l’espace public mondialisé, toutes les deux compétentes en matière de régulation du commerce international des OGM/PGM: d’une part, l’ONU avec le Protocole de Carthagène sur la biosécurité et, d’autre part, l’OMC avec les principes développés par la Commission du Codex Alimentarius. Entre 1999 et 2007, à l’occasion de la controverse sur les OGM/PGM à l’OMC – qui devient procédure d’arbitrage à l’OMC en 2001 – l’institutionnalisation des principes de définition et de gestion des risques associés à leur circulation, culture et consommation de part et d’autre des deux organisations construit peu à peu une situation d’incommunication.

Le cas des OGM/PGM à l’OMC

Comme de nombreuses organisations qui ne sont pas initialement concernées ni par les sciences et les techniques, l’OMC s’est trouvée confrontée de fait à la gestion de problèmes soulevant des questions scientifiques et techniques⁵⁰, notamment celui des biotechnologies agricoles. Les enjeux réglementaires que soulèvent les risques technologiques pour cette organisation

sont d'autant plus déstructurants qu'aucun dispositif à vocation participative n'y est prévu au-delà des procédures traditionnelles de consultations légales et techniques. Sans la capacité d'intégrer la multitude des logiques disponibles dans la controverse sur les OGM/PGM, l'OMC ne peut pas jouer sa fonction "carnavalesque" et doit se contenter d'arbitrer le conflit au regard du corpus des règles dont elle est garante.

Ainsi, le paysage réglementaire international du risque OGM/PGM se structure principalement autour de deux principes de gestion de l'incertitude scientifique. D'une part, le principe d'équivalence substantielle⁵¹, développé par les experts de la Commission du Codex Alimentarius et en vigueur à l'OMC et la Food and Agriculture Organization, et, d'autre part, le principe de précaution⁵², principe fondateur du protocole Onusien, dit de Carthagène, sur la réglementation du commerce international des OGM/PGM. Le champ d'application de chacun des deux principes d'incertitude recouvrent tous les deux la question des OGM/PGM⁵³, ils sont placés, sur cette question précise, en concurrence directe. Mais la difficulté ne s'arrête pas là; les textes de loi de l'OMC prévoient le principe d'incertitude "standard" (l'article 2.2 de l'accord SPS) et un autre, plus flou dans sa définition (l'article 5.7 de l'accord SPS) mais qui peut être interprété et utilisé comme une version du principe de précaution.

Ces dispositifs de réglementation sont en attente d'un projet de cohabitation culturelle ("culturel" au sens où l'anthropologie culturelle du risque l'entend): là où les textes de loi sont rédigés pour permettre à l'institution embrasser l'ensemble des logiques en présence, on constate en fait que les discours ne permettent pas de saisir l'opportunité de *clumsiness*, l'opportunité carnavalesque. Si la cohabitation culturelle du risque à l'OMC n'avait été affaire que de textes de loi, elle n'aurait eu aucune raison d'échouer sur la question des OGM/PGM: c'est donc bien de l'épaisseur communicationnelle des processus de réglementation et de normalisation dont nous traitons.

Le débat public sur les OGM/PGM émerge en Europe en 1998, lorsque l'Union Européenne met en place un embargo sur les importations d'OGM/PGM, dénonce en cela le principe d'équivalence substantielle pour ensuite

reconnaitre en 2000 le principe de précaution comme principe de droit international, en ratifiant le protocole de Carthagène.

En parallèle de ces événements, les signataires du GATT 44⁵⁴ entreprennent d'élargir son champ de compétence aux questions de sécurité sanitaire: de nouveaux accords, difficilement négociés dès 1994, sont ratifiés en 1998, dont notamment le nouvel accord SPS⁵⁵, et qui aboutissent à la création de l'OMC.⁵⁶

En 2003, les Etats-Unis formèrent un recours devant l'OMC contre l'embargo européen sur les OGM/PGM. L'UE est alors signataire à la fois du GATT 98 et tout récemment du protocole de Carthagène: elle tente alors d'imposer une interprétation de l'article 5.7 de l'accord SPS proche de l'acception du principe de précaution instituée par le protocole de Carthagène. Il a été suggéré⁵⁷ que le comportement européen concernant l'applicabilité du principe de précaution dans le cadre de l'OMC résulte d'une tentative échouée en 1998 de la part de l'UE de faire valoir au sein de la Commission du Codex Alimentarius sa volonté de développer de nouveaux cadres de réflexion et d'action pour la sécurité alimentaire, notamment concernant les OGM/PGM. De plus, le nouvel accord SPS rendent contraignants les normes du Codex Alimentarius pour ses signataires. Ainsi, pour l'UE, ne pas tenter d'imposer son interprétation de l'article 5.7 de l'accord SPS serait revenu à se laisser lier à des normes qu'elle avait en amont tenté d'influencer, sans succès.

En janvier 2002, le Parlement et le Conseil Européen adoptèrent le Règlement EC 178/2002 qui pose les principes généraux et les exigences du droit européen de la sécurité alimentaire ; l'embargo européen prit fin en 2003, selon les autorités européennes, mais pour laisser la place à ce nouveau cadre juridique réglementant au niveau européen la culture, la production et la procédure d'autorisation de la mise sur le marché des aliments OGM/PGM⁵⁸: il s'agissait notamment de consolider la chaîne de contrôle sanitaire "de la ferme à la fourchette" grâce au renforcement des systèmes de traçabilité et d'étiquetage⁵⁹ des produits mis en place en 1998.

Même si les importations reprennent dès 2003, elles le sont sous l'égide de ce cadre et selon le principe de précaution; ceci implique notamment que

les autorisations d'importation soient traitées au cas par cas. Cette politique commerciale demeure illégale du point de vue américain, et du point de vue des règles de l'OMC, car non systématique et non conforme aux normes du Codex Alimentarius. De ce fait, les Etats-Unis décidèrent de poursuivre la procédure de règlement du différend jusqu'en 2006: au mois d'août 2006, le panel nommé dès le recours des Etats-Unis en 2003 par l'Organe de règlement des différends de l'OMC pour arbitrer le cas des OGM/PGM, rendit sa décision dans laquelle il condamnait l'embargo européen. Les politiques de traçabilité et d'étiquetage peuvent aussi faire l'objet d'un nouveau recours des Etats-Unis devant l'OMC alors que l'application de la décision du panel d'experts nommés pour statuer sur le différend des OGM/PGM est peu probable et que le délai prévu a expiré en novembre 2007.

L'OMC et ses deux principes d'incertitude: lorsqu'une opportunité de cohabitation devient alibi d'incommunication

Les implications de la différenciation du principe de précaution en tant que simple règle et en tant que principe de droit international sont donc déterminantes dans la détérioration du débat OGM/PGM puisque c'est en ces termes que les conflits d'interprétations sur l'incertitude scientifique se livrent⁶⁰. Au sein de l'accord SPS, la précaution ne jouit que du statut de simple règle puisqu'elle est subordonnée au principe d'équivalence; cette formulation de la précaution, dite "modeste"⁶¹, incarne le traitement "sound" de l'incertitude scientifique garanti par le Codex Alimentarius. Telle que prescrite par le protocole de Carthagène, la précaution devient un principe de droit international qui a vocation pour ses signataires à supplanter toute autre disposition préalablement applicable dans le domaine; ce principe de précaution correspond à une formulation dite "agressive" qui domine dans les conventions sur la protection de l'environnement, mais à cette différence que l'ampleur de son acceptation au niveau international a fait dire qu'elle constituait l'institutionnalisation d'un nouveau paradigme de la précaution⁶². L'application de la précaution dite "agressive"⁶³ à l'évaluation des risques

repose sur une démarche qui prend en compte un éventail d'évidences qui débordent du cadre de la science "sound" du risque. Ainsi,

le premier a tendance à conceptualiser l'incertitude en termes officiels issus de la science de l'analyse du risque; elle est comprise comme résultant de l'indisponibilité de certaines données et de l'impossibilité d'attribuer la probabilité d'un ensemble défini d'effets négatifs et de fait donc l'impossibilité du calcul du risque, tel qu'il est officiellement défini. D'autre part, ceux qui soutiennent la précaution dans sa forme agressive ont davantage tendance à interpréter l'incertitude en des termes plus larges et moins officiels; en plus de l'incertitude telle qu'elle est définie par les analystes du risque, l'invocation du principe est également justifiée devant d'autres types d' 'incertitudes' [...] y compris l'indétermination (lorsque le système est trop complexe pour permettre des prédictions valides), de même que l'ambiguïté et l'ignorance (lorsque l'ensemble des effets négatifs est mal défini.[...]⁶⁴

La coexistence de ces deux principes d'incertitude n'est pas à voir comme un paradoxe, mais plutôt comme une opportunité de *clumsiness*, une opportunité carnavalesque, que l'incommunication fait échouer, ou simplement retarde; d'autant plus que l'ambiguïté créée par ces deux principes d'incertitude procède initialement d'une intention de faire converger les logiques de l'ensemble des membres de l'OMC.

En effet, les négociations des accords du GATT 98 ont été compliquées par de nombreuses dissensions : le déficit démocratique de l'OMC, son manque de transparence, de l'élargissement de ses compétences à des questions de santé publique et environnementale, même de son existence sur la scène internationale puisque perçue comme le cheval de Troie des firmes multinationales dans la gouvernance mondiale; ces revendications ont depuis continuellement fait rage à l'intérieur et à l'extérieur de l'organisation⁶⁵. Pour ces raisons, de nombreuses ambiguïtés ont dû être maintenues lors du cycle d'Uruguay de 1998 afin de garantir le consensus nécessaire à la ratification du nouvel accord GATT 98 par tous les états membres⁶⁶; de manière imprévue, les ambiguïtés maintenues dans l'accord SPS ont particulièrement alimenté les controverses socio-techniques lorsque les risques techniques concernés devenaient l'objet de discussions, de consultation ou de procédure d'arbitrage à l'OMC. De la même manière, l'accord SPS tient le devant de

la scène sur la question des OGM/PGM. En effet, le principe de précaution y a été introduit en tant que condition d'exemption temporaire aux règles de commerce international en situation de risque sanitaire avéré⁶⁷. Par conséquent, des réglementations commerciales nationales qui devraient être condamnées selon le principe du libre échange garanti par le corpus des règles de l'OMC peuvent être autorisées au regard des dispositions de l'article 5.7 de l'accord SPS; c'est précisément l'interprétation de ces dispositions de précaution que l'UE et ses parties prenantes alliées tentent d'élargir. Cependant, le principe de précaution dans le contexte de l'article 5.7 se trouve subordonné au principe d'équivalence du Codex Alimentarius que l'accord SPS prévoit comme seul standard applicable au regard de l'évaluation scientifique des cas d'exemptions. Pour être qualifiées comme légales au regard des dispositions du GATT 98, les exemptions doivent être justifiées par des évidences scientifiques (accord SPS, article 2.2); c'est au regard de l'évaluation scientifique des risques que l'accord renvoie aux standards du Codex afin qu'il en fournisse les procédures. Ces procédures d'évaluation des risques sont dites "sound" et correspondent aux méthodes traditionnelles d'expertise, fondées sur l'objectivité et la mesure. Si aucune évidence scientifique n'est fournie par le pays membre accusé ou si les évidences scientifiques fournies pour la justification de ses réglementations nationales ne résultent pas de procédures prévues par les standards d'évaluation du Codex, les pratiques commerciales incriminées seront jugées protectionnistes et ne pourront pas bénéficier des conditions de l'article 5.7. Ainsi, il apparaît que le choix des standards d'évaluation des risques porte lourdement à conséquence pour les pays membres de l'OMC; ceci illustre davantage sur la taille des enjeux que soulève la promulgation d'une seconde autorité compétente dans le protocole de Carthagène puisqu'il a vocation à contourner l'autorité du Codex en matière d'évaluation du risque OGM/PGM. L'UE et ses alliés entendent donc imposer à l'OMC l'élargissement des conditions d'application des dispositions d'exemption de l'article 5.7 de l'accord SPS sur la base de la version du principe de précaution reconnue par le protocole de Carthagène dans le but d'y soumettre la qualification des politiques publiques nationales concernant les importations et les mises sur le marché des OGM/PGM.

CONCLUSION

La mondialisation, un reparamétrage des échelles de l'expérience humaine: pistes définitionnelles du régime discursif de l'incertain

Chez Montesquieu déjà, le commerce est le contrepoids de la guerre. De bonnes relations commerciales créent des interdépendances qui minimisent les risques de guerre entre les partenaires. S'agissant du second aspect, le fait que les risques contemporains tendent à être imperceptibles par les sens (invisible, inodores etc.) recréent un "royaume des ombres"⁶⁸ Partant, c'est dans les interactions de ces deux mouvements d'échelle de l'économie institutionnelle et les technologies géniques comme outil.

Lorsque la définition d'un phénomène, d'un produit ou d'une activité en termes de risque par un ou plusieurs acteurs de la société sous-tend l'expression d'une critique sociale, la notion d'incertitude devient constitutive du risque à deux niveaux: sur le plan de la détermination scientifique et experte du risque (incertitude scientifique et technique), et sur le plan de la critique sociale (incertitude sociale).

Les mutations des formes sociales de la modernité ont été explorées à l'aune des phénomènes de risque (Ulrich Beck; Niklas Luhmann) et de montée de l'incertitude sociale (Zygmunt Bauman). L'interface science/société devient visible lors du processus de négociation des politiques publiques au sein des institutions concernées par les questions des sciences et des techniques. Chacune des organisations parties prenantes à la controverse OGM/PGM institue une représentation particulière de la relation entre les sciences et techniques et la survie de l'humanité, souvent polarisée aux extrémités d'un continuum allant du plus optimiste au plus catastrophiste.

Nous avons cherché à saisir les conditions sociales d'apparition du langage de la controverse, cas d'incommunication où le langage de la démonstration politique investit celui de la démonstration scientifique. Là où la vérité en science ne surgit que pour revêtir une fonction de doute, son investissement par le discours politique est en mesure de s'approprier cette vérité-doute pour

la cristalliser en vérité politique. Faisant l'hypothèse d'un rapport constitutif entre l'expérience de la mondialisation et celle des risque, nous nous intéressons à une controverse qui engage un risque dont les définitions présentent une dimension "mondialisée"; nous avons mis au jour que ceci constitue un aspect clé de la cohérence interne et externe des récits altermondialistes et libéralistes qui qualifient le risque OGM/PGM: en effet, ceux-ci prennent une forme narrative et argumentative particulière qui participe d'une construction analogique entre une représentation de la nature et une représentation de la nature de la socialité humaine (égalitaire, individualiste, bureaucratique ou fataliste). Ainsi, comme deux textes à trous qui aurait besoin pour exister (être vraisemblable) de s'appuyer sur l'un sur l'autre, le temps d'un épisode ou d'une transition, les deux plans du discours se combinent pour construire le discours du risque.

NOTES

1 WOLTON, Dominique, *L'autre mondialisation*, Fayard, 2005 ; *McLuhan ne répond plus. Communiquer c'est cohabiter*. L'aube, 2009.

2 DOUGLAS, Mary, WILDAVSKY Aaron, *Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press, 1982.

3 Le risque majeur est un risque dont les conséquences de la manifestation sont transnationales (nuage radioactif, pandémie due à la manifestation d'un risque sanitaire technologique, transgénèse spontanée due à la contamination par des espèces génétiquement modifiées, etc.). In: 3 LAGADEC Patrick, *Le risque majeur*. Pergamon, 1981.

4 MULLER Brigitte, Ça c'est la démocratie!, Mise en scène d'un contre-pouvoir lors du sommet de Seattle, *Socio-anthropologie*, n.7, 2000.

5 ABELES Marc, La politique de la survie.

6 *Idem*

7 *Idem*, p. 180

8 NOVOTNY, Helga et al., op. cit.

9 WOLTON, Dominique. L'époque où les sciences restaient hors de l'espace public est terminée. *Le prisme des idées*, n. 1, 2008.

10 SAREWITZ, Danielle. How science makes environmental controversies worse. *Environmental Science and Policy*, n. 7, p. 386, 2004. (Traduction libre).

11 DOUGLAS, Mary, WILDAVSKY Aaron, op. cit.

12 THOMPSON, Michael, 1998, p. 338.

13 DOUGLAS, Mary, WILDAVSKY Aaron, op. cit.

14 En cela, l'utilisation ici du terme de globalisation proposé par certains (qui n'est pas simplement un emprunt au terme anglais *globalization*, mais recouvre plutôt un niveau d'interdépendance que nous ne croyons pas atteint pour le moment), n'est selon nous pas justifié.

15 NOVOTNY, Helga ; SCOTT Peter ; GIBBONS Michael. *Repenser la science*. Paris: Berlin, 2003 (2001).

16 WEAVER, Warren; SHANNON Claude, *Théorie mathématique de la communication*, Retz, 1975 (1949).

17 PERRIAULT, Jacques ; JUANALS Brigitte. Les systèmes d'information en milieu désorganisé: pour une mobilisation de ressources en ligne dans des situations d'urgence. In: VIEIRA Lise, PINEDE-WOJCIECHOWSKI (direction), *Enjeux et usages sociaux des T.I.C: aspects sociaux et culturels*, Conférence inaugurale, Tome I GRESIC. Bordeaux: Université Michel de Montaigne, 3 septembre 2005.

18 WOLTON, Dominique, L'espace public, un concept à retravailler, *Études*, 1996.

19 DOUGLAS, Mary, *De la souillure. Essai sur les notions de pollution et de tabou*. Paris: La Découverte & Syros, 2001 (1967).

20 CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005, p. 155.

21 RAYNER, Steve. The novelty trap. *Industry and higher education*, décembre 2004, p. 352, (Traduction libre).

22 BARTHES, Roland. La guerre des langages. In: *Le bruissement de la langue. Essais critiques IV*. Seuil (Points), 1973 (1984), p.135-136.

23 _____. La division des langages, In: *Le bruissement de la langue. Essais critiques IV*. Paris: Seuil (Points), 1973 (1984), p.131.

24 *Idem*, p. 130-131.

25 BURKE, Kenneth, *The philosophy of literary form*. Berkeley: University of California Press, 1974.

26 BARTHES, Roland, op. cit., p. 136.

27 AGAMBEN, Giorgio, *Signatura rerum. De la méthode en sciences humaines*, Vrin, 2007.

28 BAUMAN, Zygmunt. Pouvoir et insécurité. Une généalogie de la peur officielle, *Esprit*, novembre 2003.

29 HEGEL, *Principes de la philosophie du droit*, § 268.

30 CALLON, Michel; LASCOUMES Pierre ; BARTHES Yannick. *Agir dans un monde incertain*. Essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, 2001, p. 23.

31 DELMAS-MARTY, Mireille. *Les forces imaginantes du droit*. Pour un pluralisme ordonné. Tome 2, La couleur des idées, 2006.

32 JONES, Kent, op. cit.

33 THOMPSON, Michael, 1998.

34 HELLSTEN, Ivana. The politics of metaphor: biotechnology and biodiversity. In *The Media*, 2002, p. 5, Retrieved January 11, 2005, from <http://acta.uta.fi>.

- 35 ALMEIDA, Nicole D'. De l'Environnement au Développement Durable: l'institution d'une problématique, Université de Bordeaux III. *Communication & Organisations*, n. 26, février 2005.
- 36 ALMEIDA, Nicole D'. Le développement durable entre temps court et temps long, entre principe de gestion et principe de discussion, *Communication & Organisation*, Bordeaux, n.29, juin 2006.
- 37 On parle ainsi de la démocratie technique comme la *démocratisation de la démocratie* (CALLON, Michel ; LASCOUMES, Pierre ; BARTHES, Yannick. *Agir dans un monde incertain*: essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, 2001, p. 26).
- 38 NELKIN, Dorothy. *The language of risk*, Beverly Hills: Sage, 1985, p. 11-12.
- 39 MONOYER-SMITH, Laurence. Nouveaux dispositifs de concertation et formes de controverses: le choix d'un troisième aéroport pour Paris, *Projet de recherche concertation, décision et environnement: quel place et quel impact sur le NTIC*, Rapport Final, http://www.lcp.cnrs.fr/pdf/Rap_Ducsai3.pdf, avril 2005.
- 40 CALLON, Michel ; LASCOUMES, Pierre ; BARTHES, Yannick, 2001, p. 23-24.
- 41 Improving risk communication, *Working papers for the committee on risk perception and communication*, National Research Council, 1989.
- 42 OTWAY, Harry, Experts, risk communication and democracy, *Risk Analysis*, n. 7 vol. 2, p. 125-29, 1987.
- 43 THOMPSON, Michael; RAYNER, Steve, Risk governance part I: the discourses of climate change, *Government and opposition*, n. 33 vol. 2, p. 330-354, 1998.
- 44 CALLON, Michel ; LASCOUMES, Pierre ; BARTHES, Yannick, 2001, p. 59.
- 45 Ibidem, p. 55.
- 46 CALLON, Michel ; LASCOUMES, Pierre ; BARTHES, Yannick, 2001, p. 55.
- 47 Idem, p. 13. Citation des propos de M. Kiba, intervenant au symposium public de présentation des conclusions de la première conférence de consensus japonaise sur la thérapie génique, Nara, Japon.
- 48 COTGROVE, Stephen, *Catastrophe or Cornucopian*: the environment, politics and the future. New York: John Wiley & Son, New York, 1982.
- 49 BURKE, Kenneth, 1974, op. cit., p. 139, (traduction libre).
- 50 Dans l'année qui a suivi sa création, l'OMC a rendu trois décisions d'arbitrage sur des cas complexes et controversés – tel que l'embargo européen sur la viande de bœuf traitée aux hormones, l'embargo australien sur le saumon frais, réfrigéré et congelé, et l'embargo japonais sur les produits agricoles – dont la résolution nécessitait une expertise scientifique.
- 51 Selon le principe d'équivalence substantielle, un OGM/PGM est présumé identique en tous points au même organisme non-modifié, jusqu'à preuve du contraire.
- 52 Le principe de précaution est intégré à de nombreux accords environnementaux et sa définition exacte chaque fois diffère.
- 53 Article 10.6 du protocole de Carthagène: l'absence de certitude scientifique due à l'insuffisance des informations et connaissances scientifiques pertinentes concernant l'étendue des effets défavorables potentiels d'un organisme vivant modifié sur la conservation et l'utilisation durable de la diversité biologique dans la Partie importatrice, y compris

les risques pour la santé humaine, n'empêche pas cette Partie de prendre ... une décision concernant l'importation de l'organisme vivant modifié en question ... pour éviter ou réduire au minimum ces effets défavorables potentiels.

54 General Agreement on Tariff and Trade, conclu en 1944 et en vigueur depuis 1948.

55 Accord sur les Mesures Sanitaires et Phytosanitaires.

56 L'organisation OMC a été créée en 1998 au terme du cycle d'Uruguay visant à amender et élargir le GATT de 1944 ; L'OMC est garante de l'application des dispositions du GATT 1998.

57 POLI, Sara, The European Community and the adoption of food safety standards within the Codex Alimentarius Commission, *European Law Journal*, n° 10 vol. 5, p. 613-630.

58 La directive 2001/18/CE régit les disséminations volontaires d'OGM/PGM dans l'environnement soit à des fins expérimentales, soit pour leur mise en marché à des fins commerciales ou agricoles. Le règlement 1823/2003/CE régit les mises sur le marché d'aliments OGM/PGM destinés à l'alimentation humaine ou animale.

59 Dispositions prévues par les règlements 1823/2003/CE et 1830/2003/CE.

60 MAGUIRE Steve, ELLIS, Jaye. The precautionary principle: an introduction with implications for risk communication. In: O'HAIR, Dan, HEATH, Robert (dir.), *Handbook of crisis and risk communication*, Lawrence Erlbaum Associates, Mahwah, New Jersey, à paraître.

61 GRAHAM, John; HSIA, Susan, Europe's precautionary principle: promises and pitfalls, *Journal of risk research*, n.5 vol. 4, p. 371-390, 2002.

62 ANDREE, Peter. The Cartagena protocol on biosafety and shifts in the discourse of precaution", *Global Environmental Politics*, n. 5 vol. 4, 2005, p.25-46.

63 GRAHAM, John, HSIA Susan, *op. cit.*

64 MAGUIRE, Steve; ELLIS, Jaye, The precautionary principle: an introduction with implications for risk communication. In: O'HAIR Dan, HEATH Robert (dir.), *Handbook of crisis and risk communication*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2008

65 JONES, Kent, *Who's afraid of the WTO?*, Oxford University Press, New York, 2004 ; BERTRAND Agnès, KALAFATIDES Larence, *L'OMC, le pouvoir invisible*, Fayard, 2002

66 ROBERTSON, David. Accounting for risk in trade agreements. In: ROBERTSON David; KELLOW Aynsley (dir.), *Globalization and the environmen: risk assessment and the WTO*, Northampton: Edward Elgar, 2001, p. 207-226.

67 Stipulé par l'article 5.7 de l'Accord SPS: Dans le cas où les preuves scientifiques pertinentes seront insuffisantes, un Membre pourra provisoirement adopter des mesures sanitaires ou phytosanitaires sur la base des renseignements pertinents disponibles, y compris ceux qui émanent des organisations internationales compétentes ainsi que ceux qui découlent des mesures sanitaires ou phytosanitaires appliquées par d'autres membres. Dans de telles circonstances, les Membres s'efforceront d'obtenir des renseignements additionnels nécessaires pour procéder à une évaluation plus objective du risque et examineront en conséquence la mesure sanitaire ou phytosanitaire dans un délai raisonnable.

68 BECK, Ulrich, *La société du risque: sur la voie d'une autre modernité* Paris: Aubier, 1986 (Tradução, 2001)

REFERENCES

- ABELES, Marc. *Politique de la survie*, Flammarion, 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. *Signatura rerum. Sur la méthode*, Vrin, 2008.
- ANDREE, Peter. The Cartagena protocol on biosafety and shifts in the discourse of precaution, *Global Environmental Politics*, n.5 vol. 4, p. 25-46, 2005.
- ALMEIDA, Nicole D', *Les promesses de la communication*, Presses Universitaires de France, 2002 (1ère édition).
- _____. De l'Environnement au Développement Durable: l'institution d'une problématique, Université de Bordeaux III, *Communication & Organisations*, n. 26, février 2005.
- _____. Le développement durable entre temps court et temps long, entre principe de gestion et principe de discussion, *Communication & Organisation*, Bordeaux, n. 29, juin 2006.
- _____. *La société du jugement*. Essais sur les nouveaux pouvoirs de l'opinion, Armand Collin, 2007
- BARTHE, Yannick. *Pouvoir d'indécision: La mise en politique des déchets nucléaires*. Paris: Economica, 2006.
- BARTHES, Roland. La guerre des langages. In: *Le bruissement de la langue. Essais critiques IV*. Paris: Seuil (Points), 1973 (1984), p.135-136.
- _____. La division des langages, In: *Le bruissement de la langue. Essais critiques IV*. Paris: Seuil (Points), 1973 (1984), p.131.
- BAUMAN, Zygmunt. Pouvoir et insécurité. Une généalogie de la peur officielle, *Esprit*, novembre 2003.
- _____. *Le présent liquide. Peurs sociales et obsession sécuritaire*. Paris: Seuil, 2007.
- BECK, Ulrich, *La société du risque: sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Aubier, 1986 (trad. 2001).
- BERTRAND, Agnès; KALAFATIDES, Laurence. *OMC, le pouvoir invisible*. Paris: Fayard, 2002.
- BURKE, Kenneth. *The philosophy of literary form*. Berkeley: University of California Press, 1974.
- CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHES, Yannick. *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.
- COTGROVE, Stephen, *Catastrophe or Cornucopian: the environment, politics and the future*. New York: John Wiley & Son, 1982.
- DELMAS-MARTY, Mireille. *Les forces imaginantes du droit*. Pour un pluralisme ordonné. Tome 2. Paris: Seuil (La couleur des idées), 2006.
- DOUGLAS, Mary. *De la souillure*. Essai sur les notions de pollution et de tabou. Paris: La Découverte & Syros, 1967 (Tradução, 2001).
- _____. *Comment pensent les institutions*, La Découverte (Sciences Humaines et Sociales), Paris, 1986 (Tradução, 2004).

- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- GRABNER, Petra; HAMPEL, Jürgen; LINDSEY, Nicola et TORGERSEN, Helge. Biopolitical diversity: the challenge of multilevel policy-making. In: GASKELL, George et BAUER, Martin W. (dir.), *Biotechnology 1996-2000: the years of the controversy*. London: Science Museum Publications, 2001, p. 15-33.
- GRAHAM, John; HSIA, Susan. Europe's precautionary principle: promises and pitfalls, *Journal of risk research*, n.5 vol. 4, p.371-390, 2002.
- HEGEL, Friedrich. *Principes de la philosophie du droit*, 1821.
- HELLSTEN, Ivana (2002). *The politics of metaphor: biotechnology and biodiversity in the Media*, 2002, p. 5, Retrieved January 11, 2005, from <http://acta.uta.fi>.
- JONES, Kent. *Who's afraid of the WTO?* New York: Oxford University Press, 2004.
- LAGADEC, Patrick. *Le risque majeur*, Pergamon, 1981.
- LUHMANN, Niklas. *Risk: a sociological theory*. Berlin: Walter de Gruyter, 1993.
- _____. Globalization or world society: How to conceive of modern society? *International review of sociology*, vol. 7, n.1, mars 1997.
- MAGUIRE, Steve; ELLIS Jaye. The precautionary principle: an introduction with implications for risk communication. In: O'HAIR Dan, HEATH Robert (dir.). *Handbook of crisis and risk communication*, Lawrence Erlbaum Associates, Mahwah, New Jersey, USA, 2008.
- MULLER, Brigitte. Ça c'est la démocratie!. Mise en scène d'un contre-pouvoir lors du sommet de Seattle, *Socio-anthropologie*, n. 7, 2000.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL. Improving risk communication, *Working papers for the committee on risk perception and communication*, 1989.
- NELKIN, Dorothy. *The language of risk*. Beverly Hills, USA: Sage, 1985.
- NOVOTNY, Helga; SCOTT, Peter; GIBBONS, Michael. *Repenser la science*. Paris: Belin, 2001 (Tradução, 2003).
- OTWAY, Harry. Experts, risk communication and democracy. *Risk Analysis*, n. 7 vol. 2, p.125-129, 1987.
- PERRIAULT, Jacques; JUANALS, Brigitte. Les systèmes d'information en milieu désorganisé: pour une mobilisation de ressources en ligne dans des situations d'urgence, in VIEIRA Lise, PINEDE-WOJCIECHOWSKI (direction). *Enjeux et usages sociaux des T.I.C: aspects sociaux et culturels*, Conférence inaugurale, Tome I GRESI. Bordeaux, Université Michel de Montaigne, 3 septembre 2005.
- POLI, Sara. The European Community and the adoption of food safety standards within the Codex Alimentarius Commission, *European Law Journal*, n. 10 vol. 5, p. 613-630.
- RAYNER, Steve. Cultural theory and risk analysis. In: KRIMSKY Sheldon; GOLDING Dominic (dir.), *Social theories of risk*. Westport: Preager Publishers,, p. 83-115, 1992.
- _____. The novelty trap, *Industry and higher education*, décembre 2004.
- ROBERTSON, David. Accounting for risk in trade agreements. In: ROBERTSON, David; KELLOW, Aynsley (dir.). *Globalization and the environment: risk assessment and the WTO*. Northampton: Edward Elgar, Australie, 2001, p. 207-226.

- SAREWITZ, Danielle. How science makes environmental controversies worse. *Environmental Science and Policy*, n. 7, 2004.
- SCHWARZ, Michiel; THOMPSON, Michael. *Divided we stand*. Philadelphie: University of Pennsylvania Press, 1990.
- THOMPSON, Michael; RAYNER Steve. Risk governance part I: the discourses of climate change, *Government and opposition*, n. 33, vol. 2, p.330-354, 1998.
- THOMPSON, MICHAEL; RAYNER Steve; NEY, S. Risk and governance part II: Policy in a complex and plurally perceived world, *Government and Opposition*, n. 33, vol. 2, p.330-354, 1998.
- THOMPSON, Michael. *The case for clumsiness*, Oxford University Press, GB, 2006.
- WEAVER, Warren; SHANNON, Claude. *Théorie mathématique de la communication*, Retz, 1949. (Tradução, 1975).
- WYNNE, Brian, *risk management of hazardous waste: implementation and the dialectics of credibility*, New York: Sprinter-Verlag, 1987.
- WOLTON, Dominique. L'espace public, un concept à retravailler, *Études*, 1996.
- _____. De la vulgarisation à la communication, *Hermès*, n.21, 1997.
- _____. *L'autre mondialisation*. Paris: Fayard, 2005.
- _____. L'époque où les sciences restaient hors de l'espace public est terminée, *Le prisme des idées*, n.1, 2008.
- _____. *McLuhan ne répond plus*. Communiquer c'est cohabiter. Paris: L'Aube, 2009.

Accords internationaux et communautaires

Charte des Nations Unies.

Communautés Européenne, règlements 1823/2003/CE et 1830/2003/CE.

Organisation des Nations Unies, protocole de Carthagène.

Organisation Mondiale du Commerce, *General Agreement on Tariff and Trade* et Accord sur les Mesures. Sanitaires et Phytosanitaires (Accord SPS).

O outro é o meu espelho:
análise das esferas pública e
privada, na sociedade
informatizada, a partir de
um estudo de caso¹

The other is my mirror: Analysis
of public and private areas in
information society from a case study

Marta Helena Dornelles TEJERA

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS – Porto Alegre / RS - Brasil

E-mail: martatejera@cpovo.net

RESUMO

Este ensaio pretende, com base na análise de um estudo de caso, observar de que maneira as esferas pública e privada estão manifestas na sociedade contemporânea, que tem as tecnologias da informação como mediadoras das relações sociais, além de forte meio de expressão da maneira como estas relações se estabelecem. A partir da análise do *blog* francês *Désordre*, e da proposta de um diálogo entre vários autores que estudam os fenômenos da atualidade, pretende-se apontar novas indagações e alguns caminhos a respeito das esferas pública e privada.

PALAVRAS-CHAVE: tecnologias – pós-modernidade – blogs – público e privado.

ABSTRACT

From the analysis of a case study, this essay tries to observe how public and private areas perform in the contemporary society that has information technology as mediators in social relations, moreover, a strong means of expressions on how these relations are established. From analyzing a French blog *Désordre* and proposing a dialogue among various authors who study current phenomena, we intend to point out questions and some paths concerning public and private spheres.

KEY WORDS: technologies – post modern – blogs – public and private

A privacidade morreu². A afirmação demonstra a percepção de alguns teóricos sobre a esfera privada na atualidade. A questão está relacionada ao fortalecimento e à democratização das tecnologias da informação e à facilidade com que, nos dias de hoje, tudo pode ser posto em cena. Seguindo esse raciocínio, a sensação de privacidade invadida – que algumas práticas em meios como a Internet podem oferecer – corre o risco de revelar-se um sentimento datado, localizado mais ou menos entre o período pós-revolução industrial e a alvorada do século XXI. Não são poucos os indícios que o privado, como existia até aqui, feneceu. É como se todos os acontecimentos do cotidiano merecessem ser tornados públicos, para, no olhar alheio, ganhar a conotação de realidade.

Michel Maffesoli (2005, p. 161) aposta no começo (ou recomeço) de um outro tempo, em que não há espaço para uma vida privada nos moldes conhecidos e que tem, nas tecnologias da comunicação, o papel de provocadoras deste transe coletivo que anuncia outro momento. A compreensão dos fenômenos da atualidade no que diz respeito às manifestações das esferas pública e privada passa necessariamente pelo recorte de uma fatia de realidade que permita refletir sobre o formato que essas instâncias adquirem na pós-modernidade.

Como sugere Maffesoli (1998, p.31), não há nada de muito novo na história humana. De maneira geral, os eventos ocorrem de forma cíclica, circular, sempre promovendo o retorno ao que já foi visto. No caso da pós-modernidade, o aspecto inédito ficaria por conta das novas tecnologias e das relações que o homem estabelece a partir destas ferramentas. Promover um recorte de realidade para melhor analisar as manifestações públicas e privadas na contemporaneidade exige, portanto, uma conexão direta com as ferramentas tecnológicas incorporadas ao cotidiano.

Os *weblogs*, por serem de uma das formas de expressão dos indivíduos na atualidade, podem ser considerados como um dos objetos ideais para perce-

ber essa renovada expressão na esfera pública. Além de propiciar farto material para análise – o relatório de 2008 da empresa Technorati demonstra que, naquele ano, existiam 133 milhões de *weblogs* no seu índice – estes espaços revelam aspectos interessantes e consideráveis acerca do indivíduo narcísico proposto por Lipovetsky (1989). Na blogosfera são muitas as pistas deste Narciso pós-moderno, que permitem a exploração de questões pertinentes e diretamente associadas à ideia de privacidade nos dias que correm.

Afinal, nestes diários *on-line*, de que forma o cidadão contemporâneo se expõe? Trata-se de uma exposição real ou sujeita a edições? Como este biógrafo de si interage com seus leitores? Qual o valor que os *bloggers* concedem aos espaços público e privado e como administram as possíveis invasões de privacidade? E por que escolhem revelar aspectos íntimos ao público, em vez de guardar os escritos de uma vida pessoal de forma reservada?

De fato, os *weblogs* se mostram como uma das manifestações mais interessantes do sujeito contemporâneo. A explosão dos *weblogs* no mundo todo – um movimento crescente evidenciado a partir dos anos 90 – registra uma nova dimensão da escrita íntima e, portanto, da privacidade. O ato de redigir as memórias diárias na Internet é revelador da identidade do homem pós-moderno e das relações que estabelece entre o público e o privado.

No caso deste ensaio, o *weblog* que servirá para ilustrar a compreensão do público e do privado não será um modelo vinculado a um caráter jornalístico ou que revela notadamente interesses comerciais. O exemplo escolhido para esta análise pretende o registro puro e simples do íntimo, tendo a Internet como ferramenta.

Antes, no entanto, cabe lembrar que a escrita nos *weblog* obedece a rituais diferentes daqueles verificados na escrita tradicional (em papel), isso porque o fato de ser um texto escrito e imediatamente publicado oferece um novo e importante diferencial: a possibilidade de um intercâmbio automático entre autor-leitor. Pierre Lévy é um dos autores que celebra esta possibilidade.

[...] o ciberespaço é justamente uma alternativa para as mídias de massa clássicas. De fato, permite que os indivíduos e os grupos encontrem as informações que lhes interessam e também que difundam sua versão dos fatos (inclusive com imagens) sem passar pela intermediação dos jornalistas. O ciberespaço

encoraja uma troca recíproca e comunitária, enquanto que as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros. (1999, p. 203)

Philippe Lejeune³ percebe na escrita eletrônica dos weblogs dois aspectos merecedores de destaque pelo diferencial que apontam. O primeiro diz respeito ao modo totalmente novo como ocorre a leitura. Essa é a primeira vez em que o leitor pode ler ao ritmo da escrita. Em geral, conforme constatação de Lejeune, o leitor que acompanha diariamente um determinado weblog lê um post e para, retomando no dia seguinte, quando deve haver um novo texto publicado. Isso faz com que os leitores participem do que Lejeune chama de “temporalidade da escrita”. O segundo aspecto está relacionado ao fato de que os diários de Internet são escritos para serem imediatamente lidos, o que, na opinião do autor, pode ser um fator positivo ou negativo. Esse fator, de acordo com Lejeune, acaba propondo muitas vezes uma teatralização do eu, especialmente nos diários on-line, algo não evidenciado na escrita de si mesmo que não visa a nenhum leitor.

De maneira geral, convencionou-se associar a expressão blog ou weblog aos diários on-line, mesmo que hoje em dia estes espaços estejam vinculados a todo o tipo de interesse: pessoal, profissional, etc. De qualquer forma, na origem, a expressão *weblog* começou tendo relação com diário íntimo na Internet, uma vez que foi assim que o internauta norte-americano John Barger chamou seu diário pessoal na rede.

Schittine (2004, p. 12) demonstra que a palavra weblog é uma contração das palavras *web* (página da Internet) e *log* (diário de bordo).

O modelo que aqui analisaremos é o desenvolvido pelo *blogger* francês Philippe de Jonckheere⁴, usuário que define a expressão weblog a partir do cruzamento de três palavras: diário, memória e crônica, na medida em que os diaristas da Internet se utilizam destes três elementos na composição dos blogs. É bem verdade que o registro cotidiano de muitos *bloggers* se aproxima dos diários tão em voga no século XIX, que relatavam os feitos do dia a dia, valendo-se, muitas vezes, da ideia de que são realizados para preservar a memória e são redigidos, em geral, no formato de crônica do cotidiano.

Jonckeheere afirma em seu *blog*, *Désordre*, que existem duas formas de utilizar este registro do cotidiano na Internet. Uma maneira, que é privada e que, por isso mesmo, pouco difere dos diários escritos no papel. Neste caso, o *blogger* utiliza a capacidade de estocagem do seu servidor para salvar seus registros que, na verdade, tem caráter confidencial, sem permissão de acesso a terceiros ou com permissão restrita para portadores de uma senha. Assim, o *blogger* se aproxima daquelas pessoas que redigem seus diários com finalidade privadas, mesmo que o faça de maneira muito mais contemporânea, ao utilizar um suporte tecnológico. Na opinião de Jonckheere, este formato é suicida, uma vez que a Internet não é, de forma alguma, o melhor território para manter informações em caráter sigiloso. O outro formato, escolha de Jonckheere, é o *blog* que, mesmo escrito como um diário íntimo, é tornado público. Este tipo é feito pelo “cronista em rede”, o sujeito que escolhe divulgar seus feitos, suas opiniões sobre os fatos do seu cotidiano para todos os que têm acesso à Internet.

Conforme Philippe de Jonckheere⁵, sua motivação pessoal para ter um weblog no formato de diário íntimo é bastante antiga. Já em 1994⁶, Jonckheere mantinha uma espécie de crônica fotográfica feita a partir de um autor-retrato diário em Polaroid. Este *blog* mais rudimentar durou até 1998, dando lugar ao atual *Désordre*. O interesse em manter um diário de caráter público, que apresenta muito da intimidade do autor, está no fato, conforme Jonckheere, de que essa ferramenta se mostra bastante eficiente quando o interesse é preservar a memória, não somente a memória individual, mas também auxiliar na constituição de uma memória coletiva. Ou seja, conforme explicação contida em *Désordre*, os posts auxiliam a “salvaguardar do tempo os registros da memória que seriam engolidos pela massa dos dias que sucedem”.

A contribuição de Jonckheere para construir o que ele denomina de memória coletiva é farta. Em *Désordre*, ele explora bem mais do que o trabalho com imagens que foi o carro-chefe do primeiro blog, o Poula Journal. *Désordre* é carregado de *links que apresentam textos extensos dando conta de impressões muito particulares* do autor a respeito dos mais variados temas: problemas familiares, arte, viagens, desacertos no trabalho, política mundial e nacional, reflexões sobre a prática do *blogging*.

Lembrando os escritos de bons memorialistas, Jonckheere revela, em seus textos publicados em *Désordre*, a capacidade de expor ao olhar de quem quer que sejam seus leitores, todas as facetas do seu habitat e as personagens que compõem essa vida real. Reflexões sobre temas corriqueiros que se mostram existenciais sob a forma de textos ou fotografias, fazem de *Désordre* um signo da pós-modernidade, ilustrando uma nova socialidade, uma nova axiologia e o fim de princípios em uso especialmente no século XIX, a idade de ouro do privado. Valendo-se da observação deste *blog*, pode-se afirmar que a questão do segredo, do íntimo como sinônimo de privado e de todo um conjunto de ideias que mostravam que a vida privada deve ser murada, é um formato social que entrou em desuso.

Afinal, “navegar” em *Désordre* é como entrar na casa de Jonckheere e conhecer sua família e, muito menos do que uma visita, com as formalidades e regras de conduta que ela impõe, agir como um criado de quarto, aquele para quem não existem segredos, nem heróis. É assim que se sabe dos problemas e das alegrias que fazem essa existência exposta ao olhar público: as dificuldades na infância com a mãe depressiva, o irmão autista, o nascimento dos filhos, a relação com a esposa, o autismo do segundo filho e as cartas que envolvem o caso, como aquelas endereçadas à escola, ao psiquiatra, aos pais de outras crianças, a depressão do próprio autor, seu trabalho na IBM. Altos e baixos de uma vida comum, porém bem documentada, fartamente registrada e tornada pública como a de uma celebridade.

O que há em *Désordre* que o aproxima tanto da ideia de pós-modernidade? De certa forma, a certeza de que a vida real, a vida como ela é, surge como o melhor a ser consumido através das facilidades das tecnologias da informação. Esta ideia é reveladora das transformações que ocorrem no jogo social. Nada mais é secreto. Como sugere Baudrillard (2001, p. 35), o momento atual é de ausência de dramaturgia, de jogo cênico, fazendo pensar para onde foram, afinal, o segredo e o muro da existência privada. Conforme explica o autor, o homem contemporâneo está em cena. Mas ele está em cena enquanto personagem da vida real, livre de qualquer encenação, totalmente exposto, sem qualquer possibilidade de teatralização.

O espetáculo tem ligação com a cena. Em compensação, quando se está na obscenidade, não há mais cena, jogo, o distanciamento do olhar se extingue. Por exemplo, o pornográfico: é claro que aí temos o corpo por inteiro, realizado. Talvez a definição de obscenidade seria, pois, a de tornar real, absolutamente real, alguma coisa que até então era metafórica ou tinha uma dimensão metafórica. A sexualidade sempre tem – tal como a sedução – uma dimensão metafórica. Na obscenidade, os corpos, os órgãos sexuais, o ato sexual, não está mais ‘posto em cena’, e sim, grosseira e imediatamente, dados a ver, isto é, a devorar, são absorvidos e reabsorvidos no mesmo ato. É um acting out total de coisas que, em princípio, seriam objeto de uma dramaturgia, de uma cena, de um jogo entre parceiros. Aí, não há jogo algum. Não há dialética, nem distanciamento, apenas uma colusão total dos elementos. (BAUDRILLARD, 2001, p. 29-30)

A explicação de Baudrillard (2001, p. 30) para o que ele chama de “obsценidade” se estende à questão da mediatização, da informação que enfatiza o real e que aproxima as pontas do processo informacional: emissor e receptor. Conforme Baudrillard, quando existe essa aproximação exacerbada, somada à ênfase na realidade concreta, “estamos na obscenidade”.

Vídeo, tela interativa, multimídia, Internet, realidade virtual: a interatividade nos ameaça de toda a parte. Por tudo, mistura-se o que era separado; por tudo, a distância é abolida: entre os sexos entre os polos opostos, entre o palco e a plateia, entre os protagonistas da ação, entre o sujeito e o objeto, entre o real e o seu duplo. Essa confusão dos termos e essa colisão dos polos fazem com que, em mais nenhum lugar, haja a possibilidade do juízo do valor: nem em arte, nem em moral, nem em política. Pela abolição da distância, do ‘pathos da distância’, tudo se torna irrefutável. Até no domínio da física: a demasiada proximidade do receptor e da fonte de emissão cria um efeito Larsen que confunde as ondas. A excessiva proximidade do acontecimento e de sua difusão em tempo real cria a indemonstrabilidade, a virtualidade do acontecimento que lhe retira a dimensão histórica e o subtrai à memória. (BAUDRILLARD, 1999, p.145-146)

Se observarmos as expressões atuais na Internet a partir das lentes de Lipovetsky (2004, p.27), no entanto, teremos uma interpretação um pouco mais suavizada de práticas como o blogging de Jonckheere. O blogger seria apenas o exemplo da sociedade pós-moralista descrita por Lipovetsky (2004, p. 27), o que não chega a ser negativo. “Sociedade pós-moralista, não sociedade pós-

moral; a sociedade que exalta mais os desejos, o ego, a felicidade, o bem-estar individual, do que o ideal de abnegação”.

Ou seja, pouco importa o que será pensado ou dito a respeito dos *posts* do *blogger* sobre esse ou aquele tema, se for do interesse do autor, se for contribuir para sua satisfação individual, por que não? Nada das boas maneiras típicas do século XIX. Nada do jogo cênico da civilidade vitoriana.

Para Lipovetsky (2004, p. 28), as manifestações sociais contemporâneas, e os *weblogs* são exemplos delas, não são imorais, mas sim dotadas de uma outra moral, “interpessoal e emocional, indolor e não imperativa, uma moral adaptada aos novos valores de autonomia individualista”. Uma moral que não está subordinada à ideia de “você deve fazer isso...”, que não enaltece o sacrifício e a abnegação.

Sociedade pós-moralista é a designação de uma época em que o sentido do dever é edulcorado e debilitado, em que a noção do sacrifício pessoal perdeu sua justificação social, em que a moral já não exige o devotamento a um fim superior, em que os direitos subjetivos preponderam sobre os mandamentos imperativos, em que as lições de moral são encobertas pelo fulgor de uma vida melhor, do irradiante sol das férias de verão, do banal passatempo das mídias. (2005, p. 27)

Baudrillard (2001, p. 62), por seu turno, sugere que na atualidade o que “fundamenta a noção de ‘indivíduo’ não é mais o sujeito filosófico ou o sujeito crítico da história; é uma molécula admiravelmente operacional, mas entregue a si mesma [...]”. O autor (2002, p.53) explica que uma das características do sujeito contemporâneo é mesmo o fato de estar abandonado à sua própria sorte, fadado a uma liberdade que, muitas vezes, pode ser catastrófica. Antes o sujeito era importante o suficiente para ser disputado por Deus e por Satã. “Hoje nossa salvação compete a nós”. O estado atual é chamado por Baudrillard (2002, p. 53-54), de “liberação” e não libertação. Uma situação em que o homem estaria fechado em si, condenado a uma identidade sem fim, de expressão fractal. Além disso, Baudrillard (2002, p. 24) observa que a situação atual está além da crise, que seria o questionamento e o tensionamento da ordem vigente. Hoje há um desregramento completo disfarçado de liberdade. Ninguém pode dizer com precisão quais são as regras do jogo.

As regras de ontem já não têm valor. As regras de hoje não são totalmente conhecidas. Para Baudrillard (2002, p. 55) restou ao homem, entregue a sua própria sorte, o que ele chama de experimentação consigo mesmo, tanto que o sujeito acaba por cair na banalidade, completamente apartado de qualquer metáfora salvadora.

Com Baudrillard, pode-se dizer que a expressão de Jonckheere em seu *blog Désordre* é característica da queda do homem na banalização. O próprio Jonckheere se encaixaria no que Baudrillard chama de “ausência do jogo cênico”, ao declarar que *Désordre* não contém nada além do que possa haver na vida de qualquer outra pessoa, apenas registros de uma existência retilínea. O motivo para mantê-lo, além de auxiliar na constituição do que Jonckheere chama de memória coletiva, também pode ser de forma subjetiva, a fragilidade do sujeito contemporâneo, descrita por Lipovetsky. Depois da morte de Deus, resta ao homem da atualidade se agarrar ao coletivo, mesmo que ao coletivo virtual, para enfrentar a dureza do cotidiano. Talvez por isso *Désordre*, algumas vezes, se mostre como uma catarse individual que busca eco nas manifestações dos leitores. É como se a Internet, na pós-modernidade, substituisse o papel que no passado já foi exercido como muita força pela Igreja.

Um exemplo desta catarse em *Désordre* é, justamente, um dos temas mais caros ao autor: o autismo de seu filho Nathan. A exposição do caso, conforme Jonckheere⁷, tem um caráter de mão dupla: pedir ajuda e oferecer ajuda. Ao escrever de forma sincera sobre o tema, Jonckheere discute publicamente um tema que o angustia, produzindo identificação com muitos leitores. A franqueza nos relatos passa por aspectos que normalmente são sublimados em questões deste gênero, como sentimento de vergonha para quem tem um familiar com autismo:

Vergonha desta criança, da nossa criança, cujo comportamento é totalmente errático de tempos em tempos. Vergonha de que não possa brincar como os outros, obedecer como os outros, e mesmo que os ‘outros’ jamais me tenham interessado. É terrível este sentimento de vergonha porque ele o percebe em todo mundo, ele sabe que provoca vergonha, que ele inspira a vergonha e diante desse sentimento ele se ressent. Mas ter vergonha da sua criança. Ter vergonha de Nathan. Como isso é possível? Eu tenho vergonha de mim mesmo. (*La Parole de Nathan*. Disponível em::: www.desordre.net)

A discussão em torno do problema do autismo e sua repercussão em várias instâncias envolvidas no caso são publicadas no *blog* de Jonckheere. E é assim que as correspondências enviadas ou recebidas acerca do tema estão postadas em *Désordre*, como no caso da carta endereçada aos pais dos colegas de classe de Nathan, em uma escola regular de Fontenay-sous-Bois:

Caros Pais,

Há na classe de seu filho uma outra criança um pouco particular, nos referimos ao nosso menino, Nathan de Jonckheere. Nathan foi diagnosticado como autista. O autismo é uma doença neurológica que reagrupa numerosas síndromes, a mais conhecida é a de Kraner que é a daquelas crianças muito quietas e isoladas. Nathan, felizmente, não revela a priori características dessa categoria, mas uma forma mais leve da doença [...] Até o momento nós temos escolhido manter Nathan em uma escola clássica porque é para ele a melhor possibilidade de um desenvolvimento harmonioso. Isso não acontece de maneira isolada, no ano passado Nathan foi acompanhado por um assistente social que lhe era inteiramente dedicado. Neste ano ele será beneficiado por uma pessoa que vai se dedicar ao seu problema durante 4h30min por semana. No último Nathan foi atendido por um psicólogo do Centro Médico-Psicológico da cidade. Este ano um psicólogo especializado em psicomotricidade e um fonoaudiólogo vão acompanhá-lo no CMP. O lugar de Nathan é verdadeiramente a escola. As crianças como Nathan, reagrupadas entre si, registram muitas vezes um agravamento de seus sintomas. Um dos aspectos mais necessários para um autista é a relação social [...] Nós estamos conscientes que suas crianças podem questioná-los, assim como a equipe da escola, a responder sobre essas questões. Para tanto nós enviamos à escola dois livros que as professoras vão fazer circular. Nós adoráramos que vocês reservassem um tempo e lessem esses livros para suas crianças, associando essas histórias ao nome de Nathan. Da mesma forma nos colocamos totalmente à disposição para esclarecer seus questionamentos sobre este assunto. É muito importante que Nathan se integre bem na turma, mas também é primordial que o seu filho não esteja desconfortável com ele. Cordialmente, Anne Verley e Philippe de Jonckheere. (Disponível em: www.desordre.net)

Em uma década de manutenção do *blog Désordre*, Jonckheere conseguiu reunir material o suficiente para manter abastecidos os seus, em média, 4 mil leitores diários. São centenas de textos, alguns muito longos que abordam toda a sorte de assuntos. Desde a cirurgia de hérnia de disco a que se submeteu, documentada através de imagens e texto, até o nascimento dos três filhos, vida sexual, receitas culinárias, crítica literária, de cinema e artes plásticas, experimentações fotográficas e exercícios de estilo, em que Jonckheere, al-

gumas vezes, utiliza o texto de um autor reconhecido, narrado em primeira pessoa e, a partir dele, cria outro, abordando em um pastiche temas pessoais como a morte do seu irmão.

Era 26 de julho de 1993, ao meio-dia, eu estava em minha casa em Paris, na avenida Daumesnil, o telefone tocou, minha ex-esposa atendeu, ela não compreendia o que a pessoa lhe dizia, ela me perguntou se eu podia atender à ligação. Era um vizinho de meus pais que me dizia que era preciso que eu fosse rápido à Grarches, que havia um problema. [...] Nós partimos rapidamente, eu dirigia como um louco, minha ex-mulher gritava para que eu diminuísse a velocidade, eu metia o pé no acelerador e lhe dizia para descer ou ficar quieta. [...] Nós chegamos à Garches vinte minutos depois. O vizinho nos esperava lá embaixo, eu lhe perguntei, “ele se matou?” Ele me respondeu com palavras que não faziam sentido [...] Fui procurar a zeladora, ela não podia me falar, ela me disse apenas, dolorosamente, “senhor De Jonckheere”, ela chorava, eu compreendi que ele estava morto. Eu subi. [...] O vizinho e minha ex-mulher me encontraram, todos os dois choravam. Eu os ignorei. [...] Minha mãe nos perguntou se nós poderíamos encontrar meu pai no final do dia, porque era necessário ir à delegacia de polícia. [...] Eu me lembro bem de a ter levado à delegacia. E que lá nós tínhamos prestado depoimento separadamente e que eu expliquei a um comissário de polícia que meu irmão era um suicida. Que ele havia tentado o suicídio inúmeras vezes. Foi esse inspetor que nos devolveu os objetos pessoais de Alain. Ele tinha fumo de rolo da marca Drum, folhas para cigarro da marca OCB e um isqueiro. [...]. Era incrível como todos esses objetos tão impessoais podiam estar completamente contaminados pelo seu cheiro. Foi a última vez que eu senti o cheiro de Alain [...]. (Disponível em: www.desordre.net)

Abordar problemas íntimos em um meio virtual de caráter público pode significar uma construção narcísica? Ou o contrário. De certa forma demonstra coragem insuspeita para tratar de assuntos, muitas vezes, delicados e propõe um recuo do individualismo irresponsável identificado em alguns momentos por Lipovestky (2004, p. 39), em que o cidadão, a partir de vivências próprias, passa a estabelecer vínculos construtivos com os outros. Expor problemas individuais pode ser gerador de mobilização, de “solidariedade inteligente”, de “busca de compromissos humanistas”. Se, por um lado, Jonckheere faz uma reflexão muito particular da questão do autismo, a partir das dificuldades enfrentadas por seu filho, por outro ele colabora para a discussão de práticas relacionadas às crianças portadoras de autismo.

A despeito da concepção de privacidade em vigor até recentemente, este gênero de exposição manifesta um lado positivo que, nas palavras de Lipovetsky (2004, p. 39), revela-se como uma “solidariedade inteligente”. Observando os escritos de Maffesoli (2005, p. 15), talvez seja possível perceber, na exposição de Jonckheere, uma necessidade de volta à ideia de socialidade arcaica, tribalista, que propõe um estar-junto aparentemente desordenado, uma forma próxima do naturalismo que se revela como uma maneira de expressar o vivido tão francamente que pode parecer sem requinte. Sendo assim, a exibição da intimidade é como o pavoneamento que serve apenas como modo de atrair para outros temas, mobilizadores. “Como numa aldeia, sabe-se tudo sobre todos e, a favor ou contra, vibra-se em uníssono em torno de sentimentos, emoções ou de outros afetos a partilhar” (2005, p. 144). Nesse sentido, blogs como o *Désordre* de Jonckheere podem ser considerados como sinais de um retorno urobórico a uma socialidade já vista em períodos anteriores, quando tornar público aspectos privados fazia parte do cotidiano e o acerto de contas da vida privada no âmbito público era moeda corrente.

Ao considerar o exemplo de *Désordre* e a exposição da intimidade, ainda que com zelo estético, pode-se mesmo pensar em uma retomada do modelo de vida pública em que o cidadão está posto à cena, em que os aspectos da existência privada são discutidos ou podem ser consumidos por todos, denotando certa desvalorização do formato da esfera privada observado, especialmente, no século XIX. Como afirma Maffesoli, existem movimento naturais que ocorrem de tempos em tempos. “Cada sociedade exterioriza-se, interioriza-se, num movimento sem fim que a faz ser o que é” (BAUDRILLARD, 1999, p. 145). Lembrando Sorokin, Maffesoli declara que existem momentos que são mais racionalistas e outros, sensualistas. Nenhum dos dois é totalmente puro ambos são híbridos.

Ora, é preciso notar que os períodos sensualistas não se reduzem aos sentidos, à sensualidade, ao sensível, mas, ao contrário, integram, ao lado desses parâmetros, a dimensão intelectual ou espiritual. É assim que, de minha parte, interpreto a admirável conjunção que se vê regularmente ressurgir, entre a exacerbação do corpo ou dos sentidos, e a da mística ou da religião *stricto sensu*: o

que me liga ao outro, o que me leva a me perder no outro. (BAUDRILLARD, 1999, p. 75)

Uma interpretação alicerçada em Platão, como explica Maffesoli (1999, p.8384), para quem é necessário primeiro ocupar-se de si, antes de ter condições de se ocupar dos outros. Somente o exercício de si mesmo pode levar à capacidade de exercitar o outro, inclusive em assuntos de notória alçada pública, como a política. Mas também “não se é inteiramente si mesmo se não graças aos outros” (MAFFESOLI, 1999, p. 91). E esse “se reconhecer” passa pelos pequenos feitos do cotidiano. Maffesoli (1998, p. 108) é um dos autores que vê autenticidade na superficialidade. É na vida do dia a dia que está oculta a profundidade das relações sociais, por isso o autor julga tão importante a observação da aparência. Uma análise oposta à crítica de Baudrillard, que verifica, nas práticas sociais contemporâneas, uma “compulsão fetal involutiva” que se revela na necessidade, cada vez maior, de saber tudo a respeito do outro.

Chamemos isso o acontecimento integral de uma sociedade doravante sem contrato, sem regras nem sistema de valores, além de uma cumplicidade reflexa, sem regra nem lógica, senão a de um contágio imediato, uma promiscuidade que nos mistura mutuamente num imenso ser indivisível. (BAUDRILLARD, 2004, p. 43)

Para Baudrillard (2004, p. 21), a exposição do privado que existe nos dias de hoje não é exatamente uma evidência de um “voyeurismo pornô”, porque o que o público deseja, em realidade, não é o sexo, mas a banalidade que, conforme o autor, é hoje, a verdadeira pornografia. Essa necessidade explicaria o sucesso dos *weblog* e outros produtos do gênero. Baudrillard (2004, p. 59) identifica, nesses fenômenos da pós-modernidade, além da ausência de metáfora, uma adesão voluntária a procedimentos que invertem o panoptismo.

Ou seja, enquanto espectador e espetáculo, o sujeito contemporâneo é o sequestrador de si mesmo. Ele não precisa ser controlado a partir de dispositivos adotados com esse fim, ele se expõe de bom grado ao controle, ao mesmo tempo em que controla os outros. Ele não precisa ser violado, porque

já pratica uma espécie de autoviolação. O problema dessa verificação, dessa aproximação com a realidade, é a perda do foco, a incapacidade de apreender o significado da existência.

Para Jonckheere, essa interpretação de Baudrillard sobre as manifestações da vida real na atualidade não diz respeito a sua atuação como *blogger*, na medida em que a existência alheia não o atrai. Jonckheere afirma manter interesse, isso sim, pela expressão estética dessas existências e, no caso do autismo, nas interconexões que podem propor esclarecimentos sobre o problema, tanto para a sua família como para outros internautas que enfrentam essa mesma realidade.

A vida privada dos outros não me interessa. Ela jamais me interessou. O que me interessa é o meu próximo, é a sua atitude em inventar novas formas estéticas. Eu acho graça ao ouvir dizerem que Céline era um antisemita (um assunto para o qual eu não tenho a menor paciência). Ele era antes de mais nada um escritor incomparável. E isso é o que é apaixonante. Nada se ganha ao ser conhecido.⁸

Ainda assim, Jonckheere relata alguns problemas com a exposição de sua vida na Internet. Conforme o *blogger*, são inúmeros os contratempos envolvendo suas declarações no blog, inclusive uma ameaça de demissão ocasionada por comentários postados por ele em *Désordre*.

[...] eu tive grandes preocupações porque meu chefe tentou se servir do conteúdo do site para me despedir e, com isso, resolver uma desavença que ele tinha comigo. Do ponto de vista da lei *stricto sensu* ele poderia ter feito isso, mas felizmente seu superior hierárquico anulou o procedimento porque ele julgou que eu não poderia ser colocado na rua por causa de minha vida privada⁹.

Jonckheere reconhece que seu *blog* atrai também muitas pessoas indiscretas e desagradáveis. Para conter este tipo de visitantes indesejáveis, o *blogger* não possibilita que os leitores publiquem seus recados. Os visitantes podem se comunicar com Jonckheere, mas de forma privada, enviando um mail para o *blogger*, que pode fazer ou não referência à mensagem que recebeu. Uma prática desagradável que Jonckheere identifica entre os internautas que frequentam seu *blog* é a de postar em seus próprios *blogs* trechos de

Désordre, muitas vezes como forma de atrair leitores, uma vez que *Désordre* é um *blog* bastante conhecido, que já levou o autor a colóquios nacionais e internacionais para debater a prática do *blogging*.

Apesar de alguns dissabores, Jonckheere declara que a Internet lhe proporcionou encontros agradáveis e que, neste espaço, encontrou verdadeiros amigos, com quem trabalha em projetos comuns. Estas são, para Jonckheere, descobertas que justificam o risco de fazer maus encontros. De qualquer forma, na interpretação do *blogger*, a Internet não deixa de ser uma amostragem muito honesta e eficaz da humanidade. Na rede estão as manifestações de leitores ou de *bloggers* que revelam que “também somos feitos de desolação e lamento”. Além disso, como identifica Jonckheere, o pior da Internet também pode estar além das práticas “pouco graciosas”, mais interessadas na Origem do mundo, de Courbet. Na opinião de Jonckheere, um confesso admirador das manifestações estéticas de outros internautas, o problema do memorialismo não sujeito a edições que se vê na Internet muitas vezes está no fato de que há excesso de material de pouca qualidade circulando na rede.

[...] o verdadeiro talento do cronista on-line é uma manifestação rara na rede, mesmo porque o talento é muito diluído no nosso oceano humano. De fato, são pouco numerosas as existências suficientemente trepidantes para reter nossa atenção de leitores, e mais raros ainda são aqueles casos que a despeito de existências mornas [...] são capazes de dar um pouco de relevo a uma material cujos ingredientes são pouco apimentados. (La tentation réursive. Disponível em: www.desordre.net)

Há uma nova axiologia no ar. E este novo código tem nas tecnologias da informação um dos principais meios de propagação deste novo *modus vivendis*. Analisando as práticas sociais, como o *blogging* de Jonckheere, talvez não se conclua de maneira tão categórica que a privacidade, de fato, morreu, como provocou Maffesoli. Mas pode-se constatar que a ideia de privado, adotada em especial no século XIX, já não tem mais espaço nos dias de hoje. Até porque a sociedade contemporânea não dispõe de espaços tão simplificados para assegurar as boas maneiras da civilidade, características daquele período em que deixar uma pessoa em paz, com sua vida privada e seus pensamentos, era o que melhor se poderia fazer.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação. Curitiba-PR, de 4 a 7 set. 2009.

² Uma reportagem do jornal *L'Express* relata a opinião de vários teóricos a respeito da privacidade nos dias de hoje. Michel Maffesoli, um dos entrevistados, registra a morte da esfera privada e afirma que a formulação exata de Descartes (“eu penso, logo sou minha fortaleza”) está caindo em desuso no século XXI, a partir de práticas sociais que estimulam a um neotribalismo e à máxima: eu sou pensado pelos outros. Ou ainda, o outro me interessa porque ele é o meu espelho (*Le triomphe du voyeurisme*, disponível em: www.lexpress.fr/info/societe/dossier/voyeurisme/dossier.asp?id=416699).

⁴ Entretien avec Philippe Lejeune. Disponível em: www.fondationlaposte.org.

⁵ Philippe de Jonckheere, analista de sistemas e artista plástico francês que mantém o *blog Désordre* desde 1998, disponível em: www.desordre.net

⁶ De la mémoire comme motivation. Disponível em: www.desordre.net

⁶ Dados do relatório de 2008 do Technorati apresentam uma idade média de três anos para os *blogs* em funcionamento.

⁸ Minha entrevista com Philippe de Jonckheere, disponível em: www.desordre.net

⁹ Minha entrevista com Philippe de Jonckheere, disponível em: www.desordre.net

Minha entrevista com Philippe de Jonckheere, disponível em: www.desordre.net

BIBLIOGRAFIA

BAUDRILLARD, Jean. *A troca impossível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *Senhas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Tela total: mito e ironia da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. *Telemorfose*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia, empresa*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio do Corpo, 1989.

MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno: o retorno do trágico das sociedades pós-modernas*. São Paulo: Zouk, 2003.

_____. *No fundo das aparências*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. *O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

SCHITTINE, Denise. *Blog: comunicação e escrita íntima da Internet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Internet:

www.lexpress.fr/info/societe/dossier/voyeurisme/dossier.asp?ida=416699 www.fondationla-poste.org www.desordre.net

Congruência entre estratégia competitiva e de comunicação: compreendendo o processo de constituição e projeção da identidade corporativa da Natura Cosméticos no Brasil e na França¹

Congruence entre stratégie competitive et de communication: comprenant le processus de constitution et projection de l'identité corporative de la Natura Cosmetique au Brésil et en France

Ana Luisa Castro Almeida (PUC Minas)

Doutora em Administração pela UFMG e Erasmus University (Holanda), Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ, Professora do Mestrado em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas, Diretora Acadêmica do Reputation Institute no Brasil

E-mail: analuisa.puc@gmail.com

Alexandre de Pádua Carrieri (CEPEAD/UFMG)

Doutor em Administração pela UFMG; Vice-coordenador e professor do Programa de Doutorado e Mestrado do Centro de Pós-graduação em Administração (Cepead) da Face/UFMG, Coordenador do Neos – Núcleo de Estudos Organizacionais e Simbolismo do Cepead/UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil.

E-mail: alexandre@cepead.face.ufmg.br

José Coelho de Andrade Albino (CEPEAD/UFMG -PUC Minas)

Doutorando em Administração pelo Cepead/Face/UFMG; professor da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC-Minas e coordenador dos cursos de Especialização em Marketing e Gestão de Negócios do IEC/PUC Minas, Pesquisador do Neos/Cepead/UFMG e do Cepec/PUC Minas – Belo Horizonte/MG – Brasil.

E-mail: albino.albino@uol.com.br

Rodrigo César Severino Neiva (PUC Minas)

Mestrando em Comunicação pela Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas, Bacharel em Relações Públicas pela mesma universidade – Belo Horizonte/MG – Brasil.

E-mail: rodrigo.neiva@uol.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de pesquisa realizada com o objetivo de compreender como a congruência entre estratégia competitiva e de comunicação pode contribuir para a construção de vantagem competitiva sustentável que viabilize a internacionalização de marcas brasileiras do setor de cosméticos. Para tal, foi conduzido um estudo de caso sobre as operações, tanto no Brasil quanto na França, da Natura Cosméticos S.A., empresa reconhecida por possuir como atributo estratégico a inovação em produto, no processo de produção e no uso de matérias-primas oriundas da biodiversidade brasileira, assim como por vir construindo sólida reputação tanto do mercado brasileiro quanto no internacional.

Palavras-chave: comunicação organizacional – estratégia competitiva – identidade corporativa – internacionalização de marca.

RÉSUMÉ

Cet article présente les résultats d'une recherche dont l'objectif était de comprendre comment la congruence d'une stratégie compétitive à une stratégie de communication peut contribuer à procurer un avantage durable qui rende possible l'internationalisation de marques brésiliennes dans le domaine des cosmétiques. Pour cela, une recherche sur les opérations a été amenée, aussi au Brésil comme en France, concernant Natura Cosméticos S.A. ; il s'agit d'une entreprise connue par sa caractéristique stratégique, c'est-à-dire, celle d'innover ses produits, d'investir dans la production et utilisation de matières premières extraites de la biodiversité brésilienne, et aussi pour bâtir une solide réputation, soit dans le marché brésilien, soit dans le marché international.

MOTS-CLEFS : Identités corporatives – Communication organisationnelle – Stratégie compétitive – Internationalisation de marque

A realidade empresarial tem sido pródiga em exemplos de organizações excelentes nos manuais, mas cheias de incongruências nas suas práticas rotineiras. Tais situações têm-se revelado altamente perniciosas para o desempenho dessas empresas. Acredita-se que um dos motivos mais frequentes para a grande incidência de ações incoerentes com os discursos seja a decisão pela implantação de modelos de gestão e ações de comunicação que estejam “na moda”, como, por exemplo, os relacionados à responsabilidade social e ambiental.

Tais modelos forçam as empresas a decidirem sobre questões vitais à sua sobrevivência e continuidade, sem uma preocupação real com a necessidade de assegurar que os pontos formalizados e divulgados expressem sua realidade. O que se nota em muitos casos é uma preocupação com a escolha de conceitos e virtudes consagrados e admirados por todos, mais do que com a verdadeira identidade da empresa.

Isso se torna mais crítico quando se reconhece que a congruência (coerência entre discurso e ação) percebida nas práticas de gestão é um dos pontos mais decisivos do desenvolvimento empresarial consistente em médio e longo prazo.

Desta forma, o presente trabalho se propõe a analisar como vem sendo estabelecida a congruência entre estratégia competitiva e estratégia de comunicação em casos de posicionamento de marcas brasileiras de cosméticos em mercados internacionais. Isso será feito a partir de um estudo de caso sobre a atuação da Natura no Brasil e na França, dada a relevância da empresa no mercado de cosméticos brasileiro.

1 - Referencial teórico

Naver e Slater (1990) compreendem orientação para o mercado como sendo composta, simultaneamente, por uma orientação para o cliente e para o concorrente, associada à coordenação interfuncional de todas as atividades da

empresa, com o objetivo de criação de valor superior para os segmentos-alvo. Para esses autores, empresas de fato orientadas para o mercado têm foco no longo prazo e na rentabilidade, assim como apresentam *performance* superior.

Toledo e Amigo (1999), ao estudar a relação entre orientação para o mercado e competitividade, argumentam que esta última deve ser compreendida como um desempenho superior nos fatores críticos de sucesso, segundo avaliação dos clientes e em relação aos concorrentes. Desta forma, a competitividade decorre da oferta de um valor percebido como superior pelos clientes, cabendo à empresa o desafio de criá-lo em um contexto adequado de custo / benefício.

Porter (1989) afirma que a posição competitiva favorável de uma empresa em uma indústria é explicada pela escolha deliberada de uma estratégia que lhe confere vantagem competitiva, sendo que o ponto de partida de uma boa estratégia é ter o objetivo correto: um excelente retorno sobre o investimento no longo prazo.

Segundo Porter (1989, p.23), “[...] as grandes estratégias consistem em uma configuração singular de muitas atividades de reforço que dificultam a imitação pura e simples”. Para melhor compreender a dinâmica destas atividades, ele propõe uma ferramenta denominada “cadeia de valor”, a qual permite desagregar uma empresa nas suas atividades de relevância estratégica, permitindo a compreensão da estrutura dos custos e das fontes existentes e potenciais de diferenciação.

Ao escolher a estratégia por meio da qual buscará alcançar vantagem competitiva, as empresas almejam conquistar sua posição no mercado, assim como ser facilmente identificadas por seus consumidores a partir de seus diferenciais competitivos. Segundo Porter (1989, p.52), “o lema da estratégia competitiva é ser diferente. Significa escolher, de forma deliberada, um conjunto diferente de atividades para proporcionar um mix único de valores”.

Entretanto, Porter (1989, p.128) ressalta que o valor criado por meio da administração das atividades que compõem a cadeia de valor precisa ser percebido pelo consumidor para que a vantagem competitiva seja alcançada. Para ele, “a percepção do comprador sobre uma empresa e sobre seu produto pode ser tão importante quanto a realidade daquilo que a empresa oferece”. Logo, obter congruência entre estratégia competitiva e estratégia de comunicação torna-se indispensável para o alcance da vantagem competitiva.

A concepção de estratégia dos autores apresentados tem por base o paradigma da “escolha estratégica”, que acolhe o princípio da ação racional-instrumental, sob o qual busca-se maximizar o uso de informações e a alocação de recursos, visando a superação de ameaças ou ao aproveitamento de oportunidades. Nessa perspectiva, segundo Carrieri (1998), a estratégia é adaptativa, reativa e mimética, sendo que as organizações, a ação organizacional e a estrutura constituem respostas do estrategista às diversas condições objetivas do ambiente. Já na abordagem institucional, conforme esclarecem Di Maggio e Powell (1999), a ação empresarial é vislumbrada como estando imersa (*embedded*) no contexto social, portanto, impregnada pelo ambiente e suas instituições.

Segundo Machado-da-Silva e Barbosa (2002), o ambiente compreende as dimensões técnica e institucional. Por ambiente técnico, compreende-se a faceta da dimensão contextual que comporta os fatores de competitividade empresarial, mensurados com base em recursos econômicos. O ambiente institucional, por sua vez, é entendido como o repertório de redes relacionais e de sistemas culturais, compostos por valores e crenças, que transmitem conceitos sobre modos apropriados de fazer e agir. Relaciona-se, portanto, à necessidade organizacional de obter legitimidade perante seus *stakeholders*, por meio da imagem e da adequação às normas de conduta instituídas para os diversos atores no segmento onde compete.

Tal diferenciação entre ambiente técnico e institucional, na visão desses autores, torna-se importante em razão da preponderância da compreensão e da análise da competitividade com base em indicadores exclusivamente técnicos. Do ponto de vista do ambiente institucional, a competitividade está ligada à capacidade da organização de entender e gerir os recursos simbólicos, mediante sua adequação às normas e padrões de conduta socialmente valorizados, que correspondem às expectativas dos *stakeholders*.

Mais uma vez, percebe-se a importância da congruência entre estratégia competitiva e de comunicação. Contudo, tendo como referência o paradigma institucionalista, o escopo da comunicação é ampliado ao se incluir todos os *stakeholders* e não apenas o consumidor como público-alvo das ações de comunicação. Da mesma forma, seu papel é redimensionado ao englobar a preocupação com a obtenção de legitimidade para as ações estratégicas atuando muito mais no nível simbólico do que no técnico-instrumental.

Como foi possível observar, no institucionalismo transfere-se o foco da análise do discernimento da eficiência ou não de estruturas e processos internos para a incorporação dos significados externos aos princípios da ação estratégica.

A tentativa de síntese teórica sobre o tema estratégia aqui apresentada procura conciliar abordagens objetivas e subjetivas oriundas de diversos paradigmas dos estudos organizacionais. Mas, segundo Tolbert e Zucker (1999), esta abordagem ainda há que se tornar institucionalizada. E, para tanto, torna-se necessário realizar pesquisas como a que aqui é apresentada.

2 - Metodologia

O processo de coleta de informações envolveu um esforço inicial de levantamento das características do setor de cosméticos. Posteriormente, foram conduzidas entrevistas em profundidade com profissionais da alta administração da Natura. Durante a realização destas entrevistas e da visita técnica na fábrica em Cajamar e na loja da marca em Paris, a prática da observação em equipe foi oportuna e imprescindível para a análise do processo de gerenciamento da cadeia de valor da empresa. As informações obtidas foram analisadas em conjunto com os dados secundários, possibilitando a compreensão dos elos existentes na sua cadeia de valor.

A escolha do método de estudo de caso se deve ao fato de esta experiência de internacionalização da Natura ser inédita no mercado brasileiro de cosméticos, possuir alto grau de inovação e constituir um caso bem-sucedido, considerando-se tanto indicadores financeiros quanto institucionais. Por meio da semiologia, analisou-se o discurso presente no *website* da empresa, visando perceber se tal discurso era coerente com a gestão da sua cadeia de valor.

3 - Apresentação e análise dos dados

3.1 Caracterização do setor de cosméticos

O setor de cosméticos possui estreitas relações com outras atividades como a indústria química, farmacêutica e de embalagens. Outra característica

do setor é a presença de grandes empresas internacionais diversificadas e uma expressiva participação de pequenas e médias empresas.

Outra forma de atuação no setor está associada à presença de empresas com atividades concentradas. Estas empresas se voltam para produtos mais sofisticados, em que a escala de produção não seria considerada um atributo fundamental. Nelas “são muito importantes atributos como a capacidade inovativa, a incorporação de essências diferenciadas, a embalagem, dentre outros” (GARCIA, FURTADO, 2002, p.23). Adicionalmente, comercializam seus produtos em lojas especializadas ou por meio de venda direta.

Apesar da diversidade encontrada no setor, podem ser destacadas algumas características comuns. Nesse sentido, encontra-se a importância dos ativos como marca e canais de comercialização e distribuição dos produtos, considerados fatores críticos de sucesso. Outra semelhança é a constante necessidade de desenvolvimento de novos produtos.

Garcia e Furtado (2002) destacam, ainda, a presença no Brasil das principais empresas internacionais do setor. Por outro lado, o segmento é marcado por uma significativa estrutura de produção nacional. Entre essas empresas, destaca-se a Natura reconhecida por sua capacidade técnica e produtiva.

3.2 Caracterização da empresa²

A Natura é uma empresa controlada por capital nacional com atuação nas áreas de produção, distribuição e comercialização de cosméticos e produtos de higiene, perfumaria e saúde. Seu crescimento e liderança no mercado brasileiro estão alicerçados no desenvolvimento de um *mix* de produtos que a singulariza, fundamentalmente, pela utilização de ativos da flora brasileira.

Fundada em 1969, por Luiz Antônio Seabra, com um capital inicial de US\$ 9000 e quatro funcionários, a Natura instalou seu laboratório em São Paulo. Logo em seguida, uma pequena loja foi aberta na Rua Oscar Freire³, também em São Paulo. Tratava-se de uma butik de luxo do ramo de cosméticos que oferecia tratamentos de beleza. Os produtos eram vendidos a uma clientela de alto poder aquisitivo, atraída, principalmente, pela propaganda boca a boca.

Cinco anos depois a Natura optou pela venda direta como alternativa de viabilizar seu crescimento sem abandonar a proposta de prestação de consultoria a suas consumidoras. O recrutamento das “consultoras de beleza” foi feito entre as próprias clientes da loja, que passaram, assim, a vender os produtos Natura sob comissão. Segundo Vasconcelos (2003, p. 8), resolveu-se, assim, de certa forma,

formalizar um ‘ativo’ que a empresa percebeu com o tempo possuir e que foi responsável pelo crescimento de sua clientela: o capital social das clientes, ou seja seus contatos com outras consumidoras em potencial, com o mesmo perfil socioeconômico e tipo de interesses, gosto e padrão de consumo...

Tratava-se, portanto, de uma estratégia de vendas e comunicação que procurava compatibilizar a sofisticação e o alto preço dos produtos da Natura com a necessidade de se usar um linguajar técnico e refinado tanto nos mostruários, quanto na publicidade e no discurso de vendas.

A operação brasileira da Natura encerrou 2008 com 730,1 mil consultoras e consultores e faturou R\$ 4,642 bilhões. Sua participação no mercado nacional de cosméticos, fragrâncias e produtos de higiene pessoal evoluiu de 18,9% em 2004 para 19,86% em 2008. No acumulado do ano, a empresa apresentou um lucro líquido de R\$ 542,2 milhões, o que representa um crescimento de 17,3% se comparado com 2007. Em 2008, mesmo com a queda de 41% do Ibovespa – principal indicador que mede o desempenho médio das cotações no mercado de ações brasileiro – os papéis da Natura apresentaram uma valorização de 18%.

De acordo com a empresa, as operações internacionais estão divididas em três grupos: (1) Operações em consolidação (Argentina, Chile e Peru), (2) Operações em desenvolvimento (México, Venezuela e Colômbia) e (3) França e Estados Unidos. A receita líquida no exterior em 2008 foi de R\$ 61,3 milhões, um crescimento de 63,6% em comparação ao ano anterior.

Em 2009, a empresa pretende investir na expansão internacional com foco nos países em que já atua. Para isso, espera sobressair-se por meio de sua imagem ligada ao “bem estar bem”, colocando em evidência os produtos

ecológicos e o desenvolvimento social das comunidades que fornecem matérias-primas à empresa.

Nesse contexto de internacionalização, a empresa inaugurou, em abril de 2005, *La Maison Natura Brasil*. Localizada no bairro de Saint Germain des Prés, em Paris, a Casa Natura se constitui num ambiente dedicado à experiência de consumidores e consultores com a marca e com os produtos. Plantas, sementes e vários outros elementos da biodiversidade brasileira são utilizados na decoração da loja. No segundo andar há um espaço para massagens e uma área com livros e discos brasileiros, onde se pode degustar café ou sucos de frutas.

Dentre os produtos comercializados na loja, destacam-se os da linha Ekos, que possui vários itens desenvolvidos especialmente para o mercado francês, além dos perfumes, criados a partir de ativos da biodiversidade brasileira como a priprioca e o breu branco.

3.3 Análise da congruência entre identidade corporativa e gerenciamento da cadeia de valor

Os propósitos empresariais da Natura podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Propósitos Empresariais da Natura

Visão	“A Natura, por seu comportamento empresarial, pela qualidade das relações que estabelece e por seus produtos e serviços, será uma marca de expressão mundial, identificada com a comunidade das pessoas que se comprometem com a construção de um mundo melhor através da melhor relação consigo mesmas, com o outro, com a natureza da qual fazem parte e com o todo.”
Missão	“Promover o bem estar bem. Bem estar é a relação harmoniosa, agradável do indivíduo consigo próprio, com o seu corpo. Estar bem é a relação empática, bem sucedida, prazerosa de um indivíduo com o outro, com o seu mundo. Bem estar bem é a dinâmica decorrente da interação destas relações.”
Negócio	“Constituído por um trinômio indissociável: a criação de produtos cosméticos, para cuidados pessoais e complementos nutricionais, inovadores, com alta qualidade e tecnologia, com preços competitivos, que incorporem nossa Razão de Ser, reflitam nossas Crenças e cheguem aos nossos consumidores por meio de pessoas entusiasmadas e capacitadas que propiciem um atendimento personalizado. A construção permanente da marca Natura como símbolo de confiança e da mais alta qualidade e ética em todos os seus produtos, ações e relações.”

Fonte: Adaptado de < <http://www.naturabrasil.fr> >, acesso em 20 mai. 2009.

A declaração de valores, apresentada no Quadro 2, oferece elementos para sustentação de uma série de táticas que cobrem diversas atividades de sua cadeia de valor.

Quadro 2 -Valores Básicos da Natura

Humanismo (cultivo das relações)	“Valoriza ao máximo as relações e o potencial humano. Respeita e estimula a individualidade que enriquece a diversidade. Busca contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade e da qualidade das relações em cada uma de suas ações.”
Criatividade (ousar, inovar)	“Busca soluções inovadoras com alegria, ousadia, determinação e paixão. Objetiva o aperfeiçoamento contínuo com intuição, sensibilidade e conhecimento.”
Equilíbrio (harmoniosa, interdependência)	“Inspira-se no equilíbrio e dinâmica da natureza. Percebe o homem como parte da natureza, com a qual deve se harmonizar e valoriza a interação com ela. Busca aliar consciência e competência. Discurso e prática. Saber e fazer. Ética e estética.”
Transparência (claro, evidente, que se deixa conhecer)	“Transparência é fundamental na maneira de ser e de agir. É contra a dissimulação, ambiguidades, manipulação ou discriminação nas relações pessoais, profissionais e comerciais. Busca com determinação a qualidade, compartilhando as dúvidas e buscando respostas.”

Fonte: Adaptado de < <http://www.naturabrasil.fr>>, 20 mai. 2009.

Partindo do valor “humanismo”, pode-se destacar o exemplo do Espaço Natura⁴, onde os colaboradores contam com serviços de saúde, lazer e treinamento. O valor “criatividade” está presente na arrojada arquitetura da fábrica, que, além de esteticamente agradável, é eficiente e funcional. A estrutura, predominantemente em vidro, permite a completa visualização dos processos de produção por parte dos colaboradores e visitantes, favorecendo a “transparência”. Ao redor desse espaço encontra-se uma área preservada significativamente maior que sua área construída, refletindo o valor “equilíbrio”, sempre presente em sua política ambiental.

Nas práticas de Recursos Humanos, o “humanismo” encontra respaldo na forma com que Natura se relaciona com seus colaboradores: flexibilidade, remuneração acima da média do mercado, investimentos em treinamento, dentre outros aspectos. Na atividade Desenvolvimento e Tecnologia, os valores “transparência” e “humanismo” podem ser percebidos na preocupação

que a empresa tem em proporcionar bem-estar aos públicos com os quais interage, seja pela preocupação com o consumidor que permeia todo o processo de P&D, seja pelo sistema de bulas. Os valores “criatividade” e “equilíbrio” se expressam por meio dos altos investimentos em P&D relacionados ao desenvolvimento de ativos da biodiversidade da flora brasileira.

Nas atividades de marketing e vendas nota-se também a presença dos valores propostos. O “humanismo” é destacado no relacionamento da empresa com sua força de vendas, reconhecida como elemento-chave por reforçar o posicionamento. O valor “criatividade” marca a escolha de clientes para atuarem como consultoras e a busca pelo “equilíbrio” norteia os projetos de responsabilidade social desenvolvidos. Por fim, o valor “transparência” reflete na forma como a empresa utiliza recursos como *intranet e internet*.

A congruência entre as ações empreendidas pela Natura e os valores que traduzem sua identidade corporativa podem ser visualizados nas figuras de 1 a 3 e nos quadros 3 e 4 a seguir.

Figura 1



Fábrica de Perfumes (Cajamar, SP)
Fonte: Arquivo pessoal

Figura 2



Operações
Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3



La Maison Natura Brasil, Paris
Fonte: <http://arthurcasas.com>, 20 mai. 2009

Quadro 3 - Atividades Primárias - Cadeia de Valor Natura				
Valores da Empresa				
	Humanismo <i>cultivo das relações</i>	Criatividade <i>ousar, inovar</i>	Equilíbrio <i>harmonia, interdependência</i>	Transparência <i>claro, evidente, que deixa conhecer</i>
Atividades Primárias	Logística Interna	* Automatização reduz risco de acidentes no trabalho; * Ergonomia.	* Tecnologia de ponta proporcionando o <i>just in time</i> e a produção de acordo com a demanda.	* Na medida em que a produção ocorre de acordo com a demanda, evita-se desperdício de matéria-prima não renovável; * Cuidado no manuseio de produtos, o que aumenta o controle sanitário dos mesmos.
	Operações	* Presença de deficientes físicos estrategicamente posicionados; * Cuidado com conforto e saúde do colaborador para evitar doenças ocupacionais; * Rodízio de função evitando monotonia no trabalho e risco de acidente; * Ergonomia.	* Forma como foram dispostas as linhas de produção, permitindo rápida ampliação da capacidade; * Alocação de deficientes nas atividades, segundo suas capacidades e potencialidades; * Forma como o espaço físico foi planejado, sendo funcionalmente, eficiente e esteticamente agradável.	* Fábricas separadas por tipo de produto e não por linha de produtos; * Automatização do processo de produção; * Trabalha-se com capacidade ociosa, permitindo acompanhar flutuações da demanda; * Linhas de produção flexíveis, permitindo rápida adaptação.
	Logística Externa	* Lotação de deficientes auditivos na área de <i>picking</i> ; * Automatização reduz risco de acidentes no trabalho; * Ergonomia.	* Uso da consultora para entrega de produtos vendidos pela internet.	* Automatização permitindo maior integração e eficácia do processo de atendimento de pedidos.
Atividades Primárias	Marketing e Vendas	* Consultoras são vistas como elementos chave do composto promocional, fornecendo atendimento personalizado, consultoria de beleza e expressando o posicionamento da empresa; * Veiculação de mensagens junto aos produtos com apelo emocional; * Reconhecimento da consultora por tempo de serviço e por resultado; * Suporte técnico à área de vendas: CAN e Assistente Natura; * Possibilidade de contratação de consultoras como promotoras de vendas;	* Idéia de tratamento de beleza e não de revendas de cosméticos; * Uso da rede de relações das consultoras para aumentar penetração nos segmentos de mais alta renda; * Uso de indicadores socioambientais no seu BSC; * Segmentação das consultoras em "Consultoras Vendedoras" e "Consultoras Consultoras"; * Apelo à brasilidade no processo de internacionalização da marca; * Apelo à beleza natural; * Posicionamento "bem estar bem"; * As consultoras vendem o que o mercado demanda, não tendo que obedecer a cota de vendas por produtos; * Venda de produtos em <i>free shops</i> ; * Inserção no mercado europeu a partir da França; * Preocupação com legitimação de suas ações estratégicas.	* Empresa escuta as sugestões de consultoras e clientes para direcionar suas ações de marketing; * Integração dos canais de venda, evitando canibalismo segmentário; * Empresa com vários projetos socialmente responsáveis; * Fomenta o desenvolvimento sustentável.
	Serviços	* CAN Centro de Atendimento Natura; * SACN Serviço de Atendimento ao Consumidor da Natura; * Utilização de médicos dermatologistas para atendimento no call center; * Seminários e cursos de reciclagem para colaboradores e consultoras.	* Atendimento personalizado através das consultoras que são treinadas para dar consultoria de beleza e não apenas venda de produto; * Serviço entrega.net com pós vendas realizado pela consultora.	* Flexibilidade no atendimento das solicitações feitas através do call center; * Fornecimento de consultoria às comunidades que extraem ativos; * Divulgação de comportamentos / ações que promovam o Bem Estar Bem.
Bem Estar Bem				
				* Intranet e comunicação interna facilitando a troca de informações; * Posicionamento da empresa e de seus produtos coerente com a sua cadeia de valor, o que dá credibilidade para as ações de comunicação; * Uso do estilo de governança "Novo Mercado".

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 4 - Atividades de Apoio - Cadeia de Valor Natura					
		Valores da Empresa			
		Humanismo <i>cultivo das relações</i>	Criatividade <i>ousar, inovar</i>	Equilíbrio <i>harmonia, interdependência</i>	Transparência <i>claro, evidente, que deixa conhecer</i>
Atividades de Apoio	Infra Estrutura	* Espaços de conveniência para o colaborador; * Alta preocupação com segurança; * Centro de serviços de saúde para o colaborador.	* Arquitetura arrojada e eficiente para a execução das atividades de cada área; * Estrutura modular permite rápida ampliação; * Núcleos de aprendizagem.	* Área preservada de 400 mil m², significamente maior que a área construída de 77 mil m²; * Ambiente esteticamente agradável e estruturalmente eficiente; * Fábricas separadas por tipos de produtos e não por linhas de produtos.	* Arquitetura em vidro: os processos de produção podem ser vistos à distância pelos visitantes e colaboradores; * Política de receber visitantes em suas instalações.
	Gerência de RH	* Liberdade de expressão; * Uso do termo colaborador e não funcionário; * Salários acima da média do mercado; * Programas de benefícios e reconhecimento; * 14º salário; * Possibilidade de ascensão dentro da empresa; * Novas contratações feitas por indicação de colaboradores; * Significativo investimento em treinamento.	* Posicionamento da força de vendas como consultora de beleza e não vendedoras de cosméticos; * Consultoras são vistas como parte fundamental da empresa; * Segmentação das consultoras em "Consultoras Vendedoras" e "Consultoras Consultoras"; * Existência de poucos controles formais sobre a atividade de consultora. * Inclusão social de deficientes físicos, visuais e auditivos.	* Ginástica laboral; * Rodízio de função; * Uso de equipamentos de segurança no trabalho.	* Alta gerência adota postura de igualdade com os colaboradores; * Política de "portas abertas".
	Desenvolvimento e Tecnologia	* Testes de produtos (dermatológicos e toxicológicos);	* Média de criação de 1 produto a cada 3 dias através de grande investimento em P&D e aquisição de patentes internacionais, sendo realizados ajustes locais; * 63% da receita oriunda de novos produtos; * Desenvolvimento de embalagens; * Uso do natura.net para aproximar o cliente da consultora e não para realizar venda direta; * Significativo número de registros de patentes tanto no Brasil quanto no exterior.	* Não produz produtos que agredem o corpo; * Centro do consumidor; * Sistema de refil e bula; * Programa de Certificação de Ativos e ISO 14001;	* Natura.net disponibilizando informação para os clientes sobre a empresa e produtos; * Sistema de bulas; * Sistema de acompanhamento dos pedidos pela consultoria via site.
	Aquisição	* Desenvolvimento de política de fidelização de fornecedores estratégicos; * Cuidado e apoio a comunidades que extraem matéria-prima.	* Busca de ativos da flora brasileira.	* Programa de extração sustentável de ativos; * Uso de fitoterápicos.	* Concorrências anuais entre fornecedores não estratégicos.

Fonte: *Dados da Pesquisa*

3.4 Análise da congruência entre estratégia competitiva e projeção da identidade corporativa no contexto internacional

O desafio das empresas nos processos de internacionalização é desenvolver a capacidade adaptativa que as capacite a gerir os atributos de sua identidade, com o objetivo de promover o alinhamento com as questões culturais locais, sem que isso represente uma alteração de seus valores essenciais, ou seja, das características que lhe conferem uma posição diferenciada no mercado.

Segundo Costa (2007), os “fatos objetivos” que definem a identidade da organização são mediadores entre a empresa e seus públicos. Esses fatos objetivos – ações, serviços, produtos, embalagens, lugares, marcas, mensagens, cheiros, experiências, entre outros – são, em grande parte, responsáveis pela construção e reconstrução de sentidos. Assim, a análise da interação da Natura com os consumidores por meio do *website* francês será utilizada para a compreensão da contribuição da estratégia de comunicação para o posicionamento da empresa neste mercado e a coerência com sua estratégia competitiva.

Análise do website⁵

No mercado francês a empresa se apresenta como “Natura Brasil”, ao contrário do que acontece no mercado latino-americano, onde o nome da empresa é acompanhado pela frase *bien estar bien*. O mesmo acontece também no endereço eletrônico da empresa <www.naturabrasil.fr>. Nesse sentido, com a introdução da palavra “Brasil”, busca-se imprimir à marca e aos produtos os significados referentes ao país no que tange à riqueza e à diversidade dos seus recursos naturais. Levando-se em consideração

o alto grau de competição do mercado europeu, obter o reconhecimento destes atributos pode representar uma vantagem competitiva. Da mesma forma, os nomes da maior parte dos produtos nos rótulos e embalagens são mantidos em português, ainda que as informações técnicas sejam adaptadas para o mercado em questão.

A seção *les ingredients* apresenta informações dos principais ingredientes naturais que compõem as fórmulas dos cosméticos: andiroba, breu branco, buriti, castanha, cupuaçu, maracujá, mate-verde, murumuru, pitanga e priprioca. Ao clicar na matéria-prima, há um mapa do Brasil com destaque para a região onde o produto é cultivado. O texto oferece uma explicação da origem dessas plantas e seus efeitos, convidando o público-alvo a consumir elementos da flora brasileira. A empresa deixa claro que no processo de cultivo e extração não há dano ao meio ambiente, em consonância com o conceito de “equilíbrio” e “transparência” destacados como valor.

Logo na página principal a empresa apresenta o *link L’univers Natura Brasil*, cuja função é a de reproduzir a experiência dos produtos no ambiente virtual, por meio de imagens da floresta amazônica. Ao entrar nesta seção, o valor “humanismo” é projetado por meio da frase “A vida é um encadeamento de relações. Nada no universo existe por si só. Tudo é interdependente”, que aparece na tela enquanto o usuário aguarda o carregamento da página. O Universo Natura está dividido em três seções com seus respectivos *links*: construir, florescer e compartilhar, conforme apresentado no quadro 5.

Quadro 5 – O Universo Natura Brasil

<i>Link</i>	Temas abordados (sub-link)	Imagens
Construir	• Responsabilidade social • Biodiversidade • Relações (empregados, clientes, sociedade)	• Projetos de Responsabilidade Social • Imagens da natureza (floresta, cachoeira, água)
Florescer	• Conceito “Bem Estar Bem” • Linha Ekos • Refis (pioneirismo no projeto) • Desenvolvimento sustentável	• Produtos da linha Ekos • Matéria-prima (maracujá, pitanga breu branco) • Produtos com recargas
Compartilhar	• <i>Maison</i> Natura Brasil • Venda Direta	• Fotos do interior da loja • Fotos de consultoras e informações sobre o modelo de venda direta

Fonte: Adaptado de < <http://www.naturabrasil.fr>>, 20 mai. 2009.

Os signos presentes nestes *links* são indiciais⁶, gerando uma metonímia⁷ visual⁸, em que as sementes, cascas, frutas e ervas remetem à biodiversidade brasileira. Os textos convidam o público a consumir elementos da flora nacional, sem que haja dano para esta, ao passo que evoca a brasilidade por meio do consumo de produtos originalmente brasileiros.

Ao mesmo tempo em que as imagens são projetadas, o *website* reproduz os sons da floresta. A mensagem visual e sonora gerada indica a natureza como personagem principal de uma história, neste caso, a história das matérias-primas. Pode-se perceber o apelo aos valores “equilíbrio” (o homem utilizando a natureza de maneira sustentável) e “criatividade” (transformação de produtos tipicamente brasileiros em cosméticos).

Esse espaço de experimentação criado no site através do *link* “O Universo Natura Brasil” teve sua origem em *La Maison Natura Brasil*, considerada a primeira vitrine internacional da marca. O conceito “*Bem Estar Bem*” é transmitido por meio de experiências do consumidor com os elementos da biodiversidade brasileira. A entrada da loja é decorada com cipó da Amazônia. No interior estão expostas sementes, cascas e raízes de onde são extraídos os ativos da linha Ekos. Os consumidores podem tocar e sentir a matéria-prima que está presente em óleos, loções, cremes e perfumes da marca. Todos esses elementos promovem uma ligação simbólica do consumidor com a floresta.

A Casa Natura, assim como sua representação no ciberespaço, segue os valores de respeito a diversidade, criatividade e desenvolvimento sustentável. Os elementos naturais utilizados na decoração possuem certificados concedidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente como os cipós, as divisórias de fibra de bananeira e a madeira de demolição utilizada no piso.

Considerações finais

Para que uma empresa construa vantagem competitiva sustentável, suas atividades de valor devem ser planejadas e executadas de forma sinérgica, ou seja, tais atividades devem estar em sintonia com a estratégia competitiva, assim como devem se reforçar mutuamente, contribuindo para o aumento do desempenho global.

No caso da Natura, percebe-se a habilidade em coordenar elos para gerar diferenciação e dar respaldo ao conceito “Bem Estar Bem”. A singularidade é obtida por meio dos *trade offs* realizados e da sinergia alcançada entre suas várias atividades de valor. Essas atividades se apresentam carregadas de representações sgnicas dos valores organizacionais e são decisivas para a formação do posicionamento. A experiência de produto, a arquitetura da sede da empresa, as ações de responsabilidade social e o desenvolvimento de matérias-primas originais são percebidos e interpretados pelos *stakeholders* por meio de suas experiências particulares nos processos de interação com a empresa.

A análise do histórico, da proposição de valor e das atividades da cadeia de valor da Natura indica que ela é uma empresa orientada para o mercado, possuindo uma marca consistentemente construída com base em seus valores, o que faz com que ela consiga sinalizá-los claramente aos seus públicos por meio das diversas ações.

Cabe ressaltar, ainda, que a Natura vem obtendo êxito tanto no que se refere aos indicadores econômicos e técnico-operacionais quanto aos institucionais, o que demonstra a adoção de paradigma institucionalista como forma de conceber e implementar tanto sua estratégia competitiva quanto sua estratégia de comunicação.

NOTAS

1 Trabalho apresentado no IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação.

2 Os dados apresentados nesta seção foram obtidos em documentos fornecidos pela empresa, assim como em entrevistas com seus principais dirigentes.

3 Na Rua Oscar Freire encontram-se lojas das principais grifes do ramo da moda e cosméticos.

4 Construído em 1999, o Espaço Natura, em Cajamar, Grande São Paulo, é o local onde se encontram as áreas de produção, distribuição, logística e P&D da empresa. Trata-se de um terreno com área total de 643 mil m², dos quais 77 mil são de área construída e 400 mil de área preservada.

5 WWW.naturabrasil.fr

6 O signo indicial diz respeito à relação causal entre significante e significado, ou seja, é através da causa que o significado é identificado. A função do signo indicial é determinar indícios, não é exigido ao receptor o questionamento de sua causa ou consequência, não requer reflexão para ser compreendido (JOLY, 1996)

7 Metonímia indica a utilização de um termo em lugar de outro, sendo que entre eles existe uma relação de proximidade (JOLY, 1996).

8 Metonímia visual diz respeito à utilização de um signo visual para representar um todo (JOLY, 1996).

Referências

- CARRIERI, A de P. Pesquisa sobre estratégia: do discurso dominante à uma nova narrativa. In: ENANPAD, 12, 1998, Foz do Iguaçu-PR. *Anais da XXII ENANPAD*. 1998.
- COSTA, J. O jogo narcísico das marcas. (entrevista). *Organicom*. Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo, Ano 4, n.7. 2. sem. 2007.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. *El Nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- GARCIA, R., FURTADO, J. *Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. Cadeia Cosméticos, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. São Paulo: Papirus, 1996.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L., BARBOSA, S. de L. Estratégia, fatores de competitividade e contexto de referência das organizações: uma análise arquetípica. *Revista de Administração Contemporânea*, v.6, n. 3, set./dez., 2002.
- NARVER, J. C.; SLATER, S. F. The effect of marketing orientation on business profitability. *Journal of Marketing*, v. 54, n. 4, p. 20-35, out., 1990.
- PORTER, M. E. *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- RELATÓRIO Anual Natura 2001 a 2008. Disponível em <<http://www.natura.net>> Acesso em: 01 jun. 2009.
- TOLBERT, P., ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.
- TOLEDO, G. L.; AMIGO, R. J. R. Orientação de mercado e competitividade em mercados industriais. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 64-76, jul./dez., 1994.
- VASCONCELOS, I. F. G. Estratégia como fenômeno social emergente e paradoxos: uma análise crítica do caso Natura. In: *Anais da I 3Es*, 1, 2003, Curitiba-PR. 2003.

As contribuições da abordagem ergológica para o binômio Comunicação e Trabalho¹

The contributions of ergological approach for the binomial Communication and Work

Roseli A. FÍGARO PAULINO

Professora Doutora. - Coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho - na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP – São Paulo/SP – Brasil.

E-mail: figaro@uol.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta de abordagem teoricometodológica para os estudos de comunicação a partir do binômio “comunicação” e “trabalho”. Para tal, propõe-se a discutir, de maneira introdutória, as contribuições que se podem alcançar com o aporte teórico transdisciplinar da Ergologia. A Ergologia estuda o trabalho como atividade humana que comporta prescrição de normas e renormalização por meio do trabalho real. Como tal, permite entender o sujeito (*corpo-si*) como ser que se objetiva por meio da atividade, sempre inédita e criativa, perpassada pela comunicação e pela linguagem. Essa abordagem coloca em questão os valores e as condições em regem as relações de comunicação no mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação – ergologia – estudos de recepção – linguagem – trabalho

ABSTRACT

This article presents a proposal of a theoretical methodological approach for communication studies from the binomial “communication and work”. So, we propose to initially discuss the contributions that one can achieve with Ergology transdisciplinary theoretical input. Ergology studies work as a human activity that includes rules prescription and re normalization through real work. So, it enables to understand the subject (body-si) as a being that objectives by activity always new and creative, through communication and language. This approach focuses values and conditions that rule communication relations in the work world.

KEY WORDS: communication – ergology – reception studies – language – work.

As pesquisas desenvolvidas, ao longo de dez anos, com o tema da comunicação no mundo do trabalho, levaram nos a problematizar o binômio comunicação e trabalho como proposta teórico metodológica produtiva para os estudos no campo da comunicação.

Em 2006, dando consequência às descobertas que havíamos feito em pesquisas de comunicação em grandes empresas – (a) sobre a relevância do mundo do trabalho como lugar de mediação privilegiada para os processos de recepção dos meios de comunicação; e (b) sobre como os processos comunicacionais são os fundamentos dos procedimentos de organização da produção na indústria, sobretudo, com os modelos pósfordistas –, enunciamos uma proposta de pesquisa teórica para ser desenvolvida junto ao Departamento de Ergologia da Universidade de Provence, França, sob a supervisão do Prof. Dr. Yves Schwartz.

O Departamento de Ergologia foi criado pela equipe do Prof. Yves Schwartz, em 1998, depois de longos anos de presença acadêmica no Departamento de Filosofia da Universidade de Provence. Desde então, tem consolidado a abordagem teórica da Ergologia – como atividade humana de trabalho – na proposição pluridisciplinar de conjunção dos conhecimentos científicos (instituídos) e os conhecimentos da experiência (investidos) de trabalho, compondo um dispositivo de análise capaz de apontar os problemas relativos ao desenvolvimento da atividade de trabalho em qualquer campo, seja ele industrial, científico ou comercial.

Para a nossa pesquisa o contato com a produção acadêmica de Yves Schwartz e seus colaboradores fez-nos ampliar as possibilidades de entendermos o papel do sujeito no mundo do trabalho, bem como a importância da comunicação para o controle ou a autonomia do sujeito sobre e no trabalho.

Desde então, a partir da relevância do conceito de atividade para o processo de comunicação e das estratégias das empresas no tocante à mudança discursiva, priorizamos três eixos de reflexão:

1. diz respeito aos Estudos de Recepção como viabilidade teórico-metodológica de pesquisa de Comunicação no mundo do trabalho;
2. trata da relevância do binômio comunicação e trabalho para se compreender melhor as relações de comunicação e os desafios do mundo do trabalho;
3. discute como os conceitos habermasianos de ação comunicativa e de razão comunicativa têm sido utilizados em favor de um aparato discursivo que visa a dissimular as profundas contradições que se vivem no mundo do trabalho.

A partir dessas preocupações, discutimos o binômio comunicação e trabalho na perspectiva da Abordagem Ergológica. Isto quer dizer estudar o conceito de trabalho a partir da atividade humana; estudar o binômio comunicação e trabalho e o seu papel nas relações interpessoais e nas organizações; estudar as possibilidades teóricas e empíricas que se abrem para os Estudos de Recepção ao adotarmos o referencial da Ergologia, visto que se compreende, de maneira mais adequada, o conceito de sujeito ativo na comunicação.

Avanços científicos na abordagem dos conceitos de comunicação e de trabalho

As Teorias da Comunicação ao longo do século XX priorizaram abordar a comunicação de maneira semelhante à linearidade da racionalização dos processos e dos sistemas similares à organização científica do trabalho, introduzida no final do século XIX. As abordagens behavioristas e da agulha hipodérmica, ou a operacionalidade do estrutural funcionalismo deram consistência teórica a um campo de estudos bastante novo. No entanto, mostraram-se limitadas para explicarem o fenômeno da comunicação humana além do componente de transmissão de mensagens de um polo a outro. A comunicação foi tratada apenas como sinônimo de troca de informações sejam elas de quaisquer tipos: energia, bits, luz, líquidos, alimentação, sinais; concepções da engenharia, da biologia, da bioquímica, da medicina, da física, e também relacionadas à noção de espaço territorial.

Por outro lado, o conceito de trabalho também sempre foi visto pelo pensamento hegemônico de maneira pejorativa, como um mal necessário. Atributo de inferioridade e de estigma de lugar social. Desde os filósofos clássicos, sobretudo em Platão, o trabalho foi relegado a seres menores, sem cultura, reservando aos filósofos, como intelectuais, um lugar de destaque na hierarquia social.

Ambas as abordagens conceituais são limitadas e pouco ajudam a avançar os estudos científicos, exigindo outros pressupostos definidores. Tanto comunicação, quanto trabalho são categorias conceituais que dizem respeito a diversos campos científicos e nas Ciências Sociais são abordadas de maneira mais ampla ou mais restrita a depender do paradigma teoricoepistemológico de análise. Trata-se, portanto, no caso aqui estudado, de problematizar ambos os conceitos – comunicação e trabalho – a partir de uma abordagem que toma a atividade humana como o material concreto e objetivo que permite a existência do sujeito como indivíduo social, particular, único, mas só possível no coletivo social.

Abordagem ergológica

A Ergologia permite situar de maneira complexa o conceito de trabalho porque o remete à atividade humana. Ergon, do grego, ação, criação, obra de arte, dá dimensão criadora à atividade humana. O trabalho é criação fruto da relação do homem com seu meio. É atividade. A atividade humana é uma atividade particular que dota o homem de um psiquismo específico. A passagem à consciência humana está fundada na passagem às formas humanas de vida e de atividade de trabalho (LÉONTIEV, 1976).

A aparição do trabalho é intrínseca à condição da existência do próprio homem. A atividade humana é particular e específica e caracteriza a capacidade humana de criar, planejar, aprender, memorizar. O trabalho é atividade humana, comporta a herança cultural e história das técnicas, da experiência das gerações passadas e da experiência pessoal, o que permite ao homem uma transcendência criativa.

Schwartz afirma que “toda a situação de trabalho é singular”. O uso que o sujeito faz de si no trabalho é singular. A consciência da singularidade do uso de si próprio permite a objetivação e a desnaturalização das atividades de trabalho.

O sujeito no trabalho coloca-se por inteiro em atividade. Trabalhar, no sentido ergológico, é gerir um conjunto de fatores presentes em um determinado momento e espaço, em benefício de um objetivo a construir. Para Schwartz, “trabalhar, é gerir” (2003). É administrar-se como sujeito em atividade, ou seja, fazer uso de *si* como corpo físico e como *corpo si*. Corpo físico que apreende o conjunto de forças que propicia a vida, a condição de Ser Vivo que se relaciona com seu meio físico. E *corpo si* como história pessoal, a herança cultural, a consciência, a razão particular contida em cada ato. Na atividade de trabalho o *corpo si* revela-se como um ser particular e um ser social. Revela o *si* como o próprio e o *si* contribuição do outro que reside na nossa história. Dramáticas do uso de *si* por si mesmo e por outro é o uso que fazemos de nós mesmos e o uso que o outro (SCHWARTZ, 2003) faz de nós para a execução do trabalho. Dramática porque existe o movimento entre norma prescrita, infidelidade do meio, renormalização e atividade singular.

A contradição inerente a toda atividade de trabalho é própria da vida, e é potencializada pelo conflito entre as diferenças socioeconômicas, pela apropriação mercantil do trabalho, pela exploração, pela desvalorização do trabalho. A contradição e o conflito são geridos e negociados a todo momento, isso é a atividade humana, é o *corpo-si*, expressando-se na dimensão dialética do micro/macrossocial.

O trabalho é uma atividade que tem por alvo a produção de valores de uso e é condição e necessidade física da vida humana; o trabalho materializa a relação homem/ natureza e se objetiva por meio do fazer necessário para a vida em sociedade. O conceito de trabalho transcende a definição que o enquadra como relação de troca remunerada, regida pelo Direito, numa sociedade de mercado.

Comunicação e trabalho são faces intrínsecas da atividade humana

A comunicação é uma conquista da espécie humana, efetivada pela condição do homem de sobrepor-se por meio de sua atividade de trabalho à natureza, criando, dessa forma, um meio natural humano. Para Léontiev:

No trabalho, os homens entram inevitavelmente em relação, em comunicação uns com os outros. Na origem, suas ações, propriamente o trabalho, e sua comunicação formam um processo único. Agindo sobre a natureza, os movimentos de trabalho dos homens agem igualmente sobre os outros participantes na produção. Isto significa que as ações do homem têm nessas condições uma dupla função: uma função imediatamente produtiva e uma função de ação sobre outros homens, uma função de comunicação. (1976, p.78, tradução da autora)

Linguagem e trabalho estão ligados desde a origem à atividade produtiva, à “comunicação material dos homens”. A comunicação é produção simbólica fruto da atividade humana; formadora de um psiquismo específico, o do Ser Humano.

Habermas (1999) defende a prioridade da linguagem em detrimento do trabalho. Assim, ele separa duas características inseparáveis: a ação do homem pela sua sobrevivência material e defesa física (atividade de trabalho), da característica que essa mesma ação tem à medida que é ela que cria as condições para o aparecimento da linguagem e do psiquismo específico do ser humano.

A linguagem é o que mais se aproxima da atividade de trabalho. Colocar em palavras a atividade é criar um meio próprio, é se apropriar do espaço e do tempo em que se trabalha (D. FAÍTA, 2003). *A gestão de si por si mesmo e de si por outros*, se dá pelo embate entre normas, protocolos e leis e pelo ineditismo da atividade real, cuja efetivação renormaliza cada ato desempenhado pelo ser que trabalha, bem como transforma sua relação de comunicação com o outro, com a sociedade. Deste encontro, forjam-se a experiência e os novos conhecimentos, os novos protocolos e a mudança nas relações de comunicação.

A abordagem ergológica permite compreender a presença da dimensão de escolhas e de valores na atividade de trabalho. Ao fazermos escolhas estamos revelando os valores que circunscrevem nossa atividade e como nos situamos na sociedade (SCHWARTZ, 2000). Estamos resignificando nossa relação com o grupo social; estamos adotando um ponto de vista; revelando como nos apropriamos dos sistemas semióticos e como os confrontamos ou não.

Estudar o mundo do trabalho e a atividade de trabalho por meio da linguagem dos sujeitos (*corpo-si*) é se aproximar da realidade do trabalho, dos desafios e conflitos que permeiam o ambiente; é gerir as impertinências das condições de trabalho e de como tentar superá-las, resignificá-las. É na atividade que se dá a interação verbal (BAKHTIN, 1988) que propicia a comunicação.

Estudar a comunicação no mundo do trabalho é entender como se resolvem problemas e a partir de que valores as pessoas fazem suas escolhas; como se constituem os coletivos de trabalho que estão fora do enquadramento do organograma da empresa; como se constituem as redes de ajuda e solidariedade na resolução de problemas e tarefas. É compreender como o mundo do trabalho transborda de seu meio e abarca outros espaços sociais, tais como a casa, o bairro, a mídia, etc.

A abordagem ergológica de comunicação e trabalho destaca a relação dialética existente entre o micro e o macrosocial. A Ergologia problematiza os conceitos, friccionando os na dimensão da experiência, no confronto da norma prescrita com a renormalização (resignificação).

Portanto, o binômio comunicação e trabalho possibilita dois eixos de pesquisa (FIGARO, 2008):

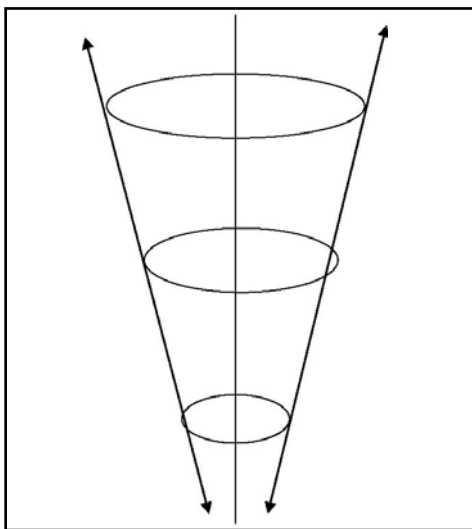
- a) com o objetivo de conhecer a atividade de trabalho, portanto, o mundo do trabalho;
- b) melhor entender as relações de comunicação, o processo de comunicação, os sujeitos (*corpo-si*) da comunicação.

Dispositivo dinâmico em três polos

Colocar em operação o chamado Dispositivo Dinâmico em Três Polos, segundo Schwartz é praticar uma epistemologia da atividade, na qual o confronto entre os conceitos sem aderência, ou seja, aqueles relativos às disciplinas científicas; e os conceitos de aderência, aqueles relativos à experiência, à vida vivida, permitem renovar o conhecimento sobre a atividade humana.

Ao aplicarmos ao nosso objeto de estudo o dispositivo dinâmico em três polos da abordagem ergológica, representado no esquema de Schwartz, adaptado por Durrive, (2003, p. 269), teremos em termos a representação o que segue no Quadro 1.

Quadro 1 - Dispositivo dinâmico em três polos



Dispositivo dinâmico em três polos

Eixo A Eixo B

Saberes e valores Saberes e valores da construídos no universo experiência, adquiridos na científico atividade (cotidiano do (Teorias da Comunicação enunciador/enunciatário). e outras disciplinas)

Eixo C – Polo do questionamento

Exercício de perguntas e respostas em duplo sentido.

AC B

Fonte: Schwartz, adaptado por Durrive, (2003, p. 269).

Estudos de Recepção

Ao aplicar esse Dispositivo aos Estudos de Recepção temos: Eixo A: os conhecimentos constituídos no campo da comunicação e de outras disciplinas.

Eixo B: a atividade concreta de emissão/ recepção, pertinente ao ser social ao se relacionar com outros, no caso, os discursos que circulam no mundo do trabalho. Eixo C: ao tencionar os conceitos (epistemologia /ergologia), possibilita a renovação do conhecimento. A imagem do cone em espiral representa a relação micro/macro-social que toda a abordagem da atividade comporta. Bem como o exercício do questionamento em duplo sentido.

Atividade de comunicação e trabalho para a gestão das relações de comunicação na sociedade

Como se podem identificar as diferentes características que adquirem comunicação e trabalho quando se trata da comunicação interpessoal? Por exemplo, os papéis sociais de cada interlocutor: o lugar de autoridade, relações no mesmo nível etc. E as características da comunicação institucional (interesses e responsabilidades), e da comunicação midiática, ou seja, dos meios de comunicação geridos pelas empresas de comunicação (que atingem a toda a sociedade indiscriminadamente)?

Pode-se identificá-las por meio de valores: os mercantis, quantitativos, mensuráveis, de interesses do sistema econômico e os valores não mensuráveis, que dizem respeito à vida, ao meio ambiente, aos direitos de igualdade entre os homens, o direito à saúde, à educação, à opinião, à informação, enfim os valores relativos à dimensão do bem viver em comum.

A comunicação midiática no Brasil tem especificidades, porque hegemonicamente é produzida por empresas que atuam no mercado e têm um produto à venda (informação) como outras empresas quaisquer, embora a Constituição Federal trate da informação, da arte e da cultura como um direito do cidadão. As empresas ocupam um lugar determinado na confrontação público/mercantil. É deste lugar que elas produzem suas falas, ou seja, os produtos

mediáticos. Quando não existem organizações voltadas para a comunicação pública, a sociedade padece com a supervalorização do polo da confrontação do público/mercantil. Isso leva ao desequilíbrio entre os interesses dos diferentes grupos sociais. Tal desequilíbrio manifesta-se em todas as demais instituições e organizações da sociedade e também aparece na produção cultural e na política. Resulta na sobrevalorização do entretenimento como matriz que dá forma ao jornalismo, à publicidade, à ficção, além de outras modalidades de discurso. A diversidade de pontos de vista e de estéticas fica empobrecida. Há prejuízo da dimensão dos valores não mensuráveis, do viver bem em comum, fator que acaba por prejudicar a própria organização ou empresa.

Quando se colocam estes problemas para serem tratados a partir da abordagem ergológica, elucidam-se os valores e as escolhas que deram origem aos resultados (os produtos culturais, distribuição, circulação). Aparece quais polos de valores são hegemônicos e se colocam as possibilidades de se escolher reorientá-los. Esse diálogo é difícil, conflituoso e traz para as organizações e movimentos sociais o desafio e a responsabilidade do questionamento para que se encontrem propostas alternativas. Para tanto, é fundamental a participação efetiva dos diferentes envolvidos na atividade ou relacionados a ela.

Considerações finais

Ao trazermos para o campo da comunicação uma proposta de estudo que toma a comunicação e o trabalho como atividade humana, ergológica, propomos dar a este campo científico a relevância que, de fato, ele tem para que se compreendam as profundas transformações que se dão na sociedade contemporânea.

Os estudos que temos realizado, a partir das contribuições da produção de Yves Schwartz, permite afirmar que os valores e as normas que circulam no mundo do trabalho estão presentes e conformam o conjunto da vida social, sobretudo, as relações de comunicação e os produtos culturais do mercado de consumo.

Os problemas derivados de um modelo econômico e político injusto e excludente mostram-se explicitamente nas formas de produzir e consumir os

chamados bens culturais. A abordagem ergológica que permite tomar para estudo o binômio comunicação e trabalho ajuda a identificar os valores e as escolhas que fazemos no cotidiano e como eles (no âmbito das microrrelações sociais) estão relacionados aos problemas mais gerais da sociedade.

NOTA

¹ Trabalho apresentado no IX Colóquio Binacional Brasil-França de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba-PR, 04 a 07 set.2009.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARAGÃO, Lucia M. de C. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- DEFLEUR, MELVIN; BALLROKEACH, Sandra G. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- DORTIER, JeanFrançois. La communication: omniprésente, mais toujours imparfaite. In: CABIN, Philippe (Coord.). *La communication*. Etat des savoirs. Sciences Humanes, 1998, p.119.
- DURAFFOURG, Jacques. Le travail et le point de vie de l'activité. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. *Travail et ergologie*. Entretiens sur l'activité humaine. Toulouse: Octarès, 2003. p.31-68.
- FAÏTA, Daniel. Le langage comme activité. In: Schwartz, Yves; Durrive, Louis. *Travail et ergologie*. Entretiens sur l'activité humaine. Toulouse: Octarès, 2003, p. 159-184.
- _____. Communication et modernisation à l'entreprise. *Société Française*, n. 37, oct./nov./dec., 1990. p. 26-29.
- FÍGARO PAULINO, Roseli A. *Comunicação e trabalho. Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação*. São Paulo: Anita/Fapesp, 2001.
- _____. Crítica à ação comunicativa e à razão comunicativa: para entender a comunicação no mundo do trabalho. *Epitc Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y comunicación*. v. VI, n. 2, p. 54-64, 2004.
- _____. (Org.). *Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo*. São Paulo: Atlas, 2005.
- _____. *Relações de comunicação no mundo do trabalho*. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

- _____. Atividade de comunicação e de trabalho. Revista *Trabalho, Educação e Saúde*. Fio-cruz, Rio de Janeiro, v.6 n. 1, p.107-145, mar/jun, 2008.
- GIRIN, J. A linguagem nas organizações: signos e símbolos. In: CHANLAT, J. (Coord.) *O indivíduo na organização*. Dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, v. III, 1996, p. 32-33.
- GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. *Escritos políticos*. Lisboa: [s.n.], 1977.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa* (I e II). Madrid: Taurus, 1999.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- LÉONTIEV, Alexis. *Le développement du psychisme*. 3. ed. Paris: Editions Sociales, 1976.
- LIMA, Vinício. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. (Tradução Artur Morão, 1975, a partir de seleção de T. B. Bottomore. Prefácio de Erich Fromm) Lisboa: Edições 70, 1993.
- MOLENÁT, X. (Coord.). Qui a peur de la culture de masse? (Dossier). *Sicences Humaines*. France, n. 170, Avril, 2006.
- PERRIER, Alexandre. De la valeurtravail au travail de valeur. In: SCHWARTZ, Yves. *Re-connaissance du travail*. Pour um approche ergologique. Paris: PUF, 1997.
- SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Almedina, 1976.
- _____. *O marxismo e o indivíduo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SCHWARTZ, Yves. *Travail et Philosophie*. Convocations mutuelles. 2. ed. Toulouse: Octarès, 1994.
- _____. *Reconnaissance du travail*. Pour une approche ergologique. Paris: PUF, 1997.
- _____. Discipline epistémique, discipline ergologique. Paideia et politeia. In: MAGGI, Bruno. *Manière de penser; manière d'agir en éducation et en formation*. Paris: PUF, 2000a, p. 33-68.
- _____; DURRIVE, Louis. *Travail et ergologie*. Entretiens sur l'activité humaine. Toulouse: Octarès, 2003.
- _____. Trabalho e uso de si. Revista *Proposições*. Faculdade de Educação, Unicamp, São Paulo, n. 32, 2000.
- _____. *Le paradigme ergologique ou le métier de Philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000.
- SOUZA E SILVA, Maria Cecília P.; FAÏTA, Daniel. *Linguagem e trabalho*. Construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.
- VYGOTSKI, Lev Samenovitch. *Pensamento e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WOLTON, Dominique. Les sciences de communication aujourd'hui. CABIN, Philippe (Coord.). *La communication*. Etat des savoirs. Editions Sciences Humanes, 1998. p. 49-54.

A TV digital e o apagão tecnológico no Brasil e na França¹

Digital TV and the technological black out in Brazil and France

Adriana Cristina Omena dos SANTOS

Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia – UFU - Uberlândia /MG – Brasil.

E-mail: omena@faced.ufu.br

&

Diélen dos Reis Borges ALMEIDA; Laís C. P. Ortiz de OLIVEIRA; Clara Ribeiro SACCO; Raíssa Fernanda CAIXETA – Discentes do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, responsáveis pela coleta de dados acerca dos custos de aparelhos em Uberlândia/2009.

E-mail: dielenrb@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa descritiva e documental², contendo informações acerca da implantação da TV digital no Brasil, do posicionamento da imprensa e das articulações da sociedade civil organizada acerca do assunto. Apresenta ainda elementos sobre a implantação e desenvolvimento da TV Digital na Europa, especificamente na França, e discute o apagão tecnológico previsto nos dois países. Tem por objetivo verificar e analisar o modo como a população está (des)informada a respeito do assunto, utilizando, para isso, os dados obtidos em um levantamento, que contou com a participação discente, realizado na cidade de Uberlândia – Minas Gerais, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: TV digital na França e no Brasil – apagão tecnológico – SBTVD.

ABSTRACT

This article presents partial results from a descriptive and documental research that contains information about the foundation of digital TV in Brazil, press attitude and the articulation of civil organized society about it. It also presents elements of the implementation and development of digital TV in Europe, mainly in France, and it discusses the technological blackout forecasted for both countries. The objective is to verify and analyze how population is (non)informed about this matter. So we used data from a survey made with students in Uberlândia – Minas Gerais, Brazil.

KEY WORDS: digital TV in France and Brazil – technological blackout – SBTVD

TV Digital na França e no Brasil: particularidades da implantação

A tentativa de se chegar a uma TV Digital (TVD) não é recente, pois vem sendo estudada desde a década de 70, tendo surgido, nos anos 90, os três padrões internacionais mais conhecidos: o americano ATSC³ (de 1993), o europeu DVB⁴ (também de 1993) e o japonês ISDB⁵ (de 1999).

Na Europa, os primeiros documentos que abordavam especificamente a televisão digital foram elaborados pelo European Council, em 1994, que previa um standart comum para as emissoras digitais televisivas e a construção de um mercado paneuropeu de TV Digital. A tarefa de criar esses standarts ficou sob a responsabilidade de um consórcio formado por diversos atores e recebeu o nome de Digital Vídeo Broadcast (DVB), o qual desenvolveu os padrões para a TV digital europeia. Hoje, o DVB Group envolve mais de 280 entidades, tem ramificações em 35 países e seus standarts estão disponíveis em todos os continentes, contabilizando cerca de 220 milhões de receptores (DENICOLI; SOUSA, 2009).

Entretanto, embora o padrão Europeu tenha surgido na década de 1990, a transição para a TV digital ainda não se completou na Europa. A União Europeia (UE) estabeleceu o ano de 2012, como prazo final para que os países membros desliguem definitivamente os sinais analógicos da televisão terrestre. Antes desta data, portanto, é necessário que todos os países envolvidos garantam a recepção de TV Digital terrestre (TDT) a todos os cidadãos. Mas a situação se torna preocupante se consideramos que nem todos os países se encontram no mesmo estágio de implantação da TV Digital.

Neste contexto, é interessante ressaltar que, enquanto o Reino Unido foi o primeiro país do mundo a disponibilizar a televisão digital terrestre (em 1995) e Luxemburgo, Holanda e Finlândia foram os primeiros países a realizar o apagão tecnológico (2006/1, 2006/2 e 2007 respectivamente), existem

países da UE, como a Polônia e Romênia, que sequer iniciaram a transição da TV analógica para a digital (DENICOLI; SOUSA, 2009).

Ainda de acordo com Denicoli e Sousa (2009, p. 4 e 5), o quadro de transmissões televisivas na Europa é heterogêneo e, em alguns países, o número de famílias que recebem o sinal terrestre é muito pequeno em relação às famílias que recebem outras plataformas, como o cabo ou satélite. Tais disparidades fazem com que “cada país defina sua política de acordo com a demanda existente, mas sempre evitando medidas que vão de encontro ao que foi estabelecido pela Comissão Europeia”.

Especificamente na França, mais de 60% dos lares recebem o sinal terrestre. Este país iniciou as transmissões digitais em 2005, com o lançamento de uma plataforma *free-to-air* (FTA)⁶, com 17 canais, e outra Pay-TV, com 11 canais exclusivos. O uso do espectro ficou limitado para as transmissões televisivas em seis multiplexes, sendo que cinco entraram em operação e o sexto é reservado para uso futuro, em aplicações de HDTV e TV móvel (DENICOLI; SOUSA, 2009).

Segundo os autores, a França tem *switc-off* analógico previsto para janeiro de 2011 e, de acordo com o DVB Group, em julho de 2008, 42% dos lares da França já recebiam a TDT. Também em 2008 teve início o uso do Multiplexer reservado para TV móvel, que conta com três canais públicos e 13 canais privados.

Assim, os encaminhamentos no Brasil e na França se encontraram no que diz respeito à digitalização da TV, no final de 2008, quando os brasileiros apresentaram no Open Word Fórum, em Paris, o *middleware* Ginga⁷. Trata-se de uma solução em software desenvolvida pela PUC-Rio, responsável por agregar interatividade aos programas veiculados na TV Digital no Brasil, que usa o padrão japonês.

No Brasil, o processo de implantação da digitalização da TV, recente e em desenvolvimento, sofreu uma reviravolta com a mudança no quadro governamental nas eleições de 2002. A política de implementação da TV Digital terrestre foi interrompida e ampliada devido a algumas alterações introduzida pelo novo governo, entre elas, a de que as etapas de regulamentação

saíram do controle da Anatel e passaram a ser vinculadas ao Ministério das Comunicações (MiniCom).

Logo após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, ao contrário do que ocorre atualmente, a postura do governo acerca dos encaminhamentos sobre a TV Digital foi positiva e tinha como foco uma política pública voltada para a democratização da comunicação e para inclusão social. Em dezembro de 2003, o Ministério das Comunicações editou o Decreto 4.901/03, por meio do qual se optou pelo desenvolvimento de um sistema nacional, inovador, ousado e comprometido com políticas públicas voltadas às necessidades do país, o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) (BRASIL, 2003), ao invés da adoção de um dos padrões de TV Digital já existentes.

O Sistema Brasileiro de TV Digital, instituído pelo Decreto presidencial, tinha entre suas várias propostas os objetivos de “estimular a pesquisa e o desenvolvimento e propiciar a expansão de tecnologias brasileiras e da indústria nacional” (INTERVOZES, 2006, p.16). Em paralelo ao Decreto, o governo brasileiro promoveu a licitação de 22 editais para pesquisas a serem realizadas por consórcios de universidades, de 2003 a 2006, utilizando os recursos públicos do Funttel⁸, mais de R\$ 50 milhões, nas pesquisas do SBTVD conduzidas pela FINEP.⁹

Porém, durante todo o período de debates e encaminhamentos acerca da TV Digital no Brasil, de 2003 a 2006, o governo não tomou nenhuma medida concreta para que o debate avançasse no âmbito regulatório. Somado a isso, em junho de 2006, durante a Copa do Mundo e dias após ser obrigado pela legislação eleitoral a assumir a candidatura à reeleição, o presidente Lula assinou o Decreto 5.820/06, que implantou o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (VHF e UHF) (GUINDRE, 2006). Esse Decreto apresenta apenas 15 artigos, faz a opção pelo padrão japonês e desconsidera o fato de que a atual legislação brasileira não oferece sustentação jurídica para a maior parte das diretrizes apontadas pelo documento.

O processo de escolha do padrão de TV Digital no Brasil foi marcado por confrontos e desgastes: falta de entendimento entre o MiniCom e alguns grupos sociais; publicações negativas ao posicionamento do MiniCom e de seu ministro Helio Costa acerca do assunto; não disponibilização, por parte

do ministro, do documento *Modelo de Referência: Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre*, produzido pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD, 2006) e que indicava o DVB como o sistema mais adequado às particularidades do Brasil; além de forte *lobby* da radiodifusão pressionando o processo a ponto de, numa iniciativa inédita, as emissoras unirem-se publicamente em prol de um padrão, o ISDB (OMENA, 2008).

Como resultado das inúmeras manifestações de desaproço pela condução dada ao assunto, este ganhou relativa visibilidade, contudo, sem oferecer informação consistente dos encaminhamentos. Ao mesmo tempo, a situação de confronto entre os grupos de pressão envolvidos agravou-se de maneira considerável e, em maio de 2006, o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, em parceria com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, realizou o Seminário *TV Digital: Futuro e Cidadania – Obstáculos e Desafios para uma Nova Comunicação*. Esse evento merece atenção especial, uma vez que foi marcado por um grande desgaste, quando o ministro das Comunicações Hélio Costa determinou que a Anatel proibisse as transmissões experimentais dos padrões norte-americano, europeu e brasileiro, uma vez que os representantes do padrão japonês não haviam comparecido ao evento. Os vários atores envolvidos no processo afirmaram que o governo não “tinha interesse na comparação entre os padrões”, pois isso evidenciaria a existência e o funcionamento de um sistema desenvolvido no país, por pesquisadores brasileiros, e que não estava sendo levado em consideração pelo governo em sua escolha pelo ISDB.

Todos esses encaminhamentos levaram ao debate a maior visibilidade adquirida durante todo o tempo de acompanhamento das publicações (em matérias, notas e editoriais em veículos de comunicação do Brasil inteiro, inclusive on-line). Não obstante, mesmo após a publicação do Decreto 5.820/06 sobre a TV Digital no Brasil, o quadro instaurado não sofreu alterações e se intensificava cada vez mais o movimento contestatório às conduções do governo sobre o assunto, por parte dos movimentos sociais organizados relacionados ao tema.

Dessa forma, em acompanhamento realizado junto às publicações sobre o assunto¹⁰, foi possível perceber que, no debate sobre a digitalização, ainda

há muito a ser dito, uma vez que o tema não é tão simplista como apresentado. Deve-se debater o potencial de inclusão social e as implicações da implantação de um sistema em longo prazo, porque o período para a completa transição do analógico para o digital deverá levar vários anos, tendo em vista o limitado poder de compra do brasileiro. Carecem de debate, também, os investimentos necessários à digitalização e, principalmente, como serão divididos entre concessionárias, indústrias e consumidor. Admite-se que a discussão tecnológica tenha conseguido mostrar-se e firmar-se como relevante diante da emergente necessidade da implantação da TV Digital no Brasil, mas ela, em si, é insuficiente para satisfazer o debate (OMENA, 2006; 2007; 2008).

Portanto, a digitalização foi apresentada, pela maior parte dos vários segmentos envolvidos no debate, como algo simples, para o qual bastava uma escolha entre três possibilidades técnicas. Na verdade, o que interessa nesse debate é tudo o que não foi dito, por exemplo, a política industrial, muito importante para a economia brasileira e que, devido aos encaminhamentos do MiniCom, talvez permita exportações apenas para duas cidades do Japão.

A urgência com que o assunto foi tratado era um dos pontos defendidos pelo *lobby* da radiodifusão e, segundo o Coletivo Intervenções (2006, p. 23), foi a emissora Rede Globo que aproveitou “o poder de pressão que possui sobre o governo em momentos eleitorais para emplacar aquilo que é melhor para seus negócios”. Fato similar ocorreu no governo anterior; no entanto, optou-se por prorrogar a decisão para depois das eleições. Nessa reflexão, cabe lembrar que, na Comissão Geral que ocorreu na Câmara dos Deputados, alguns representantes de emissoras chegaram a afirmar: “Somos nós que veiculamos o horário eleitoral gratuito”. Na ocasião, quatro falas dos radiodifusores aos parlamentares utilizaram essa afirmação, o que leva à percepção de quanto e do que está em jogo na condução desse processo em um período pré-eleitoral.

Até o momento, o debate ainda não se aprofundou em questões como modelo de negócios, política industrial, produção de conteúdo e características da digitalização no Brasil, tendo como pressuposto os avanços obtidos com as pesquisas nacionais. Os resultados dessas pesquisas atenderam aos indicativos do decreto presidencial de 2003 e apresentaram nível de qualidade compatível aos padrões que disputavam entre si pela escolha brasileira.

Apesar de constar entre os assuntos não abordados, o padrão de modulação desenvolvido pelos pesquisadores brasileiros também permite transmissão para recepção móvel, até então tida como exclusiva do sistema japonês. Se considerado o padrão chinês como possibilidade, a proposta nacional representaria o quinto padrão, embora o governo insistisse na existência de apenas três.

A ausência do debate ou a política da desinformação, a política do não dito, interessa, ainda hoje, a apenas alguns atores sociais. Afinal, sem debate, a opinião é pública, mas discutível, permite discordância, expressa juízos de valor e, por vezes, não coincide com a verdade, justamente por ser opinião individual e estar sujeita à esfera pública midiaticizada. Neste sentido, muito do que é e foi dito apenas confunde ou desinforma e não alerta sobre os reais impactos da digitalização na vida de todos os brasileiros. O resultado da desinformação da sociedade sobre o assunto tem influenciado o processo de implantação da TV digital no país, uma vez que a maior parte dos indivíduos não se sente informada o suficiente para realizar as ações necessárias para a transição.

O Decreto 5.820/06, que implantou a TV Digital aberta no Brasil, apresenta poucas definições e remete boa parte das medidas a serem tomadas para uma futura regulamentação. Diminuiu de onze para três as possibilidades do sistema e determinou que o Brasil fosse o segundo país do mundo a usar a tecnologia japonesa ISDB. Antes dele, apenas o Japão empregava tal modulação, fato que acabou com as esperanças criadas pelo Decreto 4.901/03.

É preciso ressaltar que a transição para a TV Digital contempla três dimensões: a regulatória, a do radiodifusor e a do consumidor. Todas as três possibilidades previstas no atual decreto dizem respeito diretamente aos radiodifusores, evidenciando a manutenção do atual cenário de concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa e a utilização das novidades tecnológicas para reafirmar o domínio no setor em detrimento das oportunidades para o desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais.

Desse modo, aparentemente, o SBTVD nasceu morto, pois com a publicação das especificações do sistema em 17 de janeiro de 2007, pelo Conselho de Desenvolvimento, o SBTVD foi rebatizado pelo Fórum Brasileiro de TV Digital e recebe hoje o nome de *International System for Digital TV* (ISDTV).

Conforme previsto no decreto, as transmissões tiveram início em 2007, contudo, pelo menos do ponto de vista de tecnologia, oferece-se apenas uma simples cópia do modelo japonês, devido à ausência de um marco regulatório que garanta a inserção das inovações tecnológicas desenvolvidas nos centros de pesquisa brasileiros e previstas no decreto assinado.

Para dificultar ainda mais os encaminhamentos, o cronograma de encontros entre Brasil e Japão sobre a TV Digital enfrentou impasses, uma vez que o grupo brasileiro, sem poder visitar as indústrias japonesas, solicitou a revisão do acordo de cooperação tecnológica previsto no Decreto 5.820/06, em que o Brasil optou pelo padrão japonês. Uma das propostas do acordo seria a troca de experiências e cooperação entre centros de pesquisas japoneses e brasileiros, mas não foi permitido aos brasileiros cumprir a programação inicial que incluía visita às indústrias. Segundo Marques (2007), o pretexto alegado pelos japoneses foi o de proteger segredos industriais. Somado a isso, até o momento, não se ouve falar nada sobre a prometida fábrica de semicondutores, decisiva no processo de escolha do padrão japonês, e uma leitura mais atenta do acordo bilateral assinado não expressa nenhuma obrigação do Japão nesse sentido. Tal fato evidencia que “o Brasil talvez tenha cedido na negociação de forma excessivamente servil, sem ter garantido o financiamento e aporte de capital necessário para a implantação do padrão” (SHIRAHATA, 2008, p.55).

As primeiras transmissões de TV digital tiveram início na cidade de São Paulo no dia 2 de dezembro de 2007 e, de acordo com o governo, as transmissões analógicas têm previsão de serem encerradas em 2016. Contudo, as emissoras estão operando em sinal digital apenas em algumas capitais e regiões metropolitanas. De acordo com Gustavo Guindre, coordenador geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura (INDECS), as emissoras se esforçam para tentar passar a impressão de que os prazos estão sendo cumpridos, mas o processo está bastante atrasado e muitas emissoras estão transmitindo com uma capacidade mais baixa que a necessária, apenas para dizer que estão no modo digital¹¹. O autor defende que o erro está na escolha do padrão japonês (ISDB), pois “o Brasil adotou uma tecnologia com menor escala de produção do que o DVB [europeu] e mesmo do ATSC [esta-

dunidense], já que o ISDB está presente apenas no Japão. Além disso, os custos de royalties com a tecnologia japonesa são altos” (VALENTE, 2008, p.1).

Neste contexto, a implantação da TV digital esbarra em dificuldades corriqueiras como, por exemplo, o fato de que as emissoras de TV não investem em serviços de interatividade, embora sejam disponibilizados mais canais. O motivo é a falta de regras para o pagamento de royalties pelo uso de ferramentas tecnológicas, como o Java. Na verdade, “o modelo não se paga como negócio para ninguém ainda, os modelos de negócio ainda não foram plenamente desenvolvidos, apesar deste mercado ainda ter muito a expandir [...]” (VALENTE, 2008, p.1).

De tal maneira, dois anos após a publicação do Decreto 5820/06, vários desafios precisam ser superados, uma vez que a implantação da TV Digital ainda enfrenta problemas como: 1) alto custo dos aparelhos com recepção digital; 2) baixa quantidade de produção digital; 3) pequena cobertura do sinal; e 4) a fraca recepção do sinal da TV Digital em aparelhos móveis, como celulares, dentro de ambientes fechados, sendo esse último item um dos diferenciais defendidos para a escolha do padrão japonês, o ISDB (DE VIZIA, 2008).

De acordo com Valente (2008), estes problemas não acontecem apenas pela demora da chegada da TV digital às localidades, uma vez que onde ela já está presente a adesão é baixíssima, o que se expressa nas vendas reduzidas dos aparelhos que decodificam o sinal digital nos televisores analógicos, conhecidos como conversores (*set top boxes*)¹². Para o autor, a polêmica tem colocado fabricantes de um lado e o ministro das Comunicações de outro, pois, de acordo com Hélio Costa, “a indústria não se preparou para vender o aparelho” (MUNIZ, 2008, p.1).

As críticas encontradas durante esse período de implantação da TV Digital ganham força com a pouca procura dos consumidores pela tecnologia. Conforme informação divulgada no final de 2008 pelo Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), com base nos dados da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), a TV digital atingiu aproximadamente 650 mil espectadores ao completar um ano em operação, o que equivale a apenas 0,3% da população (SHIRAHATA, 2008). O autor

defende que a pouca procura pode evidenciar a frustração de telespectadores, que esperavam algo mais acessível e diferenciado. Aliás, no momento em que vivemos um dos riscos para a TV Digital aberta no Brasil é ser atropelada justamente pela concorrência, seja a TV por assinatura, a internet ou até aparelhos convergentes que estejam aptos a receber o sinal digital de TV.

Esta é apenas uma das inúmeras vertentes que o assunto pode tomar, uma vez que tanto o debate quanto os problemas provenientes do processo lento de implantação da TV digital ainda se encontram distantes de uma conclusão, embora o governo já tenha tomado sua decisão e estabelecido o ano de 2016 para o apagão tecnológico, isto é, o encerramento das transmissões analógicas. Não obstante, a sociedade organizada, que já obteve pequenas vitórias nesse processo, se mobilizada, poderá conseguir um reordenamento nas conduções desta questão. Assim, são necessários estudos que incitem ao início de uma discussão mais ampla, envolvendo temas que englobem desde o acesso tecnológico e a exclusão digital até alterações no marco regulatório anacrônico em vigência, uma vez que a evolução tecnológica tornou obsoleta toda a regulamentação do setor.

Digitalização a passos lentos e desinformação: exemplo de Uberlândia – MG, Brasil

Embora o Decreto que estabelece as diretrizes para a digitalização da TV no Brasil tenha sido assinado em 2006, na prática, esse processo ainda passa por um momento de espera e incertezas. Governo e fabricantes se acusam mutuamente pela pequena aceitação por parte da sociedade, decorrente da relativa penetração e alcance do serviço. O consumidor ainda aguarda soluções mais econômicas de conversores para ter acesso ao sinal digital, bem como por maior variedade de serviços e de interatividade. Tal espera evidencia que a sociedade ainda possui pouca informação acerca da transição, provavelmente, resultado do *lobby* dos grupos de pressão e da campanha de (des)informação que marcaram o processo de implantação.

Atualmente, cerca de vinte cidades brasileiras¹³ já recebem sinal digital, dentre elas Uberlândia, no interior de Minas Gerais. Além disso, são ofere-

cidos no mercado inúmeros modelos de televisores; contudo, o processo de desinformação apresentado anteriormente comprometeu todos os encaminhamentos relacionados à digitalização da TV no Brasil. A título de exemplificação, podemos citar os resultados obtidos por alunos do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Uberlândia, que realizaram uma consulta/pesquisa no mercado de televisores nas lojas da cidade, a fim de verificar quais as informações disponíveis, atualmente, para os consumidores que tenham interesse em obter o sinal digital em seus televisores.

A pesquisa foi realizada na primeira semana de maio nos estabelecimentos mais conhecidos ou nas lojas de maior expressividade no mercado, tais como: Ponto Frio, Carrefour, Magazine Luiza, Eletrosom, Casas Bahia, Eletrozema e Ricardo Eletro. Os questionamentos aos atendentes estavam diretamente relacionados com a recepção digital, como o preço dos aparelhos, modelos disponíveis (LCD ou Plasma), existência ou não de conversor acoplado ao televisor, entrada para antena HDMI, etc.

Considerando que nosso objetivo é comprovar a desinformação geral por parte, inclusive, dos vendedores de aparelhos de TV e não criticar ou enaltecer particularmente uma determinada loja em comparação às outras, chamaremos os estabelecimentos de 1, 2, 3 e, assim, sucessivamente. Logo, são apresentados na tabela abaixo os dados obtidos com a pesquisa.

Quadro 1: Informações obtidas sobre televisores e conversores próprios para TV digital em Uberlândia -MG¹⁴

Estabelecimento	Tipos de televisores oferecidos	Preços dos televisores	Conversor não embutido	Preços dos conversores	Observações
1	Todos em LCD, com entrada HDMI, entre 32 e 47 polegadas, com conversor integrado	Entre R\$ 1.999 e R\$ 3.799	Havia acabado o estoque, mas chegaria em breve	R\$ 370,00	Quando perguntado ao vendedor se a loja tinha TV digital, este respondeu convictamente que sim.

2	Todos em LCD, com entrada HDMI, acima de 32 polegadas, com conversor integrado	R\$ 1.229	Não havia disponível	-	Vendedor não detalhou vantagens da TV digital, disse apenas que “seria mais cômodo”.
3	Todos em LCD, com entrada HDMI, entre 32 e 42 polegadas, sem conversor integrado e apenas um modelo Full HD	Entre R\$ 2.399 e R\$ 4.600	Disponível, porém, sem oferecer interatividade	Entre R\$ 329,00 e R\$ 999,00	Vendedor demonstrou conhecimento sobre TV digital e admitiu que ela ainda não existe, de fato, no Brasil.
4	Todos em LCD, com entrada HDMI, entre 32 e 42 polegadas, uma com conversor integrado e interatividade, três sem conversor e duas Full HD	Entre R\$ 1.299 e R\$ 3.599	Não havia disponível	-	Questionado sobre como seria a interatividade oferecida pela TV com conversor, o vendedor respondeu que é igual à da Sky. Disse que não vendem conversor porque “não tem saída”.
5	Todos em LCD, com entrada HDMI, entre 26 e 42 polegadas, sem conversor integrado	Entre R\$ 1.499 e R\$ 2.999	Disponível	R\$ 350,00	Vendedor disse que a loja oferecia TV digital, mas não soube dar informações detalhadas.
6	Todos sem conversor integrado, entre 30 e 40 polegadas, Full HD	-	Não havia disponível na loja, apenas pelo site	-	Vendedor realizou mau atendimento e não se dispôs a dar mais informações.

7	Todos em LCD, com entrada HDMI, entre 32 e 42 polegadas, com e sem conversor integrado, algumas Full HD	Entre R\$ 1.449 e R\$ 2.499	Disponível, porém, sem oferecer interatividade	R\$ 449,00	Vendedor demonstrou conhecimento sobre TV digital e disse que, no momento, a única vantagem é melhoria na qualidade da imagem.
8	Todos em LCD, com entrada HDMI, 32 polegadas, sem conversor integrado	Entre R\$ 1.449 e R\$ 2.499	Disponível	R\$ 399,00	Vendedor recomendou que seria melhor esperar que os preços caíssem e que, no momento, não compensa pagar tão caro para ter acesso a apenas alguns programas em HDTV.
9	Todos em LCD, com entrada HDMI, entre 32 e 42 polegadas, com e sem conversor integrado	Entre R\$ 2.699 e R\$ 3.299	Não havia disponível no momento	R\$ 300,00 (quando tinha na loja)	Quando questionado sobre TV digital, o vendedor disse que nem a emissora local sabia explicar o que era e ele também não. Enfatizou que cobriria preços de outras lojas.
10	Todos em LCD, com entrada HDMI, entre 32 e 42 polegadas, com e sem conversor integrado, algumas Full HD	Entre R\$ 1.399 e R\$ 6.999	Disponível e proporciona interatividade	R\$ 499,00	Vendedores diferentes da mesma loja se contradisseram, pois um disse que não vendiam conversor e outro disse que vendiam.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Dessa forma, embora haja alguns vendedores bem informados e dispostos a orientar devidamente os consumidores, a maioria desconhece as características dos produtos que tem à venda e alguns demonstram, inclusive, certo nervosismo quando questionados sobre TV digital. Um dos exemplos mais claros desta desinformação dos vendedores diz respeito às vantagens da digitalização, pois enquanto uns reconhecem que só há melhorias, por enquanto, na qualidade da imagem, outros garantem que o conversor possibilitará interatividade, quando se sabe que nem ao menos há produção de conteúdo interativo.

Considerações finais

Ainda que o Brasil já tenha mostrado aos franceses a aplicação de interatividade da TV digital brasileira, no país, essa interatividade ainda se encontra em implantação e a passos lentos. Afinal, definido o *middleware*, a disponibilização de conteúdo interativo passa a depender da ação direta dos radiodifusores, da indústria de software e, principalmente, da indústria de receptores.

Nesse sentido, os radiodifusores e a indústria de software afirmam estar preparados para oferecerem as primeiras aplicações interativas ainda neste ano, entretanto, são raros os exemplos de interatividade na programação das emissoras e poucas as indústrias de receptores que assumem planos de começar a venda de conversores já com o Ginga, o software que possibilita aplicações interativas. Entre as indústrias de televisores, a primeira a colocar no mercado aparelhos com conversores foi a LG, que já estuda a instalação do Ginga, mas mesmo essa empresa não acredita que o mercado aponte crescimento neste momento (DE LUCA, 2009).

Há que ressaltar, ainda, que a maioria dos conversores disponíveis e vendidos hoje não aceita o *upgrade* para o *middleware* devido à capacidade baixa de memória. Em outras palavras, temos como resultado da desinformação criada durante o processo da digitalização da TV no Brasil o seguinte quadro: as pessoas que compraram televisores sem o conversor embutido terão que adquirir o conversor ou substituir o televisor e mesmo aqueles que compra-

ram conversores ou televisores com o conversor embutido terão que adquirir outro equipamento para ter acesso à tão discutida interatividade na televisão.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – FAGED/UFU.

² Resultados parciais de pesquisa descritiva e documental, de cunho exploratório, contidas na tese de doutoramento defendida pela autora na Universidade de São Paulo em 2006, com ajustes devido a novos dados coletados em 2009.

³ *Advanced Television Systems Committee*

⁴ *Digital Video Broadcasting.*

⁵ *Integrated Services Digital Broadcasting.*

⁶ Serviço televisivo ou radiofônico não criptografado e oferecido gratuitamente.

⁷ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

⁸ Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

⁹ Financiadora de Estudos e Projetos.

¹⁰ Para maior detalhamento, consultar tese de doutoramento da autora, que trata da Digitalização da TV no Brasil, disponível em: http://poseca.incubadora.fapesp.br/portal/bdtd/2006/2006-dosantos_adriana.pdf.

¹¹ A RedeTV! transmite toda a sua programação em alta definição para TV digital, com exceção dos horários contratados por terceiros. A Globo transmite jogos de futebol, a novela do horário nobre, filmes e séries próprias, além de, eventualmente, outros programas. Toda a programação da Band entre 18h e 1h é em alta definição. O SBT e a Record transmitem filmes com essa qualidade. A Record também reprisa a primeira temporada da série norte-americana *Heroes* em alta definição (TV DIGITAL, 2008).

¹² Até abril de 2008, somente 25.854 conversores foram feitos no Amazonas, que abastece quase todo o mercado (MUNIZ, 2008).

¹³ As cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Campinas (SP), Uberlândia (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Cuiabá (MT), Aracaju (SE), Florianópolis (SC), Vitória (ES), São José do Rio Preto (|SP), Teresina (PI), Santos (SP), Campo Grande (MS) e Recife (PE).

¹⁴ Os estabelecimentos 5 e 6, 7 e 8, 9 e 10 são pares de filiais ou matrizes de uma mesma empresa, sendo 5, 7 e 9 lojas localizadas em um shopping e 6, 8 e 10 lojas localizadas no centro da cidade de Uberlândia – MG.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério das Comunicações. *Decreto 4.901 de 26 de novembro de 2003*. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital -SBTVD, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 27 nov. 2003. Disponível em <<http://sbtvd.cpqd.com.br>>. Acesso em: 03 jan. 2005.

_____. *Decreto 5.820 de 29 de junho de 2006*. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 30 jun. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato20042006/2006/Decreto/D5820.htm>. Acesso em: 12 set. 2006.

CPQD. Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Telecomunicações (Brasil). *Modelo de referência – Sistema brasileiro de TV Digital*. 10. fev. 2006. Disponível em <http://www.intervozes.org.br/digital/docs/documento0_cpqd.html>. Acesso em: 27 fev. 2006.

DENICOLI, Sergio; SOUSA, Helena. *Portugal e o mapa da TV digital terrestre na Europa*. CONFERÊNCIAS LUSÓFONA, 8º LUSOCOM, Portugal, 2009. Disponível em: <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/452/450>. Acesso em: 20 mai. 2009.

DE LUCCA, Cristina. França conhecerá aplicação de TV digital brasileira. *Convergência digital*. 09 out. 2008. Disponível em: <http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=16225&sid=3> Acesso em: 20 maio 2009.

DE VIZIA, Bruno. TV Digital deverá ter pico de implantação em 2010. *TeleSintese*. 23 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=content&task=view&id=9104>>. Acesso em: 24 jun. 2008.

GINDRE, Gustavo. Um decreto durante a copa. *Boletim Prometheus*. Nova Fase. 10 jul. 2006.

INTERVOZES. Coletivo Brasil de Comunicação Social. *TV Digital: decisão em ano eleitoral revela os interesses dos que não querem democratizar as comunicações*. Brasil, maio 2006.

MARQUES, Marineide 2007. Cronograma de encontros Brasil-Japão sobre TV Digital enfrenta impasse. *Telecom Online*. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/print.php?p=conteudo&cont_key=135625>. Acesso em: 27 fev. 2007.

MUNIZ, Diógenes. Após seis meses, TV digital brasileira “dá traço” no Ibope. *Folha Online*. 07 jun. 2008. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde07062008.htm> > Acesso em: 15 jun. 2008.

OMENA dos Santos, Adriana C. *A digitalização da TV no Brasil: a sociedade civil organizada e a opinião pública a respeito do sistema brasileiro de TV digital – SBTVD*. 494p. Tese de Doutorado (Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Que digitalização é essa? Um resgate acerca do que não é dito sobre a TV Digital no Brasil. *Comunicação & Sociedade*, v. 1, 2007, p. 10-25.

_____. A implantação da TV digital no Brasil: pseudo-inclusão, ausências de interatividade e pouca aceitação pela sociedade. In: SQUIRRA, Sebastião; FECHINE, Yvana. *Televisão digital: desafios para a comunicação*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

SHIRAHATA, Lucas. Batalha Global. Video Zoom Magazine: vídeo_cinema_multimídia_produtos_fotografia. Ano 9. Edição 105, julho 2008, p. 53-56. TV DIGITAL ainda tem restrições. *Folha de S. Paulo*. Informática – TV digital, 07maio 2008.

VALENTE, Jonas. Governo faz promessas, mas transição segue em marcha lenta. *Observatório do Direito à Comunicação*. 16.06.2008. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=3573. Acesso em: 18 jun. 2008.

ZANATA, Carlos E. Deputados acusam governo de ignorar Congresso. *Tela Viva News*. 19 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.telaviva.com.br/News.asp?ID=62109>>. Acesso em: 22 abr. 2006.

A contribuição das teorias críticas
do “Laço Social” à “Tripla função
da televisão” de Dominique
Wolton para os estudos da mídia
televisiva na Europa e no Brasil¹

La contribution des théories critiques
du “lien social” au “triple rôle de
la télévision” de Dominique
Wolton aux études de la télévision
en Europe et au Brésil

Adriana Tigre Lacerda NILO

Jornalista. Doutora pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e
Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.
Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do To-
cantins-UFT – Palmas/TO – Brasil.

E-mail: adrianatln@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo geral discutir, em termos teóricos, a ampliação da teoria crítica da televisão do pesquisador francês, Dominique Wolton, desde a sua abordagem inicial, quando escreve o *Elogio do Grande Público*, obra na qual o autor apresenta a tese da televisão generalista como fator de “laço social”, até a publicação *Pensar a Comunicação*, em que trata de temas interdisciplinares, tais como televisão, cultura e espaço público, quando apresenta o que chama de “tripla função da televisão”. Por meio deste conceito, Wolton amplia a tese anterior ao atribuir à mídia televisiva não só (I) o papel de laço social, mas também o de (II) propiciadora de modernização nas sociedades menos favorecidas, e, ainda, o de (III) significativo agente cultural na construção da identidade nacional em realidades sociais onde é presença viva.

PALAVRAS-CHAVE: Modelos público e privado de televisão – audiência.

RÉSUMÉ

Cet article a pour but général de discuter, en termes théoriques, l’expansion de la théorie critique de la télévision du chercheur français, Dominique Wolton, depuis sa première approche, lorsqu’il fait *L’Eloge du Grand Public*, oeuvre dans laquelle l’auteur présente la thèse de la télévision généraliste comme un facteur de “lien social”, jusqu’à la publication *Réfléchir sur la Communication*, dans laquelle il traite des sujets interdisciplinaires tels que la télévision, la culture et l’espace public, quand il présente ce qu’il appelle le “triple rôle de la télévision”. Grâce à ce concept, Wolton étend la thèse antérieure en attribuant au média télévision non seulement (I) le rôle de lien social, mais aussi celui de (II) propitiateur de la modernisation dans les sociétés moins favorisées, et, en outre, celui (III) d’acteur culturel important dans la construction de l’identité nationale dans les réalités sociales où il demeure une présence vivante.

MOTS-LEFS : Modèles publique et privé de télévision – audience.

Buscando um equilíbrio entre as duas correntes teóricas que predominaram nas ciências sociais, a *teoria empirista*, considerada pouco crítica, por se dedicar, de modo geral, apenas aos estudos da dimensão técnica da TV, e a *teoria crítica*, mais conhecida por ressaltar os aspectos negativos do conteúdo veiculado pela mídia televisiva, Wolton (1996; 2004) identifica-se com o *empirismo crítico*.

Modelos de TV e suas funções sociais, segundo Wolton

Nos seus estudos, que resultaram na elaboração de uma teoria crítica da televisão, na década de 90, o pesquisador francês dedicou-se à análise das relações desta mídia com o espaço público. No seu *Elogio do Grande Público* (1996), o autor retoma o contexto histórico do surgimento das televisões públicas, na década de 50 na Europa, no qual se inspirou boa parte das experiências das emissoras brasileiras.

Todo o mundo ainda tinha em mente, na época, a utilização que fizeram do rádio os fascistas alemães e italianos, sem esquecer os ecos distantes, vindos da América Latina, de sua utilização no Brasil por Getúlio Vargas e, sobretudo, na Argentina, por Perón. As mídias de massa eram, por isso, consideradas perigosas e deviam, *portanto*, ser controladas pelo poder público. (WOLTON, 1996, p. 25 – grifo nosso)

Que a instância do poder público fosse considerada a mais adequada ao controle da mídia, em função da sua principal atribuição ser a elaboração e gestão das políticas públicas, é compreensível. No entanto, o intrigante é que os perigos causados pelos meios de comunicação, citados pelo referido autor, são oriundos do abuso de poder por parte de representantes do próprio Estado, ainda que consideremos tratar-se de um regime de exceção, como é o totalitário.

A estranheza que ressaltamos deve-se à relação estabelecida entre o fato mencionado e consequência apontada como solução. Diante de tais circunstâncias, parece-nos incoerente que o poder público, tendo sido o responsável pelo uso deliberado da mídia, em momentos cruciais da história do Brasil e do mundo, seja apontado como “portanto” a melhor alternativa para o controle dos meios de comunicação, ainda que saibamos ser o Estado, a instituição paradigmática da sociedade moderna (THOMPSON, 1998).

Então, neste caso, devemos considerar que, em princípio, este deve ser o procedimento mais adequado, desde que estejamos nos referindo à sociedade no chamado Estado de Direito Democrático e não às ditaduras como foram o Peronismo [...] ou o Estado Novo, de 37 a 45, no Governo Vargas, entre outras. O paradoxal destes casos é que aqueles que, de forma arbitrária, ocupam o Poder destituem o Estado, anteriormente constituindo, porém não dispensam o uso da mídia, independentemente do tipo de legislação em vigor. Isto é, não parece haver medidas legais refratárias ao abuso político.

Desencadeamos esta reflexão para trazer à tona exatamente o quão difícil foi tomar uma decisão acerca de que modelo de televisão adotar, para os países europeus que tiveram o primeiro contato com a mídia televisiva, enquanto vivenciavam os seus efeitos nocivos em determinados acontecimentos históricos.

Pensamos ser esta a melhor forma de entender Wolton (1996) quando afirma que, tanto no meio televisivo quanto no intelectual europeu, havia uma resistência ao modelo privado da TV norte-americana, voltado ao mercado, e, em contrapartida, uma expectativa nas potencialidades do uso da TV para democratização cultural, na perspectiva do modelo público, com variações na sua forma de gestão. Conforme destaca o citado autor, por esta razão:

Nem todos os países reagiram da mesma maneira diante da “ameaça da comunicação”. Se a França, assim como a Itália e a Bélgica, escolheram a lógica administrativa, política, centralizadora, a Alemanha Ocidental preferiu uma estrutura pública descentralizada. Enquanto os países latinos confiavam no Estado para garantir o bem público e a “independência” da televisão, a Grã-Bretanha e, sobretudo, a Alemanha, que acabava de experimentar os piores excessos cometidos em nome do Estado, tiveram uma atitude menos estatal. (WOLTON, 1996, p. 26)

Os ingleses adotaram um sistema híbrido de gestão do capital. Para Wolton, apesar de terem sido considerados vendidos ao modelo privatizante norte-americano e sofrido o quase desmantelamento da Companhia Britânica de Radiodifusão na era Thatcher, a BBC – British Broadcasting Corporation –, até hoje é tida como a melhor televisão do mundo, no modelo público.

Tendo estudado o modelo de televisão britânico, Leal Filho explica que:

[...] Desde a forma de concessões de canais até o controle da qualidade dos programas, há mecanismos do Estado atuando. No centro do processo está o Parlamento. É a partir dele que se estrutura todo o sistema com três órgãos centrais de direção: a British Broadcasting Corporation (BBC), responsável pelo serviço público; a Independent Television Commission (ITC), que dirige o setor privado de televisão terrestre, por cabo e satélite; e a Radio Authority, que controla o rádio comercial. São órgãos administrados por conselhos diretores nomeados pela rainha, mas indicados pelo governo. Eles prestam contas ao parlamento por intermédio do Ministério do Patrimônio Nacional, responsável pelo setor de rádio e televisão na Grã-Bretanha. (LEAL FILHO, 1997, p. 35)

Já nos Estados Unidos, conforme observa Cavalcante, a realidade é diferente daquela do modelo britânico:

[...] as emissoras integrantes da televisão pública não têm necessariamente uma programação em comum, o que não a caracteriza exatamente como uma rede. São cerca de trezentos e cinquenta emissoras locais e duas nacionais de maior porte (PBS – Public Broadcasting System e CPB – Corporation for Public Broadcasting). Os telespectadores da televisão pública norte-americana contribuem cerca de três a quatro vezes por ano, incentivados por campanhas das emissoras locais com essa finalidade. Dessa contribuição decorre a maior parte do orçamento desse veículo. (CAVALCANTE, 2007, p. 11)

Na análise que fez sobre a convivência dos dois principais modelos de televisão, no cenário internacional, Wolton identifica as três mais importantes fases, que são: a de 1950 a 1970, na qual dominou o modelo de televisão de serviço público; a de 1970 a 1980, quando houve o confronto dos dois modelos e, por fim, a de 1980 a 1990, a partir da qual houve a predominância do modelo privado, em vigor até hoje.

Na primeira, a diretriz ideológica consistia na prestação de serviço público, com a elaboração de programas culturais e educativos, e na resistência à veiculação de publicidade, que perdurou até 1968. De acordo com Wolton, o confronto dos dois modelos evidenciou os limites da TV pública, levando a TV privada a tornar-se não só irresistível, quanto desejável:

O público não contestava a televisão pública, até a apreciava, e queria somente mais imagens à medida que aumentava o número de aparelhos vendidos. Não foi senão mais tarde, diante da reticência da televisão pública em se abrir e renovar-se, que o público, a princípio bastante fiel, começou a sonhar com o fruto proibido. (WOLTON, 1996, p. 28)

Além destes fatores que envolvem questões técnicas e administrativas, conforme ressalta o citado autor, outras questões, de ordem política relacionadas aos princípios da comunicação, vieram a acentuar tal embate. Ele menciona, por exemplo, que na França, em 1980, até mesmo as emissoras regionais e comunitárias eram consideradas privadas, pelo simples fato de fugirem do controle estatal da gestão pública.

Os conflitos chegaram a tal ponto que, como observa Wolton: “Nada mais parecia capaz de se opor à ideia de que a televisão privada talvez não fosse o pesadelo por tanto tempo descrito” (WOLTON, 1996, p. 29). Deste modo, chegou-se à fase que perdura até hoje, com a mudança de paradigma do modelo dominante, do político para o econômico.

O público saturado de discurso, e menos amnésico do que pensamos a respeito dos múltiplos exemplos de controle político, reclamou imagens, mais imagens, sempre imagens. Que elas fossem públicas ou privadas, pouco lhe importava. E a hostilidade ao modelo público se traduziu por um esquecimento sobre os inconvenientes do dinheiro privado. (WOLTON, 1996, p. 30)

Devido a alguns fatores de ordem sócio-político-econômica, que incidem nos processos históricos de assimilação cultural, mediante os quais ocorre a incorporação e reprodução de determinados valores ideológicos, os países da América Latina incorporaram os modelos de comunicação oriundos da América do Norte e da Europa.

No Brasil, entretanto, vivemos uma inversão do que ocorreu em muitos países desenvolvidos, onde o [modelo] público antecedeu o privado, ou foi simultaneamente a ele, países onde a cidadania antecedeu o consumidor de massas, e onde se afirmou com mais facilidade o lugar da televisão pública. Aqui, primeiro surgiu a televisão privada e depois o Estado veio exercer o papel tradicional na organização do espectro limitado e na organização dos canais públicos. (GIL, 2006 p. 2).

No que se refere à inversão ocorrida no Brasil quanto ao processo de adoção dos dois principais modelos de televisão, tem-se nas origens do surgimento da televisão brasileira a explicação para o fato inexorável das emissoras públicas (sobre)viverem tentando (re)construir a sua identidade, bem como (re)definir a missão que têm a desempenhar na sociedade.

Tendo surgido, entre as décadas de 70 e 80, como contraponto às televisões privadas, as emissoras públicas inicialmente representaram a antítese do que o sistema capitalista, no âmbito da comunicação social, estabeleceu como paradigma às TVs abertas. Se considerarmos, porém, o fim da restrição à veiculação de propaganda² aos canais culturais e educativos, hoje talvez estes signifiquem mais uma alternativa que uma oposição, propriamente, ao circuito comercial.

Alguns pensadores, e gestores de TVs públicas brasileiras, situam suas reflexões nesta perspectiva. Ao contrário de Blumler e Hoffman-Rien (1993) que admitem a concorrência salutar, Bucci (2006) defende que estas emissoras não devem competir com as emissoras privadas. Ele não considera que os modelos sejam diametralmente opostos, mas complementares, conforme sugere a metáfora a qual recorre para argumentar seu ponto de vista.

As emissoras comerciais e as públicas deveriam funcionar como os dois pratos da balança, e essa balança é o espaço público democrático. As primeiras se organizam com base em demandas do mercado, que atuam por vários caminhos e se refletem, por exemplo, na preferência dos anunciantes em patrocinar um tipo de programa e não outro – o que vai interferir no próprio formato das grades de programação [...] Aí é que entra o papel das emissoras públicas. Estas não deveriam atrelar-se ao mercado [...] deveriam diferenciar-se, recusando-se a competir no mercado e buscando dar visibilidade às expressões francamente minoritárias da cultura e do debate público, que não têm aptidão para se tornar “campeãs de audiência” e não têm vez nas comerciais. (BUCCI, 2006, p. 25)

Bucci contrapõe-se ainda aos citados autores no que tange à forma de conceber a pertinência ou não do gênero “entretenimento” na grade da programação das TVs públicas, sobretudo, no caso das emissoras educativas.

[...] a palavra entretenimento foi revolvida por um processo de ressignificação definitivo a partir da indústria do entretenimento. Ao afirmar que faz entretenimento, ainda que marginalmente, uma emissora de televisão se declara pertencente a essa indústria e a esse negócio. Quando uma TV pública diz que faz entretenimento, afirma que pertence a um campo – industrial e econômico – ao qual não tem vocação nem destinação de pertencer. Não se trata de um santo nome, mas essa palavra jamais poderá ser invocada em vão. (BUCCI, 2006 p. 27)

Neste sentido, um dos inconvenientes a ser considerado é a adoção do princípio da concorrência, que é a força-motriz das leis de mercado, despertado naquelas emissoras, cujos modelos, até então, não se pautavam por tais valores. Consequentemente, este inconveniente gerou outro, que foi a margem dada à interferência dos anunciantes e dos índices de audiência na grade da programação.

Por esta razão, a programação não pode ser entendida como a soma aleatória do conjunto de programas veiculados. Na concepção de Manuel Pinto “[...] estes são como que tecidos e articulados num plano estratégico, manobrado num espaço de mercado concorrencial” (PINTO, 2000 apud BRANDÃO, 2002, p.31).

Seguindo esta linha de pensamento, na análise da grade da programação de TVs portuguesas, principalmente, as emissoras privadas, Brandão (2002) conclui que

[...] tornou-se num instrumento de fidelização do público, oferecendo, para maximizar a sua audiência, praticamente o mesmo tipo de programas, o que faz com que a grelha [grade] de programas seja hoje feita apenas em função de resposta à concorrência do que de alguma estratégia individual de cada estação. O resultado é os diferentes canais oferecerem produtos semelhantes em horários idênticos, visto que visam os mesmos públicos, os mesmos níveis de audiência, o que resulta uma crescente uniformização do panorama audiovisual generalista. (BRANDÃO, 2002, p. 32)

Enquanto que para Brandão (2002) este fenômeno da uniformização³ pode comprometer a função social das chamadas TV's generalistas, para Wolton (1996; 2004), o fato de atuar em circuito aberto é o suficiente para que este tipo de televisão seja democrática e proporcione a integração entre os diversos segmentos sociais. É neste universo que o pesquisador francês identifica a força da televisão e fundamenta a tese de laço social.

Dizer que a televisão é uma das formas de laço social é, pois, uma retomada de certa tradição sociológica, mesmo que a perspectiva seja sensivelmente diferente. Em que a televisão constitui um laço social? No fato de que o espectador, ao assistir à televisão, agrega-se a esse público potencialmente imenso e anônimo que a assiste simultaneamente, estabelecendo assim, como ele, uma espécie de laço invisível. É uma espécie de *common knowledge*, um duplo laço e uma antecipação cruzada. Assistio a um programa e sei que outra pessoa o assiste também, e também sabe que eu estou assistindo a ele. (WOLTON, 1996, p.124)

Para Wolton, a TV generalista ocupa um espaço não mais preenchido pelas demais instituições sociais, nas mais diversas áreas do trabalho à família.

Os laços primários, ligados à família, ao vilarejo, ao trabalho, desapareceram e os laços sociais ligados à solidariedade de classe e de pertinência religiosa e social desmoronaram. O resultado é que não sobra grande coisa entre a massa e o indivíduo, entre a massa e as pessoas. Poucos laços perduram. É nesse contexto de ausência de espaço intermediário sociocultural entre o nível de experiência individual e a experiência em escala coletiva que se situa o interesse pela televisão. Ela oferece justamente um laço estruturante entre essas escalas e esses espaços. (WOLTON, 2004, p.134)

Com relação a um possível contraponto a ser oferecido pela mídia televisiva segmentada, o citado autor mostra-se restritivo, argumentando que

[...] a experiência da televisão temática atualmente serve mais como um estímulo à televisão geralista do que como um questionamento desta, e os problemas teóricos que coloca, do ponto de vista do papel da televisão num espaço ampliado de comunicação, são menos percebidos, na medida em que a televisão fragmentada parece, muitas vezes, uma televisão geralista, mas em escala reduzida. (WOLTON, 1996, p. 106)

Deste modo, fica claro que para Wolton, somente a programação da tv generalista apresenta responsabilidade global com a realidade sociocultural do público. “Se a tv generalista foi muitas vezes chamada de ‘espelho’ da sociedade, a televisão fragmentada é um espelho quebrado” (WOLTON, 1996, p.107).

Nesta perspectiva, fica explicado o seu *elogio ao grande público*, não por outra razão, título da sua obra dedicada à proposição de uma teoria crítica da televisão. Na opinião de Wolton (1996), as duas principais críticas feitas à televisão voltada ao *grande público* são a de uma possível passividade deste diante do caráter genérico da programação e a do risco de estandardização da oferta e da demanda.

A tais colocações, o autor rebate, apresentando, respectivamente, os seguintes argumentos:

a) A televisão não engendra a passividade, como pelo contrário, desenvolve o senso crítico, pois, ao se dirigir a todos, obriga todo mundo a estar à altura de um determinado olhar;

b) Responsabilizar a TV pela estandardização “significa atribuir a ela um poder muito acima das suas competências [...] quando existem fatores que são ‘objetivamente’ mais responsáveis por isso, como aqueles ligados à economia de massa” (WOLTON, 1996, p. 126).

A partir de tais pressupostos teóricos, fica mais fácil compreender a tese central de Wolton que defende que “a televisão de grande público perde em ‘definição’ aquilo que ganha em ‘integração’¹, quer dizer, na manutenção de uma certa representação da consciência coletiva de um país” (WOLTON, 1996, p.132).

É por esta razão que, para o autor: “Há uma vinculação direta entre a noção de grande público e a função de ‘*laço social*’ da televisão. A televisão só pode desempenhar esse papel quando se trata de uma televisão de grande público, ou seja, uma televisão de massa, caso contrário desempenhará um papel mais limitado”.

No que diz respeito à relação *indivíduo x massa*, Wolton observa o caráter paradoxal de duas características encontradas na TV generalista, oriundas

da própria dinâmica social: “A televisão geralista procede diretamente desse duplo movimento contraditório: nela censuramos, simultaneamente, a homogeneização – todo mundo assiste a mesma coisa – e a atomização – cada um assiste sozinho” (WOLTON, 1996, p. 133).

Analisando ainda o binômio *indivíduo x massa* diante da variação dos circuitos, aberto ou fechado, observa o autor:

A televisão de massa é mais democrática, mas concilia mal a relação indivíduo-massa, pois a dimensão coletiva prevalece sobre a dimensão individual. A televisão fragmentada, pelo contrário, mais forte do ponto de vista da satisfação individual, o é menos quanto à identidade coletiva. (WOLTON, 1996, p. 13)

Em outras palavras, “se a televisão temática pode ser uma forma de laço social no seio de uma comunidade restrita, compreendemos que é na sua dimensão geralista que a televisão exprime melhor essa característica” (WOLTON, 1996, p. 124). Assim, conclui Wolton:

Ao fim de tudo, o *único espetáculo ‘grande público’ de um país é a televisão*, que é ao mesmo tempo uma das formas sutis dessa solidariedade diáfana que se instaura entre indivíduos que tudo separa, salvo terem visto, ao mesmo tempo, por razões diferentes, imagens a que aceitam assistir, criando assim uma comunicação sem dúvida um pouco estranha, mas provavelmente típica da nossa sociedade ‘individualista de massa’. (WOLTON, 1996, p. 127 - grifos nossos)

Ao ampliar a tese de laço social, numa revisão da própria literatura, em que inseriu os conceitos de modernização e identidade nacional no que denomina de *tripla função* da mídia televisiva, Wolton reconhece que o modelo público de televisão desempenha melhor este papel que o privado.

É claro que o conceito central segue sendo o da TV generalista, mas os seus custos e os seus obstáculos são tamanhos que a televisão generalista privada corre sempre o risco de baixar o nível, em outras palavras, de se manter com programas garantidos de sucesso [...] Ao contrário, a TV pública generalista, quando faz bem seu trabalho, oferece um maior leque. Ou seja, se existe a real vontade de garantir a qualidade da TV generalista, é preciso preservar o estatuto e o papel da TV pública. (WOLTON, 2004, p. 149)

Neste sentido, tanto em países europeus quanto na América Latina, ressaltando-se na atual conjuntura o caso do Brasil, uma das principais preocupações de teóricos e gestores de TVs públicas é a atual tendência destas emissoras adotarem os princípios e as estratégias das emissoras privadas, arriscando-se a perderem a própria identidade e a se assemelharem, assim, ao modelo comercial dominante. Conforme constata Brandão,

[...] o que hoje cada vez mais se verifica é que, face à crescente competitividade na busca de maiores audiências, a ‘audiência como público’ está a se transformar também na ‘audiência de mercado’, isto é, as televisões públicas estão a adquirir a relação comercial das televisões privadas, em que passam a visar o espectador mais como consumidor e menos como cidadão, na procura constante da maximização das suas audiências. (BRANDÃO, 2002, p. 63)

O autor chega a tal conclusão com base nas ideias de Ang, que estabelece uma relação entre tipos de audiência e modelos de televisão, para quem “[...] audiência como mercado e audiência como público são assim duas configurações alternativas de audiência, cada uma ligada a um dos arranjos institucionais comercial e serviço público de televisão” (ANG apud BRANDÃO, 2002, p. 63).

O desafio maior, então, das emissoras ligadas ao modelo público de televisão está na prestação de um serviço público que as legitime na condição de públicas e as diferencie das privadas, para as quais a audiência não implica em uma responsabilidade social na mesma dimensão e com igual intensidade.

A propósito, de acordo com Coelho:

Não se pode pensar que serviço público é dar ao público aquilo de que ele neste momento mais gosta (essa é a função das privadas), mas não se pode deixar de considerar que é necessário fazer tudo para que o público em geral goste cada vez mais daquilo que se considera de interesse público. (COELHO, 2000 apud BRANDÃO, 2002, p. 64)

No que tange à discussão que relaciona cada tipo de modelo de televisão à sua linha editorial e função social, ressalta Cádima que

para o modelo privado, a formação da pessoa humana acaba na escola, reduzindo-se assim a sua oferta ao ‘entretenimento e às variedades’; para o mode-

lo público, importa sobretudo disponibilizar ‘oferta diversificada’, com uma produção própria de qualidade, onde todos os gêneros estão representados. (CÁDIMA, 1995 apud BRANDÃO, 2002, p.29)

A esse respeito, com intuito de estabelecer uma linha de atuação geral para as televisões públicas, Blumler e Hoffman-Rien estabelecem os seguintes três parâmetros:

1. Suas relações com a competência privada – a televisão pública deve estabelecer uma ‘relação tanto competitiva como complementar’ [...]. Como ‘competitiva’, deve procurar, através dos seus programas, ter telespectadores, mas que isso não represente o único factor em causa, pois deve sempre procurar outras dimensões para lá das audiências, tais como: ‘qualidade, inovação, profissionalismo, critérios, relevância social, serviço a uma variedade de interesses’. Como ‘complementar’, a televisão pública deve ‘oferecer uma variedade realmente distintiva de programas [...] dignos para a participação do gosto das ‘massas’ como também programas dirigidos a gostos mais definidos para audiências menores, mas mais comprometidas’.
2. “Prioridades de programação” – a televisão pública deve assim ter cada vez mais presente um certo sentido de prioridades, ou seja, potenciar a satisfação de necessidades públicas sintonizadas com os telespectadores, em que ‘as prioridades qualitativas’ sejam, no fundo, a marca de distinção face às televisões privadas.[...] Assim o entretenimento deve existir, mas aspirar a estimular a ‘imaginação e o pensamento, e não a apaga-los’. Deve ocupar-se das ‘necessidades culturais’, como marca distintiva e de acordo com a sua vocação, mas, sobretudo através de ‘inovação e capacidade para surpreender’, com uma filosofia ‘pioneira’ e ‘distintiva’, e estimular a ‘criatividade’, a ‘capacidade para gerar debate’ e a ‘autenticidade’, em vez de promover o ‘efeito dramático’ como forma de manter a atenção dos seus telespectadores. Deve ainda manter uma forte ‘presença internacional’, através de diversos correspondentes no estrangeiro, [...] de modo a familiarizar os telespectadores com as diversas perspectivas que se passam no mundo.
3. “Caráter social da televisão pública” – [...] a televisão pública deve definir-se a si mesma como ‘um fator influente na reprodução e renovação cultural’, o que implica manter laços estreitos com os diferentes sectores artísticos da sociedade, como apoiar os produtores independentes, bem como criar e preservar os seus arquivos de programas. Como ‘instituição política’, a televisão oferece uma imagem da vida política e suas actividades [...] Como ‘instituição social’, deve ter preocupações acrescidas com a ‘programação infantil’, com a ‘orientação normativa’ e com a ‘compreensão multicultural’ da nossa sociedade pluralista. (BLUMLER; HOFFMAN-RIEN, 1993 apud BRANDÃO, 2002, p. 24-25)

Tal reflexão vem a calhar com o atual cenário brasileiro, no qual se discute justo o papel das televisões públicas⁵. Este é o momento de redefinição da missão destas emissoras que se situam num mesmo campo, no sentido de reverem suas as origens, bem como as suas trajetórias, visto que atuam em condições político-econômicas bastante específicas, e, em alguns casos, discrepantes, considerando-se a amplitude e a diversidade sócio cultural do Brasil.

Deste modo, dois anos depois do I Fórum Nacional das TVs públicas, ocorrido em 2007, as entidades representativas do campo público de televisão⁶ realizam o II Fórum e cobram, do poder público, a apresentação de propostas para as emissoras que atuam neste contexto e continuam sem uma regulamentação específica.

Até então somente a TV Brasil, emissora do governo Federal, estava salvaguardada pela Lei 11.652, de 7 de abril de 2008, que criou a EBC, Empresa Brasileira de Comunicação. A Secretaria de Audiovisual do Ministério de Cultura (SAV) tem como proposta a implantação de três canais públicos, Canal da Cultura, Canal da Educação e Canal da Cidadania, criados pelo decreto nº 5.820/06.

Em resposta à solicitação de um posicionamento feita pelos gestores e pensadores de TVs públicas brasileiras, a SAV apresentou os seguintes compromissos:

1. Apoiar a implantação dos canais criados pelo decreto nº 5.820/06;
2. Expor definições claras dos três sistemas de radiodifusão (estatal, público e privado) e diretrizes para a sua complementaridade;
3. Diferenciar sistemas estatal e público de “campo público”;
4. Defender a revisão da regulamentação infralegal relativa ao art. 221 da Constituição Federal;
5. Reconhecer a regulamentação da interatividade como mecanismo para a consecução de objetivos específicos das emissoras do campo público e como condição essencial para que elas participem de ações inter-setoriais e interdisciplinares;
6. Reforçar a necessidade de regulamentação de novas mídias com princípios similares aos outros meios de comunicação de massa;

7. Apoiar a migração dos canais públicos da Lei do Cabo para o sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD);
8. Defender o compartilhamento de infra-estrutura, a multiprogramação e a flexibilidade na formação de redes como condições essenciais para o desenvolvimento do campo público;
9. Fomentar o debate sobre mecanismos de financiamento alternativos ao binômio “recursos estatais/apoio cultural”;
10. Apoiar a criação do Instituto de Estudos do Campo Público e a verificação de novos parâmetros para a medição de audiência.

Considerações finais

Devemos considerar que, do ponto de vista da práxis, teoria e prática seguem conjuntamente num processo dinâmico e constante de observação para posterior intervenção na realidade. A televisão, sobretudo em sociedades demasiadamente estratificadas, como é o caso da brasileira, continua na condição de objeto empírico difícil de ser analisado, como já observava Wolton desde a sua obra de maior impacto no Brasil, *Elogio do grande público*: uma teoria crítica da televisão.

Isto ocorre por diversas razões, mas o cerne da questão, de algum modo, relaciona-se ao contexto em que é vivenciada e pensada. De um lado, estão as emissoras comerciais que, no campo da livre-iniciativa, como sugere o termo, tem o álibi para adotar a lógica de mercado, na busca desenfreada da audiência. Porém, cada vez mais, buscam o perfil de empresa-cidadã e exercitam a dimensão de serviço público, protagonizando ações políticas e sociais na área da educação e do meio ambiente, notadamente.

Em contrapartida, as emissoras públicas buscam redefinir suas missões, na tentativa de conciliar audiência à qualidade da programação e empreender gestões mais autossustentáveis. Atualmente, a dependência do modelo público em relação às demais instituições sociais ocorre em dois âmbitos: no político e no econômico. Em ambos os casos, tais interferências incidem na forma de gestão, na grade da programação ofertada ao telespectador e, ainda, no jornalismo realizado por estas emissoras. Nem sempre a missão de valori-

zar a diversidade sociocultural é perceptível nos telejornais, em muitos casos refratários à polifonia, ou seja, à veiculação das diversas vozes sociais.⁷

Rever os tipos de vínculos estruturais e financeiros com o poder político, para evitar o viés estatal, na esfera das emissoras culturais, educativas e comunitárias e, por vezes, aqueles estabelecidos eventualmente, de forma indireta, com segmentos representantes do poder econômico, na veiculação disfarçada de anúncios publicitários que em muito se distanciam das chamadas propagandas institucionais, não é tarefa fácil para as emissoras do campo público. Isto para não falar das questões tecnológicas, que implicam na uniformização dos aparatos técnicos de produção e veiculação, e ainda daquelas referentes ao plano normativo das regulamentações.

Portanto, entendendo-se a língua como prática social e a comunicação midiática na perspectiva dialógica, a televisão constitui determinadas realidades sociais, sendo ao mesmo tempo por elas constituída. O êxito da televisão, enquanto instância capaz de estabelecer um laço social, trazer modernização e vir a contribuir na configuração de uma identidade nacional, depende do que é feito pelos gestores, matéria-prima do que é analisado pelos pesquisadores dedicados à investigação deste instigante meio de construção de realidades nem sempre *televisíveis*.

Os estudos de caso ganham em precisão e perdem em extensão, enquanto o inverso oposto acontece com as pesquisas dedicadas a objetos mais abrangentes. Nestes, as categorias de análise nem sempre observam a dimensão qualitativa da investigação, dada a preocupação exaustiva com dispositivos teórico-metodológicos quantitativos que se atém, comumente, a fatores tais como *tempo e espaço*, não propriamente nas suas dimensões simbólicas, mas nas suas características passíveis de serem mensuradas.

Por fim, no caleidoscópio da mídia televisiva brasileira, a TV estabelece laços sociais, ora mais firmes ora mais frágeis, ora mais curtos, ora mais extensos, a depender das relações de poder que as emissoras estabelecem com suas parcerias institucionais e com o seu público-alvo. A identidade nacional estampada pelas TVs públicas parece bem mais representativa da diversidade sócio cultural do país, porém este laço é firmado com segmentos organizados

da sociedade civil, grupos artísticos, comunidades acadêmicas e organizações comunitárias.

Enquanto isso, o dito cardápio eclético da programação oferecida pelas emissoras privadas parece mais sintonizado com um leque mais amplo de segmentos sociais, irmanados no chamado grande público. Ainda assim, por vezes, a realidade social se impõe de tal forma que nem sempre se enquadra nas telas das TVs ou nos arcabouços que formulamos para analisá-la.

O fenômeno cultura de massa, que transcende a televisão, rouba da cena pública a abordagem de manifestações de enorme riqueza cultural. Estas se encontram dependentes de estruturas de financiamento que estabelecem contratos de exclusividade com determinados canais de televisão, nos quais patrocinadores de peso podem anunciar livremente seus produtos e, assim, obter o esperado retorno financeiro. Citemos um exemplo ilustrativo. Nem mesmo a crescente preocupação com a Amazônia Legal garante a aparição do festival de Parintins em todas as TVs abertas. Nesta região, ao norte do país, uma das mais ricas manifestações artístico-culturais é a disputa entre duas agremiações: o boi *caprichoso* e o boi *garantido*. Estes grupos folclóricos parecem ter emprestado seus adjetivos à qualificação do próprio mercado, que costuma ser *caprichoso* na obtenção de um lucro *garantido*. Não causa espanto que se tenha transformado em evento de mídia, transmitido, anualmente, por uma única emissora de TV, privada, claro!

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no IX Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação.

² A Lei DL 236/67 proibia a veiculação de publicidade nas emissoras públicas de televisão, mas a Lei Federal n. 9.637 (15/05/98) liberou a divulgação de propaganda institucional de entidades de Direito Público e de Direito Privado, em forma de patrocínio ou apoio cultural. Porém, por esta margem, estas veiculam também publicidades.

³ Cf. Indústria cultural; teóricos da escola de Frankfurt, tais como Horkheimer, Adorno e Marcuse; posteriormente, Jurgem Habermas.

⁴ O conceito formulado por Durkheim é oriundo da escola francesa de sociologia.

⁵ Entre 08 e 11/05/07 realizou-se o I Fórum das TVs Públicas, em Brasília. O MINC lançou cadernos de debate (vol 1 e 2), material que reuni os princípios norteadores da rede pública

de televisão, projeto do Governo Federal. Entre os dias 26 e 28 de maio de 2009, aconteceu o II Fórum das TVs Públicas, em Brasília.

⁶ São elas: Associação Brasileira das Emissoras Públicas, e Educativas e Culturais (ABE-PEC), Associação Brasileira de Televisão Comunitária (ABTU), Associação Brasileira das Televisões e Rádios Educativas (ASTRAL) e a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCcom).

⁷ Cf. Nilo, A T L. *Intertextualidade e polifonia nas televisões pública e privada: análise textual-discursiva dos telejornais Cultura Noite (TV Cultura) e Jornal Nacional (TV Globo)*.

REFERÊNCIAS

BUCCI, E. **A TV pública não faz, não deveria dizer que faz e, pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento.** Diagnóstico do campo público de televisão. I Fórum nacional de TV's Públicas. Brasília, *Caderno de Debates*, Vol 1, 2007.

BRANDÃO, N G. *O espetáculo das Notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2 002.

CAVALCANTE, R. P. S. *Observatório da Imprensa: análise da função de voz crítica da mídia do programa durante a Copa do Mundo de 2006*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação Social -Jornalismo) - UFT. Orientador (a): Adriana Tigre Lacerda Nilo.

MACHADO, A. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MINC. Diagnóstico do campo público de televisão. I Fórum nacional de TV's Públicas: Brasília, *Caderno de Debates*. Vol 1, 2007.

_____. Relatórios dos grupos temáticos de trabalho. I Fórum nacional de TV's Públicas: Brasília, *Cadernos de Debates*. Vol 2, 2007.

NILO, A T L. *Intertextualidade e polifonia nas televisões pública e privada: análise textual-discursiva dos telejornais Cultura Noite (TV Cultura) e Jornal Nacional (TV Globo)* / Adriana Tigre Lacerda Nilo. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

WOLTON, D. *L'Eloge du Grand Public*. Une théorie critique de la télévision : Paris: Flammarion, 1990.

_____. *Elogio do Grande Público: uma teoria crítica da TV*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Pensar a comunicação*. Brasília: Editora UNB, 2004.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

COMUNICAÇÃO: VEREDAS publica artigos científicos, resenhas de livros e teses, ensaios, comunicações, notas técnicas e textos acadêmicos da área da Comunicação, após ouvido o Conselho Editorial.

Os trabalhos para apreciação poderão ser enviados pela Internet, no endereço bulik@sercomtel.com.br (atentando para o tamanho do arquivo, que não deverá ultrapassar 3 mega bytes, já inclusos tabelas e gráficos) ou via correio (Rua Prof. Samuel Moura, 640 / Ap. 1301 CEP 86061-060 – Londrina – PR) em CD-R (devidamente identificado), gravado em editor de texto Word for Windows. Os textos devem conter de 15 a 25 páginas, com as seguintes especificações: página formato A4, fonte Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5, com 3 cm de margem superior, e 2,5 inferior, esquerda e direita, parágrafo com recuo de 1cm da margem esquerda, observando-se as regras de normalização da ABNT. O autor deve informar o endereço completo e E-mail na primeira página do trabalho, para contato.

Serão aceitos trabalhos escritos nos seguintes idiomas: espanhol, inglês, português, francês e italiano.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

1) PRIMEIRA PÁGINA : título completo do artigo no mesmo idioma do texto e, em seguida, traduzido para o inglês, seguido do nome completo do(s) autor(es) (por extenso e apenas o último sobrenome em maiúscula); filiação científica, na seguinte ordem: Titulação, Departamento, Instituto ou Faculdade e Universidade, onde atua, Sigla, Cidade, UF, País e E-mail do autor.

2) SEGUNDA PÁGINA contendo: resumo de, no máximo, 200 palavras e cinco palavras-chave; título em inglês, Abstract, e KEY WORDS.

3) CORPO DO TEXTO

- Títulos em negrito, corpo 14, alinhados à esquerda
- Subtítulos destacados em negrito, no mesmo corpo do texto, alinhados à esquerda.
- Texto contendo, sempre que possível, INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO, (corpo do texto com as reflexões), CONSIDERAÇÕES FINAIS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- Notas de rodapé devem ser convertidas em notas de fim de página, apresentadas

no final do texto antes das referências bibliográficas.

- Tabelas e gráficos deverão ser numerados consecutivamente, em algarismos arábicos, e encabeçados por seus respectivos títulos.

- Fotografias e ilustrações serão publicadas em preto e branco e devem ser enviadas separadamente ou escaneadas em boa resolução.

- As citações bibliográficas devem seguir as normas da ABNT, ou seja:

- a) Citações curtas (até três linhas) são incorporadas ao texto, transcritas entre aspas, com indicações das fontes de onde foram retiradas.

- b) Citações longas (mais de três linhas) são transcritas em bloco, sem abrir parágrafo, e em espaço simples de entrelinhas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto (fonte tamanho 10), e sem aspas, com indicação das fontes de onde foram retiradas. (Exemplo: KUNSCH, 1992, p.23)

- c) Citações no corpo do texto deverão ser feitas pelo sobrenome do autor, entre parênteses e separado por vírgula da data de publicação EX: (SILVA, 1984). Caso o nome do autor esteja citado no texto, deverá ser acrescentada a data entre parênteses. Por exemplo “Silva (1984) aponta...”. Quando for necessário, especificar página(s), que deverá (ão) seguir-se à data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p., sem espaçamento (SILVA, 1984, p.128). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, deverão ser discriminadas por letras em ordem alfabética, após a data, sem espaçamento (SILVA, 1984a; 1984b). Quando a obra tiver dois autores, ambos deverão ser indicados, ligados por & (SILVA & SOUZA, 1987). No caso de três ou mais, indica-se o primeiro, seguido da expressão et al. (SILVA et al., 1986).

- Anexos e ou apêndices serão incluídos somente quando imprescindível à compreensão do texto.

- Referências bibliográficas: as referências bibliográficas deverão ser arroladas no final do trabalho, pela ordem alfabética do sobrenome dos autores, obedecendo às normas da ABNT (NBR 6023, de agosto de 2002). Ex: LAKATOS. E.; MARCONI, M.A. *Metodologia do trabalho científico*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

INFORMAÇÕES GERAIS

- a) Os trabalhos deverão ser inéditos e os artigos deverão focar os objetos da Comunicação, isto é, as mídias e seus produtos.

- b) Os direitos autorais dos trabalhos aceitos serão cedidos à Revista

COMUNICAÇÃO: VEREDAS.

c) Os trabalhos, que não estiverem de acordo com estas normas, serão devolvidos ao(s) autor(es).

d) Os casos não previstos por estas Normas serão resolvidos pelo Conselho Editorial da Revista.

e) Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

f) Os artigos serão submetidos a dois membros do Conselho Editorial, para apreciação do mérito científico, só depois que a Comissão Editorial da Revista verificar o atendimento dos requisitos acima.

INDICE DE AUTORES / AUTHOR INDEX

A

Adriana Cristina Omena dos SANTOS, 217
Adriana Tigre Lacerda NILO, 235
Alexandre de Pádua Carrieri, 185
Ana Luisa Castro Almeida, 185
Aurélien YANNIC, 9

C

Christine LARRAZET, 61
Clara Ribeiro SACCO, 217

D

Diélen dos Reis Borges ALMEIDA, 217

E

Edileuson ALMEIDA, 77

F

Fábio Henrique PEREIRA, 97
Felipe PENA, 117

J

José Coelho de Andrade Albino, 185

L

Laan Mendes de BARROS, 25
Laís C. P. Ortiz de OLIVEIRA, 217

M

Marta Helena Dornelles TEJERA, 167
Michel DURAMPART, 45

R

Raíssa Fernanda CAIXETA, 217

Rodrigo César Severino Neiva, 185

Roseli A. FÍGARO PAULINO, 203

S

Stéphanie PROUTHEAU, 137